



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**BERTHA LUTZ E A CONSTRUÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A
AUTONOMIA DA MULHER BRASILEIRA: TRABALHO,
POLÍTICA E EDUCAÇÃO (1919-1937)**

RAQUEL DOS SANTOS QUADROS

**MARINGÁ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**BERTHA LUTZ E A CONSTRUÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A
AUTONOMIA DA MULHER BRASILEIRA: TRABALHO,
POLÍTICA E EDUCAÇÃO (1919-1937)**

RAQUEL DOS SANTOS QUADROS

**MARINGÁ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**BERTHA LUTZ E A CONSTRUÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A
AUTONOMIA DA MULHER BRASILEIRA: TRABALHO,
POLÍTICA E EDUCAÇÃO (1919-1937)**

TESE apresentada por RAQUEL DOS SANTOS QUADROS, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em educação.

Área de concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a: MARIA CRISTINA GOMES
MACHADO

MARINGÁ
2018

RAQUEL DOS SANTOS QUADROS

**BERTHA LUTZ E A CONSTRUÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A
AUTONOMIA DA MULHER BRASILEIRA: TRABALHO,
POLÍTICA E EDUCAÇÃO
(1919-1937)**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora) –
UEM

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG – Ponta
Grossa

Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Hetkowski – UNEB – Salvador

Prof.^a Dr.^a Ivana Guilherme Simili – UEM

Prof.^a Dr.^a Elaine Rodrigues – UEM

Prof.^a Dr.^a Analete Regina Schelbauer - UEM

*Dedico esse trabalho a todas as mulheres
que marcaram a sociedade com suas
histórias escritas, sentidas ou vividas.*

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Cristina Gomes Machado, minha orientadora, exemplo de docente e de dedicação à vida acadêmica, pela paciência, pela confiança e estímulo. Além da fundamental orientação desta tese, a convivência ao longo de todo o curso de mestrado e doutorado me fez aprender muito graças à sua postura pessoal e profissional. A você, toda a minha admiração e respeito.

Aos membros do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), pela oportunidade oferecida neste curso de doutorado, agradeço o conhecimento compartilhado e a convivência tão valiosa, em especial, aos professores Analete Regina Schelbauer, Célio Juvenal Costa, César de Alencar Arnaut de Toledo, Elaine Rodrigues, Ednéia Regina Rossi, Marcília Rosa Periotto, Maria Cristina Gomes Machado e Terezinha Oliveira.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa: a professora Analete, pela gentileza e sabedoria ao explicitar as lacunas do trabalho; professora Elaine Rodrigues, pelas importantes contribuições enquanto avaliadora deste trabalho, suas sugestões e questionamentos foram fundamentais para este trabalho; professora Ivana Guilherme Simili, pelas dicas de leitura fundamentais para o desenrolar do trabalho; professora Maria Isabel Moura Nascimento, pela forma tão gentil que atendeu ao pedido para fazer parte da banca e pelos apontamentos, fundamentais para elaboração desta pesquisa; professora Tânia Maria Hetkowski, pela atenção em contribuir com o trabalho, suas palavras carinhosas deram força para o desenvolvimento da tese.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), onde encontrei interlocutores que me ajudaram a aprofundar a discussão sobre pesquisa e o alento nos momentos difíceis da investigação. A todos os demais colegas, que trouxeram contribuições positivas ao longo de disciplinas e nos grupos de estudo.

Ao Hugo, por toda atenção e pelas inúmeras vezes que se colocou à disposição ao longo do curso, exemplo de competência, de gentileza e amizade com os alunos.

Agradeço aos atendentes do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e do Museu Nacional, pessoas gentis que me ajudaram a trilhar um caminho para a tese.

Agradeço aos colegas de vida, com quem tive a satisfação de conviver nesses anos de doutorado. Ao Gilmar, a Ariele, Natália e Marcos, pela companhia em tão bons momentos, sobretudo em nossas viagens, é um privilégio compartilhar o tempo com vocês. À Rosimari, pelo exemplo de vida e luta constante. Ao Vinicius, pelo exemplo de dedicação. À Dyeinne, pela amizade, pela companhia e pelas conversas sempre tão importantes.

Aos amigos de longe, pela confiança na nossa amizade: Juliana Schenato, amiga de tantos anos, você fez e faz toda diferença em minha vida; Karin que, mesmo distante, foi sempre uma lembrança acolhedora e um estímulo presente; Luci e Edna, educadoras que fazem toda a diferença; Denise, Sale, Dani e Juliana, pelos momentos de alegria, pelas risadas e muitas horas de conversa na busca da tal felicidade para nossas vidas; Cláudia Cristina, pela pessoa incrível que é.

A amiga Silvia, pessoa inigualável na bondade e por saber usar as palavras certas nos momentos difíceis da vida, obrigada sempre.

Ao Paulo, pelo valioso apoio afetivo, soube compreender os meus medos e minhas angústias obrigada pela paciência.

Agradeço de uma forma mais que especial à minha família: meu pai, exemplo de honestidade, perseverança e carinho; minha mãe, a generosidade em pessoa; meu irmão Renato, pela alegria que floresce aos que estão ao seu lado; meu irmão Rodrigo, pela sua atenção e cuidado; minha sobrinha Rafaela, um anjo que apareceu em nossas vidas para iluminar nossos caminhos e a Natália sobrinha que tem nos mostrado que a vida é fascinante.

[...] Não proponho uma associação de “sufragetes” para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se à seus, filhos, e torna-se capaz de cumprir deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela. Assim, deixariam de ocupar sua posição social tão humilhante para elas como nefasta para os homens, e deixariam de ser um dos pesados elos que atam o nosso país do passado, para se tornarem instrumentos preciosos ao progresso do Brasil.
Bertha Lutz, 1918.

[...] Nada mais se torna necessário para demonstrar que o movimento não representa uma aberração de algumas femininas anormais, mas um aspecto legítimo e lógico do progresso social. Desconhecer a sua pujança, a inevitabilidade com que se encaminha para a vitória, é desconhecer as suas origens e sua extensão. Querer ridicularizá-lo, como o fazem ainda alguns espíritos fúteis, é próprio das mentalidades levianas e superficiais. Procurar desmerece-lo, pondo em dúvida a eficácia da colaboração feminina na vida pública, é desconhecer os serviços já prestados pela mulher.
O cinismo, a descrença do meio sociológico em que vivemos, é característica daqueles que, não se sentindo com forças para contribuir, por modestamente que sejam, são incapazes de uma fé sã e robusta nos destinos nacionais.
Bertha Lutz, 1929.

[...] A luta pela vida só cessa com ela. Trabalhem, pois. Proclamemos, indômitas, o direito idêntico do ser feminino e do masculino ao trabalho remunerado para subsistir. E não só a atividade primária pelo pão, pelo teto e pelo agasalho, mas a afirmação triunfal de todo talento, capaz de fazer recuar as fronteiras da miséria e da ignorância, merecedor de recompensa adequada ao benefício que faz.
A postos, pois.
Bertha Lutz, 1936.

QUADROS, Raquel dos Santos. **BERTHA LUTZ E A CONSTRUÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A AUTONOMIA DA MULHER BRASILEIRA: TRABALHO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO (1919-1937)**. 228f. TESE (TESE EM EDUCAÇÃO) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2018.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar as intervenções nas áreas social, política e educacional que Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) promoveu na sociedade brasileira, no período de 1919 a 1937, com vistas ao reconhecimento da mulher como cidadã. As fontes que deram suporte para o desenvolvimento da pesquisa foram cartas, discursos, jornais, resoluções, projetos e textos produzidos pela autora. Em consequência da análise desses documentos, a problematização do trabalho se apresenta com a seguinte proposição: Quais as ações em que a educadora Bertha Lutz esteve envolvida com a intenção de possibilitar condições para a autonomia da mulher brasileira? As atividades profissionais, como bióloga e museóloga, política e educadora, demonstraram a importância de se considerar Bertha Lutz uma das expoentes da história da educação no Brasil, no decorrer do século XX. Como delimitação espacial, foi eleita a cidade do Rio de Janeiro a capital do Brasil no período estudado. Tomou-se como ponto inicial da investigação o ano de 1919, época em que ela começou a trabalhar no Museu Nacional até o período de 1937, momento em que deixou de ser deputada pela instalação do Estado Novo. A proposta de pesquisa refere-se à história da educação no Brasil no século XX, por meio do estudo de intelectuais ligados à educação. O tema da pesquisa tem envolvimento com o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), que se define pela investigação acerca da educação e história da educação, entendida em sua articulação com a sociedade em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Destaca-se que o grupo de pesquisa está conexo ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Verifica-se que as leis, as resoluções, a organização de instituições em diferentes níveis não foram fatos lineares e espontâneos nem consensuais, mas foram travadas lutas, debates ideológicos sobre temas relacionados à educação até que se chegasse a uma suposta resolução. As análises permitiram justificar a tese defendida, que se apresenta na seguinte asserção: para Bertha Lutz, a condição de autonomia para a mulher brasileira como cidadã se daria por três eixos: a área do trabalho, a da política e a da educação. Em consequência dessa perspectiva, no âmbito social Bertha Lutz apresentou subsídios voltados à inserção da mulher no trabalho, projetando uma instituição voltada ao público feminino com a centralidade no trabalho. No âmbito político, atuou com ênfase na defesa dos direitos femininos, no período em que esteve exercendo o cargo de deputada e à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, movimento que procurou informar a mulher sobre questões ligadas à história da mulher e seu espaço na sociedade. Na área da educação defendeu um programa que visava a uma prática educativa por meio dos museus. A importância histórica de Bertha Lutz reside nas ações desempenhadas na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação; História da educação; Bertha Lutz.

QUADROS, Raquel dos Santos. **Bertha Lutz and the Construction of Conditions for the Autonomy of the Brazilian Woman: work, policy and education.** 228 f. Thesis (PhD in Education) – Universidade Estadual de Maringá. Advisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2018.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the interventions in the social, political and educational areas that Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) promoted in the Brazilian society. This occurred between the periods from 1919 to 1937 for the recognition of women as a citizen. The sources that gave support to the development of the research were letters, speeches, newspapers, resolutions, projects and texts produced by the author. As a result of the analysis of these documents, the questioning of this research is presented with the following question: What actions had the educator Bertha Lutz been involved with the intention of enabling conditions for the autonomy of the Brazilian woman? The professional activities, such as: biologist, museologist, political and educator demonstrated the importance of considering Bertha Lutz one of the exponents of the history of education in Brazil during the 20th century. As spatial demarcation, it was elected Rio de Janeiro city, capital of Brazil, for the period studied. It was taken as the starting point of the investigation the year 1919, when she began working at the National Museum until the period of 1937 and when she ceased to be a member for the installation of the Getúlio Vargas' Estado Novo regime. The research proposal refers to the history of education in Brazil in the 20th century, based on the study of intellectuals linked to education. The subject of this research is involved with the Group of Studies and Research in History of Education, Intellectuals and School Institutions (GEPHEIINSE). This group is defined by research about education and history of education, understood in its articulation with society in its economic, social and political aspects. It is important to note that this research group is linked to the Group of Studies and Research History, Society and Education in Brazil (HISTEDBR). Thus, we verified that the laws, resolutions, the organization of institutions at different levels were not either linear, spontaneous or consensual facts. However, struggles were fought and ideological debates about issues related to education until it was possible to reach a supposed resolution. The analyses allowed the thesis to be justified and presented by the following assertion. According to Bertha Lutz, the condition of autonomy for the Brazilian woman as a citizen would be three axes: work, policy and education. As a result of this perspective, in the social area presented subsidies focused on the insertion of women at work, projecting an institution focused on the female audience with centrality at work. In the political area, she acted with an emphasis on the advocacy of women's rights in the period in which she was acting as a congresswoman and ahead of the Brazilian Federation for Female Progress, a movement that sought to inform the woman about issues related to the history of woman and her space in society. In the area of education, she defended a program that aimed at an educational practice through the museums. Bertha Lutz's historical importance lies in her actions played in the Brazilian society.

Keywords: Education; History of education; Bertha Lutz

LISTA DE IMAGENS

ILUSTRAÇÃO 01 – Visita à ilha do Viana em Niterói	33
ILUSTRAÇÃO 02 - População do Rio de Janeiro	62
ILUSTRAÇÃO 03 – População do Rio de Janeiro, segundo a nacionalidade	63
ILUSTRAÇÃO 04 – Audiência da FBPF com Getúlio Vargas	73
ILUSTRAÇÃO 05 – Bertha Lutz em frente à Câmara dos deputados	106
ILUSTRAÇÃO 06 - Museu Nacional do Rio de Janeiro	113
ILUSTRAÇÃO 07 - Folheto do museu	132
ILUSTRAÇÃO 08 - Folheto do museu <i>Field Trips</i>	133
ILUSTRAÇÃO 09 - Bertha Lutz e seu pai, Adolpho Lutz, no Laboratório do Instituto Osvaldo Cruz.....	148
ILUSTRAÇÃO 10 – Alunas em uma aula de puericultura	168
ILUSTRAÇÃO 11 – Organograma do Currículo da Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social.....	180
ILUSTRAÇÃO 12 - Documento sobre trabalho feminino	187

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Analfabetismo no Brasil (Censo 1920)	125
QUADRO 02 - Trabalho doméstico - Rio de Janeiro 1872-1920	153
QUADRO 03 - Salários mensais de operários nas indústrias têxteis, em 1920, segundo o sexo	158
QUADRO 04 - Salários industriais em 1920, segundo o sexo	159
QUADRO 05 - Programa do curso de Economia Doméstica de Natal – Preparatório	166
QUADRO 06 - Programa do curso de Economia Doméstica de Natal - 1º, 2º, 3º e 4º anos	167

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
Capes	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
Celin	Centro de Documentação em Línguas Indígenas
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
GEPHEIINSE	Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas Históricas, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade Nacional de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. BERTHA LUTZ, UMA INTELLECTUAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1919-1937)	33
2.1. Condição da mulher no cenário social brasileiro	34
2.2. Bertha Lutz: os princípios para a Constituição	55
3. A DEPUTADA BERTHA LUTZ E A AÇÃO POLÍTICA NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO	73
3.1 A presença de Bertha Lutz no feminismo no Brasil	74
3.1.1. Movimentos em prol da igualdade da mulher no Brasil	77
3.2. Movimento histórico da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino .	79
3.2.1. Símbolos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	83
3.3 As ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	84
3.3.1. Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: um jogo de cartas na busca de igualdade política	89
3.4. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na imprensa	94
3.5. Movimentos políticos	99
3.6. A campanha política da deputada Bertha Lutz	103
4. BERTHA LUTZ E A EDUCAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA A AUTONOMIA DA MULHER	113
4.1. Bertha Lutz, uma cientista no Museu Nacional	114
4.2. Viagens aos museus americanos	118
4.3. Uma prática educativa por meio dos museus	123
4.3.1. O papel dos educandos e educadores nos museus.....	127
4.3.2. Museu: a participação singular da mulher	129
4.3.3. Museu infantil: uma brincadeira que se aprende	130
4.4 Uma proposta de museu para o Brasil	133
4.4.1 Bertha Lutz e a educação	141

5. BERTHA LUTZ E AS AÇÕES VINCULADAS AO TRABALHO FEMININO...	148
5.1 A situação da classe trabalhadora feminina no Brasil	150
5.2. Ensino da economia doméstica em universidades americanas	159
5.2.1 Escola doméstica voltada ao trabalho no lar: uma experiência no Rio Grande do Norte	162
5.3 Escola doméstica aplicada à agricultura	169
5.3.1 Um projeto para a inserção da mulher no mundo do trabalho “Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social”	175
5.4 O trabalho feminino: a mulher na ordem econômica e social	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	200
ANEXOS	212
Anexo 01 Foto de Bertha Maria Julia Lutz	212
Anexo 02 Currículo	213
Anexo 03 Livro	218
Anexo 04 Credo, Decálogo e Compromisso de Ação	219
Anexo 05 Boletim da Federação pelo Progresso Feminino	221
Anexo 06 Ofício sobre o relatório da Escola de Natal	223
Anexo 07 Verso da foto de Bertha Lutz à frente da Câmara dos Deputados	224
Anexo 08 Verso da foto da aula de puericultura da Escola de Natal	225
APÊNDICE	226
Apêndice 01 Levantamento bibliográfico	226

INTRODUÇÃO

Ao examinarmos a educação brasileira, marcamos a importância singular que as análises, sob a perspectiva da história da educação, apresentaram no Brasil. Consideramos que “[...] a história da educação está indicando que o objeto de investigação – a educação – é estudado a partir de métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação histórica [...]” (LOMBARDI, p. 151, 2004), contextualizando espaços e tempos. Diante dessa compreensão, reconhecemos intelectuais que tiveram seus estudos voltados às condições da educação no Brasil. Damos destaque para Anísio Teixeira, Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976), Cecília Meireles, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, entre outros estudiosos que lutavam, em linhas gerais, por um país com igualdade social, com dignidade para com o próximo e para a inclusão do máximo de sujeitos no universo escolar.

Justificamos a escolha desses atores sociais por estarem presentes em espaços de debates e discussões relacionados com a educação em âmbito nacional. Nesse seguimento observamos as contribuições desses intelectuais, por meio de suas ações, suas posições políticas e seus posicionamentos diante das adversidades sociais, os quais forneceram bases teóricas para transformações e mudanças.

Nesse viés, podemos constatar que tais intelectuais atuaram em diferentes circunstâncias. Alguns deles, em suas obras, mapearam e disponibilizaram dados e informações para análises que, muitas vezes, foram base para a elaboração de leis e resoluções, auxiliando organizações e no desenvolvimento de projetos relacionados às políticas públicas.

Tomamos como exemplo o mapeamento em que Lourenço Filho esteve à frente, relativo ao levantamento sobre os dados da escolarização dos anos iniciais no Brasil, utilizados pelo ministro Gustavo Capanema no período de 1938-1945, os quais serviram como base para a elaboração da Lei do Ensino Primário.

Citamos Cecília Meireles e a apresentamos como intelectual importante no cenário educacional brasileiro. A partir de suas ações, em especial, seus artigos publicados no Diário de Notícias do Rio de Janeiro, que permitiram reflexões sobre a didática utilizada nas escolas brasileiras. Sua atuação gerou amplas discussões com outros intelectuais do período sobre a formação dos professores,

que contribuíram para a difusão da Escola Nova, marcando seu papel como signatária do Manifesto dos Pioneiros de 1932, documento valioso para a história da educação.

Outro intelectual foi Anísio Teixeira, um dos idealizadores e divulgadores do projeto da Escola Nova, considerado um dos pioneiros da perspectiva de uma escola pública em todos os níveis da escolarização, afirmando que a educação não é privilégio.

Fernando de Azevedo merece destaque por ser um intelectual que atuou, de modo efetivo, no cargo de diretor da instrução pública do Distrito Federal, entre os anos de 1927 e 1930. Redigiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 e, para além da redação, esteve envolvido de forma profícua na articulação dos signatários, na divulgação e na defesa dos princípios contidos no documento no âmbito da imprensa.

Diante desse cenário, inferimos que as leis, as resoluções, a organização de instituições em diferentes níveis, a organização das escolas não foram fatos lineares e espontâneos, nem consensuais, mas foram travados lutas e debates ideológicos sobre temas relacionados à educação até que se chegasse a uma suposta resolução. Nesse cenário de confrontos e debates na história da educação no Brasil foi possível identificarmos a intelectual Bertha Lutz a qual elegemos como tema para o estudo.

Na produção da dissertação sobre o intelectual Gustavo Capanema¹, ministro da Educação e Saúde, no período de 1934 a 1945, em leituras e estudos das fontes utilizadas para desenvolvermos o trabalho, localizamos Bertha Maria Julia Lutz², uma deputada que lutava por educação igualitária. Foi surpreendente encontrarmos uma intelectual que defendia a coeducação no mesmo momento que o ministro da Educação advogava por uma educação separada por sexo.

Bertha Lutz esteve ligada a associações sociais como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que promoveu encontros, congressos, palestras que tiveram como tema a discussão em torno da igualdade social da

¹ Gustavo Capanema: A Organização do Ensino Primário Brasileiro no período de 1934-1945, dissertação desenvolvida no programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual de Maringá ano de 2013. Disponível em: < <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes.htm> > Acesso em: 25 mar. 2017.

² Dados retirados do Currículo (Anexo 02), organizado por Bertha Maria Julia Lutz, disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (LUTZ, 1938, p. 1-5).

mulher. Participou de debates sobre uma educação por meio dos museus e em ações em prol da inserção da mulher no universo do trabalho.

Na conjuntura que permearam as ações de Bertha Lutz houve transformações e modificações em diversas áreas. Na política, destacamos as ações nos governos de Epitácio Pessoa (1919-1922), de Arthur Bernardes (1922-1926), de Washington Luís (1926-1930), na transição para o governo de Getúlio Vargas, de 1930 até 1937, ano em que se finda um governo constitucional e se inicia um governo ditatorial. Alguns fatos tornaram-se distintos em nossas análises, como a Constituição de 1934, o voto feminino e a candidatura do sexo feminino. Na área da educação apontamos a divulgação da Escola Nova, o Manifesto dos Pioneiros da Educação – 1932, a criação do Ministério da Educação e Saúde, até então inexistente. Na área da cultura, a criação dos museus; as ações envolvendo o cinema; teatro; rádio; a Semana de Arte Moderna e os concertos. Na área da saúde, a ampla divulgação de campanhas nacionais contra doenças como febre amarela e tuberculose.

Diante dessa conjuntura algumas indagações foram produzidas: Quem foi Bertha Lutz nesse cenário? Quais as ações que a intelectual desenvolveu? Quais as ações promovidas pela intelectual na defesa dos direitos femininos? Qual era sua percepção da educação? Quais as suas ações em prol da educação?

Nesse viés, analisamos a intelectual em três momentos: em um primeiro momento, identificando-a como educadora, museóloga, bióloga e política. Bertha Lutz nasceu em São Paulo, em 02 de agosto de 1894. Filha do professor Adolpho Lutz, iniciador da medicina tropical e zoologia médica no Brasil, e da doutora Amy Fowler Lutz, que, quando solteira, foi enfermeira voluntária da Colônia de Leprosos de Molukai, nas ilhas do Havaí, e, mais tarde, fundadora de diversas obras sociais, inclusive as primeiras escolas noturnas para trabalhadores e aprendizes e a escola diurna para pequenos vendedores de jornais.

Os estudos primários foram realizados no Externato Madame Ivancko, situado no Largo da Liberdade (LÔBO, 2010). Os estudos secundários foram iniciados em São Paulo e concluídos em Paris. Em 1918, finalizou sua formação em *Licenciée en Sciences*, pela Faculdade de Ciências na Universidade de Paris (Sorbone), abrangendo botânica, zoologia, embriologia e química biológica. No Brasil foi delegada oficial do Brasil nos Congressos Pan-americanos Femininos

em Baltimore (1922), em Washington (1925), em Roma (1923) e em Berlim (1929). Atuou em funções públicas como tradutora, no Instituto Oswaldo Cruz. Em 03 de setembro 1919 foi a segunda mulher a participar de um concurso para cargo público federal, classificada em primeiro lugar e nomeada para este no Museu Nacional.

Bertha Lutz fundou, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), composta por associações nacionais e estaduais femininas organizadas. O objetivo principal era defender os direitos das mulheres. Antes de criar a FBPF, foi fundadora de uma organização preliminar, denominada “Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher”. Esteve associada a alguns movimentos como a União Universitária Feminina, em 1929, a União Profissional Feminina, a União de Funcionárias Públicas, a Liga Eleitoral Independente em 1932.

Bertha Lutz foi membro da Sociedade Internacional de Mulheres Geógrafas, com sede em Washington, fez parte da diretoria da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e Igualdade Política dos Sexos, com sede em Londres. Foi membro da Comissão Feminina Consultiva sobre o Trabalho da Mulher, do Bureau Internacional do Trabalho, com sede em Genebra, e do Museu Americano de História Natural, de Nova York.

Em 1923, foi agraciada pelo governo da Bélgica com a ordem real por serviços prestados à agricultura, por ocasião do estudo que realizou na Comissão do Ministério da Agricultura sobre a disseminação de conhecimentos domésticos e agrícolas à população rural. No ano de 1932 foi laureada pela *Carnegie Corporation*, dos Estados Unidos, com o prêmio de viagem (Ciências), a fim de realizar uma investigação sobre os métodos educativos e a organização dos museus modernos. Esse estudo a levou a analisar cerca de 100 museus, percorrendo elevado número dos Estados norte-americanos.

Em 1933, formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Desempenhou papel atuante na sociedade, como membro da Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934. Foi eleita a segunda³ mulher deputada federal pelo Distrito Federal de junho de 1936 até o fechamento da Câmara, em 10 de novembro de 1937. Entrou como suplente do deputado

³ A primeira mulher a ser eleita como deputada do Corpo Legislativo foi a médica e educadora Carlota Pereira de Queiroz, de São Paulo, no ano de 1934 (LEITE, 1984, p. 43).

Candido Pessoa, candidata da Liga Eleitoral Independente, pertencendo ao movimento feminino e ao Partido Autonomista⁴.

Diante desse quadro das atividades desenvolvidas, supomos que as funções profissionais como bióloga, museóloga, política e educadora demonstram a importância de considerarmos Bertha Lutz uma das expoentes da história da educação, no Brasil, no decorrer do século XX.

Em um segundo momento, identificamos os estudos existentes sobre a autora e realizamos uma verificação de temas sobre a intelectual. Na organização do levantamento desses estudos foi priorizado o banco de dados da CAPES com os documentos de natureza teses e dissertações.

Salientamos que a análise e compreensão dos estudos abrem novos caminhos para a escrita da história à medida que apontam os temas priorizados, as fontes privilegiadas, os períodos recortados, as vertentes metodológicas e os recortes espaciais (MACHADO; SCHELBAUER, 2006, p. 164). Nosso papel, nas análises exibidas, terá como propósito retratar o foco singular em cada pesquisa:

Lia Gomes P. de Sousa (2009) analisou Bertha Lutz em sua atuação no campo científico. Apresentou a trajetória do seu papel, no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Para tanto, expôs dados sobre o relatório que mostrava o papel educativo dos museus. Seu foco principal no trabalho foi a exposição das mulheres cientistas e a ligação de Bertha Lutz a outras cientistas e como consequência, essa análise resultou na visibilidade das mulheres nas ciências. São apresentadas, de forma enriquecedora, cartas de relatos dos estudos feitos pelas cientistas, como exemplo citamos a riqueza do subsolo no Brasil; estudo de orquídeas e riquezas naturais do Brasil.

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio (2007) identificou a ação de Bertha Lutz na institucionalização de práticas científicas no Brasil. Fez uma cuidadosa análise da atuação da cientista no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil e apresentou as disputas institucionais e o cotidiano do conselho.

⁴ Em março de 1933, Pedro Ernesto fundou o Partido Autonomista do Distrito Federal, que contava em seus quadros com líderes tenentistas como Augusto do Amaral Peixoto e João Alberto. O partido elegeu seis dos dez representantes cariocas na Constituinte, o que já evidenciava o prestígio de Pedro Ernesto no Distrito Federal (CPDOC/FGV, 1932).

“As Filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino (1850-1932)”, trabalho desenvolvido por Mônica Karawejczyk, tem foco principal na trajetória da luta pelo voto feminino e analisa as/os personagens que fizeram parte dessa conquista. No decorrer do trabalho são traçadas as ações de Bertha Lutz nessa conquista.

Paulo Rogério Marques Sily explanou que o interesse em estudar as práticas educativas de museus surgiu quando: “[...] procurei na condição de professor de História do Colégio Pedro II, estabelecer uma aproximação com o Museu Nacional/UFRJ, no sentido de criar uma parceria entre estas instituições [...]” (SYLI, 2013, p. 213). Seu objetivo foi estabelecer vínculos para que fosse oferecido estágio aos alunos do ensino médio em suas seções e setores de pesquisa.

Diante desse quadro, o autor buscou identificar o lugar que o Museu Nacional ocupava na sociedade; o que este realizou em termos de função educativa; quais seus objetivos e para qual público procurou dirigir suas ações; como se organizou internamente para atender a esses objetivos; quem foram seus agentes; que relações havia entre essas ações e as demandas internas e externas ao museu; o que intencionava instruir (SILY, 2013).

Seu trabalho é denso e investiga o papel educativo dos museus, em especial, o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Como fez uma análise criteriosa sobre o tema, Bertha Lutz aparece como secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro com início de carreira em 1919 e, segundo o autor, aposenta-se em 1964.

Com essa apuração, constatamos o interesse e a possibilidade de estudos sobre a intelectual. Após uma investigação fundamentada nos trabalhos, reconhecemos que as ações de Bertha Lutz foram permeadas pela busca da emancipação da mulher.

Diante dessas suposições a nós interessou o estudo sobre as ações de Bertha Lutz, de forma ampla, ou seja, em diferentes dimensões: na área da política; na área da educação e suas ações nas questões da inserção da mulher no mundo do trabalho. Com o intuito de conhecer os produtos existentes sobre a intelectual Bertha Lutz, elaboramos um levantamento mais completo com livros e periódicos que se encontram ao final do trabalho (Apêndice 01).

No terceiro momento, estudamos a intelectual na perspectiva de Gramsci, que entende que cada grupo social cria organicamente seus intelectuais. Para ele, toda atividade humana é intelectual: “Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 2000, p. 53).

Gramsci, por meio de seus estudos, analisou grupos de intelectuais. Para este estudo, destacamos dois: os orgânicos e os tradicionais. Os tradicionais são os sujeitos que defendem uma estrutura de sociedade já existente; os intelectuais orgânicos são indivíduos que possuem relação direta com o meio em que foram formados, que propagam e defendem ideias para expandir o grupo com o intuito de uma nova organização social. Saviani (2013) aponta que eles são orgânicos em dois sentidos

[...] porque gerados pelo próprio organismo constitutivo da classe e porque desempenham, perante ela, a função de organizá-la, de conferir-lhe unidade, coerência e homogeneidade; numa palavra, desempenham a função de dar organicidade à classe à qual se encontram umbilicalmente ligados (SAVIANI, 2013, p. 222).

Inserimos Bertha Lutz no grupo dos intelectuais orgânicos, pois ela vislumbrou uma sociedade com direitos iguais para a população brasileira. Nesse sentido, será efetivada “[...] uma análise do conjunto da obra desse autor na intrincada rede de relações e fatos políticos, econômicos, culturais e sociais na qual ele forjou sua perspectiva teórica e política [...]” (MACHADO; DORIGÃO; COELHO, 2016, p. 185).

Com o intuito de desenvolvermos a pesquisa, o método adotado orienta-se pelo pressuposto de que a consciência dos homens é determinada pela materialidade histórica, portanto, “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência [...]” (MARX, 1986, p. 37). É nas e pelas práticas sociais que o homem se produz e, conseqüentemente, o trabalho, a educação e a política, como produção, são resultantes de sua produção social.

Ao considerar as categorias mediação e totalidade como expressões das relações sociais, e ao serem produzidas nessas relações, tornam-se conceitos fundantes que permitem a reflexão sobre aspectos gerais e essenciais do real,

ganhando sentido quando são utilizadas como meio de compreensão da realidade. Segundo Cury,

[...] as categorias devem corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar. Elas não são algo definido de uma vez por todas e não possuem um fim em si mesmas. Elas ganham sentido enquanto instrumento de compreensão de uma realidade social concreta, compreensão esta que, por sua vez, só ganha sentido quando assumida pelos grupos e agentes que participam de uma prática educativa (CURY, 1985, p. 21).

Entendemos que as categorias mediação e totalidade só existem no movimento de determinada realidade, de determinado movimento histórico. Elas se constituem como intérpretes de um contexto social e econômico.

Dessa forma, o período demarcado entre 1919, e 1937, é apenas um recurso para a delimitação e análise da área de investigação. Os fatos não serão estudados de forma isolada, mas, sim, com o estudo do objeto de forma didática, que busca fazer relações com o conjunto da totalidade, a “[...] totalidade, então, só é apreensível através das partes e das relações entre elas [...]” (CURY, 1985, p. 36), ou seja, a totalidade é o conjunto de partes que constituem um todo, sendo que cada parte representa um todo complexo, demonstrando a totalidade como processo sempre em movimento.

Quando tratamos dos fenômenos na totalidade, reconhecemos a impossibilidade de isolar uma parte para tentar explicá-los. Nesse sentido, não haveria possibilidade de analisarmos a condição da autonomia da mulher somente pelo acesso ao trabalho, ou a obtenção de direitos na política, ou o ingresso na educação, pois elas não são determinantes, não têm seu fim em si mesmas, mas provêm das relações sociais que determinam a articulação e a proximidade/conflito entre os diversos fenômenos (partes) que constituem a totalidade como contexto social amplo e complexo. Outrossim, optamos por conduzir a análise sobre a intelectual Bertha Lutz inserida em contexto, considerando as adversidades de uma sociedade que está em movimento.

Com essa ênfase, usaremos a categoria da mediação para investigar a relação dos fenômenos e do objeto pesquisado. A categoria mediação está vinculada diretamente ao fenômeno ou ao conjunto de fenômenos e estes, por

sua vez, estão ligados uns aos outros, formando uma grande teia de contradições que se chocam e, assim, há a superação.

Como exemplo das contradições, apresentaremos as discussões em torno do tema educação, elaboradas no período analisado. Por um lado, temos Bertha Lutz e um grupo de mulheres que mostravam uma educação com bases iguais a ambos os sexos, ao mesmo tempo em que o intelectual José Veríssimo⁵ apresentava uma educação com a participação da mulher, no entanto a considerando um ser humano diferenciado, no que tange ao intelecto, e outra posição oriunda do governo em que se apresenta uma educação diferenciada para a mulher, alimentando-a como um ser com dons diferenciados do sexo masculino, como, por exemplo, a posição social de mãe dentro de casa, com habilidades intrínsecas como atividades manuais. Foram perspectivas diferenciadas que se confrontaram com o intuito de chegar a uma possibilidade de educação relacionada à mulher.

Em consequência dessa perspectiva, serão consideradas, neste trabalho, as ações de movimentos que buscavam a inserção da mulher no mercado de trabalho ou nos debates travados em prol da conquista do voto ou do acesso da mulher à educação, com análises das contradições sociais e políticas do Brasil, bem como as questões internacionais que a envolviam, em especial. Percorrendo a história por meio dos fenômenos e movimentos da sociedade, concordamos que a:

[...] história é o mundo das mediações. E a história, enquanto movimento do próprio real, implica o movimento das mediações. Assim, elas são históricas, e, nesse sentido, superáveis e relativas. Enquanto relativas ao pensamento, permitem a não petrificação do mesmo, porque o pensar referido ao real se integra no movimento do próprio real. O pensar não referido ao real pretende-se a-histórico e neutro. Mas essa pseudoneutralidade não existe, porque a mediação não existe em si própria, senão em sua relação com a teoria e a prática [...] (CURY, 1985, p. 43).

⁵ Daremos destaque ao autor José Veríssimo por ser um educador que apresentou uma perspectiva educacional feminina em seus escritos, os quais foram difundidos no meio social brasileiro. Sua perspectiva foi divulgada e defendida por meio de congressos, palestras, utilizando jornais e livros como instrumentos de propagação. Seu livro "Educação Nacional" foi editado quatro vezes, em 1890, em 1906, 1985 e 2013. Diante desse cenário, consideramos a perspectiva do intelectual sobre a educação feminina fator relevante na concepção de uma educação destinada às mulheres no Brasil.

A categoria mediação deve estar sempre relacionada ao real, ou seja, ligada aos conjuntos de fenômenos nos quais o sujeito se constitui mediante as mediações em que um fenômeno está ligado ao outro, formando um todo. A mediação, conforme apresentada, representa um aspecto de articulação entre as categorias, possibilitando, como mostra Cury (1985, p. 43), “[...] o pensar referido ao real se integra no movimento do próprio real [...]”, e, portanto, evidencia a indispensável relação entre as categorias para sua compreensão como totalidade. A relação do sujeito e os fenômenos ao qual está vinculado no contexto social é mediada pela compreensão de si e da realidade a sua volta, sendo da mesma forma relacionada às restrições ou oportunidades por eles vivenciadas no contexto social.

Diante dessa abordagem, daremos ênfase às fontes que utilizaremos na elaboração desta pesquisa, pois, “[...] na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (SAVIANI, 2004, p. 5-6). Os documentos, registros e imagens são produções históricas que neste trabalho serão o alicerce à análise dos atos históricos, produzidos pela intelectual Bertha Lutz.

Para a realização desta produção, foram utilizados documentos como programas de campanha, recortes de jornais, cartas, telegramas, discursos, atas, estatutos, textos, anotações, projetos de leis, ofícios, relatórios e documentos oficiais vigentes do período. As imagens que incorporamos ao trabalho tiveram status de fontes, igualando-se às demais.

Analisamos que, no processo de transformações econômica, social e cultural na Revolução Industrial, o desenvolvimento de uma série de invenções faria parte do nosso cotidiano: “[...] a fotografia, uma das invenções [...] teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência [...]” (KOSSOY, 2014, p. 29).

Consideramos a importância da diversidade de fontes, a fim de confrontá-las e interpretá-las, e, como versou Lombardi, “[...] não se deve a princípio excluir nenhum tipo de fonte, pois a diversificação pode revelar aspectos e

características diferenciadas das relações do homem, quer sejam com outros homens ou com o meio em que vive [...]” (LOMBARDI, 2004, p. 158).

É importante destacar que uma parte das fontes utilizadas no decorrer da pesquisa encontra-se no Arquivo Nacional⁶ e outra, no Museu Nacional⁷, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Para desenvolver a pesquisa, foram feitas duas visitas para coleta de dados. Na primeira visita ao Arquivo Nacional, não foi possível recolher os documentos, porém elegemos as fontes que seriam utilizadas, as quais foram visualizadas por meio digital. O acervo de Bertha Lutz estava sendo reorganizado com a finalidade de disponibilizar os documentos do acervo de forma on-line a todos interessados em pesquisas sobre temas que envolvem a intelectual. Em uma segunda visita, no Arquivo Nacional, os documentos de Bertha Lutz continuavam sob manutenção, no entanto nos foram permitidas a verificação e a coleta por meio de fotografias, e, por se tratar de um acervo volumoso, o trabalho demandou tempo e disciplina.

As fontes relativas à Bertha Lutz, até o momento da coleta de dados, estavam organizadas em séries, contidas no fundo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), divididos em: documentos relativos à vida profissional; relacionados à candidatura; à legislatura e aos projetos em revisão. Os documentos que compõem o arquivo permitem acompanhar a trajetória pública da titular Bertha Lutz.

A outra instituição em que se efetuou a coleta de fontes foi o Museu Nacional, originalmente denominado de Museu Real. Atualmente o museu integra a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa realizada nesse ambiente tornou-se singular, pois foi o local em que Bertha Lutz

⁶ Arquivo Nacional, criado em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos-SIGA, da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça. Tem por finalidades implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

⁷ O Museu Nacional está vinculado ao Ministério da Educação. É a mais antiga instituição científica do Brasil e o maior museu de história natural e antropológica da América Latina. Criado por D. João VI, em 06 de junho de 1818 e, inicialmente, sediado no Campo de Sant'Anna, serviu para atender aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico no país. Originalmente denominado de Museu Real, foi incorporado à Universidade do Brasil em 1946. Atualmente o Museu integra a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MUSEU, 2018).

trabalhou e permaneceu por um longo período ao assumir, por concurso, como secretária.

O acervo do museu tem diversos formatos: a) acervo bibliográfico, formado de livros, folhetos, periódicos, multimeios, obras raras, mapas, teses e dissertações pertencentes à biblioteca do Museu Nacional e à Biblioteca Francisca Keller, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS); b) acervo científico, composto por exemplares representativos da biodiversidade, fósseis, objetos etnográficos e arqueológicos, pertencentes aos departamentos de Antropologia, de Botânica, de Entomologia, de Geologia e Paleontologia, de Invertebrados e de Vertebrados; c) acervo documental, constituído de material arquivístico, custodiado pela Seção de Memória e Arquivo (Semear) e pelo Centro de Documentação em Línguas Indígenas (CELIN).

Os documentos de Bertha Lutz se encontram na Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) e são constituídos de cartas, relatórios, fotos, imagens, panfletos, discursos, textos, cadernos, documentos pessoais, recortes de jornal. Evidenciamos que os diferentes objetos e/ou documentos encontrados

[...] só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em consequência, aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas se erigirão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido [...] (SAVIANI, 2013, p. 14).

O acervo, em ambas as instituições, é volumoso, o que tornou complexa sua organização. Alguns desses documentos são manuscritos, o que pressupõe empenho para a análise e, ao mesmo tempo, tornou-se inigualável o estudo assim como estar em contato com cartas, recados, poesias, rascunhos de leis e decretos e cadernos usados por Bertha Lutz no desenvolvimento da sua graduação. São fontes que dão possibilidades ao historiador de exercer uma análise totalizante da intelectual.

Ao explorar as fontes eleitas para a tese, observamos que a intelectual buscou condições para a autonomia da mulher brasileira. As ações e propostas desenvolvidas por Bertha Lutz tiveram o mesmo objetivo, e pressupomos que as

fontes permitirão responder às indagações levantadas no decorrer do processo de construção do trabalho.

Em consequência do levantamento e investigação das fontes e das análises dos produtos existentes sobre a autora, a problematização do trabalho se apresenta com a seguinte proposição: Quais as ações em que a educadora Bertha Lutz esteve envolvida com a intenção de possibilitar condições para a autonomia da mulher brasileira?

Como forma metodológica para organizar o trabalho e examinar as ações de Bertha Lutz na sociedade brasileira, elencamos o seguinte objetivo geral: analisar as intervenções nas áreas da política, educação e trabalho que Bertha Lutz promoveu na sociedade brasileira no período de 1919 a 1937 com vistas ao reconhecimento da mulher como cidadã.

Para desenvolver o trabalho, apresentando os princípios levantados, especificamos como objetivos específicos:

- identificar Bertha Lutz como uma das personagens que criaram possibilidades para a condição da autonomia da mulher na sociedade brasileira;
- investigar no contexto político as ações de Bertha Lutz nos movimentos sociais em busca do direito pelo voto e sua participação na fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino;
- apresentar a proposta de Bertha Lutz para uma prática educativa nos museus;
- analisar o documento intitulado “O Trabalho Feminino” e a participação da intelectual Bertha Lutz na proposta de um ensino doméstico, direcionado para o trabalho.

Em consequência dessa organização, o trabalho intitula-se “Bertha Lutz e a Construção de Condições para a Autonomia da Mulher Brasileira: Trabalho, Política e Educação (1919-1937)”.

Como delimitação espacial, elegemos a cidade de Rio de Janeiro, capital do Brasil no período estudado. No entanto serão apresentadas ações realizadas ou planejadas em diversas regiões do Brasil, por ela ter atuado em diferentes

lugares. Portanto, devemos compreender as ações de Bertha Lutz como uma análise crítica do papel que a política, educação e o trabalho assumem em cada momento histórico, considerando-se as diferentes características e funções que são atribuídas a essas dimensões.

Tomamos como pressuposto para este estudo que as discussões e ações empreendidas por Bertha Lutz foram importantes para a organização social brasileira. Como delimitação temporal, elegemos o período que vai de 1919, ano em que Bertha Lutz assumiu o cargo de secretária do Museu Nacional, até 1937, ano em que ela deixa de exercer o cargo de deputada pela instalação do Estado Novo.

Dessa maneira, a TESE apresenta a seguinte asserção: para Bertha Lutz, a condição de autonomia para a mulher brasileira se daria por meio de três vias/eixos: a primeira via, que proporcionaria a autonomia da mulher, dava-se pelos direitos iguais na forma política; a segunda, para se efetuar a condição da autonomia, o caminho seria a educação; e a terceira seria o acesso da mulher ao trabalho. Portanto, essas vias eram indissociáveis, desse modo, a condição da autonomia da mulher na sociedade se efetivaria por diferentes vias/eixos.

Em consequência dessa asserção, alguns princípios embasam as ações que a intelectual promoveu na área política com tanto empenho para se efetivarem o direito ao voto e a aquisição do direito igual perante a lei, entendendo que este não era um fim em si mesmo, mas um meio para se levar a discussão da autonomia da mulher a lugares públicos, para tomada de decisões.

Na área da educação, Bertha Lutz redigiu um relatório sobre as visitas que fez a diversos museus onde explanou sobre a efetivação de uma educação para todos os cidadãos, por meio destes. Dessa forma, a educação seria estendida a todos, pois, se a mulher precisa aprender a atuar na sociedade, o homem necessita conhecer o papel que aquela pode assumir.

Na área social em que se trata do trabalho da mulher, Bertha Lutz se esforçou para fundamentar e organizar um ensino doméstico para as mulheres brasileiras do meio rural e do meio urbano, o qual deveria fornecer conhecimento para permitir a atuação delas em diferentes locais. Desse modo, o trabalho lhe daria independência e dignidade, a política lhe permitiria ser reconhecida como cidadã e a educação a formaria para a efetivação dessas conquistas.

O tema da pesquisa tem envolvimento com o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE) e define-se pela investigação acerca da educação e história da educação, entendida em sua articulação com a sociedade em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais nas linhas história e memória das instituições escolares no Brasil; história e memória da formação de professores; e história da educação pública e intelectuais.

Na última linha de pesquisa, estudam-se temáticas relacionadas à história da educação pública a partir de intelectuais, pensamentos pedagógicos, teorias, instituições e sistemas educacionais. Essa linha objetiva a compreensão do processo de construção da escola pública brasileira em suas relações com experiências internacionais.

Destacamos que o grupo de pesquisa está conexo ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). A denominação se vincula a um entendimento que remete ao historiador – aquele que exercita a história com seus métodos, teorias e instrumentais – a tarefa de dedicar-se, entre outros objetos e problemas de investigação, à educação que, por sua vez, não é mera abstração, mas é social, geográfica e historicamente determinada. Desse modo, verificamos que as leis, as resoluções, a organização de instituições em diferentes níveis, a organização das escolas não foram fatos lineares e espontâneos, nem consensuais, mas foram travados lutas, debates ideológicos sobre temas relacionados à educação, até que se chegasse a uma suposta resolução.

O tema da tese será estudado por intermédio da história da educação no Brasil, no século XX, e dos estudos de intelectuais ligados à educação. A importância histórica de Bertha Lutz reside no fato de que ela se destacou na vida pública brasileira entre os anos de 1919 a 1937, num contexto em que os valores sociais colocavam a mulher como subordinada ao homem. Bertha Lutz se engajou nos cenários político e científico, merecendo destaque entre as primeiras mulheres brasileiras a figurarem no Legislativo, lutando pelo direito à educação e pela profissionalização da mulher.

Com a intenção de responder à proposta de pesquisa e expor os resultados, o texto foi estruturado em seis seções que dão materialidade aos

objetivos específicos; na primeira seção, a introdução, realizamos uma apresentação da intelectual Bertha Lutz, bem como a exposição do objetivo geral do trabalho e dos objetivos específicos e um mapeamento sobre estudos que foram discutidos sobre a intelectual.

Na segunda seção, intitulada “Bertha Lutz, uma mulher na sociedade brasileira”, apresentamos um grupo de mulheres que se destacaram na sociedade brasileira. Nesse cenário houve intensos debates e conflitos no que se refere à condição da autonomia da mulher na sociedade brasileira. Tomamos como base que a conjuntura instalada está inerente aos séculos anteriores.

Na terceira seção fizemos uma investigação histórica sobre a busca da igualdade política de ambos os sexos pelas ações de Bertha Lutz junto à Câmara de Deputados e como integrante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, um movimento que teve representação nacional e internacional. Buscamos mostrar a estratégia de comunicação da sede da FBPF com as filiais por meio de cartas enviadas e recebidas.

Na quarta seção demos notoriedade às ações educacionais de Bertha Lutz e à prática educativa com museus que foi um dos temas a que dedicou grande parte de sua vida. Ela objetivava alcançar uma educação popular, por meio dos museus, e, em decorrência desses estudos, fez inúmeras visitas em mais de 100 museus nos Estados Unidos e Europa, a fim de implantar essa prática no Brasil.

A quinta seção foi elaborada na tentativa de compreendermos a proposta do ensino doméstico como processo para a inserção da mulher na área do trabalho, perspectiva em que Bertha Lutz esteve envolvida. Nas considerações finais, objetivamos demonstrar uma reflexão sobre a importância da autora na história e historiografia da educação.

O fio condutor desta tese tem centralidade nas ações da intelectual Bertha Lutz, desenvolvidas no século XX e que serão analisadas por meio das acepções trabalho, política e educação. A ênfase dada a essa intelectual mostra seu papel frente às adversidades da sociedade brasileira, no que se refere aos direitos femininos; a uma educação; a sua posição em movimentos de relevância nacional; e à inserção ao ensino doméstico como meio para inclusão ao trabalho

2. BERTHA LUTZ, UMA INTELLECTUAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1919-1937)



Ilustração 01 – Visita à ilha do Viana em Niterói⁸

Fonte: Fundo Bertha Lutz – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

[...] os actos humanos são a consequência das condições econômicas e sociais; parecem condicioná-las mas, na realidade, delas decorrem [...]⁹

Bertha Lutz, 1933.

Para início desta seção, trazemos uma ilustração que retrata um grupo de mulheres, entre elas está Bertha Lutz. Essa imagem figura uma viagem passeio¹⁰, realizada à ilha do Viana no Rio de Janeiro. Essas mulheres faziam parte de

⁸ Ilustração de Bertha Lutz e outras mulheres em uma viagem a passeio. Em primeiro plano, sentada, Bertha Lutz (1ª), Carmem Velasco Portinho (3ª com chapéu na mão e braço sobre Maria Luisa), em segundo plano Gabriella Besanzoni Lage (5ª com chapéu na cabeça) e Maria Luisa Bittencourt (6ª), e ao fundo Joanídia Nuñez Sodré.

⁹ Optamos em deixar as epígrafes e as citações em grafia original.

¹⁰ As viagens passeios, ou por vezes denominadas visitas, foram atividades frequentes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Estão relatadas em atas da Federação. Após essas atividades alguém ficava responsável para informar às associadas que não puderam comparecer as ações que foram desenvolvidas naquele passeio como visitar escolas, museus, conversar com intelectuais como poetisas e escritoras. Esses movimentos tinham sempre a finalidade de conhecer algum lugar, alguém ou assistir a uma palestra.

associações femininas que tiveram como objetivos comuns a autonomia da mulher. A escolha desse retrato tem como propósito pontuar algumas considerações sobre a intelectual que elegemos para a investigação do nosso trabalho. Em princípio, destacamos que Bertha Lutz fez parte de um grupo de mulheres que objetivavam alternativas de transformação nos espaços das mulheres no Brasil. Igualmente pontuamos que ela não foi a única a considerar a importância da mudança do papel social da mulher, mas uma entre tantas. No entanto a escolhemos por acreditar que suas ações resultaram em transformações e, em consequência, em fontes documentais, que, para nós, historiadores, são alicerces para a construção histórica de determinado período.

A seção tem como objetivo investigar, no processo histórico da sociedade brasileira, as mudanças e transformações na condição de autonomia feminina. É preciso explicar que os contextos econômico, sociocultural e histórico nos quais foram efetivados os direitos políticos, a educação e o trabalho feminino compreendem movimentações que se deram não apenas na esfera institucional, mas em espaços domésticos, em espaços sociais e em espaços de labor feminino. Daremos destaque à Bertha Lutz, uma mulher que esteve envolvida em constantes debates políticos, sociais e educacionais. Para este trabalho, entendemos que a mulher está inserida na totalidade, contudo observamos que a trajetória histórica daquela, contraditoriamente, foi peculiar e é a partir desse viés que será constituída a investigação.

2.1 A condição da mulher no cenário social brasileiro

A intelectual que tomamos como tema central do estudo ocupou diferentes espaços sociais e atuou em prol da autonomia feminina brasileira. Compreendemos que Bertha Lutz foi uma das mulheres, entre diversas, que promoveram ações que objetivavam mudanças na condição feminina e essas ações foram determinadas pelo momento histórico que as envolvia.

Tomamos como pressuposto a discussão que Hobsbawm desenvolveu no livro “A Era dos Impérios (1875-1915)”, apresentada no capítulo intitulado a “Nova

Mulher”, no qual dá importância à investigação feita por diferentes historiadores sobre a condição feminina na sociedade:

À primeira vista, pode parecer absurdo estudar a história de metade da raça humana de nossa época inscrevendo-a no contexto da história das classes médias ocidentais, um grupo relativamente pequeno mesmo no interior dos países de capitalismo “desenvolvido ou em desenvolvimento”. Contudo isto é legítimo, na medida em que historiadores concentram sua atenção nas mudanças e transformações da condição feminina a mais impressionante destas, “a emancipação feminina”, foi, durante essa época, iniciada e mesmo quase inteiramente restrita ao estrato médio e – em forma diferente – aos estratos superiores da sociedade estatisticamente menos significativos (HOBBSAWN, 1988, p. 272).

Com base nessa explanação, localizamos Bertha Lutz como uma mulher que participou de forma atuante na sociedade, possibilitando reflexões acerca das possibilidades de mudanças no tratamento condição da mulher no Brasil. Temos por suposição que a intelectual e outras mulheres fizeram parte de um grupo que acreditava que essas transformações teriam como base a educação, no que se refere à formação da mulher, e a não distinção social, relacionada às leis, e à inserção ao trabalho como um direito.

Hobsbawn (1988), ao analisar o contexto americano e o europeu em meados dos anos 1880, argumenta que a condição da mulher passou por mudanças impressionantes e, diante desses fatos, podemos elencar diversas protagonistas que se destacaram no assunto.

Segundo Hobsbawn (1988, p. 272), apesar de a “emancipação feminina” ser modesta naquele período, produziu “[...] um pequeno – mas sem precedentes – número de mulheres ativas no campo, até então, restrito exclusivamente aos homens e onde de fato elas se distinguiam notavelmente [...]”, entre elas, podem-se citar Rosa Luxemburgo¹¹, Madame Curie¹², Beatrice Webb¹³ que produziram e promoveram ações, tornando-se um grupo diferenciado.

¹¹ Rosa de Luxemburgo nasceu em Zamisc, perto de Lublin, sudoeste da Polônia. Era a mais jovem de cinco irmãos. De origem judaica, conheceu uma dupla opressão: como polonesa em relação ao domínio da Rússia czarista sobre a região natal, e como judia em relação ao antissemitismo predominante na Polônia. Escritora e socialista (LUXEMBURGO, 2003).

¹² “Marie Sklodowska Curie nasceu no dia 7 de novembro de 1867 na Polônia e era a caçula de uma família de cinco filhos. Sua infância foi profundamente marcada pela morte de sua mãe,

Um ponto de mudança crucial na condição das mulheres do mundo “desenvolvido”, e que o autor menciona como visível, foi a diminuição do número de prole, ou seja, a mulher começou a ter menos filhos. No mundo “em desenvolvimento” isso começou a ocorrer após o intervalo de uma geração.

Historicamente falando, o acentuado declínio da fertilidade, nos países “desenvolvidos” é absolutamente novo. A propósito, a ausência, em grande parte do mundo, de um declínio conjunto da fertilidade e da mortalidade explica a espetacular explosão da população global, desde as duas guerras mundiais: pois, enquanto a mortalidade tem caído extraordinariamente, em parte devido à melhora do padrão de vida, em parte pela evolução da medicina, o índice de natalidade, na maior parte do Terceiro Mundo, permanece alto e apenas está começando a declinar após o intervalo de uma geração (HOBBSAWN, 1988, p. 272).

Em nossa análise observamos que o autor sinalizou que o controle da natalidade indicou significativas mudanças culturais no interior das famílias tanto para as crianças, como para as mulheres e homens em relação à expectativa de vida.

Se os filhos deviam ser mais bem-sucedidos que seus pais – e, para a maioria das pessoas, na era pré-industrial, isto não fora possível nem desejável – era preciso que tivessem melhores oportunidades na vida; e famílias menores tornavam possível dedicar mais tempo, mais cuidados e mais recursos a cada um dos filhos (HOBBSAWN, 1988, p. 275).

Nesse sentido, transformações foram anunciadas com essa mudança de comportamento, pelo controle da natalidade e oportunidades de melhoria social e profissional nas gerações subsequentes, que poderiam apresentar que a vida poderia ser diferente da vida dos pais.

quando Marie tinha apenas 11 anos. Seu pai era físico e matemático, influenciando Marie Sklodowska Curie política e cientificamente. Foi a primeira mulher a receber um Prêmio Nobel, de física, em 1903, junto com Pierre Curie e o Prof. Dr. Antoine Henri Becquerel (1852-1908), pela descoberta da radioatividade. Também foi a primeira mulher a receber o Nobel de Química, 1911, pela descoberta dos elementos químicos, polônio e rádio. Suas pesquisas sobre radioatividade trouxeram grandes avanços em três áreas: Química, Física e Medicina” (BRAGA; NASCIMENTO, 2011, p. 1).

¹³ Beatriz Webb (1858-1943): Socialista britânica, economista e reformista. Depois da Revolução Socialista de Outubro manifestou, junto com seu marido Sidney Webb, grande simpatia pela União Soviética. Publicou vários trabalhos, entre os quais figura *Industrial Democracy* (1897), a exposição mais completa e sistemática do trade-unionismo inglês. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/w/webb_beatrice.htm> Acesso em: 05 jan. /2018.

Hobsbawn (1988, p. 286-291) aponta que houve mudanças na posição social da mulher, em particular após o ano de 1914. A primeira transformação foi a expansão do ensino secundário para meninas. A segunda se refere à mudança de posição das (jovens) mulheres, houve maior liberdade de movimentos adquiridos por elas, tanto no seu próprio direito como pessoa quanto nas suas relações com os homens. A terceira mudança significativa foi a atenção pública, acentuadamente maior, concedida às mulheres, como um grupo que possuía interesses e aspirações especiais.

Diante desse contexto, Hobsbawn (1988) apresenta a perspectiva do surgimento de uma “nova mulher” dentro do meio burguês, que, nesse cenário, começou a ser analisada pelo sexo masculino, que observou o surgimento dessas pioneiras e percebeu que alguns homens teorizaram e discutiram sobre o tema e que existiram mulheres protagonistas dos escritores de caráter “progressistas” como Nora, de Henrik Ibsen¹⁴, e Rebecca West¹⁵, heroína de Bernard Shaw, ou melhor, anti-heroína (HOBSBAWN, 1988, p. 272).

Podemos observar que esse processo ocorreu de modo aproximado no Brasil, no século XIX, e com mais intensidade no início do século XX, quando algumas mulheres, tidas como pioneiras, buscaram transformações na condição da mulher em diferentes caminhos.

É mister considerarmos que no Brasil havia diferentes perspectivas, em se tratando do lugar dos sujeitos na sociedade, e esses pensamentos foram difundidos por diferentes grupos. Conforme mostra Saffioti, “[...] nos últimos decênios que antecederam a proclamação da República, era intensa a agitação de ideias, diretamente inspiradas no liberalismo e cientificismo estrangeiro [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 291).

Esses grupos sinalizavam, por meio das mudanças das estruturas sociais, o lugar, por exemplo, que a mulher deveria ocupar e/ou quais as habilidades que uma mulher deveria ter para fazer parte daquele contexto, ou quais conhecimentos seriam necessários para ela se adequar à sociedade.

¹⁴ Nora é uma personagem da peça naturalista ‘Casa de Bonecas’ do dramaturgo norueguês Henrik Ibsen (1828-1906). O autor apresenta por intermédio da personagem Nora, traços de emancipação feminina e crítica aos padrões burgueses vigentes no século XIX, sobretudo no que diz respeito ao papel de submissão da mulher (LIMA, 2015, p. 353).

¹⁵ Rebecca foi uma personagem protagonista anti-heroína de uma das obras de Bernard Shaw, irlandês que ganhou o Prêmio Nobel em 1925.

Conforme Saffioti, a Igreja Católica representava um pensamento conservador que procurava manter a ordem, objetivando preservar a estrutura patriarcal da família, “[...] advogavam os católicos alegando as diferenças básicas entre o homem e a mulher, uma correspondente desigualdade no plano das capacidades civis e políticas [...]” (SAFFIOTI 2013, p. 291). Nessa perspectiva, era negada a participação das mulheres nas dimensões política ou administrativa, alegando-se o caráter moral e social. Conforme essa perspectiva,

[...] a mulher poderia continuar operando, mantidas as suas condições de vida, como freio às tentativas de transformações mais ousadas. O baixo nível de educação feminina é, assim, defendido em nome da necessidade moral e social de preservação da família, como se esta fosse incapaz de persistir através das mudanças que a evolução social lhe impõe frequentemente [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 291).

Outra concepção que Saffioti (2013) destacou nessa conjuntura foi os liberais clássicos, os quais caberiam uma posição mais moderada, não visavam à emancipação da mulher, mas, sim, pré-determinar uma formação para o exercício de suas funções de esposa e mãe, “[...] não pensavam na emancipação econômica, social e política, mas puramente em torná-la apta a desempenhar, segundo os requisitos da sociedade, seu papel de mãe de família [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 296).

O positivismo seria outra concepção que permeou o Brasil, estabelecendo o papel da mulher. É interessante observar que o positivismo não condena a mulher ao lar, “[...] decorre de sua visão especial sobre as diferenças entre os sexos e dos papéis sociais que os representantes de um e outro devem desempenhar [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 297), ou seja, são diferentes, com características diferenciadas, “[...] a uma superioridade afetiva da mulher corresponde uma superioridade de caráter do homem; à inteligência analítica do homem corresponde a inteligência sintética da mulher [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 297).

Em consequência dessa perspectiva positivista, mulheres e homens têm papéis diferenciados para exercer na sociedade, acentuado a distinção entre os sexos. À mulher “[...] não havia, em suma, no sistema positivista, lugar para a

libertação [...]. Sua preeminência moral constituiria meramente um disfarce para sua heteronomia social, econômica e política” (SAFFIOTI, 2013, p. 299).

Saffioti explicou que, no Brasil, a perspectiva mais avançada para a época, a qual difundiu uma concepção sobre o espaço da mulher, coube ao cientificismo liberal, que depositava “[...] uma crença inabalável no poder da educação como fator de mudança social e de justiça social constituía, por assim dizer, a questão-chave de cuja solução dependia o progresso da sociedade brasileira” (SAFFIOTI, 2013, p. 299).

Essas perspectivas são frutos da organização social, não somente no Brasil, mas de diferentes países. Não foram implantadas por autores ou grupos, mas são teorias que expressam a materialidade da sociedade em determinada época. Percebemos que essas concepções sobre organização social indicam o espaço determinado para os atores sociais. Destacamos que, ao serem difundidas, essas perspectivas foram ganhando contornos diferenciados, muitas vezes se adaptando ao país, região ou cidade. Foi diante desse cenário que surgiram mulheres, que destacamos neste trabalho, as quais se insurgiram contra o espaço que a mulher ocupava no Brasil.

De acordo com a verificação das pesquisas que envolviam mulheres, marcamos os obstáculos que envolvem esse tema. Destacamos a falta de documentos para o desenvolvimento de investigações, e, como versou Soihet, “[...] as historiadoras tomaram consciência das dificuldades de penetrar no passado feminino, já que presença das mulheres nos arquivos revela-se extremamente reduzida [...]” (SOIHET, 2004, p. 34), pois esta foi destinada a espaços privados por um longo período da história. É nesse contexto que pontuamos que a inclusão das mulheres em estudos e pesquisas:

[...] tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos histórico, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas marcadamente masculinas [...] (RAGO, 1995, p. 81)

Procuramos contemplar mulheres que se posicionaram em âmbito nacional na busca de transformação da organização social, econômica e cultural do

período estudado. Entre as mulheres que elencamos, ressaltamos Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), educadora, escritora e poetisa; Patrícia Rehder Galvão, conhecida pelo pseudônimo de Pagu (1910-1962), escritora, poeta, diretora de teatro, tradutora, desenhista, cartunista, jornalista e militante política brasileira; Maria Lacerda Moura (1887-1945), escritora; Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), médica, escritora, pedagoga e política brasileira; Mariana Coelho (1857-1951), professora e escritora; Julia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora e abolicionista; Cecília Meireles (1901-1964), escritora; Maria Dupré (1905-1984), escritora; Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976), botânica, deputada, docente, pesquisadora do Museu Nacional e escritora.

Esse grupo de mulheres brasileiras se destacou na sociedade, por apresentar perspectivas variadas, e deu bases para transformações na condição de emancipação social da mulher no contexto brasileiro.

No Brasil aponta-se que uma das primeiras mulheres a elaborar uma perspectiva sobre a condição da mulher em relação à educação, diferente do que estava posto, foi Nísia Floresta, que desenvolveu seus trabalhos objetivando uma formação feminina e considerava importante e necessária uma educação com os mesmos conteúdos ensinados ao sexo masculino. Escreveu diversos livros que tiveram a mulher como tema e manteve o Colégio Augusto com o objetivo de educar mulheres.

Conforme Duarte (2008), o colégio trouxe diferentes inovações para o período, como a inserção do ensino do latim, do francês, do italiano e do inglês, estudos sobre geografia e a história do país, a prática de educação física e a limitação do número de alunas com o intuito de garantir a qualidade do ensino.

Em 1832, Nísia Floresta escreveu o livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, que marcou o início da sua trajetória. Os textos discutidos pela autora apresentaram diferentes focos sobre educação, alguns criticando e colocando seu ponto de vista sobre a educação destinada ao sexo feminino, outros com tom mais ameno, com a pretensão de transmitir conhecimentos sobre a conduta adequada para as mulheres e meninas (DUARTE, 2008, p. 105-115).

No livro “Conselhos à minha filha”, escrito no ano de 1842, Duarte (2008, p. 115) afirma que a autora, ao eleger virtudes como adequadas para o sexo feminino, definiu-se com relação aos valores que apoiava e queria ver

normatizados. É necessário explanar que os valores difundidos na conjuntura daquele momento envolviam temas como moralismo cristão e medicina higiênica com o intuito do controle do corpo e do espírito dos jovens.

Podemos analisar que a preocupação da autora era o acesso da mulher ao ambiente escolar e que esta tivesse acesso aos mesmos conhecimentos que o homem e não às atividades domésticas como bordar e pintar, que até então seriam destinadas ao sexo feminino.

Foram mulheres como Nísia Floresta que iniciaram os debates em prol da mesma educação para sexos distintos. Ainda que a educação fosse baseada em princípios morais cristãos, consideramos que a coeducação era uma conquista valiosa, pois iniciava uma mudança de concepção sobre a educação.

Outra escritora que se destacou no final do século XIX, contribuindo para a análise sobre a educação, foi Julia de Almeida Lopes. Em seus escritos, ela considerava a importância da instrução da mulher como condição para a emancipação desta, como podemos observar em um texto de sua autoria, publicado pela revista “A Mensageira”, revista literária, dedicada à mulher brasileira, lançada por Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944), que circulou na cidade São Paulo, entre os anos de 1897 a 1900. Destinada à produção literária feminina, publicou diversos artigos que defendiam a emancipação das mulheres, reivindicando especialmente uma educação de qualidade.

No primeiro número, publicado em 15 de outubro de 1897, na sessão “Entre Amigas”, Julia de Almeida Lopes já reconhecia a importância da instrução para a mulher. No seu texto é mencionado que esta deveria deixar de ser mero instrumento de ornamento e questionava a importância intelectual da mulher, mesmo que dentro do lar:

Os povos mais fortes, mais práticos, mais ativos, mais felizes são aqueles onde a mulher não figura como mero objeto de ornamento; em que são guiadas para as vicissitudes da vida com uma profissão que as ampare num dia de luta, e uma boa dose de noções e conhecimentos sólidos que lhe aperfeiçoem as qualidades morais. Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos (ALMEIDA, 1897, p. 3).

Julia de Almeida Lopes procurava mostrar que uma mãe instruída poderia fazer um diferencial na vida do seu filho, e, assim, a instrução era necessária para a mulher no cotidiano. Analisamos que era uma maneira branda para se falar sobre o papel da mulher na sociedade. A instrução nessa conjuntura estava em fases de construção, pois, em 1894, era criado o grupo escolar que teve como objetivo romper com a antiga escola imperial. Assim, surgiu um novo espaço de convívio social, pela nova organização, com espaço físico que projetava um novo momento no ambiente educacional.

No mesmo número da revista “A Mensageira” foi publicada uma pequena parte do “Livro das Noivas”¹⁶, que relata:

[...] Com as mãos sujas de carvão, na cozinha, acendendo o fogo para fazer o almoço do marido, consendo-lhe a roupa, amamentando os filhos, varrendo a casa ou interpretando Chopin; pintando uma aquarela ou amarrando um *bouquet*, a mulher tem sempre a mesma poesia: a de trabalhar para ser agradável, útil, bôa, para satisfazer uma necessidade moral ou intelectual do esposo e da família, revelando-se amorosa e digna do doce e pesado encargo que a sociedade lhe destina [...] (ALMEIDA, 1987, p. 14).

É interessante observar que essa cena, retratada pela escritora, mostrou o dia a dia de uma mulher de classe baixa e fez comparação com as atividades de uma mulher de classe alta; fosse varrendo a casa, como uma mulher de classe baixa, ou interpretando Chopin, habilidades de uma mulher de classe elevada. A poesia era somente uma para ambas serem agradáveis e úteis, para satisfazer a necessidade moral ou intelectual do seu marido. Julia de Almeida Lopes termina o excerto expressando que esse era o encargo social que a mulher levava e exhibe, de forma clara, o papel da mulher esperado pela sociedade. Nesse debate consideramos a intervenção da Saffioti, que, no livro “A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade”, evidencia que:

[...] A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se

¹⁶ Livro das Noivas: destaca-se no período por ter sido editado por três vezes. O formato se dava como um manual de instrução para a mulher casada. Importante livro que fez parte de várias famílias brasileiras.

consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. Isso equivale a dizer que, afora as que permaneciam solteiras e as que se dedicavam às atividades comerciais, as mulheres, dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de seus maridos. E a asserção é válida quer se tomem as camadas ociosas, em que a mulher dependia economicamente do marido, quer se atente para as camadas laboriosas, nas quais a obediência da mulher ao marido era norma ditada pela tradição. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe de família (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

À medida que Julia de Almeida Lopes questionava o encargo que a sociedade destinava à mulher, apresentava a importância da instrução para esta, mesmo que para instruir os filhos. Usou a escrita em busca de autonomia diante da sociedade.

O uso da escrita foi também empregado por Cecília Meireles, que desenvolveu diferentes ações, usando essa ferramenta. Escreveu textos em formato de crônicas e poesias. Publicou em jornais, deu importância aos livros, em especial, aos infantis e acreditava que a:

[...] oferta de bons livros ao leitor infantil proporcionava o desenvolvimento de todas as suas habilidades de leitura e também intelectuais. Considerava importante que entregassem às crianças livros com atrativos, que estimulassem a leitura, tivessem boa nitidez e figuras (MACHADO; MÉLLO, 2008, p. 7).

Pelo significado que deu às bibliotecas, Cecília Meireles explanou, no seu texto “Uma biblioteca Infantil”, o valor que tinha essa instituição e abordou que as professoras não davam a esta a devida importância, pois a escola tinha um programa para cumprir que obrigava os alunos a lerem em determinados horários. Acreditava-se que as salas de leitura deveriam ser de frequência espontânea e indagou: “[...] um verdadeiro amante da leitura não vai agora ler, das duas e quinze às duas e meia, um certo livro apressadamente [...]” (MEIRELES, 2003, p. 340).

Cecília Meireles propunha uma biblioteca em que as crianças poderiam procurar livros com liberdade, escolheriam livremente nas prateleiras o que mais lhes agradasse e, dessa forma se formariam bons leitores. Menciona que no Brasil houve pessoas que se interessavam pela proposta: “[...] embora não tendo sido a primeira a ser criada, a biblioteca infantil de São Paulo foi, sem dúvida, a que mais oportunidades felizes mereceu para se desenvolver” (MEIRELES, 2003, p. 340).

Em particular, Cecília Meireles ficou em evidência no meio educacional por publicar textos relacionados à educação, em especial, no período de Getúlio Vargas, no jornal “Diário de Notícias”, da cidade do Rio de Janeiro. Em seus textos argumentava sobre a organização escolar, professores, a responsabilidade da imprensa sobre o plano educacional e a finalidade da educação. Explorava com frequência os temas das mudanças sociais, propostas no governo de Getúlio Vargas a partir de 1930, pois acreditava que elas eram um marco para o surgimento de uma nova escola, uma nova educação. Defendia a Escola Nova em diversos textos, como em “Escola Velha e a Escola Nova”, “Escola e Uma Escolinha”, entre outros.

Nesse sentido, observamos que um dos instrumentos utilizados pela intelectual foram as palavras e estas mantiveram a população informada sobre os princípios da Escola Nova e suas movimentações na sociedade.

Outra intelectual que utilizou as palavras para expressar sua perspectiva sobre a educação e sobre o espaço feminino foi Mariana Coelho (1857-1952).

Ela nasceu em Portugal e, ao chegar ao Brasil, instalou-se no Paraná, pois tinha família em Curitiba. Questionadora do papel que as mulheres desempenhavam na sociedade, jornalista e escritora, fundou o Liceu Santos Dumont para o sexo feminino, em Curitiba. Escreveu contos e poesias, textos para jornais, publicou livros, sendo o primeiro em 1908, intitulado “O Paraná Mental”¹⁷, em que abordou a trajetória da arte e da literatura do Estado do Paraná.

¹⁷ Conforme Wilson Hideki Sagae, que escreveu a orelha do livro na segunda edição em 2002, sobre o nome do livro: “O Brasil Mental, este é o irônico título do livro editado em 1898, em Portugal, e assinado por Sampaio Bruno [pseudônimo de José Pereira Sampaio (1857-1915)] com fins a provar que a antiga colônia não tinha sinais de vida intelectual apreciável. Tal graça, que nas terras de além-mar fizeram repercutir ecos de orgulho nos renitentes imperialistas deserdados, por cá, Brasil, tornou-se motivo de ácidos comentários contra imigrantes vindos da terrinha. Tal mostra

Mariana Coelho desenvolveu um livro que foi o resultado de suas ações e perspectivas sobre a mulher, intitulado “A Evolução do Feminismo subsídios para a sua história”, publicado em uma primeira edição em 1933. De acordo com um registro da própria autora, o livro demorou cerca de 30 anos para ficar pronto. Com quase 600 páginas, é considerado uma fonte que oferece elementos importantes para uma análise do contexto do nascimento do feminismo, no início do século XX, além de proporcionar um panorama geral do seu pensamento e suas crenças.

A autora supracitada, em seu livro sobre a evolução do feminismo, abordou diversos assuntos: como a emancipação feminina; a mulher e a religião; o civismo da mulher na guerra; a mulher na política e na administração; a mulher nas ciências, nas artes e nas letras; a ação da mulher na imprensa; e a mulher nas diversas modalidades do amor. Interessante analisar o ponto de vista da autora, no que diz respeito à emancipação da mulher.

[...] reafirmamos e reafirmamos sempre, com inteira convicção, que a verdadeira e principal emancipação feminina e a do trabalho. A mulher educada no preparo de qualquer rendosa profissão – e ela tem provado no respectivo desempenho, que a sua competência é igual à do homem – não tem receio do futuro, nem se preocupa com a ideia de que ele lhe proporcione um bom ou mau marido, nem mesmo a oprime a expectativa de não conseguir aquele que deseja. Amparada pela sua linda profissão, em vez de aceitar o ambicionado marido-arrimo, ela pode escolhê-lo, porque o seu trabalho lhe garante a independência, a felicidade. Seus progenitores não precisam mais expor a mercadoria, rodeando-a de todos os atrativos para muitas vezes infrutífera caça (do que resultam quase sempre casamentos desastrosos), porque o seu futuro está garantido pelo trabalho [...] (COELHO, 2002b, p. 48).

A intelectual Mariana Coelho considerava que o trabalho era fator determinante para a condição da mulher naquele contexto, o acesso ao mundo do trabalho garantiria a sobrevivência desta sem a necessidade de dependência de outro, no caso, o pai ou marido. A autonomia financeira traria a liberdade de

de animosidade teve repercussão também no Paraná, onde intelectuais trataram de aprumar suas penas em nome da pujança de nossa letras e artes. Personalidade como Romário Martins, Rocha Pombo, Nestor Victor, assim como os simbolistas da revista o Cenáculo, não deixaram de se manifestar; mas foi uma jovem portuguesa que coube a tarefa de produzir a melhor obra do gênero” (COELHO, 2012^a, p. 23).

escolha a fim de viver com maior dignidade no que se referia ao tratamento pessoal.

Podemos observar que a questão sobre o tratamento dado à mulher no Brasil foi tema de debates e polêmicas. Bertha Lutz, ao chegar ao Brasil no ano de 1918, constatou algumas peculiaridades com as mulheres e utilizou a imprensa escrita para relatar sua posição.

Na “Revista da Semana¹⁸”, na seção Cartas para Mulher, do dia 28 de dezembro de 1918, Bertha Lutz escreveu um texto explanando sobre a condição social da mulher no Brasil, que foi resposta para um artigo do dia 14 de dezembro, assinado por Iracema, também na sessão de cartas, que tratava sobre a depreciação da mulher brasileira, como observamos:

Sou brasileira e durante sete anos estive estudando na Europa. Foi com muita pena que observei no meu regresso o que a senhora diz sobre a falta de reverência e respeito para com a mulher, que se observa em nossa capital. O tratamento da mulher em público é penoso para ela e não contribui muito para honrar os nossos patrícios. Nos meios cultivados e para com a mulher de sua família ou de suas relações, há, naturalmente, mais respeito, mas é superficial e mal esconde a tolerância e a indulgência, como se se tratasse de uma criança mimada (LUTZ, 1918, p. 19).

A perspectiva da intelectual parte do contato que obtive com os movimentos feministas ingleses, que buscavam o direito ao voto, no período em que estava fazendo o curso *na Faculté des Sciences*, da Universidade de Paris. Na Inglaterra o movimento estava mais consolidado, em particular após a Primeira Guerra Mundial, e, como afirma Hobsbawm (1988, p. 284), “[...] o sufrágio tornou-se um fenômeno significativo, deu a medida da força política do feminismo organizado”. A intelectual, nessa conjuntura, esteve presente na organização das estratégias utilizadas pelas inglesas e teve a oportunidade de observar as relações sociais.

Diante desse quadro, com a experiência com movimentos sociais na Inglaterra e os cenários social, político e cultural em que se encontrava o Brasil,

¹⁸ Revista criada em 1901, na cidade do Rio de Janeiro, fez parte do rol de revistas que supostamente escreviam temas de interesse feminino.

observamos que Bertha Lutz promoveu ações em três frentes para a condição de autonomia para a mulher. Uma das condições para a autonomia da mulher localiza-se na política, a outra se encontra na educação e, por fim, a condição com o acesso irrestrito ao trabalho, as quais serão explanadas de forma mais articulada na sequência.

Bertha Lutz afirma que “[...] a maior parte deste estado lastimável cabe aos homens em cujas mãos a legislação, a política, todas as instituições públicas repousam” (LUTZ, 1918, p. 19). Referindo-se ao fato de que não havia mulheres em cargos que tivessem a possibilidade de explanar considerações diferenciadas naquela conjuntura, principia que as mulheres deveriam participar e exercer na prática diferentes ramos de trabalho.

Observamos que Bertha Lutz, ao questionar a legislação e a política, faz referência à promulgação da Constituição em 1891, em que a mulher não era vista como uma cidadã; fixou-se o sistema de voto direto e universal, foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídos os analfabetos, os mendigos, os praças militares. Diante desse tema, Faoro coloca que:

A República Velha continua, sem quebra, o movimento restrito de participação popular, paradoxalmente consanguíneo do liberalismo federal irrompido no fim do Império. A política será ocupação dos poucos, poucos e esclarecidos, para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas (FAORO, 2004, p. 621).

A Constituição não fez menção às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar. Podemos observar que a mulher não tinha valor como um sujeito que pudesse exercer um papel diante de questões sociais, pois nem se fazia necessária a menção de nomeá-las na lista dos excluídos do direito ao voto.

Nesse sentido, analisamos que a intelectual Bertha Lutz estabeleceu que uma das condições para a emancipação da mulher localizava-se na legislação e na política, nesse contexto ela apresentou a busca do voto como uma ação a ser desenvolvida em busca dessa condição. No entanto a viabilidade do voto não teria uma finalidade em si mesma, esse elemento era o que daria a possibilidade

de ingresso em cargos que teriam perspectiva de mudança, mostrando que homens e mulheres não eram diferentes, em se tratando de intelectualidade, e, portanto, poderiam exercer diversas atividades, por exemplo, no meio político.

A segunda condição para a autonomia era a educação. É interessante notar que, para a autora, a educação da mulher e a do homem eram igualmente importantes. Isso porque, se, por um lado, a educação igualitária garantiria a emancipação da mulher, por outro, possibilitaria aos homens um tratamento digno da mulher, como ser humano e não como objeto. Observamos a preocupação com a educação na seguinte indagação:

[...] Como, porém, obtê-la? Não devemos resignar-nos a ser as únicas subalternas num mundo ao qual liberdade sorri. Devemos tornar-nos dignas da posição que ambicionamos e dar provas do nosso valor para merecê-la. É certo que muito, em quase tudo no estado atual, depende do homem. Mas uma das maiores forças de emancipação e de progresso está em nosso poder: a educação da mulher e do homem. Dela, para que seja intelectualmente igual e para que sua vontade se discipline. Dele, para que se acostume a pensar que a mulher não é um brinquedo para distrair; para que olhando a sua esposa, suas irmãs, e lembrando-se de sua mãe, compreenda e se compenetre da dignidade da mulher. Para conseguirmos esse resultado, para mostrarmos a nossa equivalência, um esforço individual e coletivo é necessário (LUTZ, 1918, p. 20).

A instrução e a educação nesse debate foram apresentadas como suportes para se demonstrar equidade dos sexos. A autora travou intensos debates sobre a educação, questionando os princípios que estavam postos no período estudado. Como exemplo desses projetos educacionais que foram propostos e orientavam as discussões, destacamos o intelectual José Veríssimo (1857-1916) e a perspectiva educacional de Gustavo Capanema Filho (1900-1985).

José Veríssimo apontou, no seu livro “A Educação Nacional”, que a sociedade necessitava enfrentar o desafio da educação da mulher, estabelecia como prioridade uma formação para o público feminino, pois, “[...] em toda a significação do termo, o primeiro e principal educador do indivíduo, desde o seu nascimento, e quiçá ainda antes, até a sua morte, é a mulher” (VERÍSSIMO, 2013, p. 151). Essa foi a proposta principal do seu discurso, a educação deveria ser dada, pois compreendia que a educação de toda a sociedade começava

necessariamente pela mulher, nesse aspecto, a educação deveria ser iniciada com esta.

O autor em seu livro fez uma apresentação de como estava delineado o paradigma social da mulher naquela conjuntura. Mencionou que homens e mulheres viviam separados em ambientes públicos e que, em grande parte, em ambientes privados, essa configuração se mantinha. No cotidiano, homens e mulheres tinham padrões diferenciados de comportamento, a exemplo, na hora das refeições, o padrão era que à mesa as senhoras, sentadas de um lado, os homens, de outro, e no decorrer de um jantar em quase absoluto silêncio. As mulheres encontravam-se quase sempre em recintos domésticos, exercendo atividade como costura e cozinha (VERÍSSIMO, 2013, p. 154).

Em nossa análise, o autor compreendia que a mulher era criada e tratada como mero objeto de prazer, assim, ela não sabia conversar e nem aprendia, não havia liberdade de opinião, e, muitas vezes por medo, não havia trocas de ideias. Acrescentava que muitas senhoras de famílias com poder aquisitivo eram totalmente analfabetas.

Diante desse arquétipo de mulher, o autor afirma: “[...] sem convívio social, sem nenhuma ciência do mundo e da vida, não poderiam elas dar as educadoras de homens que a sociedade atual exige” (VERÍSSIMO, 2013, p. 156). E acrescenta que a educação almejada, “[...] somos nós, seus educandos, que temos, pela força das coisas, dar-lhes” (VERÍSSIMO, 2013, p. 156). Percebemos a necessidade que a vida contemporânea apresentava naquele espaço de tempo, exigia-se, segundo o autor, a necessidade de mudar os costumes e hábitos da sociedade em relação à mulher. Ele continua afirmando que seria uma tolice.

Revoltarmo-nos contra estas modificações na vida da mulher brasileira; elas decorrem logicamente das mudanças ou do progresso, se assim lhe quiserem chamar, da mesma sociedade brasileira. Não me parece fundada a opinião de ser a mulher mais conservadora do que o homem; ao contrário, creio que sendo ela de natureza mais nervosa, de uma sensibilidade mais aguda, como parece, até cientificamente, provado, é por isso mesmo menos consistente, e mais volúvel (VERÍSSIMO, 2013, p. 157).

Podemos constatar que, para Veríssimo (2013), há dois pontos centrais nessa necessidade de mudança em relação à mulher: primeiro, esta tem

singularidades e é diferenciada do homem, como apresenta no excerto anterior. Esse autor acreditava ter comprovações científicas dessas diferenças, como a sensibilidade mais aguda e a natureza mais nervosa; em outro ponto, havia necessidade da escolarização da mulher para o progresso da nação, pois ele presumia que a mulher, sendo a primeira a educar o “filho”, precisava de conhecimentos básicos para atingir tal objetivo. Diante dessa concepção, o autor sintetiza um programa de educação, o qual deve atender a duas condições:

[...] o interesse do educando e o interesse da coletividade em vista da qual se faz a educação. O interesse do educando é indicado pela natureza ou emprego de atividade a que ele se destina; o da coletividade, pelas suas condições e prospectos no meio das outras sociedades humanas. A mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra dos seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia da sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa, com todos os deveres correlativos a cada uma destas funções (VERÍSSIMO, 2013, p. 158).

Diante do interesse do educando e o da coletividade, a educação existente não supriria sua função, visto que, para o autor, estaria em um segundo plano. Veríssimo fazia uma crítica às escolas normais existentes, mencionava que estas não ensinavam o que se pretendia e nem mereciam a denominação, apresentavam um ensino teórico da pedagogia e às vezes nem isso. Acreditava que se deveriam criar institutos especiais de instrução feminina, não somente para as mestras, mas para as moças que quisessem frequentá-los, isto é, uma organização que servisse para os dois fins, formar mestras de escolas e dar instrução para as mulheres.

O autor menciona que a educação deve ser integral e enciclopédica, no entanto “Não se quer fazer dela uma sábia, nem se lhe exige que percorra e aprofunde todos os conhecimentos humanos [...]” (VERÍSSIMO, 2013, p. 158). Considerava importantes as noções de cultura, das leis gerais das ciências, dos acontecimentos fundamentais da evolução humana ou os fenômenos capitais das ciências do homem e da terra, no entanto as mulheres não precisariam se especializar ou aprofundar em qualquer uma delas, e nem em todas, pois ele acreditava no baixo potencial dela. Apontava que:

[...] a sua inteligência, que eu continuo a reputar inferior à do homem, acaso a tornaria incapaz [...] meia dúzia de anos da puberdade à juventude, bastariam para, com método e inteligência, dar-lhes essas [...] indispensáveis ao exercício racional e proveitosa da sua função social (VERÍSSIMO, 2013, p. 159).

Isso posto, o autor elenca áreas dos conhecimentos importantes para a formação da mulher, a base deveria ser a matemática, e, um pouco além das elementares, a física, a química e as ciências naturais. Nas ciências deveria prevalecer a parte abstrata, como base para a cultura geral. Para Veríssimo,

[...] não se trata de fazer delas físicas e químicas, nem, zoologistas ou botânicas, senão de dar-lhes, de cada uma destas ciências, ou antes dos fenômenos do seu domínio as noções positivas, exatas, claras, mais necessárias à compreensão do mundo e da vida e das leis do universo, conhecimentos a que por via de regra são as mulheres inteiramente alheias, e no entanto indispensáveis à sua tarefa de primeiras e principais educadoras do homem [...] (VERÍSSIMO, 2013, p. 165).

A língua portuguesa e a literatura natural deveriam ser dadas em um exato conhecimento da sua língua, para apurar-lhes o discernimento, para nela se exprimirem de forma simples, mas corretamente, “[...] sem as afetações literárias das sabichonas e letradas, mas sem a vulgaridade e incorreção das suas cozinheiras” (VERÍSSIMO, 2013, p. 164).

A geografia e a história geral, especialmente, sob a evolução humana e da civilização, após geografia e história pátrias, com o objetivo de dar ao educando a consciência da vida e do progresso da humanidade e despertar nele o sentimento da solidariedade humana, por conseguinte. Educação artística deveria ser tão completa e elevada quanto fosse possível, a educação estética, segundo o autor, se bem dirigida e bem aproveitada, seria:

[...] sempre de uma grande eficácia na realização do fim geral da educação. Se uma alma se abre realmente e honestamente ao belo, se os ente, se chega a perceber as suas relações íntimas e necessárias conquanto a comove e enleva, nenhuma outra espécie de educação poderia talvez ser mais útil à mulher. Nenhuma porventura lhe poderia fornecer tantos e tão estimáveis recursos para lhe embelezar e alegrar a vida e o lar, armá-la mais fortemente para resistir às inevitáveis contrariedades da

existência, pela contemplação, sentimento e gozo das puras emoções estéticas. Tem, porém, essa espécie de educação também um percalço, que é preciso a todo o transe evitar, e combater como um perigo social, e o cabotinismo, o esnobismo, a preciosidade, a pedanteria artística, vícios que numa mulher são ainda mais hediondos que num homem (VERÍSSIMO, 2013, p. 166).

Se a educação estética, para o autor, estava intrínseca à mulher, as línguas estrangeiras serviriam apenas para a utilidade prática, como a aprendizagem da leitura, isto é, um acessório, uma forma de apreciar as grandes obras e não romances ou folhetins. Outro tema necessário para a educação da mulher deveria ser o ensino geral da fisiologia humana e da higiene, pois, no Brasil, havia carência de higiene do vestuário e abuso de alimentação.

O autor chama a atenção, em seus estudos, para o fato de que grande parte da situação apresentada nesse quadro, no Brasil, esteve atrelada ao modo europeu português, isto é, a imitação servil das mulheres e à educação existente.

Em primeiro plano ele demonstrou a clausura que a mulher portuguesa viveu no convento ou recolhimento religioso, locais que, em geral, ela se educava com traços de moralidade, compostura, decência, instrução, bom-tom, disciplina moral e intelectual. Em um segundo plano, informava que, no lar doméstico, fora do convento, não foi mais ativa a existência da mulher, nem mais bem empregada a sua atividade (VERÍSSIMO, 2013, p. 151-152).

Portanto, Veríssimo constatava que a educação da mulher era necessária, demonstrando isso com discursos e um programa de conteúdos que contemplariam a educação feminina, contraditoriamente a outras proposições. A intelectual Bertha Lutz defendia que a mulher, como ser social, deveria receber uma educação igual, para atuar em diversos espaços. A semelhança entre os dois era que ambos principiavam a necessidade de uma educação para mulher. Bertha Lutz pontuava que a mulher teria papel social igual ao do sexo masculino, em contraposição, Veríssimo foi claro ao enfatizar que a mulher era um ser inferior ao homem.

Destacamos outro intelectual que, para nós, difundiu uma perspectiva sobre a educação da mulher. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, permaneceu no cargo durante 11 anos, de 1934 a 1945, período em que Getúlio Vargas foi presidente da República. Acreditava que a mulher precisava ter acesso

à educação, porém esta deveria ser diferenciada. De acordo com Capanema (2000), o poder público deveria ter em mente que a educação, tendo a finalidade de preparar o sujeito para a vida em sociedade (moral, política e econômica), precisaria considerar diversamente o homem e a mulher.

Entendemos que a educação nessa perspectiva deveria ser algo dado aos dois, no entanto de forma diferenciada para um e para outro. “Assim, se o homem deve ser preparado com têtora de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para o lar” (SCHWARTZMAN *et al*, 1984, p. 123). Isso porque a família constituída pelo casamento e indissolúvel é a base de toda organização social e, dessa forma, deve ser colocada sob a proteção do Estado. E o papel da mulher é fundar e conservar tal instituição. Compete ao Estado, então, prepará-la para essa grandiosa missão.

Em se tratando de uma educação feminina em nível secundário, “[...] era recomendado que a educação secundária das mulheres se fizesse em estabelecimentos de ensino com exclusiva frequência feminina, pois acreditava que a mulher tinha um papel diferenciado dentro da sociedade” (RELATÓRIO, 1946). Ao considerar essa diferenciação, definiu o Ministério que a orientação metodológica dos programas teria em mira a natureza da personalidade feminina e, assim, a missão da mulher dentro do lar.

Observamos que nessa conjuntura o poder era centralizado e voltado à nacionalidade, espaço em que a moralidade representava indicador imprescindível para o desenvolvimento do país. Por decorrência, o programa de educação feminina, traçado na organização nacional de educação, era peculiar, considerando que a formação moral da mulher seria importante para a constituição da consciência de seu papel na sociedade.

À mulher foi definido o papel de provedora do lar e, inclusive, a de garantidora de desenvolvimento do país por sua importância no desenvolvimento populacional, devendo desenvolver e orientar políticas públicas, vinculadas à pasta da educação e da saúde, para garantir que, ao constituir família, expandisse a população e, ao mesmo tempo, se orientasse por preceitos éticos e morais de respeito à religião e aos valores nacionais.

Foi contra essas perspectivas que Bertha Lutz e outras intelectuais, citadas anteriormente, registraram e desenvolveram ações com a finalidade de materializar um novo estigma para a mulher no Brasil. A posição marcada pela intelectual esteve na busca de propostas educacionais para que o sujeito adquirisse conhecimento e, dessa forma, a educação seria uma condição para a autonomia da mulher.

Uma das propostas constituídas pela autora, e que será abordada com maiores detalhes, fará parte da quarta seção, que será constituída de análise de um relatório que propõe uma prática educativa para os museus.

Na terceira perspectiva para condição da autonomia da mulher, a intelectual Bertha Lutz aponta que, além da busca dos direitos igualitários para ambos os sexos e a educação que naquele período se encontrava diferente para o sexo feminino e masculino, havia outro caminho que deveria ser materializado para a condição de autonomia, a inserção da mulher no mercado de trabalho.

A inclusão das mulheres no mercado de trabalho em diferentes países obteve problemas de diferentes esferas, como demonstra Hobsbawm.

No século XIX, foram, cada vez mais, consideradas aberrações da natureza, a não ser nos níveis sociais mais baixos, onde a pobreza e o rebaixamento geral das “ordens inferiores” impossibilitava considerar assim tão “desnaturadas” as mulheres que perfaziam o grande número das lojistas, das feirantes, das estalajadeiras e das donas de pensão, das pequenas comerciantes e das prestamistas (HOBSEAWM,1988, p. 281).

Mulheres trabalhadoras eram vistas como aberrações, como apontou Hobsbawm (1988), por diferentes motivos: primeiro, as mulheres tinham status de adorno, algo bonito para ficar em evidência por sua postura e presença; segundo, a mulher tinha cérebro diferenciado e inferior ao do homem, dessa falácia advém o status de aberração a se ver uma mulher no papel de trabalhadora. Às mulheres mais pobres cabiam ocupações práticas, ou seja, desenvolveriam uma ação sem pensar e, como eram de classe baixa, não eram vistas como aberrações, mas, impossibilitadas de viver sem esse trabalho.

No Brasil podemos constatar esse fenômeno de vulgarização pessoal com a bióloga Bertha Lutz que participou de um concurso público para o

preenchimento do cargo de “secretário” do Museu Nacional, para o qual havia somente concorrentes do sexo masculino, o que causou estranheza em parte da sociedade e de seus concorrentes. Um dos candidatos enviou uma carta ao diretor do museu, reclamando da participação de uma mulher, o que considerava contra todas as boas normas da moral e da família e, indignado, desistiu do concurso (SOIHET, 2006).

Bertha, influenciada pelo seu pai, Adolpho Lutz¹⁹ (1855-1940), que era médico e cientista, especialista em medicina tropical, marcou o início da sua carreira científica no ano de 1919, ao assumir o cargo de “secretário” do Museu Nacional. Considerava o fato uma vitória do movimento feminista, pois abriu caminhos para que outras mulheres pudessem exercer atividades públicas. No entanto explanava que o caminho era fastidioso e requeria organização das mulheres para lutarem por seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais (LÔBO, 2010, p. 29).

Diante desse quadro, e considerando a terceira condição, a autora utiliza como estratégia a construção de um documento com a organização de um ensino doméstico para as mulheres. Os objetivos desse ensino se organizariam para além de atividades manuais, atividades que dessem autonomia tanto dentro de suas casas ou como possibilidade de inseri-las no trabalho fora do ambiente da casa. Na seção 5, abordamos a questão do trabalho feminino com mais dados, a fim de apresentarmos a organização desse ensino, bem como os confrontos enfrentados pela autora.

Perante a análise das ações que Bertha Lutz desenvolveu em diferentes dimensões, constatamos que ela via a possibilidade da autonomia da mulher sob três condições, acesso à instrução; acesso aos direitos politicamente iguais; e inserção no trabalho, ou seja, essas atividades se contemplariam e se completariam. Diante dessa perspectiva, ela atuou em diferentes papéis e espaços.

2.2 Bertha Lutz: os princípios para a Constituição

Na busca da condição de autonomia da mulher, pelos três caminhos, primeiro, pela política, buscando a igualdade de direitos, a outra perspectiva pelo

¹⁹ Dados retirados do Instituto Adolpho Lutz (INSTITUTO, 2016).

acesso à educação e pelo acesso ao trabalho, a autora escreveu um documento intitulado “13 Princípios Básicos: Sugestões ao Ante-projeto da Constituição” e, nele, apresentou elementos que seriam necessários para a equalização dos direitos, dando ênfase a alguns aspectos que até então não estavam presentes na Constituição. O documento foi concluído em 1933 e composto por 63 páginas.

O desenvolvimento do texto tinha como cenário as transformações sociais, econômicas e culturais, enfatizava a questão política, pois estava em pauta a discussão de uma nova Constituição. Os cidadãos acreditavam na inserção de várias dimensões nesta, e esperavam-se ampliações nas condições sociais desde a Revolução de 1930²⁰.

Esse período de transição, iniciado com o movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luiz em outubro de 1930, e na sequência assumiu Getúlio Vargas, trouxe mudanças. Ficaram dissolvidos o Congresso Nacional, as Câmaras Estaduais e Municipais e quaisquer órgãos legislativos ou deliberativos existentes no país.

Segundo Boris Fausto (1996), os objetivos desse momento eram eleger uma Assembleia Constituinte e estabelecer uma nova organização constitucional, revendo e corrigindo as falhas da Constituição de 1891. É necessário lembrar que Getúlio Vargas foi o candidato que perdeu as eleições e assumiu o compromisso de reorganizar o espaço político com bases legais, pois o governo provisório se:

[...] definia a priori como um período passageiro, um expediente revolucionário que deveria subsidiar até que os legítimos representantes da nação – os deputados constituintes eleitos – assumissem a tarefa da construção de uma nova ordem legal (FAUSTO, 1996, p. 14).

Ressaltamos que, no período do governo provisório, as tensões entre o governo, setores políticos e sociedade civil geraram conflitos, a exemplo disso, podemos citar a Revolução Constitucionalista de 1932²¹. Alguns setores se

²⁰ Para discussão sobre o tema Revolução de 1930, ver os textos Boris Fausto (1984) e Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010 (2013).

²¹ Um dos mais importantes acontecimentos da história política brasileira, ocorrido no governo provisório de Getúlio Vargas, foi a Revolução Constitucionalista de 1932, desencadeada em São Paulo. Foram três meses de combate, que colocaram frente a frente nos campos de batalha forças

pronunciavam claramente pela continuação da ditadura, ligados ao Clube 3 de Outubro²², outros setores aguardavam as eleições, e os partidos políticos estavam em movimento de rearticulação. Em síntese, Fausto esclarece que:

O período do Governo Provisório é caracterizado, basicamente, pela explicitação e agudização do confronto político entre as duas principais forças que realizaram a Revolução de 1930. Aproximando-se pela crítica às práticas políticas da República Velha e objetivando a tomada de poder, tenentes e da Alianças Liberal e, posteriormente, na fase de conspirações militares, cabendo aos primeiros a incontestável liderança do movimento armado que levou ao poder Getúlio Vargas [...] Cabe ressaltar, entretanto que durante todo este período a questão da constitucionalização do país emergindo como o ponto de convergência e de expressão do conflito, capaz ao mesmo tempo de unificar facções oligárquicas e de contrapô-las aos setores “revolucionários” do tenentismo. A constitucionalização transforma-se paulatinamente, nos anos que vão de 1930 a 1933, no cerne de confronto de duas propostas, de duas alternativas políticas básicas para o futuro do regime e até mesmo da revolução [...] (FAUSTO, 1996, p. 25).

Foi em meio a esse contexto que a autora apresentou o documento “13 Princípios Básicos: Sugestões ao Ante-projeto da Constituição”, no decorrer da explanação, Bertha Lutz abordou vários assuntos. Observamos que, ao apresentar sua opinião sobre os itens no documento, ela demonstrou seu pensamento sobre a organização da sociedade brasileira. Dessa forma, cremos que esse documento seja um dos mais importantes escritos pela intelectual estudada.

Na introdução do documento, ela faz uma apresentação sobre o tema Constituição e sinaliza que as constituições que procedem da revolução industrial moderna deveriam consagrar:

[...] os princípios de formação lógica da sociedade humana, da previdência social, da boa organização econômica e da

rebeldes e forças legalistas. A revolta paulista alertou o governo de que era chegado o momento de pôr um fim ao caráter revolucionário do regime. Foi o que ocorreu em maio do ano seguinte, quando finalmente se realizaram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que prepararia a Constituição de 1934. (CPDOC/FGV, Anos de Incerteza (1930 - 1937) Revolução Constitucionalista de 1932).

²² Organização política, fundada em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, por elementos vinculados ao movimento tenentista, em apoio ao governo provisório de Getúlio Vargas. Em abril de 1935, por resolução de seus próprios membros, o Clube 3 de Outubro foi dissolvido (CPDOC/FGV, Anos de Incerteza (1930 - 1937) > No país dos tenentes > Clube 3 de Outubro).

racionalização do poder; do bem-estar colectivo aliado ao livre desenvolvimento da personalidade individual (LUTZ, 1933, p. 5).

A autora faz uma análise sobre a Revolução de 1930, explanando que: “[...] Os actos humanos são a consequência das condições econômicas e sociais; parecem condicioná-las, mas, na realidade, delas decorrem” [...] (LUTZ, 1933, p. 6). A autora prenuncia que, a partir da revolução, além da organização da política, haveria mudanças em diversos setores, como exemplo,

A revolução brasileira de 1930, a princípio limitada ao campo político, está se transformando muito lentamente em uma revolução econômica e social. Quando tiver chegado ao auge do seu desenvolvimento dela surgirá um Brasil Novo e este Brasil Novo reclamará inexoravelmente uma codificação nova das suas leis (LUTZ, 1933, p. 6).

Diante desse quadro, Lutz anuncia os elementos que deveriam constar na legislação, organizados na seguinte estrutura: I – Racionalização do poder; II – Organização da economia; III - Dignificação do trabalho; IV – Nacionalização da saúde; V – Generalização da previdência; VI – Socialização da instrução; VII – Democratização da justiça; VIII – Equiparação dos sexos; IX – Consagração da liberdade; X – Proscrição da violência; XI – Soerguimento da moral; XII – Flexibilidade do direito; XIII – Dinamização da lei. A autora organiza o documento nessa ordem, anuncia o item, logo após faz a justificativa e abordou as deduções lógicas.

Na racionalização do poder, a autora aponta que a ciência poderá fornecer uma metodologia, pois esta aplica uma atitude inteiramente objetiva e imparcial, na procura da verdade sem ideias pré-concebidas. Segundo a autora, a técnica científica, aliada à soberania do direito, promove a racionalização do poder. Em relação à questão econômica, deveria ser realizado um plano, o qual seria revisto e complementado, todos os anos, por um Conselho Econômico Nacional, anexo ao Departamento da Fazenda e Economia (LUTZ, 1933, p. 10-18).

Em se tratando da saúde, em nossa análise, Bertha Lutz deu destaque à situação em que se apresentava o território brasileiro, devido a proximidade das pesquisas relacionadas a seu pai, Adolpho Lutz, que envolviam doenças epidêmicas. Em consequência dessa preocupação, apresentou um panorama

geral dos problemas sociais brasileiros daquele período, indicou que a mortalidade materna e a infantil se devia à ignorância, à miséria, e a assistência estava precária. A adolescência se encontrava carente, o trabalhador urbano, cansado da luta diária, via, amedrontado, a chegada de doenças, sabia que seus recursos eram falhos para enfrentar os dispêndios que as acompanham.

A população dos sertões se depauperava nas garras das verminoses e das infecções tropicais, tornando-se inapta a propulsionar o progresso agrícola e o desenvolvimento rural. Em síntese, ela apontou que a saúde era um dos problemas mais urgentes do Brasil.

Nessa conjuntura, Gustavo Capanema ocupava o cargo de ministro da Educação e Saúde, portanto, desenvolvia programas e projetos que pudessem sanar o problema da saúde, advindo de conjunturas anteriores.

Segundo Gilberto Hochman, na gestão de Gustavo Capanema, “A febre amarela seguia ameaçando a capital, a malária grassava pelo interior do país, e a tuberculose era tida como o mais grave problema sanitário das cidades” (2000, p. 128). Diante desse cenário, campanhas foram disseminadas de forma vertical, objetivando, em especial, o homem rural.

O problema da saúde no Brasil teve um caminho com diversas dificuldades, damos foco na falta de organização, por parte de órgãos responsáveis, que desenvolvessem programas e projetos que objetivassem de fato tratar as epidemias. O governo Vargas em seu programa sugeriu que a saúde no Brasil seria reorganizada na busca de um homem novo saudável.

Monteiro Lobato²³ (1882-1948), no livro “Mrs Slang e o Brasil e Problema Viltal”, originalmente publicado em ‘O Jornal²⁴’ ao longo de 1926 e posteriormente reunidos em livro, em 1927, e em outra edição impressa em 1946, apontou que a resolução do problema de saúde do Brasil iniciou com Osvaldo Cruz no cargo de diretor geral da Saúde Pública em 1903, “[...] a escolha desse homem [...] foi o maior passo, talvez o único, dado pelo país durante a República para arrancar-se

²³ Para uma discussão mais complexa sobre o intelectual Monteiro Lobato, ver a dissertação intitulada “Reinações de um escritor: Monteiro Lobato”, de autoria de Maria Cristina Gomes Machado, desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá, ano 1993.

²⁴ O Jornal foi um periódico carioca que circulou entre as décadas de 1920 e 1960. Adquirido por Assis Chateaubriand em 1924, foi o veículo que deu origem ao conglomerado de comunicação dos Diários Associados. Lobato colaborou com o periódico entre 1925 e 1926 (MOTA, 2014, p. 73).

do atoleiro onde lentamente afundava” (LOBATO, 1946, p. 226). Indicava que até então o prognóstico da saúde no Brasil era dado por curandeiros.

Nesse livro, o autor, de forma crítica, criou um velho inglês filósofo, morador na Tijuca, e o pôs a dialogar com um “homem comum” durante intermináveis partidas de xadrez. Dessa forma, entre os diálogos foram surgindo os problemas nacionais, os quais, de forma cômica, foram sendo explorados. Em se tratando da saúde, afirmava que até Osvaldo, “[...] o médico era o Chernoviz: xaropes, iodureto e a continha. Curava – quando não matava. Prevenir nunca. O higienismo dormia o sono das crisalidas, apesar do movimento científico universal determinado pelas teorias pasteurianas” (LOBATO, 1946, p. 226).

O autor faz alusão ao conhecimento científico que circulava e era difundido em outros países e que, no Brasil, pouco se conhecia, por questões econômicas, mas também por crenças populares.

Rezende (2009) aponta que Adolpho Lutz sofria retaliações por consequência de suas pesquisas, quando estava no cargo de diretor do Instituto Bacteriológico, e ofensas relacionadas a campanhas de forma a depreciar a sua pessoa e a instituição que dirigia, não somente por parte da imprensa leiga como por destacados médicos apegados à medicina tradicional.

Lobato acrescenta que “Osvaldo, Gaspar Vaina, Chagas, Neiva, [Adolfo] Lutz, Astrogildo, Chaves, Vilela e Belisario Pena fizeram num lustro o que a legião de chernovizantes anteriores não fizeram em um século” e indaga se essas pessoas eram “gênios incendidos de faúlas divinas”, no entanto ele prenuncia: “Não que sejam criaturas de exceção [...] mas simplesmente porque, aparelhados com os métodos modernos, trabalharam norteados pelo seguro critério pasteriano” (LOBATO, 1946, p. 228).

Podemos constatar que Bertha Lutz fez parte dessa conjuntura, o que possibilitou sua inserção na carreira profissional, pois esteve inserida entre um grupo de pessoas que tinha preocupação com a sociedade e que acreditava na disseminação da ciência para sanar diversos problemas sociais. Nesse ambiente, ligada à ciência e por meio de suas pesquisas, no Museu Nacional, a intelectual conheceu diversas regiões do país, bem como os problemas sociais existentes.

Além da saúde precária nessa conjuntura, a autora aludia à previdência. Apontava que naquele período nenhuma defesa coletiva geral amparava os que

trabalhavam na velhice, na invalidez, no desemprego forçado de que eram e foram vítimas. Declarava a necessidade da popularização do seguro e da previdência social.

Em leituras sobre a intelectual Bertha Lutz, constatamos que houve debates densos sobre a questão do trabalho, da saúde da mulher, da instrução em diferentes espaços da sociedade brasileira, como, por exemplo, em congressos, discursos, publicações de jornais, reuniões, um deles foi a busca de direitos iguais perante a lei, ela acreditava na democratização da Justiça:

[...] mas para que esta formula igualitária se corporifique na vida pratica, uma condição é essencial: que a justiça esteja ao alcance de todos, independente da sua posição social e econômica. Esta condição só cumpre quando é rápida e gratuita. Sem democratização da Justiça é impossível a organização jurídica da sociedade humana (LUTZ, 1933, p. 36).

A equiparação dos sexos foi apresentada de forma clara no documento que está sendo analisado, “sugestões para a constituição”. Bertha Lutz sempre se posicionou na igualdade intelectual de ambos os sexos, deixando claro,

[...] que o cérebro da mulher não é inferior ao do homem, como não é inferior tão pouco, apenas diferente, a sua organização antomo-physiologica. Os caracteres sexuaes são caracteres secundários, derivados das funções reprodutivas. A diferenciação entre a mulher e o homem tem sido illogicamente estendida ao domínio psicologico, econômico e social. As consequências jurídicas devem ser limitadas aos dispositivos referentes às relações individuaes entre a mulher e o homem e às funções maternas [...] (LUTZ, 1933, p. 38).

Em uma perspectiva histórica, a autora relata que, em todas as fases da vida humana, a mulher sempre se colocou ao lado do homem, assumindo diferentes papéis, conforme as circunstâncias determinavam: escrava humilde, companheira dedicada, conselheira prudente ou soberana inspiradora. Com base na leitura feita por Bertha Lutz (1933), a revolução técnica industrial deslocou do lar para a fábrica as ocupações tradicionais da mulher.

Diante dessa mudança na dimensão econômica, urgia a necessidade de mudanças na esfera jurídica, “[...] porque sem ella succumbirá fatalmente na jornada rude pela subsistência. Reclama-a igualdade para que possa cultivar a

sua personalidade inteligente e colaborar eficazmente com o homem” (LUTZ, 1933, p. 39). A autora faz a seguinte observação: recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é desconsiderar metade da população.



Ilustração 02 – População do Rio de Janeiro
 Fonte: Censo de 1920a²⁵.

Conforme recenseamento de 1920, no Distrito Federal (Rio de Janeiro), a população era constituída de 598.307 homens e 559,566 mulheres, ou seja, cerca de 51,8 % pertencia ao sexo masculino e 48,2% ao sexo feminino. Dessa forma, a população do Rio de Janeiro era constituída de 1.157.873 pessoas. (CENSO, 1920a). Bertha Lutz apontava esses números expressivos da igualdade de

²⁵ Censo: Em 1870 ficou estabelecido que o intervalo entre os censos fosse de dez anos. Dois anos depois, em 1872, foi realizado o primeiro censo nacional no Brasil que recebeu o nome de 'Recenseamento da População do Império do Brasil'. O intervalo de dez anos para a realização de censos não foi cumprido e o censo seguinte, que deveria ter sido em 1882, não ocorreu. Com o fim do império e a Proclamação da República, em 1888, um novo censo foi realizado em 1890, seguido de censo em 1900. Em 1910 não foi realizada contagem que retornou em 1920. Em 1930 não houve recenseamento. Em 26 de janeiro de 1938, o decreto-lei nº 218 criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do Instituto Nacional de Estatística. Em 1940, transcorridos 20 anos da data da realização da última operação censitária, e após a radical transformação da estrutura dos serviços de estatística que se vinha processando nos últimos anos, realizou-se, em 1º de setembro de 1940, o V Recenseamento Geral do Brasil. Escolhemos os dados oficiais de 1920 por fazerem parte do período delimitado da TESE. (CENSO, 1920).

população com o intuito de manifestar a importância da mulher para a constituição e organização social.

Os dados do Censo de 1920 demonstram que a diferença existente entre os números de mulheres e homens se deu por causa da imigração, especialmente da entrada de portugueses no Brasil. No período decorrido de 1906 a 1920, houve excedente de entradas sobre as saídas do porto do Rio de Janeiro: “[...] do total de 144.546 indivíduos do sexo masculino (67%) e somente 71.964 do sexo feminino (33%) [...]” (CENSO, 1920b, p. 54).

Foram essas informações sobre a sociedade que Bertha Lutz teve como parâmetros para constituir suas perspectivas. No que tange a busca de liberdade e de direitos na forma da lei, a intelectual trabalhou de forma que abrangesse a todos. Em se tratando da mulher, em seus escritos, apresentavam dados mostrando a importância social das mulheres no Brasil para diferentes setores. Diante desse quadro, a autora se reportou a outra questão relevante, a entrada e a constituição de permanência de estrangeiros no Brasil.



Ilustração 03 – População do Rio de Janeiro segundo a nacionalidade
Fonte: Censo de 1920b.

Segundo o censo, no Distrito Federal havia 917.481 brasileiros, 239.129 estrangeiros e 1.263 estrangeiros de nacionalidades ignoradas. Em se tratando de estrangeiros no Brasil, Bertha Lutz afirmava que a liberdade na Constituição (1934) deveria ser assegurada a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, e, conforme a autora citou, deveria haver liberdade de crença e de culto; liberdade de opinião; liberdade de reunião e de associação; inviolabilidade do domicílio; sigilo da correspondência, documentos e meios de comunicação; liberdade de locomoção; emigração e imigração.

A liberdade, para a autora, deveria acontecer em múltiplos setores na imprensa, ou seja, aquela não poderia, em tempo algum, ser submetida ao regime da censura prévia, nem da fiança, nem seria emitida a apreensão de material ou a interrupção do funcionamento das oficinas topográficas, baseadas em oficina pela imprensa. O sigilo deveria ocorrer em diferentes meios de comunicação em correspondência, documentos de correio, telégrafo, telefone e outros meios de comunicação. Bertha Lutz demonstrava pensamento amplo sobre a liberdade na esfera política, direitos humanos, em relação à nacionalidade, particularmente as capacidades jurídica, econômica e política da mulher.

No documento, Bertha Lutz fez referência à violência, evidencia que a guerra é a maior das calamidades públicas e realça que a mais hedionda de todas as guerras é a guerra civil, referindo-se aos conflitos dentro do mesmo país, que levariam “[...] os filhos da mesma terra a encharcarem o solo da pátria com o sangue dos seus irmãos” (LUTZ, 1933, p. 50).

A intelectual acreditava que as únicas revoluções genuínas e duradouras eram as das ideias, pois só as ideologias novas e construtoras eram capazes de exercer modificações permanentes no ambiente político-social.

Outra questão em pauta no texto foi a moral, ela anunciou esse princípio, dando ênfase à crise moral que o país atravessava, apresentando os obstáculos que deveriam ser percorridos.

Para a autora, até aquele momento, a República e o desrespeito à lei foram acentuados, e, com o término da Revolução de 1930, esperavam-se a reconstrução política e a reorganização jurídica do país. No entanto mencionava que obstáculos existiam para a concretização dessa construção, que havia

dificuldades de natureza política, econômica e, acrescentava de natureza psicológica:

[...] a população recebe com indiferença toda a iniciativa altruística particular e com incredulidade todas as medidas de origem governamental, sejam ellas boas, indiferentes ou más. A inteligência vivaz e o individualismo excessivo do brasileiro levam-no a criticar ou a imitar o esforço alheio, ao invés de fortalecê-lo ou de aperfeiçoá-lo pela colaboração. A nossa indolencia é tal, que preferimos uma sinecura mal remunerada, mas obtida pelo empenho, a qualquer empreendimento, compensador, porém trabalhoso e dependente do nosso próprio esforço e vigor [...] (LUTZ, 1933, p. 54).

Para Bertha Lutz, a credibilidade do governo com o tempo foi desgastada e, portanto, a individualização social tornou-se hábito difundido na sociedade; diante desse cenário e como consequência dele, os brasileiros arriscavam o pouco dinheiro que tinham em loterias, compravam objetos desnecessários, pais de famílias desperdiçavam dinheiro de alimentos de seus filhos e da família com jogos de azar e, assim, eram incapazes de sustentar seus lares.

Pela análise feita, notamos que a intelectual indicava alguns hábitos da população que estavam moralmente degradados como a polidez e o cavalheirismo para com o sexo feminino, os teatros com espetáculos licenciosos, vistos pela autora como atentado à dignidade feminina e, dessa forma, ao respeito devido pelos homens às suas esposas, filhas e mães. Via a pornografia e as gravuras obscenas que estavam às margens dos livros e materiais escolares nas papelarias e acreditava que corrompiam o senso moral da juventude.

Podemos observar que a autora acreditava que algumas práticas não ajudavam na construção da moral na sociedade brasileira, como a divulgação de detalhes de suicídios, de crimes e a absolvição sistemática dos assassinos, mas conduziam a novos assassinos e a novos crimes e, ao seu olhar, reproduziam fielmente até os detalhes dos anteriores (LUTZ, 1933).

Bertha Lutz se mostrou preocupada com o tema moralidade brasileira, por exemplo, a forma com que as mulheres eram tratadas, e apresentou questões que davam ênfase à construção social do indivíduo que seguiriam por um caminho que desviaria a conduta, como explícito anteriormente. No entanto, diante desse cenário, sinalizou algumas questões que o Estado deveria assumir

para combater essa formação, um dos caminhos sugeridos pela autora seria a educação.

A intelectual considerava que era dever: “[...] fundamental dos paes zelar pelo desenvolvimento physico, moral e intelectual dos seus filhos. A Nação velará pelo cumprimento desse dever e collaborará com os paes e educadores na sua execução” (LUTZ, 1933, p. 55). Nessa perspectiva, mencionava a importância da ação dos pais, bem como dos educadores. Porém, o Estado estaria ao lado para colaborar com a formação do indivíduo.

O Estado deveria colaborar com a promoção do esporte e da educação física, apoiando as agremiações e instituições educacionais representativas, com os objetivos de fortalecer a saúde e de desenvolver a iniciativa e o espírito de cooperação da mocidade brasileira.

Outro item que nos chamou a atenção no documento foi a ênfase dada à exigência de noções gerais de direito constitucional e de educação política para a obtenção dos cursos secundários e para a ocupação de cargos públicos.

De acordo com a pesquisa, a educadora Bertha Lutz trouxe alguns elementos que marcaram sua perspectiva de sociedade e de educação, a importância da escola para a constituição da moralidade e a necessidade de uma educação política, tema que, por sua importância, será analisado e exposto em seção posterior.

Podemos observar que, de forma geral, a intelectual apresentou em todo o documento a tese de que, com base nas descobertas do conhecimento científico em diversas áreas, bem como do aperfeiçoamento da técnica, do conhecimento obtido dos séculos anteriores, não havia possibilidade, naquele período histórico, de que a mulher fosse tratada como um ser à margem da sociedade. Talvez a formação de Bertha Lutz, em ciências exatas e o contato com estudos desse ramo, permitira-lhe o acesso ao conhecimento da questão biológica do ser humano e, por consequência, a elaboração de um pensamento que percorreu sua trajetória na busca de igualdade perante a lei para todos.

Como consequência dessa concepção, suas ações foram pautadas na socialização da instrução, e, em justificção a esse princípio, ela mencionava que a ignorância era o mal supremo, atestava que os momentos decisivos da história da civilização humana eram aqueles que consagravam uma vitória cultural,

acreditava que o indivíduo deveria ter o mesmo direito à instrução que ao alimento.

Podemos compreender que essa perspectiva sobre o poder que a escola exercia foi disseminada no século XIX, como apresenta Machado no livro “Rui Barbosa: Pensamento e Ação”: “[...] Por intermédio dela [escola], esperava-se preparar o homem para o trabalho agrícola ou artesanal. Nesse século, a leitura e a escrita passavam a ter novo significado para o homem; por meio delas poderia romper distâncias [...]” (MACHADO, 2002, p. 106). Observamos que a educação, nesse período, foi vista com salvacionista, dessa maneira, o acesso da população ao ambiente escolar, por si só, garantiria melhoramento na sociedade.

Bertha Lutz (1933, p. 33) explorava a concepção de que o Estado deveria promover a socialização da instrução ao alcance de todos, “[...] na medida de sua capacidade de assimilá-la e das possibilidades máximas do erário público”. Verificamos que essa concepção foi considerada importante na segunda metade do século XIX e teve influências nas premissas da Revolução Francesa, como enfatiza Machado:

[...] difundiu-se a ideia de que a escola era dever do Estado e obrigatória para todo cidadão. [...] O estado, chamado para encarregar-se da instrução de todas as classes da população, independente da sua condição social, criava os sistemas nacionais de ensino. A educação era não só vista como aquela que poderia aproximar as classes, mas que, no interior da escola, permitiria a elas se igualarem e receberem as mesmas oportunidades. A responsabilidade social pela posição social que indivíduo ocupasse na sociedade passaria a depender de sua capacidade e aptidão (MACHADO, 2002, p. 106).

Como consequência, foi a partir da Revolução Francesa que os princípios de universalização, gratuidade, laicidade e obrigatoriedade passaram a compor a idealização da escola pública. As disputas políticas que foram travadas nesse contexto evidenciam que a instrução foi uma área de contestação: “[...] se por um lado, foi instrumento de e para hegemonia burguesa, foi também, por outro lado, conquista resultante de uma luta política encetada por todo o Terceiro Estado²⁶

²⁶ A sociedade francesa do velho regime se apresenta em três ordens ou estados: o clero a nobreza e a burguesia. O primeiro e mais antigo, o clero, dividia-se em dois grupos: alto clero, composto por bispos, abades e cônegos recrutados entre a nobreza e o baixo clero, composto por

[...]” (LOPES, 2008, p. 138). É no sentido de conquistas frente às adversidades sociais que se insere a intelectual Bertha Lutz.

Outro princípio que norteava sua concepção de educação seria que esta fosse unificada, seriada desde o ensino primário até o curso superior e custeada de forma conjunta e proporcional pela União, pelos Estados e municípios. Em relação à formação ao magistério público, este deveria ser formado em cursos superiores e, de modo igual, em todo o país.

A autora considerava que deveria existir uma legislação federal que apresentasse princípios básicos, normas e diretrizes relacionadas à instrução com exigências mínimas. Em relação à organização, “[...] o ensino primário, a educação física civil e o ensino profissional são públicos, gratuitos e obrigatórios. Uma lei ordinária poderá estender ao ensino secundário e superior os mesmos dispositivos” (LUTZ, 1933, p. 34). Em sua visão, o acesso aos cursos secundários e superiores deveria obedecer a critérios da aptidão.

Em relação ao ensino universitário, acreditava que a cátedra e a administração universitária deveriam ser autônomas. Ao governo caberia prestigiar a ciência e o desenvolvimento desta, criando institutos de pesquisa, faculdades de ciências, política e sociologia, estações biológicas e reservas naturais.

Bertha Lutz fez uma análise sobre a possibilidade de faltarem estabelecimentos públicos de ensino e abordou a seguinte sugestão: seria permitido aos particulares, individual ou coletivamente, fundar e manter escolas, desde que obedecessem aos princípios básicos, normas, diretrizes e exigências mínimas da legislação federal em relação ao ensino, ao preparo e à remuneração do professorado.

Sobre a socialização da instrução, Bertha Lutz acreditava que deveriam ser organizados e executados planos e campanhas da instrução e cultura, com a

50 mil curas e vigários recrutados entre os plebeus. Apesar das diferenças internas, a igreja, enquanto instituição ligada à aristocracia constituía um corpo fortemente organizado com hierarquia e disciplina controladas por mecanismos internos. O segundo estado, representado pela nobreza, fora composto por três grupos: a nobreza palaciana, provincial e judiciária, constituída por trezentos e cinquenta a quatrocentos mil nobres que gozavam de privilégios honoríficos, econômicos e fiscais. A detenção desses privilégios constituía sua união e seu poder. Quanto ao terceiro estado, por sua vez apresentava-se dividido em três grandes grupos representados pela burguesia, pelas classes populares urbanas e o pelo campesinato, contando ao todo com vinte e quatro milhões de pessoas (LOPES, 2008, p. 27-37).

colaboração de todas as instituições culturais públicas e particulares, subvencionadas ou comerciais.

A intelectual finaliza o texto apresentando algumas sínteses acerca da Constituição, afirmando que constituições rígidas são sempre falhas. Que se devem procurar meios para conferir flexibilidade à estrutura da constituição escrita, pois ela necessita: “[...] se adaptar ao meio, sofrer a modificações que a experiência mostrar necessárias e resistir aos embates das ondas sucessivas, inevitáveis numa época de transição como a nossa” (LUTZ, 1993, p. 59). A autora considerava que as constituições rígidas dificultavam o progresso e o crescimento nacional e sinalizava que:

[...] Para que os princípios básicos da justiça social e da organização económica venham a se projectar beneficentemente na vida nacional é preciso que dentro do prazo determinado sejam regulamentados pela legislação ordinária e completados pela criação dos órgãos administrativos e técnicos indispensáveis a sua efectivação. Para que as regras de sabedoria política desempenhem perfeitamente o seu papel de auto-disciplina jurídica é imprescindível vivificá-las, dando-lhes participação íntima, directa e diária na vida pública do país. Mas para que o Estatuto Básico de uma nação possa viver da vida do povo é preciso um esforço consciente, deliberado, tenaz, destinado a fazê-lo penetrar na consciência do povo (LUTZ, 1933, p. 61).

A autora acreditava na dinamização da lei, recomendava que, após a posse do novo governo, deveriam ser criados e regulamentados departamentos e serviços necessários para a execução dos dispositivos constitucionais. Indicava que, uma vez estabelecidos os novos princípios do direito constitucional brasileiro, estes deveriam ser levados ao conhecimento de toda a população pelos meios de comunicação.

Interessante observar que, ao terminar o texto, Bertha Lutz relata que o documento possuía falhas e um dos motivos era a distância do debate travado na subcomissão, pois fora elaborado por membros da Comissão do Anteprojeto Constitucional. Por outro lado, em sua análise, a autora acreditava ser um ato significativo, pois pela primeira vez na história a opinião feminina fora chamada para se pronunciar diretamente sobre a organização da vida pública nacional.

Em nossa análise inferimos que a autora identificou quais foram as bases das ideias externadas e defendidas no documento, citou opiniões próprias, outras relacionadas à evolução do direito constitucional do pós-guerra, outras de consenso geral da orientação feminina universal.

Salientamos que o texto “13 princípios básicos: Sugestões ao Ante-projeto da Constituição” foi um dos documentos fundamentais para entendermos a perspectiva de sociedade, bem como a perspectiva do trabalho, da política e da educação que a autora, que é alvo desta investigação, teve em sua trajetória. Nas demais seções subsequentes, pretendemos retratar como essa concepção foi executada por meio de ações na sociedade brasileira e, mediante essa linha de raciocínio, analisarmos como se deu a intervenção nos espaços sociais e/ou como a autora se utilizou de estratégias para propagar as premissas vinculadas ao trabalho, à política e à educação na sociedade.

Supomos que Maria José Dupré foi uma intelectual que considerou essas transformações na sociedade brasileira e se utilizou da literatura para apresentar a mulher como sujeito social e que Bertha Lutz, assim como as outras intelectuais, tenha marcado a sociedade nos aspectos relacionados às condições da autonomia da mulher. Consideramos Dupré importante para a análise, em se tratando das intelectuais que possibilitaram mudanças na condição da autonomia da mulher.

Dupré iniciou a carreira no campo das letras com o texto “Meninas Tristes”, conto que abriu uma série, em 1939, no suplemento do jornal “O Estado de São Paulo”, no entanto, nesse período, usava o pseudônimo de Mary Joseph. Em 1941 adotou seu nome nos seus trabalhos e publicou diversos livros e textos (LACERDA, 2003, p.150).

Para este trabalho, optamos pela escolha de um texto que demonstra um fato que explicita as transformações ocorridas quanto ao papel da mulher na sociedade brasileira. Como exemplo, será utilizado um texto escrito por Monteiro Lobato que faz menção à Maria José Dupré.

No livro escrito por Monteiro Lobato, ‘Prefácios e Entrevistas’, publicado no ano de 1946, um dos textos faz referência à escritora Maria José Dupré, ele narra sua visita ao Departamento Mental da Companhia Editora e indaga ao

responsável o que havia de novidade para sua leitura, e este apresenta um livro novo para sua apreciação.

[...] Estou querendo que o senhor leia este segundo livro da Sra Dupré – e com o beijo indicou um maço de provas que estava folheando. Vou manda-lo para sua casa.

- Que é?

- um romance, mas um romance feito de maneira especial e diferente dos outros que a gente fica sem saber o que pensar. Eu o acho ótimo. O primeiro livro que ela publicou foi uma surpresa para todos, mas este me parece melhor. Eu queria que o Senhor o lesse ainda em provas...

- Artur, Artur, você bem sabe que só consigo ler o que me agrada tremendamente. Como me acha capaz de ingerir essa maçaroca de provas toda borrada de emendas e, ainda mas, livro de mulher? Mulher é só para ...fazer doces [...] Quando nesse dia voltei para casa lá encontrei um pacote da Editora com o texto [...] (LOBATO, 1946, p. 43).

Nas considerações sobre o texto, Lobato fez uma análise e o apontou como uma nova forma de escrever romance no Brasil: “Refletindo melhor vi que a razão do valor da nova romancista está numa convergência de valores verdadeiros porque há os valores falsos, filhos do artificialismo” (LOBATO, 1946, p. 56).

A questão trata-se do livro intitulado “Éramos seis”, de Dupré, sobre o qual, em tom irônico, Lobato, em sua suposta conversa com o responsável pela apresentação de novos autores, menciona: “[...] livro de mulher? Mulher é só para... fazer doces [...]” (LOBATO, 1946, p. 43). Podemos observar o papel que esteve reservado para a mulher brasileira. A obra chama a atenção por ser um romance que tem como protagonista uma mulher que perde o marido e filhos e necessita trabalhar para sobreviver, o que o tornou uma das características desse período - a inserção da mulher no mercado de trabalho manifestaria uma condição para a emancipação dela.

Lobato mostra a falácia que se tornou uma das características que predominavam sobre o sexo feminino. A leitura sugere uma contraposição a todo esse contexto, pois o livro mostrava uma mulher forte, que necessitou fazer o papel de “homem” para continuar a sobreviver. Tornou-se, dessa forma, um dos marcos na literatura, no que se refere à mulher como protagonista.

Nas seções subsequentes pretendemos retratar como essa concepção foi executada. Mediante essa linha de raciocínio, verificar como se deu a intervenção nos espaços sociais, como a autora propagou as premissas vinculadas à política, educação e trabalho na sociedade brasileira.

3. A DEPUTADA BERTHA LUTZ E A AÇÃO POLÍTICA NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO



Ilustração04 – Em audiência com o presidente Getúlio Vargas no ano de 1935.

Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

[...] o movimento feminino é para nós o da emancipação econômica, a força do trabalho intelectual, a clara voz do estudo [...] (FEDERAÇÃO..., 1922a).

Esta seção tem como objetivo analisar os movimentos sociais que ocorreram em busca da condição de autonomia para a mulher; será dado destaque à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), uma associação que teve relevância nacional e internacional. Ressaltamos o mérito desse movimento em prol da ação política da mulher.

A ilustração que trazemos no início dessa seção faz parte de uma das ações realizadas pela FBPF, uma audiência com o presidente da República, Getúlio Vargas, no ano de 1935.

Pretendemos apresentar a organização dos trabalhos desenvolvidos bem como os princípios norteadores do movimento. É primordial explicar que a intelectual Bertha Lutz esteve à frente como presidente e como orientadora da Federação no período que abrange o presente estudo.

Temos como meta apresentar o objetivo da criação da Federação bem como suas principais ações desenvolvidas para a política social da população brasileira. Procuramos demonstrar como a mobilização da FBPF e de suas filiais foi coadjuvante para o desenvolvimento da cidadania na história no Brasil.

Serão temas desta seção a atuação e as ações desempenhadas pela intelectual durante a campanha política na qual concorreu ao cargo de deputada.

3.1 A presença de Bertha Lutz no feminismo no Brasil

Para fins de estudos, denominamos movimento feminista a luta pela transformação da condição social da mulher na sociedade. De posse desse entendimento, será feita uma análise do estudo de autores que tiveram como objetivo de trabalho a participação de Bertha Lutz nos movimentos feministas. Torna-se necessário, para este estudo, o conhecimento desses movimentos, pois Bertha Lutz foi uma feminista ativa e, por estar inserida no movimento, empreendeu ações que visaram a concretização das condições para a conquista de autonomia da mulher na sociedade brasileira.

Neste tópico, serão evidenciadas duas abordagens qualificando o papel social da autora estudada dentro do movimento social, a primeira proposta que será analisada foi apresentada por Céli Regina Jardim Pinto (2003) e a outra por Rachel Soihet (2006).

Céli Regina Jardim Pinto (2003) fez uma análise das primeiras décadas do século XX, explicou que o feminismo no Brasil passou por três vertentes, a primeira mais forte e organizada, foi liderada por Bertha Lutz, que teve como eixo central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente. Na visão de Céli Regina Jardim Pinto, esse movimento tinha limites precisos:

[...] nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas com um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs [...] (PINTO, 2003, p.13).

Essa vertente foi determinada pela autora como bem-comportada, pois as mulheres lutavam para a inserção na ordem social instalada. A segunda vertente, de acordo com Pinto (2003), poderia ser denominada de feminismo difuso, pois foi a expressão de múltiplas determinações, difundidas na imprensa feminista alternativa. Neste grupo, conforme Pinto apresentou, “[...] havia mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, jornalistas e escritoras [...]” (PINTO, 2003, p. 15).

Segundo Pinto (2003), esse segundo grupo defendeu questões como a educação da mulher, questionou sobre a dominação dos homens e o interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. Nos textos publicados havia alguns temas polêmicos difundidos como a sexualidade e o divórcio no início do século XX.

Maria Lacerda de Moura²⁷, na visão de Pinto (2003), foi a representante da terceira vertente, o menos comportado dos feminismos, manifestando-se no movimento anarquista e depois no Partido Comunista. Estavam inclusas mulheres trabalhadoras, intelectuais, militantes de movimentos de esquerda que defendiam mulheres de forma radical, “[...] tendo na maioria das vezes a questão de exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas [...]” (PINTO, 2003, p. 15).

Para Rachel de Soihet (2006), Bertha Lutz se organizou em formas de associações com pronunciamentos públicos, utilizando como instrumentos a imprensa, que visava ao apoio de lideranças em diversos campos, constituindo grupos de pressão, aspirando garantir o apoio de parlamentares e autoridades. “Não apenas porque talvez considerassem que esta seria a forma adequada de

²⁷ Nasceu em 1887, na fazenda Monte Alverne, em Manhuaçu, na província de Minas Gerais. Morou em São Paulo, Rio de Janeiro e Guararema. Fez Escola Normal em Barbacena. Foi professora e jornalista. Escreveu vários livros, entre eles, A mulher brasileira e o problema trabalhista, O problema da Educação, A mulher é uma degenerada? Esteve inserida em movimentos associativos femininos em Barbacena, Santos e São Paulo (LEITE, 1984).

expressão feminina, mas, especialmente, por razões táticas” (SOIHET, 2006, p. 28). Dessa forma, Soihet parte do pressuposto de que

[...] não se trata, portanto de ler o choque de posições diferentes (por exemplo políticos liberais e feministas), mas de analisar a tensões, a incompatibilidades internas do próprio feminismo, das quais esses choques são ao mesmo tempo sintoma e causa (SOIHET, 2006, p. 17).

Podemos explicar que, para Soihet, os movimentos femininos, em especial, aqueles em que Bertha Lutz esteve inserida, foram:

[...] um pequeno grupo de companheiras farão a sua campanha, que assumiu caráter hegemônico naquele momento. Organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, utilizando-se fartamente da imprensa, buscam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública. Apesar disso, em sua maioria, buscam revestir o seu discurso de um tom moderado – na minha concepção -, por razões táticas (SOIHET, 2009, p. 376-377).

Diante dessas análises, consideramos que Bertha Lutz foi um ser social do seu tempo, que lutou diante das situações postas naquele momento. Levantou questionamentos das situações que estavam presentes no cotidiano e teve busca constante na inserção da mulher como um ser social atuante. Partimos da visão histórica de que ela travou debates necessários para a mudança de um paradigma e soube ocupar um lugar no cenário, objetivando mudanças.

Concordamos com o postulado de Soihet (2006) de que Bertha Lutz, diante das adversidades sociais do início do século XX, em especial, o período escolhido para o estudo, entre os anos de 1919 a 1937, utilizou-se de táticas para a inserção da mulher em diferentes instâncias. Acreditamos que Bertha Lutz recorreu a estratégias para inserir a mulher em diversas dimensões da sociedade.

3.1.1 Movimentos em prol da igualdade da mulher no Brasil

É necessário explanarmos que a luta pelo voto no Brasil iniciou por volta de 1910, em particular, quando a professora Deolinda de Figueiredo Daltro (1860 – 1935) fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino, o qual teve por objetivos elevar o debate do voto da mulher para a sociedade e integrá-la na sociedade política. A cidadania feminina continuava com lacunas, as mulheres lutavam pelo direito a educação, ao voto, por plenos direitos políticos e pelo direito e pelo acesso ao trabalho. A privação de direitos políticos das mulheres era eventualmente comentada na imprensa, e havia debates públicos sobre o assunto (MELO; MARQUES, 2001).

Constatamos que o crescimento da indústria e da urbanização promoveu expressivas mudanças de costumes. A elevação da educação de homens e mulheres, a expansão da imprensa e dos cinemas foram algumas alterações que geraram novas demandas sociais, sobretudo das mulheres. Damos destaque nessa conjuntura a ousadia feminina com o registro de um partido exclusivamente de mulheres.

O surgimento das associações nesse contexto foi elevado, em geral as instituições tinham foco nos grupos que faziam parte da classe baixa, os quais incluíam a mulher, as crianças, os trabalhadores e os doentes. Em especial trataremos das associações que priorizaram as mulheres, a exemplo disso, destacamos a associação que tinha como lema “Ajudar e Elevar as Mulheres”, uma sociedade de serviço social, criada no Rio de Janeiro, em 1919, por iniciativa de Alice do Rego Monteiro, que convidou, para ser a presidente, Júlia Lopes de Almeida. Segundo Hahner (2003), essa associação, na sua base, teria uma ideia paternalista de cuidado com as mulheres de classe baixa, sob a Legião da Mulher Brasileira, e via, na ajuda mútua e na organização, os meios de atender melhor aos interesses da mulher e defender os direitos desta.

Nesse contexto, no entanto, conforme a autora Daniela Auad (2003, p. 67), “[...] considera-se que as primeiras manifestações feministas têm início no Brasil graças a bióloga e líder feminista Bertha Lutz [...]”. Bertha Lutz fundou a Liga pela Emancipação Feminina em 1919 e, como estratégia para a divulgação da organização, utilizou-se da imprensa, com fins de mobilizar a opinião pública.

Em 1920, Bertha Lutz criou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, com Maria Lacerda de Moura, ambas procuravam algo para além de associações com intuítos filantrópicos, pois estas não resolveriam os problemas básicos da mulher. De acordo com Hahner, as intelectuais acreditavam na formação de: “[...] um pequeno exército de propagandistas – usando a palavra falada, a imprensa, e a ação direta – da educação racional e científica da mulher para a sua perfeita emancipação intelectual” (2003, p. 290).

Em uma das reuniões da liga no ano de 1922, os temas em questão no debate encontravam-se em torno do: “[...] progresso havido nas questões feministas, como seja o direito do voto, melhoramento do ensino para o sexo feminino e as oportunidades de trabalho” (ATA, LIGA ..., 1922, p. 1). Outro assunto em pauta nessa reunião foi a escolha de Bertha Lutz para presidente da associação, para representar a liga na Conferência Pan-Americana.

Maria Lacerda, sua companheira, aos poucos foi se afastando de Bertha Lutz e das organizações feministas oficiais por acreditar que, talvez, o direito ao voto traria benefícios, especialmente para as mulheres da classe média e não faria alterações maiores para grande parte da população feminina.

De acordo com a perspectiva de Pinto (2003, p. 37), “No Feminismo de Maria Moura o homem aparecia como opressor identificado no capitalista, no patrão que explorava as mulheres. Era postura que lutava por grandes transformações e repelia a luta por direitos civis [...]”. Algumas mulheres, de forma de individual, trabalhavam para a emancipação da mulher, porém muitas vezes afastadas de associações oficiais.

Bertha Lutz priorizava a ampliação dos direitos políticos e legais para a melhoria da situação econômica da mulher na sociedade brasileira. Ela acreditava que, por meio dos direitos legais, outras questões poderiam ser elucidadas. Em questões específicas como o direito:

[...] de um pagamento igual para igual trabalho, e idênticas oportunidades educacionais. Mas para conseguir esses objetivos, argumentava, as mulheres deveriam ter acesso total ao processo político como cidadãs; elas deveriam ter participação política direta e legitimada. Bertha Lutz e outras sufragistas viam no voto um meio de ação. Para elas, constituía um necessário instrumento de progresso para romper barreiras que impediam uma liberdade

social mais completa, e, portanto não apenas um instrumento com fim em si próprio (HAHNER 2003, p. 292-293).

Bertha Lutz estava envolvida, em 1929, com a criação da União Universitária Feminina, uma associação de mulheres formadas e estudantes de escolas superiores, cuja finalidade era desenvolver a solidariedade e a cooperação entre mulheres que exerciam ou se preparavam para o exercício de profissões liberais (FEDERAÇÃO...,1929).

Um movimento dominante nessa conjuntura, com o qual Bertha Lutz esteve envolvida e promoveu diversas ações, foi a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, uma organização que possuía articulação com associações nacionais e internacionais.

Por fim, consideramos que Bertha Lutz foi uma intelectual atuante nesse cenário, e torna-se importante, para a investigação, o que Céli J. Pinto e Rachel Shoiet escrevem sobre a intelectual. Consideramos a análise das ações de uma personagem que conseguiu seu espaço de trabalho, em um espaço destinado em especial aos homens, participando de atividades científicas de reconhecimento nacional e internacional, que participou de movimentos sufragistas, os quais foram destaque no ambiente nacional, buscando um direito social para ambos os sexos.

3.2. Movimento histórico da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino pode ser considerada o maior movimento feminino organizado no Brasil. A FBPF, que se definiu como associações femininas nacionais e estaduais confederadas, foi uma organização que abrigou diversas associações, entre elas, a Liga Eleitoral Independente, União Universitária, União Profissional Feminina, União de Funcionárias Públicas, Sindicato de Datilógrafas e Associação de Enfermeiras Diplomadas. E as associações confederadas eram as filiais da FBPF, existiam em diversas regiões do país que, como exemplo, citamos as filiais de Goiânia, Pernambuco, Petrópolis, Sergipe, Distrito Federal, São Paulo, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará, Alagoas, Manaus, Bahia e Rio Grande do Norte.

Essa associação foi fundada em 09 de agosto de 1922, com sede na capital da República, criada com os objetivos primordiais de coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar o nível cultural e torná-la mais eficiente na atividade social, quer na vida pública, na doméstica, na intelectual ou na política. Nessa perspectiva, a associação definiu os fins para atingir tais propósitos:

- a) Promover a educação e a instrução da mulher;
- b) Proteger as mães e a infância;
- c) Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- d) Auxiliar as boas iniciativas da mulher e encaminhal-a na escolha de uma profissão;
- e) Estimular o espírito de sociabilidade de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
- f) Assegurar a mulher os direitos políticos que a nossa constituição lhe confere e prepara-a para o exercício inteligente desses direitos;
- g) Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos a fim de garantir a manutenção perpetua da Paz e da Justiça entre eles e nas suas relações com os outros povos. (ESTATUTO,, 1922a, p. 14).

Entendemos que o intuito era inserir socialmente a mulher no cenário brasileiro, torná-la uma cidadã ativa, tendo como instrumento a autonomia política. A estrutura dos âmbitos político, econômico e cultural do Brasil delinearão a organização e constituição dos fins supracitados no estatuto da FBPF, cujo objetivo primeiro foi elevar o nível cultural, a fim de tornar uma mulher atuante na sociedade.

Na busca dos princípios da FBPF, podemos observar que houve organização estratégica e sistemática. Na análise investigada verificamos que a federação era constituída de departamentos centrais na capital da República e nos Estados, com filiais em outras cidades e no interior do país, sendo que em cada departamento ou filial havia um representante legal, e em cidades onde não houvesse uma organização de departamento ou filial poderia existir um representante. Como no caso do Paraná, em que a intelectual que o representava foi Mariana Coelho.

Conforme estatuto, a diretoria era composta por um presidente, um vice-presidente, e, em cada departamento permanente com sede na capital, haveria mais uma vice-presidente, uma tesoureira que ficaria com organização das mensalidades das sócias e prestação de contas de viagens e eventos. Havia três secretarias, uma correspondente responsável pelo serviço de expediente, outra, arquivista, à qual competia redigir e proceder a leitura das atas das sessões, bem como zelar pela conservação do arquivo, e outra para atividades administrativas e que colaboraria com a presidente. Outra pessoa era designada para a consultoria jurídica e parlamentar, com atribuições específicas que constavam no estatuto da Federação (ESTATUTO..., 1922a).

Na associação havia departamentos de áreas sociais, de centro social e de cultura, que eram dirigidos por membros da diretoria. A organização das filiais se dava do mesmo modo, e a situação administrativa estava estreitamente ligada à Federação da sede na capital. Porém as associações federadas tinham autonomia completa, obrigando-se apenas a aceitar, em princípio, 2/3 dos fins da federação (ESTATUTO..., 1922a).

Conforme análise realizada nos documentos da FBPF, algumas atividades administrativas foram uma conduta para todos os entes federados. Houve assembleias bienais, com o objetivo de tomar conhecimento do relatório das atividades exercidas, um balanço da tesouraria bem como um programa que seria executado nos períodos seguintes. Nessas assembleias estariam representantes de todas as filiais bem como da sede, os departamentos seriam representados pela sua presidente, diretoria ou chefe. As representantes ou delegadas seriam reconhecidas mediante apresentação de credencial oficial. Todas as sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sem distinção, tinham o direito de comparecer e assistir às assembleias bienais (ESTATUTO..., 1922a).

Convém explanar que as filiais teriam estatuto próprio, seguindo a organização da Federação, o nome da filial acompanhava a regra de inserir o local da criação da sede, como no exemplo a seguir, Federação Baiana pelo Progresso Feminino.

Diante desse quadro, a constituição da primeira diretoria se organizou da seguinte forma: como presidente, Bertha Lutz; vice-presidente, Jeronyma Mesquita; primeira secretária, Maria Amalia Bastos; segunda secretária, Maria

Ester Anêa Ramalho; terceira secretária, E. de Faria; tesoureira, Maria d'Oliveira; e consultora jurídica, O. Bastos (ESTATUTO..., 1922a).

Isso posto, o estatuto menciona os objetivos da associação, no entanto os instrumentos ou estratégias que seriam utilizadas para tais finalidades seriam elaborados durante as reuniões bienais, em que era traçado um novo plano, que era apresentado e colocado em debate, e, por conseguinte, organizava-se na sede e nas filiais o que seria executado, tendo em mira os princípios da federação. Ao se receber o novo plano, seria feita a elaboração de plano de cooperação, no prazo de dois meses. Desse modo,

Sempre que o desenvolvimento e permitir, serão creados os departamento, as associações, as instituições e os serviços previstos no “NOVO PLANO”, podendo ser aproveitados os elementos associativos e institucionais de cultura e de previdência que possuírem. Quando não fôr possível essa orientação, serão nomeados entre os membros activos da Directoria, representantes junto aos departamentos e serviços nacionais. A articulação cohesa garantirá a irradiação mais longínqua, pela unidade de esforços, sem dispersar de energias. Será garantida a autonomia de execução segundo as condições locais. Terão optima acolhida as iniciativas felizes das filiaes estaduais, afim de crear leaders pelo estímulo e fortalecimento de vocações (ESTATUTO..., 1922a, p. 105).

Segundo documento organizado pela FBPF, as pessoas que se incorporassem ao movimento feminino como membros contribuintes ou membros ativos do novo plano deveriam agir de forma “[...] desinteressada e altruisticamente, animada pela firme propósito de operar uma transformação radical na mentalidade feminina, quanto a capacidade e quanto ao campo de atividade da mulher” (ESTATUTO..., 1922a, p. 105), tendo como ponto delineador a emancipação intelectual, econômica, social e jurídica do sexo feminino e a colaboração eficiente da mulher no progresso humano. A associação se propunha a atender a todas as mulheres e ao público em geral. Especialmente à mocidade seriam oferecidos os serviços culturais, legislativos e econômico-sociais.

3.2.1 Símbolos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

A associação expressou suas proposições em diversos meios, não somente pelas suas ações, mas por toda uma simbologia que girava em torno dos cerimoniais organizados pela Federação. Essas cerimônias eram organizadas para marcar o visual e o auditivo e, dessa forma, inspirar as pessoas que trabalhavam no local. Em se tratando do visual, podemos destacar o pavilhão, as flâmulas, os distintivos, as cores e a flor. Na questão auditiva havia hino, compromisso de ação, decálogo e credo²⁸ pois,

[...] o movimento feminino expressará a sua ideologia, não somente pela forças vivas do pensamento e da ação, como também. Por intermédio de um cerimonial de simbolismo visual e auditivo, destinado a estreitar os laços que devem unir todas quanto trabalham inspiradas pelo mesmo ideal (FEDERAÇÃO..., , 1930, p. 117).

O decálogo trazia princípios que deveriam ser seguidos pelas sócias da FBPF, envolvendo a igualdade social, em face da lei: exercer seus direitos políticos e cumprir seus deveres cívicos; interessar-se pelas questões públicas nacionais e internacionais; ter ocupação útil na sociedade, alistar-se e votar; votar consciente e criteriosamente; não entregar seu título eleitoral a ninguém; dedicar-se ao movimento feminino, crente no triunfo das suas ideias; votar somente em quem fosse favorável à causa da mulher; bater-se pela conquista e pleno exercício de seus direitos sociais e políticos; e trabalhar pelo aperfeiçoamento moral, intelectual, social e cívico da mulher. O pronunciamento do decálogo era símbolo da questão auditiva.

Outro símbolo que constituiu a associação foi o credo que, em termos, se apresentou como princípios de direitos e deveres. Destacamos o excerto:

[...] Creio que este reinado da equidade completa, só virá para a mulher, quando este lema: “Ergue-te e caminha!” for a mola central de seu viver: que seus direitos só serão guardados, que outros, mais amplos, só conquistarão, se bens coesas forem suas vistas, e se completa for a união (FEDERAÇÃO..., p. 107, 1930).

²⁸ Compromisso de ação, decálogo e credo estão em anexo. (Anexo 04)

Para a federação, o símbolo representava a síntese do pensamento e da ação. O pavilhão nas cores rituais traria inscrito o lema “VIRIBUS UNITIS”. Este seria colocado atrás da mesa da presidente, nas seções solenes, campanhas e convenções. As flâmulas deveriam ser em número de nove, sendo que haveria oito menores e uma maior. A maior tinha o lema ideal, circundado das palavras sabedoria, justiça, paz e beleza, e as menores, as palavras simbólicas dos oito departamentos: disciplina, do departamento de relações interiores; serenidade, do departamento de relações exteriores; tolerância, do departamento de ação política; perseverança, do departamento de ação legislativa; cultura, do departamento de ação cultural; prudência, do departamento de ação econômico-social; energia, do departamento de propaganda; e coragem, do departamento de finanças.

Em todos os eventos esses símbolos apareceriam tanto na sede social como nos Estados. As cores laranja e preto seriam usadas no material e a flor era calêndula ou outra flor alaranjada da época. Em todas as solenidades era cantado o hino ao final das seções solenes, assim como em aberturas e encerramentos das convenções (, 1930, p. 106).

Os símbolos foram divulgados em cerimônias internas das associações ou eventos como reuniões e congressos, bem como por publicização na imprensa escrita. Ressaltamos a relevância que a imprensa mostrou nessa conjuntura e nesse espaço de tempo, com a divulgação de princípios e questões sociais levados ao ápice das discussões.

3.3 As ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

A FBPF possuía, como característica peculiar, uma configuração integrada em todas as ações. Nas reuniões ou encontros na sede no Rio de Janeiro, fornecia-se uma referência ou orientação para a execução das atividades nas filiais, estas, por sua vez, tinham reuniões periódicas. O objetivo dos encontros, fossem na sede ou nas demais filiais, sempre tinha como foco as metas da Federação, ou seja, todas as ações eram organizadas e pensadas para atingir as finalidades. A primeira destas era promover a educação e a instrução da mulher

e, em consequência desse fim, diversos projetos foram planejados e vários efetuados e que, no decorrer do texto, serão especificados.

Salientamos que todas as ações deveriam estar interligadas com as finalidades da Federação, dessa forma, em encontros da sede, formulava-se um plano que continha as atividades que deveriam ser desenvolvidas nas filiais. Quanto às filiais, estas eram organizadas conforme cada região e, após a execução, havia necessidade de uma devolutiva à sede.

Conforme as fontes estudadas, um dos instrumentos usados pela FBPF se materializou pela utilização de cartas, esse procedimento foi contínuo, usado como sistema de comunicação, informação, notícias e anúncios entre as associações e como um meio para pedidos ou esclarecimentos de situações que envolviam os cidadãos em diversos setores.

Diante do estudo das cartas enviadas e recebidas, indicamos que houve uma complexa organização interna da Federação com a utilização desse recurso, que se organizou como uma teia (rede) de informações, assim, todas as ações estavam interligadas e eram analisadas antes da execução.

Diante desse quadro e nas leituras e análises das cartas trocadas entre as filiais e a sede, constatamos que a intelectual Bertha Lutz foi sempre mediadora sobre possíveis projetos e ações que seriam efetuados, todas as decisões passavam por ela para serem executadas. Essa mediação das atividades desenvolvidas pela intelectual, podemos observar em diversas cartas e atas e, para exemplificar, a ação que era desenvolvida por Bertha Lutz, apresentamos o seguinte trecho da ata de uma reunião da FBPF realizada no dia 11 de dezembro de 1925:

[...] Em agosto de 1925, tendo sido distinguida para diretora artística da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liga que procura integrar a mulher em seus plenos direitos, passo a relatar toda o programma das sessões cívicas que se realizaram em 7 de setembro, 12 de outubro a 15 de novembro de 1925 obedecendo minha direção. Outro sim, venho declarar a mesma Directoria que todos os meus trabalho, aqui relatados, não foram, mesmo em seus mínimos detalhes realizados sem consultar e receber orientação completa da Snra Bertha Lutz digna diretora da mesma associação (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino) [...] (ATA, 1925, p. 2).

Observamos a liderança de Bertha Lutz nas ações realizadas pela FBPF, nas ações planejadas, na sede bem como nas filias. Em se tratando das cartas, essa centralidade não era diferente, e, ao analisarmos as cartas, percebemos que uma parte significativa era endereçada à Bertha Lutz e a não à FBPF.

Diante dessa organização constatamos que a conexão da Federação por meio de cartas possuía fluxo intenso. Nesse cenário reconhecemos que foi um instrumento singular para a organização desse movimento. As metas e todas as ações foram encaminhadas e intermediadas por esse instrumento.

Escolhemos uma carta que foi estruturada ao final do ano de 1937 com a finalidade de organização do ano seguinte. O envio dessa carta documento se daria no início do ano, pela FBPF, encaminhada para todas as filiais, com o objetivo de apresentar uma mensagem inicial e orientação das propostas do ano. Em especial, a escolha desta se deu, por conter diferentes informações, que a nosso ver é um documento com referências que traduzem a organização do movimento.

[...] Foi por nós traçado este ano, de acordo com a praxe já estabelecida, um programa para celebração de datas claras ao movimento feminista organizado.

Dentre estas, recomendamos encarecidamente as filias as dias mais próximas – 14 de abril – Dia Pan-Americano e 1º Domingo de Maio – Dia das Mães.

Na data de 14 de abril devemos assinalar novamente da maneira mais simpática, nossas propósitos de cooperação com os homens e mulheres de boa vontade do Continente e do Mundo para a manutenção e vitória da paz.

No primeiro domingo de maio demonstraremos, além do nosso acatamento e carinho ao símbolo da Maternidade, nosso interessa real na defesa dos seus sagrados direitos.

Este dia, será a melhor oportunidade para manifestarmos mais uma vez nossa solidariedade nos esforços de nossa eminente “leader”, que vem pleiteando desde o Legislativo federal, a criação de um Departamento da Mulher, que coordene e torne efetiva a Assistência social a Mãe, seu lar e seu trabalho.

Pedimos assim a essa Filial que nesse dia apele para o Presidente da República, Ministro de Estado e demais autoridades federaes para que realizem esta nossa justa aspiração.

Outro assunto, que nos tem preocupado, e o de publicidade propaganda e vulgarização efetivas, de nosso programa e arquivo histórico, através de uma imprensa própria.

[...]

Por essas razões, julgamos útil a edição de nosso Bolhetim, supenso, infelizmente por dificuldades financeiras. Por isso

pedimos a Filial que nos sugira a melhor maneira de prestarmos para este fim seu apoio material e moral.

A encarregada da tesouraria, Sra. Alice Galletti, encarece também a conveniência da remessa da prestação anual devida durante este mês de Janeiro, assim de que possamos encerrar a contabilidade do ano que findou [...] (FEDERAÇÃO..., 1938a, p. 1-2).

Dessa forma, essa carta, eleita para análise, principia as características da organização FBPF como a conexão com as filiais, a ligação dos temas definidos com as finalidades da associação e a articulação com a sociedade no que se refere à movimentação e reivindicações sociais.

A carta faz referência às metas traçadas para a FBPF, e em reuniões bienais era feito um plano de atividades a serem executadas por todas as filiais e a sede. Como primeira tarefa, ao receber o plano, a instituição deveria traçar objetivos na prática e mandá-los para a aprovação da sede, bem como após as atividades executadas se deveriam enviar o resultado da efetivação e sua análise. As atividades incluíam datas comemorativas, reuniões da associação, chás sociais, palestras, seminários, participação das integrantes em eventos sociais e organização de atividades de cunho político, social e cultural.

É significativo examinar que todas as ações estavam interligadas objetivando as finalidades da associação, conforme observamos no excerto da carta, que menciona, no primeiro domingo de maio: “[...] demonstraremos, além do nosso acatamento e carinho ao símbolo da Maternidade, nosso interessa real na defesa dos seus sagrados direitos” (FEDERAÇÃO..., 1938a, p. 1-2). Constatamos que algumas das datas comemorativas tinham o propósito real de pensar no sujeito ativo na sociedade, acreditava-se que, diante de ações promovidas pela Federação ou outros movimentos, poderia chegar-se à transformação social.

Como artifício da FBPF, em diversas ocasiões, as associadas eram incumbidas de entrarem em contato com líderes políticos de diferentes níveis, federal, estadual ou municipal, com objetivos definidos, como verificado no texto, em que a festividade do dia das mães teria por intuito agregar força social, na criação do Departamento da Mulher, projeto que havia sido apresentado por Bertha Lutz, no Legislativo. Segundo esse pensamento, estariam mostrando para

tais políticos que não se tratava de um projeto de cunho individual, mas, sim, representativo de parte da sociedade.

Essa carta encerra-se com o pedido da regularização financeira das sócias e filiais, uma vez que havia uma mensalidade a ser paga por todas as integrantes, e, conforme disposição, uma parte das mensalidades ficava na filial e certa porcentagem era enviada à sede. Podemos constatar que algumas filiais enviavam a soma em parcela única, ou seja, anualmente.

Em outras cartas/documentos podemos detectar um pouco mais da sistematização dessa entidade. Em carta enviada pela Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, em 20 de maio de 1938, em resposta à carta anterior, endereçada à Bertha Lutz, a sócia informa que: “Aguardava a comemoração do dia das Mães para responder” (FEDERAÇÃO..., 1938b, p. 1). Caracteriza-se essa referência com a organização de informações que as filiais deveriam dar à intelectual sobre todas as ações praticadas. Nesse intuito, expressa que, em relação ao dia das mães, a festa foi considerada um atrativo para a sociedade e concorrida, e sua divulgação foi compartilhada na Página Feminina. Consta que a ocupação, a partir daquele momento, seria com a comemoração do Dia do Pan-Americano.

Essas intervenções, demonstradas a partir dos documentos em formato de carta, nos indicaram a conexão dos trabalhos realizados e o repasse de informações para todas as integrantes, bem como a centralidade da informação na intelectual.

3.3.1 Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: um jogo de cartas na busca de igualdade política

De posse dos documentos, comprovamos que, para além da conexão interna das informações da Federação, as cartas foram recursos para se reivindicar e pleitear ações que envolveram políticos e intelectuais na constante busca da igualdade social perante a lei.

Como exemplo dessa estratégia, analisamos a carta enviada no ano de 1934 a Washington Pires, ministro da Educação e Saúde Pública no Brasil no

período de governo provisório, que ficou no cargo de 16 de setembro de 1932 a 23 de julho de 1934. A carta se iniciava com uma apresentação e, como quase todas as cartas enviadas, mencionava que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino era um grupo que coordenava, no Brasil, a ação feminina social organizada.

Essa carta em específico teve por objetivo expor os motivos que julgavam necessários à obrigatoriedade da participação da mulher na assistência social, requisitava que, preferencialmente, nos serviços à maternidade, infância, lar e trabalho feminino a mulher estivesse à frente. Uma exposição sobre a assistência em diferentes países foi exibida na carta, foi apresentado o funcionamento da assistência social nos Estados Unidos, na Argentina e Ilhas Filipinas, e em todos esses lugares havia conselhos exclusivamente femininos. Fez-se uma explicação sobre os setores que englobam o sistema:

[...] abrangendo muito mais que a Assistência médica e higiênica, propriamente dita, a Assistência Social procura resolver as questões do desemprego e de abrigo até as de orientação vocacional e ensino de economia doméstica, não podendo ser plenamente desenvolvida em Departamentos técnicos especializados como as de Saúde Pública requerendo departamentos autônomos de Administração [...] (FEDERAÇÃO..., 1934, p. 2).

Notamos que a carta enviada tinha respaldo legal, e a análise do tema em outros países mostrava a hipótese de resolução do problema, ou seja, levantava-se o fato e, após se explorar os problemas sociais, dava-se um caminho a ser seguido.

Ao se finalizar a carta, deixava-se evidente toda a complexidade da questão de assistir: “[...] a mãe, a criança, a operária, as donas de casa, a desempregada, a mendiga, a criminosa, a prostituta, enfermas ou não” (FEDERAÇÃO..., 1934, p. 2). Fazia-se menção que fosse aproveitada a opinião feminina, organizada por intermédio das delegadas representantes das associações. A carta seguia assinada por Bertha Lutz e representantes de algumas associações.

Em outra carta enviada a Getúlio Vargas, no ano de 1935, informa-se e pede-se esclarecimento sobre alguns fatos: “[...] recebemos da nossa filial no Amazonas em telegrama, solicitando a nossa intervenção e defesa da mulher, a

quem não é permitido inscrever-se no concurso para as vagas existentes no Banco do Brasil” (FEDERAÇÃO...,1935, p. 2). Nessa carta, foi feita menção sobre a proibição de a mulher casada trabalhar como professora em escolas públicas no Rio Grande do Norte. Outro acontecimento sobre o qual a Federação indagou se referiu a um decreto referente ao Ministério das Relações Exteriores, que acabava de introduzir novas restrições ao trabalho das suas funcionárias e apresentou-se o caso.

A primeira vista, esse decreto não parece visar diretamente a mulher quando diz “se um funcionário e uma funcionária do Ministério das Relações Exteriores contraem casamento, um dos contraentes deve pedir disponibilidade com vencimentos”. Certos, o preceito acima não contém discriminação expressa contra a mulher; entretanto, não podemos deixar de ponderar a Vossa Excelência estarmos convictas de que, na quase totalidade dos casos, semelhante medida redundará na exclusão da mulher, principalmente diplomática, afim de não abrigar a mulher a sacrifício idêntico (FEDERAÇÃO..., 1935, p. 3).

Essa carta tratou sobre diferentes assuntos, no entanto todos em torno da mulher no campo de trabalho. A carta terminava pedindo uma atenção especial do presidente da República, Getúlio Vargas, em relação aos casos mencionados e ao final seguiu assinada pelas associações. Observamos que a FBPF foi um apoio às reivindicações das mulheres.

Um dos fatos que simbolizou o reconhecimento das ações da Federação no âmbito educacional foi a carta enviada por Anísio Teixeira, diretor geral do Instituto de Pesquisas Educacionais, no dia 04 de julho de 1935, convidando e contando com o auxílio das associadas da Federação nas atividades educacionais que estavam por se iniciar, uma nova instituição dentro do Departamento de Educação de caráter especial, que tivesse como objetivo a educação sistemática da infância e da juventude no sentido de entendimento e de cooperação entre os povos. Na seção “Paz pela Escola”, segundo Anísio Teixeira, a nova repartição parecia de oportunidade evidente, “[...] criada neste momento histórico memorável de promissora cordialidade continental, em que altíssimos sentimentos de fraternidade inspiram a política do novo mundo, pondo-a ao fecundo trabalho da paz” (FEDERAÇÃO..., 1935, p. 2). A Federação fez parte de

múltiplos lugares na sociedade, sempre com o intuito de divulgar seus princípios para um maior número de pessoas possível.

A dinâmica de envio de cartas pela Federação contemplou diversas ações organizadas pelo governo, como pudemos analisar pelo documento enviado ao ministro da Educação e Saúde no dia 04 de janeiro de 1937. A entidade expressou que confiava no alto critério intelectual e moral do ministro e pediu que, na Lei de Reforma do Ministério, se conservassem os artigos que interessavam vitalmente à mulher brasileira, ao seu bem-estar, ao seu progresso e à própria essência da sua vida intelectual e material. Solicitou-se interesse particular aos seguintes artigos:

Art. 10 letra d – que vem criar uma Divisão de Ensino Domestico;
Art. 57 – que mantem o Serviço de Enfermagem Technica conforme foi creado pelo grande cientista Carlos Chagas, uma [...];
Art. 101 – que dá preferência a mulher habilidade para o serviço de amparo a maternidade e a infância, de acordo om a Constituição Federal, art. 121, parágrafo terceiro;
Art. 115, parágrafo primeiro – Concessão do Internato Gynasial Feminino no Collegio Pedro II (FEDERAÇÃO..., 1937, p. 1).

Na carta foi mencionado que esses artigos já haviam sido aprovados na Câmara Federal, por iniciativa da deputada Bertha Lutz, que era representante da mulher no Legislativo, o que não constituía simples impulso da sua parte, mas era o resultado de todo um trabalho elaborado pela Federação e outros movimentos sociais, os quais foram produzidos no III Congresso Nacional Feminino.

A preocupação era com a Reforma do Ministério da Educação e Saúde Pública, que estava sendo organizada com a finalidade de elaborar um programa educacional. Capanema apresentou um questionário impresso, por meio da imprensa nacional, no formato de livreto, com 213 questões sobre o ensino: princípios; finalidades; sentido; organização; administração; burocracia; conteúdo; didática; metodologia; disciplina; engenharia, tudo, enfim, que se fizesse necessário considerar para definição, montagem e funcionamento de um sistema educacional. Esse questionário foi distribuído a várias pessoas, como professores, políticos, sacerdotes, cientistas, escritores, jornalistas, militares, Secretarias Estaduais de Educação, intelectuais de destaque, representantes do

movimento da Escola Nova (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 176-177).

Contudo, ele foi respondido por integrantes da Federação, não somente pelas intelectuais da sede no Rio de Janeiro, mas também pelas filiais. Nas questões para o inquérito do Plano Nacional de Educação havia um número extenso e com diversos temas, e, como amostra, apresentavam-se algumas questões: O que deve se ensinar na escola pré-primária? Como definir as Belas-Artes, como classificá-las? Em que proporção e de que maneira devem as Belas-Artes ser ensinadas nos cursos de ensino comum, pré-primária e secundário? As respostas deveriam ser encaminhadas ao ministério.

Podemos imaginar que: “[...] essa sistemática gerou muitas divergências de conceitos, de ideologias, houve muitas críticas não à iniciativa, mas à ideia de, por meio dos questionários, fazer uma padronização da educação” (QUADROS, 2013, p. 57). No entanto, o plano foi organizado e levado à discussão.

O Plano Nacional de Educação foi definido como um código, conjunto de princípios e normas, destinado a servir de base ao funcionamento de instituições educativas escolares e extraescolares, públicas e privadas, em todo o país. “Era um documento extenso com 504 artigos ao longo de quase cem páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e opções educacionais” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 182). A proposta do Plano Nacional de Educação foi encaminhada em maio de 1937 para aprovação por uma comissão especial da Câmara de Deputados, que tinha Raul Bittencourt como parecerista.

Temia-se que, com esse movimento, houvesse alguma revogação de conquistas adquiridas. Nesse viés finaliza-se a carta mencionando que se tratava de uma reforma: “[...] que visa a elevação e o aperfeiçoamento do aparelhamento técnico e social do país, nesse não esquecendo de atender as reivindicações sociais e culturais da Mulher amparadas pela Constituição da República” (FEDERAÇÃO..., 1937, p. 2).

No entanto, o plano não chegou a ter um parecer de aprovação ou reprovação, já que, em 1937, o Congresso foi fechado e, assim, o Ministério ficou desobrigado a continuar com o formato do documento.

Mesmo em conjunturas indefinidas, como após a Carta Magna de 10 de novembro de 1937, época de mudanças nos setores sociais, políticos e produtivos pela implantação do Estado Novo com estilo autoritário, as reivindicações da FBPF não cessaram.

A carta destinada ao presidente Getúlio Vargas, pós-movimento de reestruturação nacional, o movimento feminino organizado, iniciava-se com o seguinte parecer:

[...] fieis a sua norma de acompanhar todos os problemas que afetam a população feminina do país e convictas de que, pelo espírito emancipado de V. Excia, os legítimos direitos da mulher serão sempre respeitados, veem dirigir a V. Ex. um apelo a sentido de serem mantidos os princípios garantidores da atividade profissional, política e cívica de nossas patrícias, que V. Excia houve para o bem fazer incluir na constituição de 1934, princípios estes em grande parte derogados pela Carta Magna de 10 de novembro de 1937 (FEDERAÇÃO..., 1937, p. 2).

Entendemos que debates e discussões em torno da representação da mulher em diferentes setores foram constantes, no entanto o momento era de tensão, já que o Congresso fora fechado e, apresentada uma nova Constituição, escrita com posições centralistas e autoritárias, conhecidas como ditadura do Estado Novo. Um dos medos que se delineava era de que o setor feminino perdesse seus direitos, até então conquistados com o voto, sob a condição de grande trabalho, assim, supomos que as conquistas foram adquiridas por meio das ações dos movimentos femininos existentes.

A carta para o presidente Getúlio Vargas segue enumerando os benefícios conferidos até aquele momento. Essas argumentações vinham precedidas do princípio do movimento de que essa classe se caracterizava por um reconhecimento aos direitos da população feminina, desse modo, expunha algumas conquistas:

A inclusão do direito de voto às mulheres no código eleitoral; a participação da mulher na comissão elaborada do Ante-projeto; a nomeação de delegadas oficiais aos congressos Feministas, no Brasil e no Estrangeiro; a solicitação à Assembléa Constituinte na pessoa do "leader" Dr. Medeiros Neto da inclusão de medidas que mais interessassem a mulher apresentadas pela ex-deputada Dra. Bertha Lutz na Comissão do Ante-projeto e retiradas pelas

grandes bancadas – que são testemunhos ponderáveis de sua boa vontade para com a mulher, isto é para metade da população do Brasil [...] (FEDERAÇÃO..., 1937, p. 2).

A carta enumerava reivindicações como: a participação em cargos nas esferas técnicas, administrativas e judiciais; a criação de conselhos com participação feminina; e a concessão dos direitos individuais sem distinção de sexo e estado civil. São consideráveis sugestões que foram explanadas para o governo que se reorganizava por meio de princípios novos.

Procuramos apresentar algumas das diversas cartas enviadas para políticos, intelectuais e associações bem como as filiais, para amostragem de como a FBPF agiu no período estudado. O cuidado com que todas as mensagens fossem enviadas com respaldo das reivindicações de grupo de sujeitos, ou seja, Bertha Lutz estava à frente de um grupo com objetivos comuns. Nosso objetivo foi apresentar a dinâmica e os instrumentos utilizados.

3.4 A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na imprensa

É necessário explanar que diferentes movimentos usaram a imprensa, notadamente os jornais, como estratégia para sua divulgação e, de modo específico, observamos que a imprensa evidenciou papel ímpar nesse contexto, tornando-se um instrumento utilizado na República. De acordo com Ivana Guilherme Simili (2008), no livro “Mulher e política: A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)”,

Durante a segunda metade do século XIX, um pequeno grupo pioneiro de feministas brasileiras encontrou na imprensa, principalmente nos jornais editados pelas mulheres, uma maneira de proclamar e de difundir a insatisfação com relação aos papéis atribuídos a elas pelos homens. Buscavam incitar mudanças no status econômico, social e legal das mulheres (SIMILI, 2008, p. 27).

No entanto, no século XX, conforme a análise investigada no período estudado entre os anos de 1919 a 1937, podemos constatar que os jornais difundiram ideias relacionadas à política; cultura; educação; moda e informação.

Segundo Luca, no texto “A Grande Imprensa no Brasil da Primeira Metade do Século XX”, o “[...] discurso publicitário, peculiar às cidades modernas, articulava-se às novas demandas da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se numa fonte essencial de recursos [...]” (LUCA, 2008, p. 2).

Podemos elencar mudanças no que refere aos instrumentos utilizados na imprensa os quais adquiriram em suas folhas cores, fotos, imagens; transformações em recursos humanos que vislumbraram novos atores como jornalistas, desenhistas, fotógrafos, redatores e alterações no conteúdo e na forma de apresentação. Como apresenta Luca,

[...] Sem abandonar a luta política, os diários incorporaram outros gêneros como notas, reportagens, entrevistas, crônicas e, ao lado da produção ficcional, que só lentamente perdeu espaço nos grandes matutinos, compareciam os inquéritos literários. Surgiram seções especializadas, dedicadas ao público feminino, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária, assuntos policiais e internacionais [...] (LUCA, 2008, p. 3).

Nessa perspectiva de transformações ocorridas, podemos compreender que a FBPF utilizou-se desse produto de forma intencional e com duas finalidades, primeiro, a divulgação da causa, ou seja, a busca de autonomia social para a mulher, e, em segundo plano, porém não menos importante, a instrução das pessoas. Dessa forma, são dois aspectos que passam a ser considerados: a formação e a informação para a investigação.

Os textos da Federação tiveram circulação em dois meios, os jornais de circulação diária, como o “Jornal Correio da Manhã”, e um impresso próprio da Federação, intitulado “Mulher opinião feminina organizada”, boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Com o intuito de apresentar os meios de veiculação utilizados, destacamos a matéria do “Jornal Correio da Manhã”, do dia 29 de junho de 1930, em que a FBPF publicou uma notícia informando a função da instituição, a qual se destinava a coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica, quer vida pública, intelectual e política. As finalidades da instituição

eram “Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina [...]” (CORREIO DA MANHÃ, 1930).

Nessa matéria o intuito era a divulgação da Federação e mostrar as finalidades dessa instituição para a sociedade em geral. Podemos acrescentar que a informação desse conteúdo era uma forma de adquirir mais sócias, de mostrar-se como uma organização séria e com objetivos definidos.

Com outra finalidade, apresentamos a publicação cujo objetivo era a formação da sociedade em geral, em especial da mulher brasileira, sabemos que um dos pontos de discussão que envolveu a FBPF foi a busca do voto pelas mulheres, pois elas não tinham poder de voto no Brasil. Acreditava-se que esse item era um dos atos que traria a igualdade perante a lei brasileira.

[...] o surto do progresso material dos últimos cem annos, modificando profundamente a estructura da sociedade e facilitando a infiltração de ideias novas, operou uma transformação radical na vida da mulher. Obrigada pela indústrias nascentes, pela pressão econômica, sempre mais forte, a seguir as suas occupaões tradicionaes, removidas do lar para as ofccinas collectivas, entrou em contato com um mundo que desconhecia e encontrou oportunidade que o passado não soube lhe proporcionar. Transplantada do Velho Mundo, onde sofria estigma de inferioridade, para os novos continentes, a mulher veio occupar uma situação privilegiada, em cujo gozo se conserva até hoje. Surgiu então na Nova Zelândia, nos Estados Unidos e mais tarde na Europa, o movimento feminino. Graças aos rápidos e modernos meios de comunicação, perecem mais as iniciativas isoladas, como succedera com as antigas. Propaga-se de um país para outro a campanha dos direitos femininos, intensificou mais cada vez a sua marcha, até attingir seu ponto culminante em nossos dias, abrangendo todas as nações civilizadas e já victoriosas na maioria dellas. Após as victorias conquistadas nos paizes occidentaes, o movimento de revolta contra a escravidão feminina inflamou todo o Oriente. Em certas províncias da Índia recentemente emancipada pela Grã Bretanha, o primeiro acto administrativo dos homens foi a emancipação políticas das mulheres (CORREIO DA MANHÃ, 1930).

Constatamos que a imprensa serviu de veículo para difundir e expandir conhecimentos sobre a mulher no mundo, buscando traçar um perfil dela na sociedade brasileira. A imprensa obteve função estratégica para intervir na realidade social, buscando construir um histórico sobre a causa feminista em

diferentes localidades. Concordamos com Mott, que faz a seguinte ressalva em relação à FBPF:

[...] Aproveitou todas as brechas possíveis para abrir espaço para as mulheres desempenharem diferentes atividade promoveu debates para influenciar favoravelmente a opinião pública sobre os direitos das mulheres; forneceu para a imprensa notícias sobre o movimento e sua programação [...] (MOTT, 2001, p. 17).

Em se tratando de imprensa, “Mulher Opinião Feminina Organizada”²⁹ foi um boletim organizado pela própria Federação, com início em outubro de 1934, publicado mensalmente, com períodos interrompidos, como podemos constatar no excerto da carta, escrita em nome da Federação: “[...] julgamos útil a edição de nosso Bolhetim, suspenso, infelizmente por dificuldades financeiras” (FEDERAÇÃO..., 1938a, p. 1-2). A FBPF acreditava na importância da veiculação dos informes em jornais de circulação diária, no entanto, conforme é enfatizado em carta,

[...] A experiência tem provado que para a obtenção de reformas como a da legislação ordinária, civil e penal no interesse da mulher não basta a Imprensa diária, que embora nos auxilie muito, prefere, nos momentos difíceis, a exploração de temas sensacionais e políticos de interesse imediato [...] (FEDERAÇÃO..., 1938a, p. 1-2).

Verificamos, nesse sentido, uma crítica aos jornais da conjuntura analisada, por isso a necessidade de um meio de comunicação próprio com a sociedade e que se materializou no boletim. O primeiro número foi lançado em outubro de 1934, intitulava-se como órgão oficial da opinião feminina organizada. Ao examinarmos os boletins, percebemos que houve textos assinados por diferentes pessoas e que, em sua maioria, eram sócias, havendo textos de diversos temas.

²⁹ Em investigação até o momento do desenvolvimento da pesquisa, não foi encontrado um estudo que tivesse o boletim como objeto de trabalho. Os documentos utilizados nesta pesquisa foram encontrados, alguns exemplares no Museu Bertha Lutz, organizado pela UNB, e 12 exemplares do ano de 1936, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Como não foi nossa intenção, não nos detivemos em pesquisa mais profunda sobre o tema. Dessa forma, não podemos outorgar o número certo de publicações e a periodização do boletim.

O boletim número 1, totalizando oito páginas, teve como tema de capa (anexo 05) o voto em candidatas femininas, havia uma foto que se referia a II Convenção Nacional Feminista, realizada na Bahia, e abaixo da foto, uma reportagem intitulada “Às Urnas cidadãs Manifesto ao Eleitorado Carioca, às personalidades e Partidos Políticos do Distrito Federal, Imprensa e particularmente ao Eleitorado feminino”, que falava sobre a campanha da candidatura como deputada federal de Bertha Lutz.

Na página 2, há informações do objetivo da criação do documento, que tem como título “Nosso Boletim”:

O Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que inicia hoje a sua atividade, tem como fim reunir e congregar em torno da ideia feminista todos os esforços dispersos, constituindo dest’art uma espécie de centro irradiador onde todas as correntes de opinião encontrem o eixo necessário de sua extensão e cuja utilidade aproximadora e actuação unificadora não carece realmente enaltecer.

Ponto de contato espiritual entre todas aquelas que trabalham pela grande causa da mulher, nesse *rendez-vous* mensal a que a publicidade duplica o interesse, propõe-se o Boletim da Federação ser, não somente o fiel divulgador do labor realizado, como o incentivador máximo de todas as iniciativas eficientes de que possa receber as sugestões aproveitáveis, estabelecendo assim a mais produtiva maneira do trabalho em commum, esse trabalho que deve ser a base orientadora de toda a acção feminina.

Élo entre as filiaes dos Estados distantes e a sede centralisadora da Capita o Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino conta com collaboraçã assídua e desinteressada de todas as suas sócias e o apoio de todas as associações e pessoas, às quaes não seja indiferente o progresso feminino elemento educacional imprescindível ao surto victorioso do progresso collectivo [...] (BOLETIM, 1934, p. 2).

Na sequência havia o decálogo feminista, após um artigo escrito por uma das sócias, com a inscrição “Discurso proferido na seção inaugural da 2ª convenção Nacional Feminista, Homenagem à Bertha Lutz”.

Após o texto existia uma lista com todas as delegadas que participaram do evento, também eram listadas as autoridades políticas e sócias que estiveram presentes. Nas páginas seguintes, (4, 5, 6 e parte da 7), eram enumeradas as conclusões e resoluções votadas na segunda convenção em diversas áreas como seção de previdência social, educação, trabalho, direitos sociais.

Na página 8 eram elencadas algumas medidas que entraram na Constituição pelo esforço de Bertha Lutz: direito à nacionalidade; igualdade política; direito da mulher em ocupar cargo público e a ele concorrer sem distinção do estado civil; licença às funcionárias com vencimentos e sem perdas das vantagens do exercício durante três meses para fins de maternidade; participação da direção feminina, preferencial dos serviços de assistência social, ligados à maternidade, trabalho feminino e organização do lar; medidas de assistência à mãe necessitada; isenção do serviço militar obrigatório.

A investigação permitiu enfatizar que o boletim serviu às duas finalidades elencadas na pesquisa, a formação da sociedade brasileira no que se refere ao acesso à compreensão estrutural dos movimentos com o tema mulher de outros países, como a historicidade da organização social em outros países e a informação no que tange às ações que a Federação executava e/ou planejava.

3.5 Movimentos Políticos

No ano de 1932, a FBPF iniciou uma segunda fase da sua existência, organizou uma campanha de Educação Política Nacional, que teve por finalidade levar as discussões sobre a questão política até os cidadãos. Na organização desse movimento apresentavam-se três objetivos, o primeiro era expresso na seguinte asserção:

[...] Tendo chegado o momento em que foi reconhecido pelo país inteiro, legal e juridicamente a capacidade eleitoral da mulher brasileira, a Federação pelo Progresso Feminino poderá realizar praticamente os fins já previstos na hora da sua fundação, e inscriptos nos seus estatutos, ao art. 1º parte geral nº 6 que rezam: 'Interessar a mulher nas questões de alcance público e preparal-a para o exercício inteligente dos Direitos Políticos' (PROGRAMA..., 1932, p. 19).

Podemos entender que a primeira fase da FBPF se referiu à conquista dos direitos políticos, ao direito da mulher à participação das eleições com o voto e, nesse primeiro objetivo, era necessário preparar a mulher para esse direito. Getúlio Vargas foi o candidato que perdeu as eleições e assumiu o compromisso

de reorganizar o espaço político com bases legais, pois o Governo Provisório se: “[...] definia a priori como um período passageiro, um expediente revolucionário que deveria subsidiar até que os legítimos representantes da nação – os deputados constituintes eleitos – assumissem a tarefa da construção de uma nova ordem legal [...]” (FAUSTO, 1996, p. 14).

Dessa forma, em 10 de fevereiro de 1931, um decreto governamental estabelecia que se deveria formar uma comissão para estudo e revisão de toda a legislação eleitoral existente no Brasil, e, segundo Boris Fausto (1996), essa revisão teria o objetivo de apresentar um verdadeiro projeto de código eleitoral.

Salientamos que na comissão, primeiramente, esteve à frente desse trabalho o Ministro da Justiça e Negócios de Interiores, Oswaldo de Aranha, e depois o republicano Mauricio Cardoso que passou a ser o ministro desta pasta. Como parte do resultado desse singular processo, foi expedido o decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, deu-se a apresentação de duas grandes mudanças no novo código eleitoral, primeiro, logo no segundo artigo foi apresentada a questão de que mulheres e homens tinham o direito à igualdade de voto, “[...] E' eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código [...]” (BRASIL, 1932).

Encontramos uma segunda mudança na questão do voto secreto, no artigo 57, que resguardava o sigilo do voto, o qual foi considerado uma das medidas básicas para a moralização de uma prática eleitoral. Nesse processo, conforme o artigo 4, ficam excluídos, ou seja, não podem alistar-se como eleitores: “[...] a) os mendigos; b) os analfabetos; c) as praças de pré³⁰, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior [...]” (BRASIL, 1932).

É necessário esclarecer que a FBPF e outras associações promoveram intensos debates e discussões, em especial, o direito ao voto da mulher, foi objeto de lutas constantes e esteve no centro de movimentos que lutaram para que a questão tivesse resultado positivo. Em consequência, essas mudanças não aconteceram de forma “natural”, mas diante de um cenário em constantes movimentos em torno do tema.

³⁰ Cidadãos que estivessem servindo como praça em trabalhos militares e policiais. (FAUSTO, 1996, p. 16).

Nessa segunda fase, como segundo objetivo, as líderes do movimento acreditavam que as pessoas de ambos os sexos necessitavam de conhecimento dos problemas públicos. E, por meio da Escola de Educação Política, promoveriam encontros que as levariam a conhecer melhor o Brasil, compreendendo, de forma científica, essas adversidades: “[...] uma noção mais clara do dever cívico, uma atitude mais desinteressada e menos egoísta, queremos cooperar para uma phase mais serena [...]” (PROGRAMA..., 1932, p. 19).

E um terceiro objetivo encontrava-se em proporcionar meios práticos para que a mulher adquirisse conhecimento para orientar-se sozinha sobre as questões que envolviam o voto. Dessa maneira,

[...] Urge a necessidade de trabalhar pela defesa do eleitorado feminino, proporcionado à mulher cidadã meios práticos de adquirir os conhecimentos necessários para orientar-se por si mesma, exercer conscientemente o seu voto, e libertar-se das influencias que, acaso, procurem desviar-a em proveito de interesse individues ou de grupos (PROGRAMA..., 1932, p. 19).

Diante desses três objetivos da Escola de Educação Política, a FBPF mencionava que seriam fundadas pela Federação e suas filiais outras escolas e cursos, urbanos e rurais, no Distrito Federal e nos Estados do Brasil.

O curso teria a orientação no terreno da educação política pelo estudo dos problemas e divulgação das ideias. Seriam levantadas questões problema, em consequência, expostas soluções baseadas em experiências que deram resultado positivo no Brasil e fora do país. O ensino seria ilustrado e documentado com observações das condições locais, e, em decorrência desse sistema, aos alunos deveriam ser dadas oportunidades de esclarecer suas dúvidas, obter informações e aprofundar seus conhecimentos, podendo expressar suas opiniões.

No que tange à organização, as escolas de Educação Política seriam constituídas pelos departamentos da Federação Brasileira pelo Progresso feminino. Os cursos seriam destinados para ambos os sexos, a inscrição seria feita na sede da FBPF. As palestras seriam ministradas por técnicos especializados, professores de escolas superiores e líderes da campanha feminista. Poderiam ser convidadas pessoas para expressar sua experiência pessoal e os aspectos práticos da política nacional, além de homens públicos e

representantes dos diferentes partidos e correntes políticas. Ao findar as atividades, os presentes teriam espaços para questionamentos e esclarecimentos sobre o assunto do dia, e seria permitida a emissão de pontos de vista diversos (PROGRAMA..., 1932, p. 19).

Os cursos se dividiriam em duas espécies: os cursos de líderes, destinados às pessoas que ajudariam nas campanhas; e os cursos de divulgação, destinados às sócias do centro, filiais, mães de família, operárias, empregadas, funcionárias e público em geral. A FBPF tinha a intenção de intensificar os cursos, se fosse necessário, ou se houvesse frequências necessárias. Os assuntos seriam os seguintes:

[...] 1º) Organizações governamentais. De como o cidadão participa nos governos. Da qualidade de eleitor. Direito de voto, responsabilidade. Código eleitoral, como se vota, porque se deve votar.

2º) Da organização legal da sociedade. Leis – necessidade – formação – execução – respeito devido às suas normas – Constituição.

3º) Problemas sociais: econômicos e jurídicos. De como são encarados na ordem local, nacional e internacional. Sua aplicação ao Brasil e à vida particular.

4º) Diretrizes políticas contemporâneas – Correntes partidárias no Brasil. Quais as vantagens e garantias que os diferentes partidos oferecem ao eleitorado em geral.

5º) Problemas econômicos de assistência social. – Como o voto feminino pode promover a proteção legislativa do lar, da mulher e da criança – salvaguardar a mocidade e a moral – melhorar as condições de vida – defendendo o trabalho feminino e os Direitos da mulher (PROGRAMA..., 1932, p. 20).

O diploma seria fornecido aos alunos que cumprissem três condições: a) frequentar os cursos; b) alistar-se eleitores; 3) prestar o compromisso de votar de acordo com sua consciência e de colocar os interesses públicos acima dos interesses pessoais (PROGRAMA..., 1932, p. 19).

A campanha de educação política seria financiada com verbas da Federação, pelos donativos e contribuições. Como era uma iniciativa cívica, os cursos seriam gratuitos para as pessoas que não pudessem contribuir financeiramente, no entanto a pessoa que tivesse a possibilidade de contribuir e desejasse a ampliação desse projeto poderia ajudar. Dessa maneira, observamos

que o objetivo dessa organização era a criação de eleitores conscientes e esclarecidos.

3.6 A campanha política da deputada Bertha Maria Julia Lutz

A intelectual, por estar inserida em movimentos femininos e acreditar que a igualdade por meio da ação legal e com direitos políticos seria um caminho para que a mulher conquistasse as condições para alcançar a autonomia, procurou bases para apresentar sua teoria, na formação acadêmica em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no ano de 1933.

Em 1933 ela concorreu para o pleito eleitoral para deputada federal, pelo Partido Autonomista, criado em 1933: “[...] Em setembro de 1931 Pedro Ernesto foi designado, por Vargas, interventor no Distrito Federal. Em 1933 participou da comissão organizadora do Partido Autonomista do Distrito Federal fundado em março daquele ano [...]” (SILVA, 2013, p. 44).

Sua candidatura foi decorrente da determinação expressa pelas associações feministas nacionais e estaduais confederadas em resolução votada na Primeira e na Segunda Convenção Nacional Feminista que aconteceram na Bahia. Nesses eventos foram lançadas várias candidatas em nível estadual e Bertha Lutz em nível federal, o objetivo direto era atuar no Poder Legislativo em favor da mulher. Nesses mesmos eventos foi deliberado que se daria apoio aos partidos e personalidades políticos que prestigiassem e aceitassem as reivindicações feministas e o programa de suas candidatas. Bertha Lutz explicou que o partido:

Fez-me a honra de incluir o meu nome entre os seus candidatos a representação federal, demonstrando uma compreensão justa de que a mulher, a qual constitui metade do povo e percentagem respeitável do eleitorado carioca, tem direito de participar da representação política (LUTZ, 1935b, p. 1).

Bertha Lutz esteve presente em inúmeros espaços para se apresentar e manifestar seu programa de governo. Em uma entrevista ela pronunciou, de

forma geral, qual seria seu programa político, vinculado a sua candidatura, e, pela análise feita, observamos que pretendia completar as medidas constitucionais, concedendo às mulheres igualdade de direitos, cidadania, nacionalidade e exercício de cargos públicos, realizar medidas relacionadas à proteção ao lar, à maternidade, à infância, ao trabalho feminino e ao trabalho em geral. Ao ser questionada sobre seu programa, Bertha Lutz respondeu que era preciso reformar os Códigos Civil, Penal e Comercial, para que a mulher pudesse exercer uma profissão remunerada, quer fosse casada ou não, e para que toda mãe tivesse o pátrio poder, com as mesmas condições de direitos que o pai. Apontou que o princípio de salário igual por trabalho igual deveria ser colocado em prática (LUTZ, 1935b, p. 2).

A autora durante a campanha iniciava seus discursos explicando porque escolhera o Partido Autonomista, relatava que fora convidada a figurar por vários partidos representativos do Distrito Federal, no entanto fizera essa opção, pois lhe deixara aquele ampla autonomia para defender as reivindicações das mulheres. Deixava claro o objetivo de seu projeto de governo e suas intenções com a candidatura:

[...] Venho cumprir o dever que me incumbe de expor-lhe as diretrizes principais do meu programa, que não é um programa eleitoral de última hora, mas o programa permanente do movimento feminista nacional. Não é um programa político. É um programa econômico e social. A sua função é simples, limita-se a aspiração de boa dona de casa, que deseja ver aplicadas às finanças públicas e a economia nacional, a mesma proibidade que a mãe de família applica à economia doméstica e de despesas do seu lar (LUTZ, 1935b, p. 1).

Como podemos observar, analisando o seu discurso, o objetivo do programa político não era somente um ato político, ou um ato construído para aquele momento, era uma composição de debates e ações travados no decorrer de sua vida social, as principais medidas expostas foram elaboradas para se atender a toda a população, e como principais elencamos a:

INSTRUCÇÃO GRATUITA E OBRIGÁTORIA, porque a todo ser humano assiste o mesmo direito ao livro e ao pão.

SAUDE DO POVO, já que urge empreender uma bandeira de hygiene a da saúde pública através todo o território do Brasil.

A JUSTIÇA RÁPIDA E GRATUITA, porque enquanto a justiça não estiver ao alcance de todos não haverá organização equitativa da sociedade humana.

A ASSISTÊNCIA, pois a população brasileira necessita de systema amplo de previdência contra o acidente, o desemprego forçado a usura, a doença, a velhice, a invalidez.

A DEFESA DO LAR, o lar não e um compartimento estanque da vida nacional, sendo indispensável para a sua segurança e tranquilidade a participação feminina na votação das leis.

A PROTEÇÃO A INFÂNCIA, sendo dever precípua da Constituição Brasileira facultar assistência a maternidade e proteger a infância contra o abandono physico e moral.

O MÍNIMO VITAL, espero que a constituição futura estabelecerá para todos os que trabalham a garantia do mínimo necessário para a subsistência em condições dignas de seres humanos,

A EQUIPARAÇÃO DOS SEXOS, porque sem a igualdade jurídica, política e econômica a mulher succumbirá, fatalmente, na luta rude pela existência.

A PAZ é princípio básico da campanha feminista que a mulher ingressa para a política não para estimular ódios ou dissensões, mas para tornar mais sereno o ambiente político da nossa terra e promover a fraternidade entre as nações (LUTZ, 1935b, p. 2).

Verificamos que a autora evidenciava os problemas sociais existentes no Brasil e logo após fazia uma justificação em cada item, colocando em pauta as ações para sanar tal obstáculo. De fato o programa da candidata abrangiu múltiplas áreas como a social, política, econômica, cultural e educacional, e percebemos que houve um fio condutor no qual a mulher foi colocada como ser social atuante.

Bertha Luz exibiu seu programa em rádio, em jornal, em reuniões e em assembleias; torna-se necessário acrescentar que a candidata tinha um grupo que trabalhava em prol da sua candidatura.

Conforme Rachel de Soihet, “[...] Nas eleições de 1933, apesar de receber 39.008 votos, Bertha Lutz ficou como suplente do deputado Candido Pessoa, a quem substituiu em 1936, diante do falecimento deste [...]” (SOIHET, 2000, p. 9).

Analizamos que a posse da candidata resultou em valor significativo para o conjunto de mulheres e homens que buscavam deixar no passado o conservadorismo e os resquícios de um poder patriarcal. Foi um momento festivo, como observamos na imagem:



Ilustração 05³¹ – Bertha Lutz, ao centro, com chapéu e flores nas mãos ao lado do seu pai, Adolpho Lutz, e seus familiares e feministas em frente à Câmara dos Deputados – 1936.
Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Bertha Lutz encontra-se na parte central da ilustração ao lado do seu pai, Adolpho Lutz; essa imagem foi registrada após a posse da candidata no ano de 1936, nas escadarias da Câmara. Tomada por esse sentimento de vitória, não só pessoal, mas de um conjunto de pessoas, que a deputada fez seu discurso de posse. Ao iniciar seu discurso, fez uma alusão à mitologia grega.

[...] Sr. Presidente,
Inspirados no simbolismo genial de sua mitologia criaram os helenos antigos uma deusa representativa das inspirações humanas triunfantes. Chamaram-na Nike: a Vitória Alada, quando revestia os seus atributos divinos, figuram-se também áptera e com razão. Tem nas asas partidas quase todas as vitórias que os deuses ciosos do seu prestígio concederam aos simples mortais. Nenhuma imagem melhor simboliza a minha entrada na Câmara, no momento e nas circunstâncias atuais. Após o vendaval de uma batalha, em que aventuravam as ambições incontidas, as perseguições injustas, as calúnias, as difamações e as misérias é hoje a Morte – mensageria silenciosa da Paz eterna - que abre as portas do Poder Legislativo à mulher [...] (BOLETIM, 1936, p. 3-4).

³¹ O verso da foto encontra-se em anexo (05). Fonte retirada do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Foi nesse cenário de perspectivas de transformações e com o sentimento de ter passado por obstáculos após muito trabalho que a deputada iniciou sua passagem pela câmara. Em contato com as fontes percebemos que, em seus discursos, os fatos sociais eram pontuados e explicados pela história. E, dessa forma, o papel social das mulheres era visto como elementos de transformações ao situar a trajetória dos fatos sociais de outros países. A exemplo disso, destacamos:

[...] E desde que a mulher tenha garantido o seus direitos de participação nos negócios públicos, traz ela ao homem a sua colaboração devota, dentro do programa construtor. Assim fizeram os eleitorados femininos da Nova Zelândia e dos Estados Unidos, inspirando os eleitores do povo, leis que baixaram ao mínimo a mortalidade infantil e maternal. Assim as deputadas escandinavas e britânicas, velando pela habitação do humilde, pela remuneração equitativa do funcionalismo público, chamando por justiça para com a mulher [...] (BOLETIM, 1936, p. 3-4).

Observamos que Bertha Lutz procurava marcar a construção histórica da sociedade, que, a nosso ver, evidenciava que esses elementos não foram naturais, mas conquistas diante de ações. Outro ponto relevante em seus discursos fossem em congressos, seminários, reuniões, foram as menções feitas às mulheres em geral, procurava citar e apresentar à sociedade o papel e a atuação das mulheres. Como exemplo, apresentamos parte da finalização do seu discurso de posse:

[...] De modo idêntico procede a mulher eleita no Brasil, como a nobre deputada por São Paulo, Dra. Carlota Pereira de Queiroz que vem se dedicando aos menores abandonados; como as jovens brilhantes legisladoras estaduais Maria Luiza Bittercour na Bahia, preparando-se para o exercício de seu mandato pelo estudo de finanças públicas na célebre universidade de Harvard; Lily Lages, restaurando municípios extintos em alagoas e obtendo para a Saúde Pública as verbas necessárias ao cumprimento de sua missão, ou como Maria Miranda Leão, do Amazonas e outras mais, que tomaram sob sua égide todas as medidas que interessam à maternidade, à infância, ao trabalho feminino e ao lar.
È dentro dos eu credo que faço minha profissão de fé [...] (BOLETIM, 1936, p. 4).

Supomos que Bertha Lutz assumiu esse cargo com o objetivo de representar todo um grupo que via nesse fato um conquista das movimentações e ações desenvolvidas nessa conjuntura. Em suas palavras: “[...] é dentro deste espírito essencialmente feminino, essencialmente humano, que vos trago hoje, como mandatárias do povo carioca, a colaboração modesta e despreziosa, mas bem intencionada e sincera da mulher” (BOLETIM, 1936, p. 4).

Sua ação como deputada foi ativa, e, ao ser empossada, desenvolveu vários decretos e emendas, particularmente na área de direitos da mulher, do funcionalismo geral e de várias repartições científicas. Entre suas ações como parlamentar podemos citar a emenda que impedia a diminuição de vencimentos dos funcionários; a emenda que permitia a transferência de funcionários pela situação civil de casados; os artigos que proibiam diferenças de vencimentos baseados no estado civil e sexo; e a emenda que criou o Ensino Feminino Doméstico Social. Bertha Lutz esteve à frente da criação da comissão especial, elaboradora do Estatuto da Funcionária Pública.

Dentre suas atuações, destacamos a sessão de 18 de dezembro de 1936, a qual tinha como tema em debate na Câmara dos Deputados, em terceira discussão, a reforma do Ministério da Educação e Saúde Pública. Bertha Lutz esteve presente e usou a palavra para dar seu parecer sobre o tema. A presença dela se deu somente nessa terceira discussão sobre a questão, pois ocupou o cargo de deputada tardiamente. Informou: “[...] trago uma colaboração que pela sua natureza tardia poderá talvez dar a impressão de crítica obstructora ao projecto [...]” (LUTZ, 1936, p. 23).

Dessa forma, ela fez alguns apontamentos, primeiro mencionou a falta de educação feminina, deteve-se sobre a parte referente à Divisão do Amparo à Maternidade e à Infância, pois, em seu ponto de vista, havia a necessidade de pensar na mulher de forma global e se deveria ter o cuidado com:

[...] a saúde da mãe e de zelarmos não só pela assistência, mas pelo preparo da mocidade feminina e da mulher para a maternidade esclarecida e consciente. Não somente para a maternidade do ponto de vista physico, mas para a maternidade do ponto de vista espiritual, que deve ser a inspiração profunda de todas as atividades femininas, quer na sua colaboração privada, quer na sua função pública, tanto no lar, como no governo –

enfim, na organização de toda a sociedade humana (LUTZ, 1936, p. 24).

Observamos que a intelectual defendia que houvesse amparo, não à criança, ou mesmo à mãe, nem à gestante ou à parturiente, mas a uma educação com futuras mães, ou seja, uma educação anterior à gestação. Foi um debate árduo, pois alguns deputados consideravam que, ao falarem em maternidade e criança, já estava subentendida a presença da mulher. No entanto, a intelectual esclarecia, pela sua experiência com problemas fundamentais da mulher e da sua luta pelo reconhecimento dos seus direitos legítimos: “[...] Sei que, muitas vezes, quando taes diretos são expressos deixam de ser cumpridos, e quando não são expressos raramente os vemos atendidos” (LUTZ, 1936, p. 26).

Foi presidente da comissão criada na Câmara, por sua iniciativa, para elaborar o Estatuto da Mulher, em 1937. O estudo resultou em documento intitulado “O Trabalho Feminino: A mulher na ordem econômica do Brasil”, com 160 páginas, organizado em 11 capítulos, deu-se destaque aos temas a legislação brasileira, o trabalho feminino na ordem internacional, o trabalho feminino na ordem continental, o estatuto econômico da mulher, iniciativas femininas junto ao poder público e a mulher na ordem social. Alguns capítulos foram resultados de congressos e convenções realizados pela FBPF, outros, de palestras proferidas por Bertha Lutz em eventos internacionais em que foi representante do Brasil e de alguns estudos, especialmente desenvolvidos para o documento.

A deputada defendeu com discursos seu ponto de vista em diversas ocasiões e em variados assuntos, e, como categoria de exemplo, indicamos a passagem pelo Congresso, no ano de 1937, em que o presidente da Comissão de Finanças demonstrou um déficit orçamentário e, para sanar o problema, apresentou uma proposta em que reduzia a quota destinada à educação, à cultura e à proteção da infância e maternidade.

No início do discurso Lutz falou ao presidente da comissão: “[...] é claro e insofismável o texto da Constituição. Ao artigo 141 manda dispender 1% das rendas da União, dos Estados e Municípios em Assistência À Maternidade e Infância e ao art. 156, 10% no mínimo em Educação e Cultura (LUTZ, 1937, p.

2)”. Continuou mostrando que era incompreensível a redução que se propunha nesses setores, o que iria contra a Constituição de 1934.

A autora continuou seu discurso apontando dados e informações sobre a educação, cultura e infância em alguns países como a Grã-Bretanha, Inglaterra, Portugal, Japão, Canadá, Chile e Estados Unidos, bem como ressaltou questionamentos para o presidente da comissão sobre essas áreas no Brasil. O país limitaria verdadeiramente as suas quotas educativas ao ensino rural e industrial? Deixaria perecerem de inanição os estabelecimentos científicos como o Instituto Oswaldo Cruz, cujas verbas minguadas não lhe permitiam sequer acompanhar os progressos da Medicina Tropical. A autora foi incisiva em sua resposta,

[...] apesar do mysticismo medieval que estabelece uma cortina protetora em volta dos cérebros de alguns contemporaneos privilegiados, é preciso que seja dito, ao menos uma vez, da tribuna desta câmara que o progresso verdadeiro, é o progresso científico. Porque a sciencia disciplina e emancipa. Porque ella é grande revolucionaria pacifica que através de todos os séculos derruba silenciosamente preconceitos para erigir verdade comprovadas no seu lugar [...] (LUTZ, 1937, p. 5).

Na análise do excerto, podemos concluir alguns princípios que a intelectual elegeu para dar status de veracidade ao seu discurso, acreditava que a ciência era um dos caminhos para se alcançar o progresso, mencionou que esta era capaz de emancipar os sujeitos, e que da ciência emanava um conhecimento verdadeiro pela comprovação científica. Diante dessa compreensão, bem como do conhecimento social de outros países, Lutz demonstrou, com dados, como estava a conjuntura do Brasil naquele período.

No Rio entretanto Sr. Presidente, com um a população de perto de dois milhões de almas não existem 250 leitos gratuitos para parturientes nas maternidades e hospitais e mais de um terço destes é devido à iniciativa feminina particular [...] O nosso povo não é inferior aos demais, nem a mulher brasileira é menos digna. Do interesse dos governantes e legisladores constituintes brasileiros pelos seus problemas attestam as medidas constitucionaes, cujo cumprimento pleiteo perante os meus colegas – pleiteo e exijo – em nome da opinião feminina organizada, segundo incumbência que me foi dada pelo III

Congresso Feminino Nacional. A mãe culta e educada, apta a velar não só pela robustez physica do filho, mas pela formação moral e intelectual do cidadão futuro, a cultura política disseminada em todas as camadas sociaes, eis a primeira, eis a última, eis a única, defesa adequada dos povos contra as epidemias de loucura colectiva que sacodem os nervos das gerações contemporânea, e ameaçam de ruina toda a civilização occidental. Sr Presidente da Commissão de Finanças: Equilibremos o nosso orçamento, sim – mas não sacrificando os nossos filhos e as nossa mães – não perpetuando a ignorância e a miséria – não solapando os alicerces da estabilidade social. Rejeitemos a emenda porque a emenda é a anti-social e anti-econômica, illogica e inconstitucional (LUTZ, 1937, p. 5).

Percebemos que a autora mostrou aos outros deputados e ao presidente deputado João Simplício sua versão sobre rebaixar a quota destinada a setores que, a seu ver, eram básicos e imprescindíveis para a população brasileira no momento histórico estudado.

A deputada, em seu discurso, mostrou que o investimento nas áreas sociais deveria aumentar e não diminuir. E o investimento em áreas sociais, como no contexto de outros países, ilustrado em sua apresentação, era elemento que contribuía para a formação intelectual e moral das gerações futuras.

Sobre esse tema, o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, fez declarações em que expressou que Bertha Lutz estaria sendo uma adversária na Câmara, em se tratando de assuntos sobre o orçamento. A deputada, ao se pronunciar na tribuna, contestou a acusação.

Prevaleço-me apenas do ensejo para dizer ao Sr. Ministro da Educação que apesar da declaração de S. Ex., de ser eu o seu adversário mais terrível na Câmara, ninguém mais sinceramente do que eu aplaude o propósito de S. Ex. de empregar uma parte desta renda em propulsionar a cultura scientifica; em apparelhar o nosso observatório e uma Bibliotheca central. Peço apenas a S. Ex. que extenda esses favores também ao Museu Nacional e ao Instituto Oswaldo Cruz, cuja bibliotheca que já foi a primeira da America do Sul, decae por falta de poder acquisitivo de publicações periódicas, etc. Peço vênia para lembrar ainda a praxe moderna e usual, decorrente de tendência eminentemente logica, que consiste em organizar além de grandes bibliothecas centros, bibliotecas pequenas especializadas, à mão do estudante e do pesquisador (LUTZ, 1930, p. 2).

Constatamos que Bertha Lutz tornou-se combativa na Câmara, ao defender suas posições, enfatizando, sempre que necessário, que suas posições estavam ligadas a uma educação que impulsionasse a cultura e a educação científica, fosse no ambiente escolar ou em instituições não escolares.

Concordamos com Rachel de Soihet ao explicar o papel de Bertha Lutz e das mulheres que fizeram parte do grupo desta: “[...] consideramos que aquelas mulheres, conscientes do tempo e do espaço em que estavam inseridas, seguiram a trilha mais adequada para atingir seus alvos [...]” (SOIHET, 2000, p. 11).

Bertha Lutz, em seus discursos, procurou ressaltar a importância do papel social da mulher, a partir dos direitos adquiridos, e continuava a lutar pela representação feminina na sociedade como um ser político atuante.

4. BERTHA LUTZ E A EDUCAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA A AUTONOMIA DA MULHER



Ilustração 06 – Museu Nacional do Rio de Janeiro, foto tirada em 2016, período em que foram coletadas as fontes para a presente pesquisa.

Fonte: Acervo particular.

“A instrução não deve constituir propriedade ou monopólio de ninguém. Ao Estado compete socializa-la, colocando-a ao alcance de toda a população do país”
Bertha Lutz, 1933.

A fotografia do Museu Nacional, apresentada nessa seção, para nós tem significado distinto, julgamos que o contato de Bertha Lutz com o museu tornou possível a sistematização de uma educação utilizando este como um meio para a instrução como uma aplicação educativa. Supomos que a ampla divulgação dos museus no Brasil seria uma estratégia profícua para a difusão da educação.

Nesse seguimento, a presente seção tem o propósito de apontar como Bertha Lutz, por meio da educação, buscou possibilidades para a condição de autonomia dos sujeitos, em especial à mulher no Brasil. Com esse objetivo será

apresentada a concepção de Bertha Lutz sobre uma prática educativa com museus. A intelectual considerava a divulgação dos museus um importante mecanismo de educação para a população em geral. Fez viagens aos Estados Unidos e Europa com objetivo de conhecer as instituições, tanto a parte física como a organização e o setor administrativo. Como resultado dessas viagens, elaborou um relatório das visitas e uma sistematização documental e física dos museus visitados.

O relatório traz relatos minuciosos, mostrando imagens, gráficos, tabelas, figuras, panfletos, fotografias e a organização interna dos espaços visitados. Relata experiências observadas na organização dos agentes envolvidos na sistematização dos museus.

Bertha Lutz tinha o intuito de, ao finalizar seus estudos sobre museus, publicar seu relatório em formato de um livro, que serviria como base para a abertura e na organização pedagógica de museus no Brasil. No entanto, não foi possível, seu projeto de publicação não foi aprovado. Somente em 2008 o livro foi publicado e intitulado “A Função Educativa dos Museus”³².

Bertha Luz trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro, ingressando em 1919 e se dedicando a atividades ligadas às ciências naturais e às ciências científicas. Aposentada em 1964, prosseguiu como professora emérita da UFRJ e pesquisadora da CNPq. Como cientista, trabalhou em botânica e na preservação da natureza.

4.1 Bertha Lutz, uma cientista no Museu Nacional

O Museu Nacional foi um espaço de conhecimento, voltado e organizado para a divulgação da ciência e instrução. Em 1919, ano em que esse museu fez 100 anos, em sessão solene, o professor Edgard Roquette Pinto (1884-1954) fez um discurso apresentando em sua exposição a importância dessa instituição para a população brasileira:

³²A Função Educativa dos Museus: O relatório foi organizado em formato de livro e publicado em 2008. Os organizadores foram Guilherme Gantois de Miranda, Maria José Veloso da Costa Santos, Sílvia Nírita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. O livro faz parte da série de livros do Museu Nacional (v.33) (LUTZ, 2008).

[...] os intelectuais, o povo, a imprensa, acudiram para formar ao lado dos diretores da nação, entre o quaes seu chefe supremo, na homenagem do paiz inteiro aos estadistas que souberam crear e desenvolver esse Museu, aos sábios que no passado, queimaram seus melhores dias no entusiasmo com que construíram para a pátria sua maior escola, o maior abrigo de suas produções. Escola que ensina a todos, escola que ensino tudo [...] (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 3).

Podemos observar que o professor se refere à instituição como espaço de aprendizagem. No decorrer do discurso fez referências aos professores, às aulas que aconteciam no museu, as quais poderiam atingir um número elevado de pessoas: “[...] os professores do museu não falam para algumas dezenas de ouvintes agasalhados numa sala; fala para toda gente, para os que sabem e para os que ignoram, para os seus patrícios e para os alienígenas [...]” (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 3).

Roquette Pinto via no museu uma forma de aliar a instrução à ciência e, como cientista que percorreu o Brasil com suas expedições, conheceu diversas regiões, pôde conviver com algumas tribos indígenas e considerou que,

[...] Sem educação do povo, pode a administração curar alguns milheiros de impaludados, mas não acabará com o impaludismo. Sem ella, o poder público alistara alguns milhares de cidadãos, mas não terá êxito. Nossa principal função dessa casa, hoje, é tratar de difundir em nosso povo uma parte daquilo que ele precisa para vir a ser o merece [...] (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 3).

O professor Edgard Roquette-Pinto ingressou no Museu Nacional em 1905, ao ser nomeado professor assistente de antropologia e etnografia, e foi diretor desse museu de 1926 a 1935. Conforme Lôbo (2010, p.68), o Museu Nacional passou por três fases, até Roquette-Pinto assumir a direção. Na primeira fase, no período da criação em 1818, a zoologia se constituía no principal modelo teórico de produção; na segunda fase, no império, foi um espaço privilegiado de ensino e produção científica. A partir da década de 1920, o modelo enciclopédico vigente entrou em crise e o museu se dedicou às ciências naturais.

Sily explana que a perspectiva defendida por Roquette-Pinto era voltada ao ensino e para a educação popular, e que essas características faziam menção a

uma concepção moderna de museu, que foi: “[...] disseminada no final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, que durante as primeiras décadas do século XX foi posta em prática pelo Museu, ganhando pleno apoio nas décadas de 1920 e 1930 [...]” (SILY, 2012, p. 36).

Quando Roquette-Pinto assumiu a direção, tinha interesse, em particular, nos programas educativos do museu. Desenvolveu diferentes projetos, entre eles, Rádio-Educativa; Projeto Cândido Rondon; e projetos vinculados ao tema indígena. Esteve voltado, em grande proporção, para a iniciativa educacional (LÔBO, 2010, p. 68).

No período em que Roquette-Pinto trabalhava no museu, foi nomeado para trabalhar juntamente com Bruno Lobo e Alberto Betim Paes Leme na banca de concurso, de que Bertha Lutz participou para ingressar no Museu Nacional. Nessa fase fizeram alguns trabalhos juntos. Participaram, por exemplo, de congressos, palestras, conferências, e, entre outros, participaram do Congresso de Ensino, Bertha Lutz, Roquette-Pinto e Bruno Lobo, nota publicada no jornal “O Paiz” no dia 22 de agosto de 1922. Outra nota destacada no mesmo jornal foi a participação no Congresso do Ensino Secundário e Superior, em que: “[...] Bertha Lutz foi representante do Museu Nacional, sendo relatora de uma das comissões” (O PAIZ, 1922, p. 5).

Consideramos que o museu teve estreita ligação com a educação nesse período, e conforme KOPTACKE, 2007, a partir de 1927, sob a direção de Roquette Pinto, o Museu Nacional passou por reformas, objetivando o ensino. Como exemplo dessas transformações, damos destaque aos seguintes aspectos:

[...] foi instalado na sala de conferências, considerada uma das mais bem aparelhadas para o ensino da história natural utilizada principalmente pelas escolas. Foi remodelado o horto botânico e foram renovados passando a integrar a seção de ensino. Em 15 de outubro de 1927 a seção de assistência ao ensino de história natural deu enorme impulso às atividades ligadas a esse setor dentro do museu [...] (KOPTACKE, 2007, p. 7).

Foi nesse ambiente de ciência e ensino que Bertha Lutz esteve envolvida no período em que foi secretária do Museu Nacional, e, em se tratando da sua

atuação na área científica, ela, em um dos seus estudos, fez a catalogação de árvores brasileiras (cerca de 960 espécies) e, após, encaminhou o resultado do seu trabalho, em forma de relatório, para o ministro da Agricultura. Em 1925, com a finalidade de continuar estudos, fez viagem para o interior do Rio de Janeiro e zona Resende Bocaina, em comissão científica do Instituto Oswaldo Cruz, e, nessa viagem, estudou as plantas do ângulo científico: a botânica descritiva e a sistemática (morfologia, fisiologia, embriologia) (LÔBO, 2010, p. 47).

Após a morte de seu pai, em 1940, seguiu trabalhando ativamente com os anfíbios, sobretudo os da então família Hylidae, o que resultou em uma série de trabalhos que tinham como foco a taxonomia, sistemática, história natural, desenvolvimento e comportamento dos hílideos. Seu trabalho, intitulado *Brazilian Species of Hyla*³³ (Anexo 03), publicado em 1973, tornou-se um estudo clássico, sendo referência obrigatória para o estudo das pererecas brasileiras, e Bertha Lutz trabalhou toda a vida para redigir esse livro.

Outra atividade de cunho científico foi a apresentação de uma tese para o concurso, com a finalidade de preenchimento da cadeira de botânica, da Escola Superior de Agricultura, pela qual obteve o primeiro lugar, o título do trabalho foi “Estudos sobre a Biologia Floral da Mangífera Indica”.

Segundo Yolando Lôbo (2010), as viagens de estudo fizeram brotar interesses sobre os museus como instituições educativas; nesse sentido, Bertha Lutz trocou informações com os museus de diversos países, abordando o estudo científico, o que demonstra ações significativas para sua sistematização sobre a finalidade educativa do museu para as pessoas em geral.

Por consequência das atividades científicas empreendidas por Bertha Lutz em sua vida como pesquisadora, presumimos que foi se delineando uma concepção sobre uma prática educativa, por meio da ciência, para a população brasileira. Supomos que esse pensamento se concretizou em sua análise e estudos de museus em distintos lugares do mundo, o que resultou em uma teoria de uma prática educativa por meio dos museus, em que defendeu que, somente se as instituições apresentassem exposições de cunho científico, com técnicos adequados, a educação se concretizaria.

³³ O livro encontra-se disponível no Museu de Bertha Lutz e a reprodução digital foi gentilmente autorizada pela editora da *University of Texas* (MUSEU VIRTUAL BERTHA LUTZ).

4.2. Viagens aos museus americanos

As viagens com as finalidades de conhecer culturas diferenciadas, observar estruturas econômicas, analisar organizações sociais e instituições enfim, viagens que possibilitassem estudos, foram utilizadas por diferentes atores sociais e em diferentes períodos históricos.

Conforme Vidal, abriu-se, “[...] percepção de que as viagens constituíram-se em um acontecimento sócio-histórico, que se estende do século XVI ao nosso dias, exibindo múltiplos desdobramentos” (VIDAL, 2010, p. 09). Observamos que as movimentações, ou seja, esses múltiplos desdobramentos que ocorreram na sociedade, marcaram novas dinâmicas sociais, entre elas, destacamos:

[...] as categorias mundialização, utilizada frequentemente para nomear o processo envolvido nas Grandes navegações; internacionalização, geralmente circunscrita ao movimento de expansão do capitalismo no Oitocentos e início do Novecentos; e globalização, associada ao momento recente de redefinição das fronteiras nacionais, evidenciam as marcas das diferenças desses movimentos, ao mesmo tempo que nos convidam a interrogar sobre a permanência das viagens na construção histórica das sociedades modernas e contemporâneas [...] (VIDAL, 2010, p. 09-10).

Foi nessa mobilidade do tempo e eventos na história que “[...] viajantes produziram-se como conquistadores, marinheiros, comerciantes, industriais, políticos, intelectuais e educadores, atuando como passadores e filtros culturais [...]” (VIDAL, 2010, p.10).

Nesse cenário localizamos Bertha Lutz como uma viajante que observou a história da política, da economia, dos direitos sociais e da educação nos contextos europeu e norte-americano. Cremos que a autora buscava entender, sob a perspectiva histórica, os caminhos trilhados por essas sociedades e esteve em viagem com a finalidade de traçar metas para o Brasil.

Pontuamos que, ao observar a organização de outras sociedades sob a perspectiva histórica, como exemplo, a organização dos museus como prática educacional, as dimensões cultural, social, organizacional, econômica assim como a história da sociedade brasileira estiveram em análise. Entendemos que foi

nessas características que as informações explanadas por Bertha Lutz tiveram base.

A primeira viagem realizada por Bertha Lutz, com a intenção de estudar os museus, foi no ano de 1922, quando esteve em Washington, entre os meses de março e abril. Nesse período era comissionada pelo então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Idefonso Simões Lopes. A segunda viagem aconteceu no ano de 1925, entre os meses de março e abril, com destino a Washington, Chicago e New York, comissionada pelo ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida. Nessas viagens Bertha Lutz foi reunindo documentos e registrando seu conhecimento acumulado sobre o tema.

Em 1929 esteve na Europa como representante oficial do Brasil na Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica, sua preocupação com meios para o desenvolvimento da educação no Brasil permitiu que reunisse conhecimento sobre o tema e documentos para o estudo e veio a consolidar seu projeto sobre os museus com sua viagem aos Estados Unidos em 1932.

O jornal “Diário da Noite”, do dia 29 de março de 1932, fez uma publicação falando da viagem de Bertha Lutz aos EUA.

A Sra Bertha Lutz autorizada pelo Ministro da Educação e Saúde Pública a aceitar o convite que lhe fez o residente da “*American Association of Museums*” pra visitar os museus americanos devendo no entanto, após os eu regresso, apresentar o relatório das observações e estudos feitos. A licença foi concedida pelo prazo de quatro meses, devendo as despesas correrem por conta da referida funcionárias (DIÁRIO...,1932, p. 5).

Nesse período o ministro da Educação e Saúde Pública era Francisco Campos, primeiro ministro a assumir a pasta, que, como responsável desse novo departamento, permaneceu durante o período de 1930 a 1932. Propôs uma série de reformas no campo educacional, trilhando o caminho que o governo estabelecera. Instituíram-se documentos legais para o sistema educacional, os quais ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos, um deles, o decreto nº 19. 850, de 11 de abril de 1931, o qual criou o Conselho Nacional de Educação, cujas atribuições fundamentais constavam no art. 5º:

- a) Colaborar com o Ministro na orientação e direção superior de ensino;
- b) Promover e estipular iniciativas em benefício da cultura nacional, e animar atividades privadas, que se proponham a colaborar com o estado em quaisquer domínios da educação;
- c) Sugerir providências tendentes a ampliar os recursos financeiros, concedidos pela União, pelos Estados ou pelos municípios à organização e ao desenvolvimento do ensino, em todos os seus ramos;
- d) Estudar e emitir parecer sobre assuntos de ordem administrativa e didática, referentes a qualquer instituto de ensino, que devem ser resolvidos pelo Ministro;
- e) Facilitar, na esfera de sua ação, a extensão universitária e promover o maior contacto entre os institutos técnicos-científicos e o ambiente social;
- f) Firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário, técnico e superior atendendo, acima de tudo, aos interesses da civilização e da cultura do país (BRASIL, 1931, p. 1).

Diante desse quadro, em que houve as primeiras aproximações de uma organização nacional no quadro educacional, essa estrutura apareceu como uma ação por parte do Estado que objetivava unidade nacional no campo da educação.

Localizamos a viagem de estudo de Bertha Lutz como característica desse cenário político, em atendimento a um dos itens: “[...] Promover e estipular iniciativas em benefício da cultura nacional, e animar atividades privadas, que se proponham a colaborar com o estado em quaisquer domínios da educação [...]” (BRASIL, 1931, p. 1).

A educadora visitou diversos museus de categorias diferenciadas, sendo alguns de alcance geral, abrangendo a ciência e suas aplicações, a arte e mesmo a história, museus dedicados exclusivamente à ciência, à ciência aplicada, ao comércio, à arte, à história e alguns ao ar livre. Destacamos os museus de caráter educativo, incorporados às diretorias de instrução pública, outros dedicados a crianças com organização menos disciplinar e mais recreativa. Alguns museus eram administrados pelo município, ou pelo Estado, e outros, por universidades e museus populares.

Bertha Lutz destacou que os museus americanos eram organizados em uma associação, a Associação Americana de Museus, uma agremiação de projetos, dinâmicas e que tinha um vasto programa cultural, sendo apoiada pela

Carnegie Corporation. A autora descreveu os métodos de estudo que usou para seu relatório.

A fim de realizar os meus estudos e investigações, empreguei, além das visitas aos museus, os seguintes métodos: conferências com os diretores, chefes de seções educativas e técnicas dessas seções; comparecimento às aulas, palestras nas salas de conferências ou nas próprias salas e galerias de docentes ou instrutores [...] obtive belíssimas fotografias para ilustrar o meu trabalho, assim como cartazes, folhetos, publicações populares, modelos de rótulos, circulares etc., suscetíveis de serem adaptados a quaisquer iniciativas no terreno prático da educação visual do povo (LUTZ, 2008, p. 27).

A autora fez um histórico sobre a evolução do museu, mostrando que o instinto de colecionar objetos valiosos e curiosidades e o de fazer o exame comparado de espécimes semelhantes estava profundamente arraigado no espírito humano. Ela abordava que:

Os gregos e romanos colecionavam objetos de arte e espécimes de história natural. O rei Felipe da Macedônia e seu filho Alexandre Magno, célebres sobretudo pelas suas conquistas guerreiras, tinham o hábito mais louvável, embora menos célebre, de trazer das regiões recém conquistadas, grandes coleções de espécimes para Aristóteles e mantinham numerosas pessoas à disposição do sábio para colher material e fazer observações (LUTZ, 2008, p. 29).

Bertha Lutz mencionou que, após a destruição de Alexandria, a história não descrevera mais museus até o século XVI, ao correr do qual já vinham sendo publicados catálogos de coleções particulares, geralmente denominados “gabinetes de história natural”. Um dos primeiros foi o de Samuel Quinckelberg, de Munique, datado de 1565 (LUTZ, 2008, p. 29).

A autora mostrou que, durante muitos séculos, os museus não passavam de meras coleções, ou seja, eram lugares para se guardar objetos artísticos, estáticos e de difícil acesso, e a modalidade de exposição era, de certo forma, árida, incompreensível para leigos.

Bertha Lutz acreditava que o museu tinha um papel específico e por meio dos seus estudos demonstrou sua percepção sobre o museu ‘contemporâneo’ e especificou:

[...] o museu contemporâneo está começando a adquirir consciência de seu papel de esclarecedor da massa e do povo [...] não são mais instituições estáticas, mas, antes conceitos dinâmicos. Conservam intacto o seu papel de ampliadores dos conhecimentos humanos, mas nem por isso deixam de se projetar consciente voluntariamente na vida social e de intervir ativamente na formação cultural ao público (LUTZ, 2008, p. 31).

A intelectual atribuía ao museu uma condição educativa. Mostrou que essa instituição poderia expandir a educação para a população em geral. O acesso das pessoas aos museus poderia proporcionar a possibilidade do conhecimento científico e cultural. Diante de suas visitas, pôde afirmar que as instituições com movimentos dinâmicos ampliavam a formação cultural.

Além de analisar a questão educativa, a autora investigou a questão estratégica em relação ao local destinado ao museu. Mostrou que havia necessidade de se fazer um planejamento antes de se iniciar um empreendimento que tivesse como finalidade a educação. O museu requeria espaços em:

[...] pontos de grande movimento na cidade atrairia a atenção do público para os museus. Seria uma iniciativa de grande alcance para a educação popular. Poderíamos despertar também a atenção do nosso povo por exposições demonstradoras de princípios biológicos, convidando-o a visitar os museus principais, a fim de travar conhecimento com a geologia, a flora, a fauna e a etnografia do Brasil (LUTZ, 2008, p. 40).

Em sua perspectiva, fatores sociais, econômicos e científicos poderiam produzir modificações em diferentes aspectos relacionados aos museus, como a localização, a disponibilidade de recursos para a organização interna da instituição. E que todas essas características que envolviam o museu deveriam atender a perspectivas de utilidade pública para cumprir eficazmente a disseminação da cultura popular.

Consideramos que, em se tratando em educação, Bertha Lutz manifestou que a educação por meio dos museus, naquele período histórico, seria uma alternativa para levar a educação para a maioria da população, de forma rápida e eficaz.

4.3. Uma prática educativa por meio dos museus

Bertha Lutz acreditava que os museus tinham duas características inerentes, primeiro, era um lugar de pesquisa e, segundo, um órgão insubstituível de conhecimento popular. Declarava que era fundamental que a base científica da exposição fosse sólida e de qualidade, caso contrário, não teria um objetivo latente, pois, por meio das exposições, haveria progresso cultural popular da sociedade. No Brasil de modo semelhante à Europa e EUA a partir do século XIX “[...] a escola elementar como os museus, constituíram na primeira metade do XX, tecnologias de transformação social na cruzada pela formação do cidadão republicano [...]” (KOPTCKE, 2007, p. 4).

Bertha Lutz elencou alguns requisitos para o progresso da educação popular por meio dos museus com base em seus estudos nas instituições norte-americanas e europeias. O museu moderno desempenhava dupla função: a pesquisa e a divulgação.

Como instituição de educação popular, apresenta vários problemas interessantes referentes à localização popular, apresenta vários problemas interessantes referentes à localização, arquitetura, dependências, mobiliário e instalação; A localização deve ser feita após a observação (=survey) social prévia da população; Deve-se tornar o museu alcançável pelo máximo de visitantes e despesa mínima de tempo e de dinheiro; A arquitetura externa dever ser atraente, mas ficar subordinado às conveniências internas; O ponto principal da arquitetura interna é a flexibilidade, conseguida pela redução das paredes fixas ao mínimo e a sua substituição ou divisões temporárias, removíveis e remodeláveis; Quanto às divisões permanentes, são empregada hoje vários sistemas nos museus menores, como sejam salas pequenas e alcovas. As galerias circulares também oferecem vantagens; Tomando em consideração os fatores físicos e psicológicos, lembro a necessidade da dosagem nos grandes museus. Para esse fim torna-se necessário adotar o sistema de coleções unidades, colocadas em andares superpostos empregando, o museu em pavilhões ou o museu arranha-céu, coleções expostas temporariamente. As dependências do museu são de várias ordens: salas públicas, laboratórios, oficinas e depósitos;

A iluminação oferece problemas interessantes. Devem ser evitados os assoalhos de madeira. A orientação mais recente consiste em empregar cores neutras nas paredes e mostruários; Os laboratórios e dependência devem ser acessíveis, sem passagem pelas sala públicas. Os depósitos devem amplos, os corredores retos, as portas e elevadores espaçosos, no interesse da boa organização e do transporte fácil dos espécimes (LUTZ, 2008, p. 54-55).

Percebemos que a intelectual, a partir do estudo em variados museus, fez observações específicas do cotidiano, dando destaque aos aspectos físicos, pedagógicos e estruturais.

O objetivo de que essa forma de prática educativa viesse a atingir a maioria da população ficou evidente ao elencar fatores como, por exemplo, a localização e, ao mencionar que os museus deveriam ficar em lugares estratégicos, referia-se a um lugar onde se tivesse acesso por meio de transporte público. Assim, torna-se visível que Bertha Lutz acreditava que se poderia obter conhecimento pelas visitas dos museus, entendemos que as visitas eram frequentes, pois não eram exposições definitivas, mas exposições transitórias, e que esse contato dos visitantes com as exposições de ordem científica traria progresso educacional.

Entendemos que Bertha Lutz, ao anunciar seu planejamento, objetivando transformação no meio educacional, por meio dos museus no Brasil, levou em consideração alguns aspectos da sociedade, entre eles, o problema do analfabetismo. É mister apresentar que “[...] ‘Saber ler e escrever’ é a única característica educacional da população que foi investigada em todos os censos brasileiros, sem exceção [...]” (FERRARO, 2009, p. 85). Conforme dados levantados do IBGE, o índice de analfabetismo no ano de 1920 estava organizado com as seguintes informações:

Quadro 01: Analfabetismo no Brasil

Estado da população								
UNIDADES POLÍTICAS	SABENDO LER E ESCREVER				NÃO SABENDO LER NEM ESCREVER			
	Até 6 anos	De 7 a 14 anos	De 15 e mais anos	Soma	Até 6 anos	De 7 a 14 anos	De 15 e mais anos	Soma
Distrito Federal.....	5 469	120 916	583 867	710 252	173 196	71 576	202 849	447 621
Alagoas.....	1 092	25 017	118 426	144 535	199 766	193 730	440 717	834 213
Amazonas.....	469	13 348	82 797	96 614	74 306	60 159	132 087	266 552
Baía.....	3 449	93 720	516 306	613 475	684 339	638 929	1 397 722	2 720 990
Ceará.....	1 603	38 825	205 538	245 966	266 431	256 501	550 330	1 073 262
Espírito Santo.....	472	18 165	89 291	107 928	104 387	82 059	162 954	349 400
Goiás	338	11 322	66 870	78 530	110 075	99 855	223 459	433 389
Maranhão.....	588	20 548	117 295	138 431	169 480	168 647	397 779	735 906
Mato Grosso	407	11 617	59 769	71 793	52 246	38 376	84 197	174 819
Minas Gerais.....	4 255	206 292	1 006 094	1 216 641	337 171	1 112 073	2 222 289	4 671 533
Pará.....	1 662	43 082	242 957	287 701	188 992	168 869	337 945	695 806
Paraíba.....	660	18 607	107 684	126 951	213 182	185 917	435 056	834 155
Paraná	1 046	38 932	153 221	193 199	149 887	113 054	229 571	492 512
Pernambuco.....	2 283	63 286	318 964	384 533	438 228	388 865	943 209	1 770 302
Piauí.....	310	10 253	62 379	72 942	130 094	134 611	271 356	536 061
Rio de Janeiro.....	1 985	63 228	320 183	385 396	328 747	264 641	580 587	1 173 975
Rio G. do Norte	528	13 807	82 080	95 415	114 988	97 435	228 297	440 720
Rio G. do Sul.....	4 035	161 612	682 295	847 942	480 028	308 511	546 232	1 334 771
Santa Catarina.....	904	42 902	153 595	197 401	151 837	104 112	215 393	471 342
São Paulo	6 571	265 588	1 097 420	1 369 579	981 301	696 028	1 545 280	3 222 609
Sergipe.....	374	14 489	61 772	79 635	91 710	86 985	218 734	397 429
Território do Acre	159	3 575	23 764	27 498	17 256	11 953	35 672	64 881
BRASIL	38 659	1 299 131	6 155 567	7 493 357	6 457 647	5 282 886	11 401 715	23 143 248

Fonte: (CENSO, 1920c). Adaptado*

Com as informações contidas no Quadro 02 é possível ter um panorama total sobre a importância da instrução no Brasil. Percebemos que evidentemente um dos problemas nacionais girava em torno do analfabetismo no Brasil.

Podemos observar que apenas o Distrito Federal possuía número maior de pessoas que sabiam ler e escrever do que de pessoas analfabetas.

Cerca de 75%, valor aproximado, dos habitantes no Brasil na década de 1920 eram analfabetos, foram essas constatações que levaram diversos intelectuais a buscarem uma forma de expandir a educação. Com esse quadro, podemos perceber que a região Nordeste tinha índice de analfabetismo maior do que as outras regiões, no Ceará, por exemplo, chegava ao valor aproximado de 81% da população de pessoas analfabetas.

Concordamos com Ferraro ao explicitar que a trajetória do analfabetismo no Brasil “[...] dependeu principalmente – de outras causas que não as iniciativas oficiais tomadas especificamente no campo educacional [...]” (FERRARO, 2009, p. 103). Supomos que iniciativas ocorridas no período em questão, como o projeto da Escola Nova, os princípios contidos no Manifesto de 1932 ou a educação por meio dos museus, foram protótipos de programas que poderiam acalentar esse problema nacional. No entanto elencamos os obstáculos para chegarmos a uma solução sobre a questão, a falta de investimento no campo educacional e a inexistência de um programa de longa duração. Todavia cremos que o analfabetismo foi e é a expressão de uma sociedade injusta.

Outrossim indicamos que a educação por meio dos museus, como uma estratégia, em atender a urgência em estender a educação a todas as camadas. Esta pauta foi defendida por diferentes setores sociais, adaptando-se a busca de um novo modelo de homem na República, como consequência, julgamos que esse: “[...] projeto contribuiria à preparação para a participação política, pois a educação das novas gerações do povo poderia assegurar o repúdio a qualquer forma de tirania que ameaçasse a democracia [...]” (KOPTCKE; LOPES; PEREIRA, 2007, p. 4).

Foi diante desse quadro social que Bertha Lutz pautou seus estudos, particularmente considerava a educação pelos museus uma opção do acesso ao conhecimento científico para a maioria da população. Localizamos que um dos aspectos metodológicos de uma prática educativa no museu, indicada por Bertha Lutz, teria foco na visão, e ela esclarece: “[...] o campo essencial do museu no domínio da instrução pública é o da educação visual [...]” (LUTZ, 2008, p. 57). Ela acresce que, para um país com número elevado de analfabetos, uma instituição

como o museu se torna um instrumento de imenso valor para a elevação de cultura. Com esse intuito organizou seu relatório, prevendo diversas características que os museus deveriam conter.

Bertha Lutz deu ênfase a museus com planejamento prévio, pois acreditava que, obedecendo-se a um plano pré-estabelecido, ter-se-ia a finalidade educativa clara e organizada. A autora por meio das observações feitas destacou que os museus “modernos” obedeciam a um plano geral com princípios orientadores para atingir seu real objetivo, perfazendo a seguinte ordem: a evolução, os progressos da cultura, a ordem cronológica, a mudança do material, a exposição transitória e mostruários ou espécimes “estrelas” (LUTZ, 2008).

Apresentou a perspectiva de que os elementos de arte inseriam características estéticas nos museus sem prejudicar o critério rigoroso com a ciência. Painéis, fotografias, transparências, árvores da vida tinham todo o seu valor. Ela acrescentava que alguns sentidos como o tato e a audição, por meio de instrumentos como rádio, conferências, palestras, e a escrita como rótulos, folhetos explicativos, publicações populares auxiliavam a educação visual. Nesse sentido, a autora atribuía valor ao som, à vida e ao movimento para prender a atenção dos visitantes no ambiente dos museus.

4.3.1 O papel dos educandos e educadores nos museus

Bertha Lutz, baseando-se nas visitas feitas a museus americanos, afirmou que estes foram organizados para interessar a todas as categorias, fossem elas crianças, idosos, aprendizes ou pesquisadores. Os serviços eram oferecidos para grupos de visitantes, clubes, famílias, enfim, para grupos em geral. Dessa forma, explanava que os museus estavam organizados para receberem pessoas portadoras de necessidades especiais e grupos de crianças, facilitando a visita de todos.

A intelectual chamava a atenção para o período da infância, que, segundo ela, era o “mais maleável” da vida humana em que tudo atraía a atenção das crianças. Esclareceu que a admiração pelo ambiente, seguida de tantas questões, dava credibilidade a sua afirmação quanto à importância do museu na infância.

A autora enfatizava a importância da educação de todos com a instituição museu, no entanto realçou serem a infância e a mocidade as fases em que o museu mais chamava a atenção e em que havia a possibilidade de instrução. Argumentava que as perguntas das crianças eram sempre lógicas e as instrutoras deveriam explicar para sanar os problemas dos visitantes.

Em se tratando de museus, as escolas e as universidades deveriam trabalhar juntas. Sob o aspecto de empréstimos de parte física e cursos oferecidos pelos museus, essa colaboração deveria beneficiar os estudantes.

O profissional do museu deveria estar em constante formação. A autora cita um exemplo da diretoria de instrução pública do Estado de Nova Iorque, que concedia aumento anual de salários as suas professoras, para isso era exigida a frequência em cursos de especialização. Esses cursos, em especial, eram dados pelos próprios museus e tinham o reconhecimento de ministros. A autora explicou que, “[...] de todos os processos de divulgação da cultura, parece-me ser um dos mais úteis, porque ensinar o professor é um “método quantitativo” de prestar serviços à educação popular” (LUTZ, 2008, p. 69).

Para que se alcançasse o objetivo do museu, que, para a autora, era difundir a educação popular, necessitava-se ter professores à disposição e estes deveriam receber instrução de técnicos com noções de ciências e arte, “[...] as vantagens são recíproca, permitindo maior eficiência pedagógica no programa educacional museográfico e dando ao museu o ensejo de servir à educação popular [...]” (LUTZ, 2008, p. 69).

Em relação aos funcionários dos museus, a autora apresentou um novo cargo, introduzido pelos americanos e que, segundo a autora, era um elemento positivo e que deveria ser colocado no Brasil, que eram as psicólogas residentes que tinham como objetivo o estudo dos visitantes. Essa atividade estava sendo iniciada com o “projeto psicológico”. O trabalho dessas novas personagens no museu seria de observação e experimentação com o público em geral e com as classes das crianças visitantes.

Indicamos que Bertha Lutz propõe um museu com técnicos ou educadoras e educadores qualificados, ou seja, de posse de conhecimentos científicos das exposições com o intuito de fornecê-los aos visitantes. Esse museu que a autora

visualizou seria um instrumento para a elevação do conhecimento da população do Brasil, um meio para a divulgação das descobertas científicas entre os leigos.

4.3.2 Museu: a participação singular da mulher

A educadora, no seu relatório, apontou que um dos aspectos que lhe interessou nos museus americanos referiu-se à constatação do alto índice de mulheres que trabalhavam nesses ambientes, em diferentes funções, com graus de complexidades diversos para desenvolver suas funções. Em se tratando desse contingente de pessoas do sexo feminino que trabalhavam no museu em suas visitas, ela destacou:

No Museu Nacional em Washington com dra. Doris Cochran, que atingiu o posto respeitável de assistente-chefe da seção, assistimos, na saída, a uma verdadeira invasão do estabelecimento por um exército de mulheres [...] empurrando batalhões de carrinhos de mão, munidas de vassouras e enceradeiras elétricas, sugadores e etc.[...]. No Museu da Filadélfia, em Cleveland e em vários outros, fui recebida por senhoras docentes, instrutoras, pedagogas e diretoras de departamentos educativos [...] (LUTZ, 2008, p. 75).

Em Cambridge, em uma sessão da Associação de Museus, a autora participou de uma tarde recreativa, que tinha como organizadora Mabel McCormick, especialista em tardes recreativas para crianças. Com aspecto positivo, indicava a experiência de estar em um ambiente em que o auditório se mantinha entusiasmado na narrativa ilustrada com projeções de uma lenda indígena.

No *Brooklyn* participou de outra atividade que envolvia crianças as quais aprendiam biologia e história por meio de jogos infantis. Bertha Lutz destacou que a diretora do museu, era uma mulher. Para esse ponto a autora chama a atenção, pois eram atividades em que as crianças aprendiam brincando e se divertindo. E, como consequência desses aspectos, “[...] as crianças comparecem aos museus em massa aos sábados [...]” (LUTZ, 2008, p. 76).

Durante suas visitas destacou outra mulher em papel diverso, no departamento de Antropologia do *Field Museum de Chicago*, na futura “Sala do

Homem”, em construção. Bertha Lutz explicou que seria “[...] uma das maiores vitórias da mulher [...]” (2008, p. 76), nessa sala seriam colocadas 116 estátuas de bronze das raças vivas, todas feitas por uma mulher, Malvina Hoffmann³⁴, a escultora que viajara por todo o mundo, fazendo estátuas típicas dos lugares visitados.

Podemos notar que os aspectos observados por Bertha Lutz tiveram o foco na instrução e no papel social que a mulher representava nas diferentes funções.

A autora, no seu relatório, chamou a atenção para uma condição que se acredita ser relevante na pesquisa desenvolvida. No Museu de Newark, a diretora era mulher e acumulava funções como diretora-geral das bibliotecas da cidade. Nesse museu havia somente um homem que trabalhava na função de porteiro. Bertha Lutz (2008, p. 77) indagou: “[...] quem faz o serviço pesado? [...]”, a diretora falou que tudo era feito por elas, que possuíam aparelhos para transporte de equipamentos pesados, tanto os mostruários horizontais como os verticais.

Nesse prisma, as mulheres poderiam desempenhar o mesmo papel dos homens, em se tratando de movimentos que possuíam força, pois a autora entendia que nesse aspecto havia distinção entre os sexos.

Observamos que foram exemplos de mulheres em diferentes funções, cargos, com aptidões diversas que a autora procurou mostrar em suas falas e em seus escritos para seus pares. Bertha Lutz destacava a experiência das mulheres em diferentes cenários, bem como a historicidade de mulheres em outros países, para exemplificar os papéis dos sujeitos na sociedade e que esses eram naturais e, sim, passíveis de transformação.

Podemos deduzir que o aspecto educativo mostrou-se significativo, pois, nas visitas relatadas pela autora, foi possível visualizar que as atividades foram proporcionadas e exteriorizadas pela autora com os temas desenvolvidos, fosse para crianças ou público em geral.

4.3.3 Museu infantil: uma brincadeira que se aprende

A autora anunciou que os museus tinham duas funções relacionadas às crianças, a primeira consistia em fornecer subsídios ao ensino e para a instrução

³⁴ A sala foi inaugurada no ano de 1933.

pública, e a segunda tinha um significado mais recreativo, que ensinava ao mesmo tempo em que distraía (LUTZ, 2008, p. 88).

Ao analisar os dados elencados sobre o museu e a infância, Bertha Lutz diversas vezes apontou que havia um trabalho intenso para chamar a atenção das crianças e eram elaborados projetos com essa finalidade. Eram organizados programas especiais, com sábados recreativos, com pequenas palestras, projeções, cinema, jogos, confecção de materiais, representações dramáticas e programas musicais.

Bertha Lutz informou em suas exposições que, com essas atividades, ou esses encontros, as crianças conheciam várias áreas e assuntos e, por afinidades, se integravam e formavam grupos com fins similares, como, por exemplo, com a temática estudos sobre os indígenas, sobre os pássaros, ou sobre selos, alguns grupos faziam modelos de aeroplanos. Portanto, a partir dos conhecimentos dos temas, os alunos espontaneamente se agrupavam, segundo o que mais lhes interessava.

Nos museus que fizeram parte do estudo, e que serão apresentados na sequência, a autora enfatizou que havia salas especiais, organizadas por temas e com docentes que orientavam os alunos conforme o interesse individual, o objetivo era deixar as crianças com bastante autonomia, para que não ficasse a impressão de disciplina escolar.

Um dos trabalhos que agradava muito as crianças era as palestras com projeções ou cinema, o tema como assuntos zoológicos era apreciado. Tinham o cuidado para anunciar propagandas com imagens e programas que chamassem a atenção.

No Museu Infantil do Brooklyn, o sistema consistia em convidar escolas particulares ou públicas para visitarem o museu. As crianças chegavam de manhã, a diretora informou que deixava as crianças percorrerem o local livremente e somente depois iniciavam as atividades, como observamos na Ilustração 07:

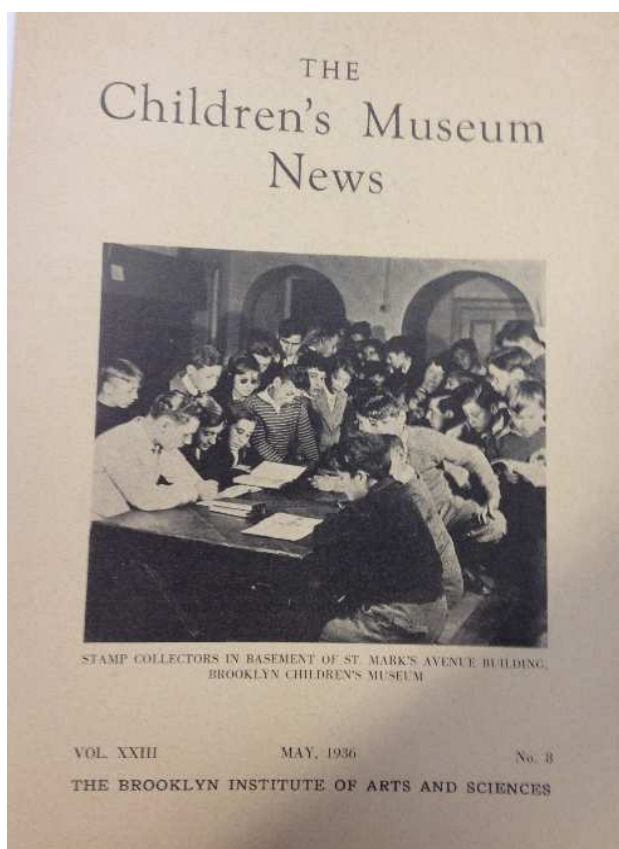


Ilustração 07 – Folheto do museu.
 Fonte: Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Conforme ilustração retirada do Museu Nacional do Rio de Janeiro do Fundo da FBPF, podemos observar a propaganda feita pelo museu, com imagens dos alunos em atividades desenvolvidas. No Museu do Brooklyn, em especial, as crianças passavam o dia. Uma das atividades organizadas pelo museu eram os jogos referentes ao material que estava exposto, organizavam-se grupos de 20 crianças em sala com uma instrutora que as orientava conforme suas observações. Havia atividades desenvolvidas na biblioteca com livros e pranchas com ilustrações coloridas. Ao finalizar a tarde, conforme a autora anunciou, todos eram convidados a visitarem o ambiente nas horas vagas.

Uma organização diferenciada dos museus analisados foram os “Museus ao ar livre”, com atividades em ambientes abertos. Algumas eram atividades mais complexas como trilhas com pontes e caminhos em montanhas. Essas trilhas direcionadas poderiam ser divididas com observações geológicas ou com a finalidade de examinar a botânica com elementos da flora local e dados zoológicos.

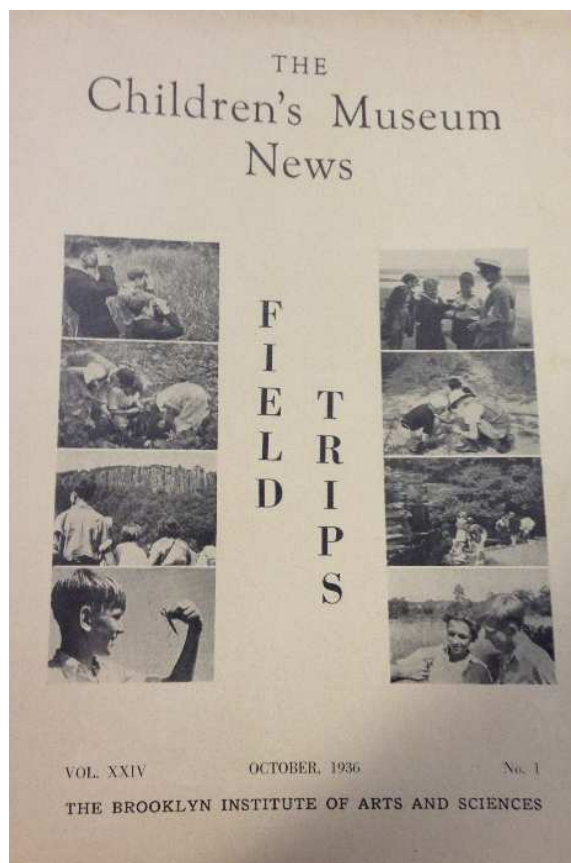


Ilustração 08 – Folheto do museu
 Fonte: Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Observamos, na propaganda veiculada pelo museu, que esta traz imagens de crianças em atividade do “Museu ao Ar livre”, que requeria menos complexidade pela idade dos visitantes, como a visualização do ambiente externo envolvendo a fauna e flora existente. Nessa trilha havia instrutores que forneciam explicações.

4.4 Uma proposta de museu no Brasil

Com base nos estudos sobre os museus, a autora apresentou uma proposta de educação para o Brasil e denominou esse projeto como ‘Educação Popular’. Para Saviani (2002), o termo ‘Educação Popular’ foi usado no sentido de uma educação comum a toda população, ou seja, “[...] tinham por objetivo prover a educação para as massas, portanto Educação Popular” (SAVIANI, 2002, p. 315). Nessa fase o termo ‘Educação Popular’ “[...] se referia à escola básica, àquela

escola comum que é organizada pelo Estado para a população em geral, àquela escola entendida como obrigatória e universal. Portanto, todos devem passar por ela” (SAVIANI, 2002, p. 315).

Ao apresentar a proposta de uma educação por meio dos museus, constatamos que a intelectual usou o termo ‘Educação Popular’ com o significado de uma educação para a população em geral, no entanto, com especificidades para o público feminino. Bertha Lutz no início do projeto antecipou “[...] que os conhecimentos decorrentes dos estudos científicos especializados e das condições reais atuais reveladas por meio dos serviços práticos de assistência e de defesa da mulher, serão levados ao conhecimento do público feminino [...]” (LUTZ, 1935a, p. 13), como um elemento para uma seção educativa.

Esse projeto teria como público alvo a mocidade, “[...] procurando desenvolver-lhe a saúde, fortalecer a mentalidade e o carácter, nela despertando entusiasmo por uma ideologia forte, sadia e construtora” (LUTZ, 1935a, p. 13). O projeto explorado teria como nomenclatura Museu da Mocidade. O museu seria um instrumento dinâmico, flexível, de estímulo à cultura brasileira e à educação, por métodos associáveis, e mesmo os analfabetos poderiam participar, sendo ministrados esses ensinamentos por meio dos sentidos.

A autora dava ênfase ao processo visual e ao auditivo, o primeiro seria composto por exposições permanentes e transitórias, ambulantes ou localizadas como cinemas e teatros; o segundo seria constituído por concertos palestras, conferências (cursos de divulgação e extensão), por pessoas ilustres e feministas, exaltando o trabalho e a independência da mulher, mostrando o que ela havia realizado no Brasil e no estrangeiro, de modo leve e agradável, com aspecto popular (LUTZ, 1935a).

A biblioteca popular seria um instrumento da difusão da leitura com salas de leituras e publicações populares. Haveria formação de companhias, clube e outras iniciativas de educação cívica e física bem como proteção à natureza. A publicidade se daria pela imprensa e pelo rádio.

Outro projeto proposto e apresentado referiu-se ao “Museu Infantil”, na cidade de São Paulo, com finalidade recreativa e educacional. A organização do

museu relativa às exposições, às funcionalidades e às aplicações foi registrada em uma notícia em um jornal³⁵.

[...] O Museu Infantil segundo propõe Bertha Lutz deverá ter finalidade educacional e recreativa com o intuito de interessar a infância em todos os ramos das sciencias e da arte, sem que esse estudo todavia, adquira o aspecto sonolento de uma lição de coisas ou de história natural.

Foi aventado a idea de ser aproveitado o salão do “*play ground*” da praça D. Pedro II que há tempos foi cedida a Cruzada Pró-Infância, para ali ser instalado o museu [...] Constará esse Museu de uma exposição permanente de flores, minérios, plantas, peixes, aves objetos de arte pedras enfim de tudo que possa interessar às crianças e também aos grandes e que aos petizes abra o espirito para a vida geral, assim como para todas as mil e uma coisas que extasiam os olhos e a existência formando ambientes de beleza, espalhados alegria nos recantos silenciosos da alma humana. Nesse museu as crianças procurarão espontaneamente o que lhes agrada e destarte se fará a oportunidade quiça, para uma qualquer manifestação de capacidade especializada num gury ou numa gurya de 8 annos. Em se recreando as crianças se familiarizarão com o estudo que mais tarde lhes falicitará o curso.

D. Bertha comprometeu-se a enviar algum material para a fundação do Museu Infantil e de encaminhar os passos das pessoas que tornarem a si a responsabilidade dessa importante tarefa, que além de todos os valores possui o de ser esse o primeiro museu no gênero que se fundará na America do Sul, segundo D. Bertha que terá partido satisfeita para o Rio pois o seu projeto foi recebido com alegria e entusiasmo por todas as senhoras presentes e viu iniciados os trabalhos preliminares [...] (FEDERAÇÃO..., 1930, p. 1).

Algumas considerações sobre o artigo do jornal ao museu lhe conferiram dimensão educacional, ou seja, atribuíam-lhe papel educativo. Podemos constatar que o projeto estava sendo organizado com uma intenção, ou seja, as propostas deveriam vir como proposições definidas, nesse caso, ciências e arte. A intelectual conferia condição de conhecimento sobre as particularidades da criação e manutenção do museu.

Podemos observar diferentes abordagens para a utilização do museu como prática educativa. Bertha Lutz dava ênfase ao conhecimento da área científica.

³⁵ O recorte de jornal encontra-se no Fundo da Federação pelo Progresso Feminino, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no entanto não há especificação de jornal publicado.

Observamos que a questão da educação, para Roquette-Pinto e Bertha Lutz, passava por diferentes espaços, se em período anterior ao final do século XIX, o espaço da instrução se dava somente em sala de aula, no século XX essa perspectiva começou a ser transformada. A partir da década de 1920 a perspectiva educacional começou a ganhar novos contornos, em especial, com a divulgação, por meio de intelectuais ligados à instrução, do movimento na busca de uma Escola Nova.

Esse projeto de educação, em linhas gerais, tinha características próprias e surgia com o intuito de se afastar de modelo tradicional de educação existente no Brasil. Como versou Machado, “[...] foi uma reação contra as tendências passivas e intelectualista da escola tradicional, combatendo a velha estrutura artificial e verbalista, por meio da qual o aluno era modelado exteriormente [...]” (MACHADO, 2009, p. 111). Na escola tradicional alguns elementos tornaram-se expressivos e motivos de negação como a centralidade do professor no processo de ensino e aprendizagem, outra característica nesse modelo de escola era o local em que se dava a educação, somente na sala de aula.

No modelo da Escola Nova os fundamentos no que se referia ao ensino e à aprendizagem ganharam novas estruturas, o aluno passou a ser o centro do ensino, os instrumentos ganharam destaque, o ambiente de aprendizagem saiu das quatro paredes e o ensino/aprendizagem passaram a ser apreendidos em outros lugares como bibliotecas. O método intuitivo, baseado em experimentos, passou a ter notoriedade nessa nova escola.

Nesse quadro que ganhou contornos mais concretos, Diana Vidal colabora ao mencionar o papel do aluno, pois este “[...] era instado a observar fatos e objetos com o intuito de conhecer-lhes as características em situações de aprendizagem, como excursões ou lições de ‘coisas’ – e na falta destas pelo estudo de desenhos ou gravuras [...]” (VIDAL, 2000, p. 509).

Observamos diferenças na proposta da Escola Nova, o conhecimento, por exemplo, ao invés de ser transmitido pelo professor por meio de memorização, nessa proposta, “[...] emergia da relação concreta estabelecida entre aluno e esses objetos ou fatos, devendo a escola responsabilizar-se por incorporar um amplo conjunto de materiais” (VIDAL, 2000, p. 509).

Schelbauer destaca que o ensino intuitivo focou no sentido da observação “[...] em todas as idades, em todos os graus de ensino, colocar a criança na presença das coisas, fazê-las ver, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear [...]” (SCHELBAUER, 2006, p. 12). Compreendemos que Bertha Lutz, ao falar sobre os museus e apresentar as características e ao destacar algumas metodologias, aproximava-se do método intuitivo, nos seguintes elementos: a metodologia compreendia em primeiro lugar a educação visual, podendo o aluno confeccionar jogos, desenhos, pinturas, recortes (LUTZ, 2008).

Valdemarin (2010), no livro “História dos Métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso”, fez análises sobre os manuais didáticos que se referenciam às práticas da escola nova. Segundo as análises feitas, o aluno, na Escola Nova, estava inserido em uma educação ativa, pois: dobraria papel; recortaria cartões; teceria fibras diversas; modela em barro; trabalharia com madeira; costuraria; bordaria; construiria instrumentos para verificações científicas; prepararia canteiros; plantaria legumes e flores; faria enxertos e sairia em excursões. São esses elementos como esses que constatamos como proximidade da prática educativa com os museus.

Diana Vidal menciona que as atividades desenvolvidas com base no método intuitivo tiveram como pressuposto um: “[...] um ensino que partem do concreto para o abstrato, do próximo para o distante, o método valorizava a aquisição do conhecimento pelos sentidos [...]” (VIDAL, 2000, p. 509).

A perspectiva que considerava a observação e a experiência foi objeto de divulgação em diferentes administrações dos Estados brasileiros, e, como consequência dessa perspectiva, verificamos que a Escola Nova teve destaque na administração de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, entre os anos de 1927 a 1930. Para a difusão desse projeto de educação, fez-se uso da imprensa, e, como afirma Coelho, “[...] a relação com a imprensa foi um dos elementos fundamentais das suas ações intelectuais. O educador procurou relacionar-se com a opinião pública e difundir os seus ideais e justificativas para as medidas administrativas adotadas [...]” (COELHO, 2016, p. 107).

A reforma proposta e direcionada por Azevedo foi adequada aos princípios da Escola Nova (SAVIANI, 2010), em que se conduzia o aluno como centro do processo de aprendizagem, colocando como ápice o interesse da criança,

respeitando maior liberdade nas características da personalidade de cada um, nesse segmento, assemelhava-se à perspectiva que Bertha Lutz mencionava sobre a didática de museus.

Gradualmente vão se formando grupos espontâneos de crianças [...] com fins determinados, segundo o que mais interessa aos jovens associados. Alguns destes clubes dedicam-se ao estudo dos índios americanos; outros fazem modelos de aeroplanos, organizam-se coleções de selos ou procuram conhecer todos os pássaros que aparecem naquela região [...] (LUTZ, 2008, p. 88).

Localizamos nesse excerto indícios das características da Escola Nova no que se refere à diferenciação de atividades feitas pelos alunos, em que a escolha se faz pela afinidade do sujeito/aluno, como versou Anísio Teixeira (1968) no programa organizado para uma escola integral sendo que 4 h seriam para 'escola-classe', com uma educação intelectual, e nas outras 4 h os alunos frequentariam uma 'escola parque', com atividades como costura; tecelagem; cerâmica; música; teatro; pintura; exposições e educação física.

Conforme Anísio Teixeira, essas oficinas deveriam proporcionar atividades em que se empenhava individualmente ou em grupo, aprendendo, portanto, a trabalhar e a conviver. Nesse sentido,

[...] a escola deve ensinar a todos a viver melhor, a ter a casa mais cuidada e mais higiênica; a dar às tarefas mais atenção, mais meticulosidade, mais esforço e maior eficiência; a manter padrões mais razoáveis de vida familiar e social; a promover o progresso individual, através os cuidados de higiene e os hábitos de leitura e estudo, indagação e crítica, meditação e conhecimento [...] (TEIXEIRA, 1997, p. 82).

À vista dessa conjuntura, supomos que as diretrizes educacionais que estavam em franco desenvolvimento apresentaram contornos diferenciados. De forma geral, um ensino mais prático e significativo para as crianças, mediado por atividades manuais que envolvessem madeira, costura, desenho, pintura, jardinagem, entre outras ferramentas.

Na sistematização da perspectiva da Escola Nova, um dos instrumentos indicados seria a constituição de: “[...] museus pedagógicos e escolares. Geralmente formados por coleções de objetivos, divididos em reinos da natureza – minerais, animais e vegetais -, teriam os museus [...]” (VIDAL, 2000, p. 509).

Diante de nossa análise, é necessário indicar que os museus pedagógicos e escolares apresentaram aspectos divergentes do museu proposto pela intelectual em estudo. Quanto ao museu difundido na proposta no movimento da Escola Nova,

[...] prescrevia-se que cada escola deveria instituir seu próprio museu, com instalações e funcionários designados para sua guarda. Mais, cada sala de aula constituiria um museu dinâmico como as relações de ensino e aprendizagem adaptado intimamente ao desenvolvimento dos estudos contando com a contribuição dos alunos (VIDAL, 2000, p. 510).

Porém o museu idealizado por Bertha Lutz teria um lugar próprio. “[...] como instituição de educação popular, apresenta vários problemas interessantes referentes à localização, arquitetura, dependências, mobiliário e instalação [...]” (LUTZ, 2008, p. 54). O local deveria ser escolhido após estudos e investigações, que garantissem o acesso ao maior número de pessoas. Faria parte da escolha do local, a questão de iluminação, de espaços para adequar as coleções, enfim, um planejamento de médio prazo para a concretização do museu.

Outra divergência que apontamos se refere aos funcionários, pois Bertha Lutz fez questão de mencionar a importância da técnica para o tratamento do material utilizado, que seria feito a partir da mão de obra qualificada. Os docentes ou técnicos deveriam passar por cursos no próprio museu para qualificação,

[...] qualquer trabalho empreendido pelo museu junto às escolas deverá ter, como ponto de partida, a colocação, pela Diretoria de Instrução Pública, de professoras à disposição dos museus, a fim de serem orientadas pelos técnicos quanto às noções de ciência ou de arte, antes de serem encarregadas da realização prática dos serviços educativos dos museus junto ao público, principalmente junto à população escolar [...] (LUTZ, 2008, p. 69).

Indicamos outra divergência, à medida que o projeto da Escola Nova tinha objetivo de atingir crianças em idade escolar, e Bertha Lutz propôs um museu mais vivo/ativo, para diferentes faixas etárias, incluindo a população em geral. A educação da,

[...] mocidade iniciava-se no jardim de infância e abrange até a universidade. Também as agremiações sociais merecem a atenção dos museus. O operariado e os aprendizes de arte e ofícios, os clubes de senhoras etc., são bem-vindos nos museus. Uma das tarefas mais nobres evocadas pelo museu moderno é a educação de cegos, surdos-mudos e portadores de outros defeitos físicos (LUTZ, 2008, p. 103).

Outrossim, localizamos outra heterogeneidade entre Bertha Lutz e os intelectuais da Escola Nova. Como representante do movimento destacamos Anísio Teixeira, enquanto a primeira, para além de educar os sujeitos em geral, teria como foco fundamental uma educação que evidenciasse a ruptura do estigma social veiculado, em que a mulher tinha características intelectuais diferenciadas. Dessa forma, Bertha Lutz procurou mostrar que, por meio de uma educação por museus, dever-se-iam educar o sexo feminino, para seu papel social, e o sexo masculino para viver em uma sociedade sem essas divergências. Bertha Lutz acreditava que o conhecimento e o acesso às pesquisas de ordem científica forneceriam elementos que colaborariam para terminar esse problema social grave, segundo a autora.

O foco fundamental dos representantes da Escola Nova era entender e inserir o aluno no ambiente educacional. O acesso à escola forneceria elementos: “[...] de acordo com as suas capacidades naturais, na vida social e econômica da civilização moderna, aparelhando-o, simultaneamente, para compreender e orientar-se dentro do ambiente em perpétua mudança que caracteriza esta civilização” (TEIXEIRA, 1997, p. 86). Respeitar a liberdade do indivíduo daria bases para a modificação da sociedade: “[...] habituá-la ao manejo de instrumentos mais aperfeiçoados de cultura e dar-lhes segurança de inteligência e de crítica para viver em um meio de mudança e transformação permanentes [...]” (TEIXEIRA, 1997, p. 85). Supomos que essas transformações estariam na base para uma condição social igual para todos.

Dessa forma, localizamos semelhanças e divergências nas atividades propostas, sinalizando que a sociedade estava em busca de uma nova educação diferente do modelo tradicional que esteve organizado no Brasil. Intelectuais do período escreveram e/ou se inseriram em movimentos com vistas a consolidar essa nova proposta de educação, como exemplo citamos a Associação Brasileira

de Educação (ABE), instituição que Bertha Lutz esteve vinculada e que apresentaremos considerações no item seguinte.

4.4.1 Bertha Lutz e a educação

Bertha Lutz, além de estar em contato com a educação pelos museus, esteve próxima ao movimento que se encontrava à frente da difusão dos preceitos da Escola Nova.

Destacamos que a intelectual Bertha Lutz esteve ligada a esse movimento, sendo uma dos fundadores da Associação Brasileira de Educação (ABE), a sessão de criação aconteceu no dia 22 de outubro de 1924, na sala de professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O presidente da sessão foi Heitor Lyra da Silva, com as seguintes discussões:

[...] O Snrs. Antonio Carneiro Leão e Vicente Licinio Cardoso communicaram ao conselho acharem-se impossibilitados, à vista de suas numerosas ocupações, de aceitarem suas designações para membros do aludido Conselho, solicitando fossem substituídos. Foram designados D. Branca de Almeida Fialho e o Snr. Carlos Delgado de Carvalho, para substituir os resignatários. Estabeleceu-se depois a seguinte ordem dos quatro membros effectivos do Conselho Diretor para que nella exercessem a presidência durante o mandato do mesmo Conselho: **Lyra da Silva (1º trimestre, a terminar em 15 de janeiro), Delgado de Carvalho (2º trimestre), D. Bertha Lutz (3º trimestre) e Levi Carneiro (4º trimestre)**. Resolveu-se em seguida designar os Snrs Mauricio Campos de Medeiros, Tobias de Lacerda Martins Moscoso e Fernando Raja Gabaglia para constituírem comissão encarregada de tratar, em nome da Associação, da contribuição do Brasil o Congresso Panamericano de Educação e realizar-se em Santiago do Chile, em setembro do anno próximo. Foram designados também os Snrs. Manoel Bombim, Edgar Sussekind de Mendonça, Francisco Venacio Filho, Jurandyr Paes Leme, Amerino Wanick e Eduardo Borgerth para constituírem a comissão encarregada de proceder ao censo da instrução publicada no Brasil. Esta carta foi lida aos presentes que a aprovaram.
Rio, 22 de Outubro de 1924
Mario Paulo de Brito, secretário
Ass: Heitor Lyra da Silva, Bertha Lutz, Levi Carneiro (ATAS..., 1924, p. 1, grifo nosso).

A ABE era composta por intelectuais, jornalistas, professores, políticos, escritores, funcionários públicos e interessados. Conforme Luís Antônio Cunha (2016, p.1), a atuação da associação se dava por meio de encontros, em que se discutiam temas de educação, de cursos, de publicações, de pesquisas, e, especialmente, por meio de conferências ou congressos nacionais de educação que abordavam temas específicos. Um dos pontos máximos da associação foi o Manifesto dos Pioneiros de 1932.

O ponto culminante da atuação da ABE no período foi a elaboração do Manifesto dos pioneiros da educação nova, logo após a conferência de 1932, defendendo a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos. As ideias dos signatários do manifesto, hegemônicas no âmbito da ABE, compuseram-se com as do movimento católico leigo, seu principal oponente, para a apresentação de uma sugestão unificada à Assembleia Constituinte. A sugestão foi adotada, transformando-se no capítulo sobre educação e cultura da Constituição que veio a ser promulgada em 1934 (CUNHA; XAVIER, 2001, p. 2).

Bertha Lutz permaneceu na associação até no ano de 1925, quando pediu sua exoneração, pois precisava fazer uma viagem aos Estados Unidos com finalidades de estudo. Mesmo sem estar vinculada à organização ABE, esteve ligada a atividades que envolviam o tema educação e foi, por diversas vezes, questionada sobre o tema em jornais, entrevistas e congressos.

Em um das suas entrevistas, dada a um jornal³⁶ sobre o tema educação no ano de 1936, a intelectual apresentou algumas diretrizes gerais da educação. Ao ser questionada sobre as finalidades principais da educação, ela sinalizou algumas funções como, “[...] aperfeiçoamento da personalidade humana e o seu preparo para vida, isto é, para o trabalho, o convívio no lar e no seio da colectividade e a colaboração no progresso” (LUTZ, 1936, p. 1). Percebemos que a autora, nessa entrevista, sinalizou acreditar que a educação enriqueceria o sujeito para a convivência social.

³⁶ Entrevista: retirada do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro a entrevista de Bertha Lutz explanando sobre a educação no Brasil, no entanto o texto não faz menção ao nome do jornal no qual foi publicada. Dessa forma, inserimos o documento como fonte para nossa pesquisa, por representar dados que interessam ao estudo.

Destacamos na entrevista a explanação: “[...] que a educação deveria fortalecer a fibra moral e aperfeiçoar o senso crítico e a capacidade seletiva [...]” (LUTZ, 1936, p. 1). A autora fez questão de deixar claro que o sentido da palavra crítico pressupunha um caráter científico, que ela significava o discernimento entre o erro e a verdade. A capacidade seletiva mencionada referia-se aos valores morais.

Nesse viés, a autora sinalizava que a formação do caráter era muito mais importante do que o desenvolvimento cerebral, ou seja:

[...] uma bôa orientação moral, princípios firmes e directrizes certas, cumpridoras do seus deveres e respeitadoras dos direitos alheios, é garantia de progresso muito maior do que a existência de milhares de intelligencias scintillantes mas superficiaes, sem capacidade seletiva e senso crítico, volúveis, impressionáveis por idellogias illogicas e muitas vezes, contradictorias entre si [...] (LUTZ, 1936, p. 2).

A princípio, se a maioria dos indivíduos em uma sociedade possuísem boa orientação moral, seriam mais necessários para o progresso do que pessoas inteligentes sem princípios pois estes indivíduos mudavam de opinião com facilidade por uma gama de teorias em que muitas vezes não havia lógica.

A autora menciona, em seus escritos, que não tinha conhecimentos pedagógicos e por isso não apresentava uma doutrina sobre educação e nem formulava hipóteses. Consideramos que sua visão educacional foi elaborada a partir da análise da sociedade, e, numa entrevista, ela explanou:

[...] Aplicando apenas o hábito da observação dos fenômenos, formado no laboratório e no contacto com a natureza, ao panorama educativo, parece-me que, em toda parte a instrução está um tanto divorciada das necessidades reaes dos indivíduos e não é dosada proporcionalmente à uma capacidade de assimilação. Parece intuitivo o treino dos sentidos nas crianças pequenas, pela música, pela dança e pelo desenho, na idade em que os músculos, os olhos, e os ouvidos são capazes de assimilar artes e línguas. Não se coloca a juventude em contacto íntimo com a natureza a grande educadora e consoladora. A julgar pelos hábitos contemporâneos manifestados em público, chega-se à conclusão de que nas escolas deveria se ensinar as regras do transito e das boas relações humanas. Cito por exemplo, o habito de andar à direita da rua, de entrar e sahir rapidamente dos elevadores, de não estacionar na porta dos edifícios não fazer

algazarra que incomode os vizinhos e de ter outras pequeninas considerações para com o próximo (LUTZ, 1936, p. 2).

Compreendemos que Bertha Lutz partia da perspectiva que considerava a educação formadora do sujeito, ou seja, nesse ambiente este receberia conhecimento para pertencer a uma organização social. Evidenciava que elementos básicos deveriam ser apreendidos na escola como andar na rua, e, segundo a autora, essa perspectiva se deu devido a sua observação que fazia da sociedade. Outro princípio que considerou importante era a oportunidade de que todos os indivíduos tivessem acesso à educação profissional e deveriam seguir a aptidão individual.

Bertha Lutz, ao ser questionada sobre a diferenciação da educação para o homem e para a mulher, explanou que as distinções existentes provinham de condições ambientais a que estavam submetidas. A autora deixou claro que não era contra o preparo da mulher para o lar, acreditava ser este indispensável.

No entanto este não poderia ser anacrônico e empírico, deveria constar, nele, uma diversidade de noções científicas aplicadas e necessárias para sua vida social como a nutrição, a saúde, a puericultura, a enfermagem, noções matemáticas, financeiras e econômicas, aplicadas à contabilidade doméstica, ao orçamento equilibrado e orçamento de bens, bem como noções jurídicas que habilitassem para o exercício dos direitos usuais (LUTZ, 1936, p. 2).

Bertha Lutz explanava seu posicionamento diante do quadro da educação no Brasil naquele período: “[...] Deveria-se dar instrução profissional a todos, homens e mulheres, seguindo exclusivamente os critérios de aptidões [...]” (LUTZ, 1936, p. 2). Acreditava que a aptidão deveria prevalecer, pois, como podemos observar nos dados apresentados pela Hahner, no ano de 1907, era ínfima a quantidade de mulheres que estavam em cursos superiores, de acordo com estatística, em 1907, “[...] 1 estudava arquitetura, 1 estudava engenharia, enquanto 6 mulheres estudavam direito, 6 se dedicavam à Medicina, 9 à Obstetrícia, 22 à odontologia e 56 à farmácia [...]” (HAHNER, 2003, p. 198-199). Constatamos a diferença de números relacionados aos homens que estavam nos quadros do ensino superior, “[...] alunos de medicina totalizavam 1.769 homens, menos da metade deles, 670, estudavam farmácia. Mas o recorde fica por conta

das escolas de direito do país, 2.475 homens nelas se matriculavam” (HAHNER, 2003, p. 199).

Algumas profissões ficaram em evidência no grupo feminino, e, mesmo que algumas tentassem ingressar nos cursos típicos masculinos como direito e medicina, a maioria tentava admissão em cursos tidos sem prestígio. Como apresenta Hahner (2003, p. 198), no início do século XX, muitas ingressavam no curso de Farmácia, e este não tinha prestígio, por sua comparação ao curso de Medicina. Outro curso a que as mulheres tiveram acesso foi o de Odontologia, pois, segundo a autora, as mulheres poderiam praticá-la, sem abandonar os serviços domésticos.

Constatamos que houve algumas mudanças como observamos nos dados apresentados pelo IBGE, no ano de 1936, sobre os “Profissionais Inscritos na Seção de Fiscalização do Exercício Profissional, da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social”, havia notável discrepância, conforme apresentado.

Dos 1.027 médicos inscritos na seção 1.008 eram homens e 19 eram mulheres. Dos 52 veterinários, 51 eram homens e uma mulher; dos 366 dentistas diplomados inscritos, 342 eram homens e 24 mulheres; dos 17 dentistas habilitados, todos eram homens; dos 192 farmacêuticos inscritos, 154 eram homens e 38 mulheres; dos 65 enfermeiros diplomados, quatro eram homens e 61 eram mulheres; dos 146 enfermeiros práticos, 46 eram homens e 100 eram mulheres (IBGE, 1936).

Observamos que a função de enfermeira foi visualizada como uma ação feminina, o cuidado com o outro simbolizava características especificamente femininas. Sobre o tema³⁷, observamos essa perspectiva em Costa (2012, p. 75), que apresentou a compreensão de que, a partir da Revolução Industrial, surgiu um novo papel para a mulher, o de ‘trabalhadora’, e a enfermagem: “[...] Sendo assim as profissões empreendidas pela mulher não deveriam de forma alguma tirá-la de sua missão principal que era cuidar da família e do lar, o devotamento e a abnegação deveriam inspirar a vocação feminina” (COSTA, 2012, p. 75). A

³⁷ Para saber mais sobre o tema, ler a dissertação “Nem dama, Nem freira, Enfermeira ou do Ideário Pedagógico da Profissionalização de Enfermagem no Brasil (1931 a 1961), 2012.”, desenvolvida por Dayana Firmiano Barradas Costa e orientada por Maria Cristina Gomes Machado.

submissão e a higiene eram características da ação da enfermagem. A enfermeira deveria colaborar com o médico, mas nunca o substituir e a limpeza deveria se traduzir com princípios rigorosos de higiene.

Contra esse quadro e essa mentalidade de características quanto ao sexo, diversas mulheres e homens desenvolveram ações em prol da mudança de estigma.

Diante desse cenário, ressaltamos Bertha Lutz, que trabalhou e desenvolveu diversas ações para imprimir na sociedade a transformação desses julgamentos. Suas ações visualizaram tanto as mudanças das mulheres como para os homens, pois ambos deveriam viver em sociedade, da mesma forma, mostrando que as características dos cargos e funções não levavam em conta o sexo do sujeito.

A busca de condição da autonomia da mulher pela educação e/ou instrução foi alvo das análises de Berta Luz em suas viagens e em seus textos. Podemos entender essa percepção, conforme Machado (2002, p. 161), “[...] sem compreender os rumos que a história estava tomando, não é possível entender as questões educacionais, pois elas não existem fora do contexto histórico. Isolar a educação das lutas humanas é dar a ela uma autonomia e um poder que ela não tem [...]”. Ao escrever um texto, Bertha Lutz examinava a história social da mulher em outros países, buscando mostrar que os estigmas do que era feminino e masculino eram construídos e poderiam ser reconstruídos.

Bertha Lutz acreditava que esses estigmas existentes poderiam ser: “[...] estimulados ou reduzidos pela educação “[...] na formação do caráter feminino, será, pois, necessário, acentuar o controle da emoção e estimular a iniciativa [...]” (LUTZ, 1936, p.2). Sobre os homens, mencionava que estes eram muito agressivos e indisciplinados e, assim, teriam que levar em consideração esses elementos na formação, para exercitar o respeito com os outros homens e outras mulheres. Sobre o assunto, ela deu o exemplo dos ingleses: “[...] e o que fazem as mães inglesas, educando os seus filhos homens respeito para com o sexo feminino desde a mais tenra idade [...]” (LUTZ, 1936, p. 2). Observamos um pouco desse viés na educação por museus, os alunos estudando no mesmo meio ambiente, conforme sua opção por assuntos estudados, sem a divisão de temas femininos ou temas masculinos.

Como percebemos na análise realizada, a educação por meio do museu fez parte dos instrumentos da busca de um novo paradigma social, em que se buscava uniformidade de acesso aos papéis sociais. Outro instrumento delineado por Bertha Lutz era o acesso ao trabalho, ou seja, para a mulher, o ingresso no ambiente do trabalho deveria ser uma escolha pessoal, e não delimitado por regras sociais.

No entanto, para adquirir esse lugar no campo do trabalho, foi projetada uma escola a qual tinha como objetivo dar condições às mulheres para o ingresso na organização no campo do trabalho. Para tanto, alguns requisitos seriam necessários, entre eles, o acesso ao conhecimento prático de uma profissão e conhecer a organização social da empresa e a estrutura organizacional da sociedade que envolvia a empresa, e, de posse dessas premissas, a mulher poderia inserir-se no mercado de trabalho como igual. Tal projeto para a inserção da mulher no campo de trabalho será analisada no capítulo a seguir, com maiores detalhes.

5. BERTHA LUTZ E AS AÇÕES VINCULADAS AO TRABALHO FEMININO



Ilustração 09 – Bertha Lutz e seu pai, Adolpho Lutz, no Laboratório do Instituto Oswaldo Cruz.
Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde Adolfo Lutz³⁸

“[...] Todo organismo vivo é obrigado a desenvolver esforço para sobreviver. O parasitismo quer biológico, quer social ou econômico, é synonymo da degeneração. É titânica a epopéia do trabalho produzido por homens e mulheres, escravos, servos, ou pensadores, através dos millenios”.
Bertha Lutz (1933, p.24)

Trazemos, para início desta seção, uma ilustração de Bertha Lutz trabalhando com seu pai, Adolfo Lutz, no laboratório do Instituto Oswaldo Cruz. No percorrer de sua trajetória, sempre esteve ligada ao trabalho com a botânica, sua formação inicial. Acreditamos que, por sua formação acadêmica que tinha como base as ciências exatas, tenha embasado algumas de suas concepções de sociedade e, por algumas vezes, mostrou essa relação em seus escritos, fazendo um paralelo entre os sujeitos na sociedade e a organização do reino vegetal e sua

³⁸ Ilustração retirada da Biblioteca Virtual Adolfo Lutz a foto traz a informação que não há data precisa da imagem. Disponível em: <<http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/galerateen/albumFamilia.htm>> Acesso em: 25 mar. 2017.

sistemática. Podemos observar essa afirmação no excerto no início da página com a comparação entre o ser humano que não trabalha ou não desenvolve nenhum esforço para sobreviver com o parasitismo biológico que se manifesta na interação entre duas espécies, na qual uma delas, o parasita, se beneficia da outra, o hospedeiro, causando-lhe danos de maior ou menor importância. De fato podemos perceber a relevância que a autora demonstrava na importância de exercer um trabalho e em reconhecer a trajetória da organização do trabalho na história.

A partir dessas considerações, a seção tem como objetivo pontuar as intervenções que Bertha Lutz desenvolveu, relacionadas ao trabalho feminino no Brasil, nominando o terceiro viés (eixo) da condição de autonomia da mulher na sociedade brasileira. Constatamos que aquela participou de ações que promoveram debates e discussões em torno do trabalho feminino, no período entre 1919 a 1937.

Apontamos que as ações desenvolvidas por Bertha Lutz giraram em torno das discussões sobre a importância do trabalho para a população feminina, sob esse tema, escreveu artigos tratando sobre o trabalho, elaborou um documento com o tema trabalho feminino que deveria embasar a legislação do Brasil e projetos de instituições que orientassem o público feminino para executar um trabalho no ambiente privado, no lar, no meio rural, bem como na sociedade, desempenhando diferentes papéis.

Diante dessas ações, apresentaremos as estratégias/possibilidades utilizadas em torno do trabalho feminino, mediadas por Bertha Lutz. Em específico, analisaremos a organização de dois programas para a criação de instituições com finalidade de ensinar elementos teóricos e práticos para formação profissional da mulher.

O primeiro programa de instituição a ser analisado se organizou em três momentos: o primeiro foi contemplado com a análise das escolas domésticas dos Estados Unidos; no segundo momento, a investigação da Escola Doméstica do Rio Grande do Norte, no Brasil; e, no terceiro, a proposta de uma formação doméstica e social para as mulheres, liderada por Bertha Lutz.

O segundo modelo de instituição empreendido por Bertha Lutz foi a Escola Doméstica Aplicada à Agricultura, esse formato institucional deveria atender ao público feminino estabelecido nas zonas rurais.

Outro caminho utilizado por Bertha Lutz, com o intuito de colocar em pauta o tema ‘trabalho’ na arena de discussões, esteve vinculado à elaboração de um documento organizado no ano de 1937, intitulado “O Trabalho Feminino: A Mulher na Ordem Econômica e Social”, em que promoveu uma retrospectiva histórica da mulher na dimensão do trabalho.

Esses foram alguns dos caminhos trilhados por Bertha Lutz, para expor à sociedade a situação do trabalho da mulher e as possibilidades de alteração do quadro posto. Para iniciarmos a seção, faremos uma investigação com os intuítos de apresentar a situação da classe trabalhadora feminina no Brasil e investigar de que forma se organizou esse percurso histórico, indicando as atividades que contemplaram o público feminino.

5.1 A situação da classe trabalhadora feminina no Brasil

Examinamos trabalho, em especial, neste ponto, a atuação do sujeito em diferentes espaços, relacionada a ações desenvolvidas, seja com produtos manufaturados; nas atividades rurais; nas atividades em indústrias particulares ou em cargos públicos; a formação profissional e nas atividades desempenhadas no lar, diante dessa compreensão consideramos trabalho como condições de sobrevivência do sujeito no meio rural e no meio urbano, “[...] nesta concepção de trabalho também está implícito o conceito ontológico de propriedade – intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, para poder manter a vida humana [...]” (FRIGOTTO, 2003, p. 9).

No entanto encontramos um problema em relação ao assunto, pois, ao examinar o tema trabalho na história, observamos que foi caracterizado por aspectos diferentes entre homens e mulheres em diversas sociedades. Eva Blay (1978), citada por Eliane Marta T. Lopes (1991, p. 27), em suas pesquisas sobre o trabalho da mulher na sociedade industrial no século XX, pontuou que:

O Trabalho extradomiciliar constitui parte inalienável das atividades que a sociedade pós-industrial espera ver o homem realizar. Este mesmo trabalho, quando realizado por mulheres, representa o desenvolvimento de um papel social conquistado ou imposto, porém não vinculado socialmente ao comportamento esperado do sexo feminino. O trabalho feminino não pode ser pensado como uma decisão individual, mas como o reflexo do mercado de trabalho disponível (...) e em cargos onde se espera encontrar mulheres. A escolha de uma carreira e de um trabalho é a síntese de toda uma preparação prévia onde a orientação dos valores sociais se fez sentir encaminhando a mulher para determinadas carreiras.

Diante desse quadro, julgamos que as caracterizações do trabalho em diferentes estruturas econômicas transformaram as ações dos sujeitos. Nessa orientação, concordamos com Saffioti, que explana:

O emprego efetivo da força de trabalho, quer de homens, quer de mulheres, configura-se de diferentes modos nos diversos tipos de formação econômico-social. Não apenas a força de trabalho, masculina e feminina, se determina de modo diferentes em cada tipo estrutural de sociedade como também, nas sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, quer pré-capitalistas, quer capitalistas, a força de trabalho feminina determina-se diversamente da masculina. Cada modo de produção apresenta suas próprias leis, leis estas a que está sujeito o desenvolvimento das forças produtivas materiais e não materiais nestas inclusa a força de trabalho (SAFFIOTI, 2013, p. 328).

Nessa lógica verificamos que a inserção da mulher no mercado de trabalho na sociedade capitalista pode ser analisada por diferentes ângulos: a baixa remuneração e as características ditas femininas.

Pontuamos que, pela baixa remuneração que o patrão despendia com o pagamento do sexo feminino, como apresentaram Marx (1987) e Engels (2008), ao analisarem a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, manifestaram a compreensão de que, com as transformações da maquinaria, a força muscular tornou-se dispensável, e, como consequência,

[...] a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi utilizar o trabalho das mulheres e das crianças [...] (MARX, 1987, p. 449).

Como base nesses elementos, os países que se utilizaram da maquinaria para o desenvolvimento industrial usaram esse subterfúgio e, no Brasil, de modo geral, percebemos que, nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, desenvolveram-se estabelecimentos fabris, ligados ao vestuário, os quais empregaram grandes quantidades de pessoas. Em especial, para análise, será dispensada a atenção ao sexo feminino, e, como podemos constatar nos dados, “[...] No recenseamento de 1920, foram inspecionadas 247 indústrias têxteis; do total de 34.825 operários arrolados, 14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres” (RAGO, 1997, p. 581).

Conforme Caio Prado Junior, após a Primeira Guerra, no primeiro Censo de 1920, foi possível observar o impulso que ocorreu nas indústrias brasileiras, “[...] em 1920 os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336 [...] Destes estabelecimentos 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19 [...]” (PRADO JR., 2004, p. 85), o que revela claramente a influência da guerra.

Ao analisar os dados, observamos que, nas indústrias têxteis, as mulheres formavam a maioria da força de trabalho. Ressaltamos que as condições precárias instaladas e o tratamento dado às mulheres não foram características somente do Brasil. Engels (2008) apresenta dados sobre o trabalho na Inglaterra:

Nas fiações, encontramos nas *throstles* apenas mulheres e meninas; nas mules, um fiandeiro, homem adulto (que desaparece com o emprego da *self-actor*), e vários *piecers* para reparar os fios, na maioria das vezes mulheres e crianças, às vezes jovens de dezoito a vinte anos e, mais raramente, um fiandeiro mais velho que perdeu seu emprego anterior. No tear mecânico trabalham principalmente mulheres de quinze a vinte anos; há também alguns rapazes, mas estes raramente conseguem permanecer ali depois dos 21 anos. Nas máquinas que preparam o fio para tecelagem, também só se encontram mulheres; os pouco homens que ali estão apenas limpam e afiam as máquinas de cardar. De resto, as fábricas empregam uma grande quantidade de crianças para tirar e repor bobinas (*doffers*) e alguns homens adultos como vigilantes, um mecânico e um maquinista para as instalações do vapor e também marceneiros, porteiros etc. Mas o trabalho propriamente dito é executado por mulheres e crianças [...] (ENGELS, 2008, p. 179-180).

Nesse caminho, apontamos as más condições do ambiente de trabalho no Brasil nas indústrias têxteis, como apresentou Hahner: “[...] com as janelas fechadas para impedir que se distraíssem, olhando para fora, o ar carregado de

fiões, os chãos e paredes da fábrica raramente lavados, e a carência de banheiros” (HAHNER, 2003, p. 220). A autora apresenta que o ambiente e as condições de trabalho foram motivos para a disseminação de doenças, pois “[...] os operários têxteis tinham que chupar o fio da lançadeira, a fim de montar seus teares, aumentando a difusão de doenças infecciosas com a tuberculose, um flagelo entre os trabalhadores industriais brasileiros” (HAHNER, 2003, p. 220).

Percebemos, pela análise histórica, a dificuldade da inserção da mulher em geral no mercado de trabalho, contudo as mulheres da classe operária enfrentavam mais obstáculos para essa inclusão e geralmente para estas sobravam as ocupações de vendedoras de rua, cozinheiras, babás, lavadeiras, empregadas domésticas e empregadas em fábricas pequenas com condições precárias, sem segurança e com má remuneração.

Outro setor em que a mulher dominava em termos numéricos foi o trabalho doméstico, podemos observar isso no Quadro 03 que indica o índice da força de trabalho da mulher brasileira:

QUADRO 02 – Trabalho doméstico - Rio de Janeiro 1872-1920

	Força de Trabalho Feminina	Empregadas domésticas			Componente Feminino do Serviço Doméstico (%)	Porcentagem total da força feminina, empregada no serviço doméstico
		Homem	Mulher	Total		
1872	60,961	16,549	38,462	55,011	70,0	63,1
1906	124,181	23,174	94,730	117,904 ^a	80,3	76,3
1920	117,327	12,852	58,895	71,752	82,1	50,2

Fonte: HAHNER, 2003, p.217

*De acordo com o censo de 1920, os dados de 1906 registraram elevado número de empregadas domésticas porque muitas mulheres fazendo trabalho doméstico sem remuneração foram inadvertidamente incluídas nesta categoria.

Observamos que 50,2% das mulheres no Rio de Janeiro estavam vinculadas a trabalhos domésticos, algumas em trabalhos diários, ou seja, dormiam em casa, e outras moravam no trabalho. Segundo Hahne, “[...] a maioria

dessas mulheres carecia de liberdade pessoal ou de privacidade. Viviam sob estrita supervisão nas casas de seus patrões, que regulamentavam suas condições de trabalho [...]” (HAHNE, 2003, p. 217-218).

Damos destaque aos trabalhos exercidos pelo sexo feminino em serviços burocráticos como escritórios e repartições públicas, podemos observar isso pelo aumento de estudantes mulheres na escola de datilografia no Rio de Janeiro, que registrou aumento de 24 datilógrafas em 1911, para 452, em 1919. Em torno de 1930, as datilógrafas claramente constituíam um dos maiores grupos de trabalhadoras de escritório, tanto em repartições do governo, quanto nas empresas particulares (HAHNE, 2003, p. 203).

Outro setor em que a mulher esteve presente de forma mais considerável, desenvolvendo um trabalho singular, foi no exercício do magistério. Podemos considerar que os altos índices de analfabetos existentes no Brasil, conforme o Quadro 01, apresentado na página 131, tornaram-se um problema nacional a ser resolvido, e uma das soluções era a inserção de crianças no ambiente escolar. No entanto, desde o início dessa inserção, observamos que o sexo feminino precisava de cuidado diferenciado, ou seja, não foi proporcionado o atendimento a todos, de forma igual.

Em se tratando desse ponto, podemos exemplificar essa concepção com a lei de 15 de novembro de 1827, que se destinou à criação de escolas de primeiras letras. No artigo ficou fixado que, “[...] em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias [...]” (BRASIL, 1827, p. 1). Nesta lei ficaram organizados os conteúdos escolares que seriam ministrados nas escolas que seriam criadas para atender a essa demanda de pessoas sem a leitura e escrita no artigo 6º:

[...] os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brazil [...] (BRASIL, 1827, p. 1).

No entanto, sobre o ensino da educação feminina, foram propostas algumas modificações, entre elas, destacamos o art 12º: “As mestras, além do

declarado no art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem a economia doméstica [...]” (BRASIL, 1827, p. 1). Diante desse artigo, em nossa análise, consideramos que esse ensino diferenciado foi um dos pontos que levaram um número elevado de mulheres para o ambiente educacional, pois, se as meninas deveriam ter ensino com características ditas femininas, a promotora desse ensino deveria ser mulher. Para o contexto, as mulheres tinham ‘dons’ diferentes, e a escola era vista como o prolongamento do lar, levando o ato de lecionar como uma vocação. Pimenta, quando se trata de quem eram os professores primários ou o que era a profissão de professor primário, explana:

Tratava-se na verdade de uma ocupação não propriamente uma profissão, exercida por mulheres (embora não proibida aos homens), oriundos dos segmentos economicamente favorecidos da sociedade e cuja característica marcante era ser uma extensão do lar, do papel de mãe e coerente com o de esposa. Era missão digna para as mulheres (PIMENTA, 1943, p. 29).

Acreditamos que esses julgamentos foram convencidos no período delimitado para este estudo. Dessa concepção de diferenciação sobre a educação para meninos e meninas, podemos tirar duas proposições, na primeira houve, ao longo dos anos, atividades escolares para diferentes sexos, e na segunda ocorreu a inclusão de mulheres professoras no ambiente educacional, o que não foi algo natural.

Conforme Pimenta, a feminização do magistério primário se acentuou a partir dos anos 30 do século XX, “[...] em decorrência da própria expansão da escolaridade primária, no bojo das profundas transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram no país” (PIMENTA, 1949, p. 33). Essas mudanças consideraram que a atividade mais adequada às mulheres seria o papel de professora primária. Essa análise está presente no excerto de Cecília Meireles, em um artigo publicado no Jornal Observador Econômico Financeiro, em julho de 1939:

[...] o ingresso da mulher brasileira e função pública dá-se, pois, pelo exercício do magistério. Mas não é o reconhecimento da

equivalência de trabalho masculino e feminino que isso determina, e sim o facto de parecer mais conveniente o ensino às meninas por pessoa do mesmo sexo [...] (MEIRELES, 1939, p. 96).

Diante desse cenário, podemos expor que a constituição do trabalho feminino se deu de forma lenta e gradual e verificamos que as mulheres diversas vezes foram expostas a trabalhos marginalizados, foram naturalizadas como indivíduos que não tinham capacidade intelectual para executar certas profissões.

Por outro modo, com o decorrer da história e com as modificações nas condições do trabalho da mulher, não somente em subempregos, mas podendo exercer cargos diferentes, essas inserções foram observadas como vitórias, pois as mulheres, para a sociedade, tinham um proprietário legal, fosse pai ou marido, e deviam prestar satisfação dos seus atos, dos seus pensamentos e das suas escolhas, as quais só seriam realizadas com permissão prévia. Nesse sentido, acreditamos que a inserção na área do trabalho, em diferentes papéis, auxiliou a divulgar, difundir a existência de um indivíduo que tinha a mesma capacidade intelectual que os homens.

Diante dessa conjuntura instalada no Brasil, elegemos a intelectual Bertha Lutz como expoente que exerceu enfrentamentos contra a situação do trabalho feminino, instalada no país. Por meio de suas ações, procurou colocar em pauta as discussões. Como ferramenta utilizada pela intelectual, os textos em jornais foram constantes, e, em um deles, levantou-se a discussão sobre a diferença salarial existente no Brasil.

No texto intitulado “E proibido pagar”, divulgado pelo boletim Mulher: Opinião Feminina Organizada, examinou-se a proposição da diferença de salários entre homens e mulheres e apontou-se uma crítica sobre funções que eram pré-determinadas femininas e/ou masculinas e evidenciou que,

[...] durante milênios as mulheres desempenharam dentro do próprio lar, numerosas atividades que hoje são consideradas mistas, ou mesmo exclusivamente de homens, ou como sejam a cerâmica, os artefatos de vime, a farmácia, a medicina prática, a agricultura, para não citar as indústrias do alimento e do vestuário a puericultura, a enfermagem [...] (LUTZ, 1936, p. 10).

Bertha Lutz, em sua análise, recorreu às mudanças sociais, ocorridas na história, para exemplificar que as atividades analisadas naquele período não eram naturais, mas, sim, fases da produção econômica, e esse caminho, pela nossa avaliação, foi o eixo norteador das suas discussões. A intelectual enfatizou que:

[...] a revolução industrial dos tempos modernos removeu essas tarefas do lar para as oficinas e que as mulheres, cujo meio de vida constituíam, as seguiram como qualquer organismo vivo e móvel segue seu alimento quando este se desloca para outro lugar (LUTZ, 1936, p. 10).

Diante dessa questão, Bertha Lutz justificou que a entrada das mulheres no mercado de trabalho não interferiria na distribuição do trabalho para os homens e clamava por um:

[...] direito idêntico do ser feminino e do masculino ao trabalho remunerado para subsistir. E não só a atividade primária pelo pão, pelo teto e pelo agasalho, mas afirmação triunfal de todo o talento, capaz de fazer recuar as fronteiras da miséria e da ignorância, merecedor de recompensa adequada ao benefício que faz [...] (LUTZ, 1936, p. 10).

No entanto as diferenças salariais foram estabelecidas socialmente. Vejamos na questão do magistério: o salário da mulher era visto como renda extra do casal e, como consequência, baixo. Nóvoa sobre o tema explicou que “[...] o salário da mulher é visto como uma espécie de renda suplementar (...) porque a situação que as mulheres ocupam na hierarquia social é mais determinada pela posição de seus maridos que por sua atividade profissional [...]” (NÓVOA, 1991, p. 27).

Saffioti (2013) colabora nessa perspectiva mencionando que havia discrepância nos salários, em especial, nas indústrias têxteis em que a maioria era mulheres, no entanto os salários mais elevados eram dos homens, como observamos no quadro a seguir:

Quadro 03: Salários mensais de operários nas indústrias têxteis, em 1920, segundo o sexo

Salários em mil-réis	% de mulheres em relação ao total de pessoas em determinada faixa	% de homens em relação ao total de pessoas em determinada faixa	Total
Até 2.900	73,8	26,2	100
De 3.000 a 3.900	63,2	36,8	100
De 4.000 a 5.900	49,9	50,1	100
De 6.000 a 7.000	42,1	47,9	100
A partir de 8.000	21,8	78,2	100

Fonte: SAFFIOTI, 2013, p. 344.

Observamos, no quadro anterior, que havia diferença entre homens e mulheres, notadamente nos salários mais elevados, a partir do valor de 8.000 somente 21,8% das mulheres o recebiam e cerca de 78,2% dos homens obtinham esse valor, em contraposição, o valor menor de até 2.900 eram pagos a 73,8% das mulheres que trabalhavam nas indústrias têxteis, e somente 26,2% dos homens ganhavam esse valor. Foi de posse desses dados e com base em análises históricas do Brasil e de outros países que Bertha Lutz escreveu o texto sobre o salário do brasileiro.

Verificamos que as diferenças foram constantes nas indústrias brasileiras, Saffioti afirmou que: “[...] o emprego de mulheres sempre permitiu a apropriação de maior *quantum* de mais-valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 343), como observamos no quadro seguinte, em que se fez um levantamento do salário das indústrias no período de 1920.

Quadro 04: Salários industriais em 1920, segundo o sexo

Salários mensais em mil-réis	% de mulheres	% de homens
Até 2.900	40,7	10,9
De 3.000 a 3.900	21,3	12
De 4 a 5.900	25,4	33,4
6.000 a 7.900	9,6	24,2
A partir de 8.000	3	19,5
Total	100	100

Fonte: Saffioti, 2013, p. 344.

Nossa intenção, ao registrar os dados que estavam estabelecidos no período de estudo em relação ao trabalho feminino, foi, de um lado, mostrar a conjuntura brasileira e, de outro, apresentar intelectuais que buscavam mudanças no quadro posto, como exemplo, apresentamos Bertha Lutz a qual buscava trazer a diferença de salários entre mulheres e homens para as discussões, que no seu ponto de vista necessitavam de mudanças. Acreditamos que sua perspectiva esteve baseada em uma sociedade democrática, regida por leis e resoluções, e que era por meio de reivindicações sociais que haveria possibilidades de mudanças sociais. Em se tratando de condições para a inserção da mulher no mercado de trabalho, localizamos Bertha Lutz como uma das personagens que intermediou debates relacionados ao trabalho feminino no Brasil.

Observamos que essa intelectual procurou possíveis soluções/propostas para adequação do trabalho feminino com possibilidades de condições da autonomia da mulher como cidadã. Podemos exemplificar essas propostas com o estudo sobre um ensino doméstico, voltado para a classe feminina nas escolas americanas.

5.2. Ensino da economia doméstica em universidades americanas

Bertha Lutz foi convidada a fazer um estudo sobre o “Ensino Doméstico” nos Estados Unidos, no período em que exercia o papel de ‘secretário’³⁹ do Museu Nacional, no ano de 1922:

³⁹ O termo ‘secretário’ faz menção ao cargo ocupado por Bertha Lutz, pois não havia designação conforme o gênero, ou seja, era usado no masculino.

Exma. Sra. D. Bertha Lutz

Communico-vos, para os devidos fins, que resolvi incumbir-vos de visitar e estudar, tanto quanto permitir a permanência que fizerdes nos Estados Unidos da America, o principaes estabelecimentos de ensino de trabalhos manuaes e de economia doméstica, quer os privativos de cada sexo, quer os filiados no regime de co-educação, tão generalizado na pedagogia norte-americana. A própria Cidade de Baltimore, para onde vos dirigis, oferecer-vos-à grandes oportunidades à execução da primeira parte dessa incumbência, desde as diversas herarchia do curso primário até o ao Instituto Polythecnico.

Quanto a instruccão theorico e pratica de economia domestica deparareis que quase toda a União americana modelos dos mais valiosos, que vão do ensino elementar às Faculdades de Sciencia domestica incorporadas nos Institutos Pratt, Drexel, Amour, Lewis e outros.

As escolas primarias rurais, mormente as complementares (rural *School Consolidated*) que, em breve, serão ensaiadas no Brasil, merecem, por igual, vossa atenção e delas vos occupareis, como dos demais estabelecimentos a este Ministério. Simões Lopes (FEDERAÇÃO..., 1922b, p. 1-2).

O ministro dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1922, era Ildefonso Simões Lopes. O objetivo dessa viagem de estudo era conhecer a organização das escolas domésticas norte-americanas com o intuito de criar e organizar projetos de escolas no Brasil.

No relatório que Bertha Lutz organizou sobre as instituições de ensino de economia doméstica, no ano de 1923, ressaltou que esse formato de educação já existia há mais ou menos 50 anos nos Estados Unidos.

Bertha Lutz argumentou, em seu relatório, que existia uma educação integrada para o quadro feminino, interligada a todos os graus do ensino, fosse primário, técnico, secundário e superior.

Ao analisar o relatório, observamos que Bertha Lutz deu demasiada importância à necessidade de organização de um ensino feminino no Brasil, pois a intelectual atrelava o desenvolvimento social com o acesso da população feminina ao trabalho como elementos indissociáveis.

Bertha Lutz analisou diferentes aspectos, entre eles, físicos e materiais, organizacionais e pedagógicos. Em se tratando dos aspectos gerais desse formato de ensino, mencionou que o Curso de Economia Doméstica tinha acomodações físicas adequadas. As alunas, em geral, eram internas em diferentes formas de instalação, algumas em edifícios residenciais (dormitórios)

ou em casas menores, entregues à pessoa de confiança, ou, quando na falta de lugar, em casa de professores. O ambiente tinha aspecto de lar ou casa familiar (LUTZ, 1923, p. 2).

Segundo Bertha Lutz, a disciplina era mantida quase que inteiramente pelas próprias alunas, de acordo como o sistema de *self-government*, pelo corpo discente, ou seja, uma forma de autonomia das universidades, em que se elegia uma aluna representante ou na forma de presidente, com organizações de comissões que elaboravam regulamentos que eram aprovados em assembleias gerais e seguidos por todos.

Em especial, na visita ao pavilhão de Economia Doméstica da Universidade de Cornell⁴⁰, Bertha Lutz destacou, em seu relatório, as sessões organizadas para esse ensino. Chamou a atenção a sessão de nutrição, este espaço era dedicado aos estudos sobre todos os assuntos que se referiam à alimentação humana, regimes alimentícios próprios nos diferentes tipos de indivíduo, crianças adultos, trabalhadores, doentes e outros, a proveniência das diferentes substâncias empregadas, seu valor nutritivo, as variações de alimentação nos diferentes povos e outras questões.

Outro ambiente visitado e destacado por Bertha Lutz foi o laboratório em que eram feitas as experiências práticas e no qual as alunas aprendiam a preparar refeições, empregando seus sólidos conhecimentos anteriores da química, psicologia e outras ciências no preparo das conservas.

Bertha Lutz visitou a sessão de tecidos e vestuários, neste espaço as alunas aprendiam as bases da costura à mão e máquina, corte e orçamento de despesas para vestuário da família, com estudo dos diferentes tecidos, seu valor e seleção.

Neste ambiente as alunas realizavam o estágio no qual ficavam incumbidas de todo o serviço como limpeza, despesas e gerência do apartamento modelo. Bertha Lutz, no relatório apresentado durante a visita à Universidade de Cornell, chamou a atenção para um ambiente, um pequeno apartamento modelo, composto de cozinha, sala de jantar, sala de visitas e quarto destinado à

⁴⁰ Segundo o relatório apresentado por Bertha Lutz, a Escola Doméstica de Cornell começou em 1917 sob forma de uma sessão de Economia Doméstica no Colégio de Agricultura. Já em 1919 tornou-se necessário construir um prédio próprio com laboratórios oficinas e apartamento modelo.

sistematização de conhecimentos e à sua aplicação no último ano de estudos, como se fosse uma casa de verdade.

Ela relatou que visitou o alojamento das alunas, e que lhe chamou a atenção foi que tudo era organizado e mobiliado por alunas.

A autora sinalizou que o programa de estudos: “[...] é sempre sensivelmente o mesmo [...]”, na Escola de Economia Doméstica da Universidade de *Cornell*, Universidade Estadual do Estado de *New York* e da Escola de Economia Doméstica da Universidade Estadual de *Iowa*” (LUTZ, 1923, p. 5).

Após o relatório da parte organizacional e física das instituições, Bertha Lutz apresentou a sistematização pedagógica das disciplinas de que eram compostos os cursos. Eram ordenados os principais estudos da seguinte forma:

- I – Alimentação e Nutrição;
- II – Vestimentos e Textéis;
- III – O lar: em todos os seus aspectos. Construção, Engenharia, hygiene, gerencia e organização, decoração etc.
- IV – Gerencia e organização da Instituição e collectivas;
- V – O papel cívico e industrial;
- VI – Preparo ao Serviço de Divulgação do Departamento de Agricultura (LUTZ, 1923, p. 5-6).

Bertha Lutz foi minuciosa ao apresentar a organização e conteúdos de estudos nas escolas norte-americanas de economia. Acreditamos que o objetivo era mostrar que estas escolas de economia doméstica tinham o objetivo de desenvolver, nas mulheres, múltiplos caminhos para trilhar após a conclusão do curso e que não era um curso de desenvolvimentos de dotes femininos ou somente com esse objetivo.

5.2.1 Escola doméstica voltada ao trabalho no lar: uma experiência no Rio Grande do Norte

A intelectual produziu um relatório objetivando analisar a organização de uma escola doméstica no Brasil, com fins de estudo. A Escola Doméstica de

Natal⁴¹, que motivou o estudo desenvolvido por Bertha Lutz, foi criada e organizada em 1914 pela Liga do Ensino do Rio Grande do Norte. Fundada em 23 de julho de 1911, a liga surgiu da necessidade de intelectuais e políticos norte-riograndenses:

[...] criarem uma entidade que congregasse os seus ideias e reunisse esforços em função da concretização dos seus propósitos sociais e republicanos. [...] Manifestavam a necessidade de renovar o ensino potiguar que consideravam arcaico, ultrapassado em seus métodos de ensino, quando no Brasil eram fundadas, em várias cidades, Ligas e/ou entidade congregadoras de ideias, na sua maioria, de cunho nacionalista, cívica e embrionariamente partidária (RODRIGUES, 2007, p. 54).

Um dos ideários da Liga do Ensino do Rio Grande do Norte foi Henrique Castriciano de Souza⁴², político que promoveu ações na dimensão da educação, entre eles, a criação da Escola Doméstica do Rio Grande do Norte. Segundo Rodrigues (2007), a educação da mulher foi vista com apreensão pelos integrantes da liga, porque havia certo receio da igualdade de condições para homens e mulheres no fazer e no pensar, pois se acreditava que poderia ser uma afronta ao sexo masculino, pois em vez de ensinar a mulher a dominar o sexo masculino com carinho e atenção doméstica, contribuiria para ameaçar e destruir laços familiares e a harmonia nacional.

Rodrigues (2007) mencionou que os integrantes da LERN expressavam insegurança com o perigo de uma provável igualdade para a sociedade na dimensão moral bem como na social,

[...] pois a tentativa de conciliação das atividades domésticas com atividades exercidas fora do espaço privado, bem como o esforço intelectual por parte da mulher em atividades intelectuais

⁴¹ Para saber mais sobre o tema, ler a tese “Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)”, de Andréa Gabriel F. Rodrigues.

⁴² Henrique Castriciano de Souza: “Natural do município de Macaíba/RN (1871-1947), filho de tradicional elite agrária, foi renomado intelectual, poeta, escritor e político potiguar, exercendo os cargos de Secretário Administrativo (1900-1910), Procurador Geral do Estado (1908-1914), Vice-governador do Estado do Rio Grande do Norte (1915-1923). Foi, no entanto, na cadeira de Secretário Administrativo do governo Alberto Maranhão (1908-1913) que Castriciano conseguiu maior apoio político e econômico para a realização dos seus projetos no campo da educação” (RODRIGUES, 2007, p. 47).

ocasionaria prejuízo a si mesma e às pessoas ao seu redor [...] (RODRIGUES, 2007, p. 64).

Foi com essa concepção de educação que foi criada a Escola Doméstica do Rio Grande do Norte. Conforme o relatório de Bertha Lutz, o que motivou a criação da escola era: “[...] o intuito de proporcionar preparo eficiente às futuras donas de casa [...]” (LUTZ, 1923, p. 2). Rodrigues explicou que:

[...] o lar, o espaço doméstico, a família apresentava-se para esses intelectuais [integrantes da LERN] com uma feição tradicional de santuária, de templo, de pedra angular e assim, como toda instituição, desapareceria caso lhes fossem tirados os atributos principais: a mulher, a dona de casa, vigilante para mantê-lo sempre em funcionamento (RODRIGUES, 2007, p. 64).

Foi diante dessa concepção que se instituiu a Escola Doméstica de Natal, um ambiente formador de mulheres com dotes diferenciados, como base moral da família e do sustento de uma nação organizada, cuja formação objetivava o trabalho no lar.

Compreendemos que a leitura do papel social da mulher não foi algo específico desse período ou dessa sociedade, mas veio agregada de séculos anteriores que vieram definindo a conduta social da mulher no decorrer da história.

A importância de apresentar a concepção de mulher para os integrantes da LERN se deu na análise da institucionalização curricular, pois o currículo não era um documento neutro, havia um ideal de mulher a ser formado, uma trabalhadora do lar. Concordamos com Silva (2010) quanto este expõe que a existência de um currículo oculto no ambiente escolar e/ou de formação é constituída por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuíam, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes.

Silva (2010) menciona que, entre outras coisas, o currículo oculto ensinava o conformismo, a obediência, considerava que as dimensões como sexualidade, a ser homem ou a ser mulher, eram sistematizadas. O autor analisa que esses elementos eram ensinados ou constituídos pelas relações sociais da escola, ou seja, as relações entre professores e alunos, entre administração e os alunos, entre alunos e alunos, enfim, a organização do espaço escolar era um dos

componentes estruturais que ensinavam aos discentes comportamentos sociais aceitos. É de posse desse conceito que investigamos a estrutura da Escola Doméstica de Natal, uma instituição que ensinou o trabalho do lar para a mulher.

No relatório apresentado, em 16 de janeiro de 1923, sobre a Escola Doméstica de Natal e a educação feminina, Bertha Lutz indicou, na página de apresentação do relatório, que apresentaria: “[...] um resumo referente a organização actual da Escola Domestica de Natal, organizado de acordo com os dados à minha disposição [...]” (LUTZ, 1923, p. 1), (Anexo 06). Acreditamos que a intelectual buscou mostrar experiências com a Escola Doméstica de Natal e colocar em debate, em diferentes ambientes, a organização desse ensino, bem como a importância deste no Brasil.

A instituição era mantida por diferentes entidades, parte pelo Estado, parte pelo nível federal, por meio de valores fixados anualmente e por donativos que não poderiam ser considerados fonte segura de renda. Sobre essa manutenção, Bertha Lutz mencionou, em seu relatório, que os valores não eram suficientes.

O documento foi elaborado com partes diversificadas, abrangendo a parte física; a organizacional; a pedagógica e a curricular da Escola Doméstica da cidade de Natal, elementos pontuados no relatório elaborado por Bertha Lutz.

Sobre a parte física, esta mencionou que era dividida em edifícios; no primeiro, havia o dormitório, com capacidade para 36 alunas e três professoras; sala de visitas; bibliotecas, gabinete da diretoria, secretaria, laboratório, cozinha, sala de jantar, dispensa, copa e sete salas de aula.

Havia o pavilhão de puericultura, outro para residência de oito alunas e três professoras e enfermeiras, outro para lavanderia. O pavilhão destinado às aulas de costura era denominado de Villa Brasil, organizado com lavanderia, dormitórios e banheiros para 27 alunas e três professoras. Outro pavilhão contava com galinheiros e estábulos.

Algumas dependências pequenas, como casa do jardineiro e casa de empregados, contavam com campo de tênis, basquetebol, encanamento para jardim com canteiros de hortaliças para o ensino de jardinagem.

Em se tratando da parte organizacional do curso, no que se referia ao corpo discente, eram admitidas alunas a partir de 11 anos⁴³, a maioria, internas. As alunas eram admitidas somente por exames de admissão do preparo intelectual julgado suficiente para seguirem o primeiro ano preparatório.

Conforme documento apresentado por Bertha Lutz, o curso era organizado por categorias, o curso completo se daria pela conclusão dos cursos preparatórios e do curso de Economia Doméstica, e o curso total tinha duração de seis anos, estruturado da seguinte forma:

Quadro 05: Programa do curso de Economia Doméstica de Natal - Preparatório

1º Preparatório	2º Preparatório
Arithmetica	Arithmetica
Portuguêz	Portuguêz
Curltura Physica	Curltura Physica
Costura, Theoria e prática	Costura, Theoria e prática
Calligraphia	Calligraphia
Leitura	Leitura
Musica	Musica
Desenho	Desenho
	História do Rio Grande do Norte
	Geografia
	Francez ou Inglez
	Cosinha, teórica e practica

Fonte: O documento faz parte do acervo do Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro⁴⁴ (LUTZ, 1923, p. 5).

⁴³ Conforme levantamento de fontes, houve alterações na idade de ingresso das meninas no colégio no decorrer da existência da instituição educacional.

⁴⁴ O quadro está inserido no relatório elaborado por Bertha Lutz. Pelas pesquisas sobre a Escola de Natal podemos constatar que as disciplinas foram se alterando no decorrer do processo histórico da instituição.

Os cursos preparatórios se davam no início de cada turma e, após o desenvolvimento dessa parte curricular, as alunas iniciavam o primeiro ano do curso de economia doméstica que estava disposto no seguinte formato:

Quadro 06: Programa do Curso de Economia Doméstica de Natal - 1º, 2º, 3º e 4º anos.

1º Doméstico	2º Doméstico
Aritmetica	Algebra
Calligraphia	Agricultura
Cosinha, theorica e pratica	Cosinha theorica e practica
Costura, theorica e prática	Costura theorica e prática
Cultura physica	Cultura physica
Frances ou Inglez	Frances ou Inglez
Geographia	História Universal
História do Brasil	Musica
Hygiene	Desenho
Musica	Medicina Practica
Desenho	Portuguez
Portuguez	
3º Doméstico	4º Doméstico*
Algebra	Costura tehoriga e practica
Agricultura	Cosinha theorica e practica
Cosinha theorica e practica	Direito Usual
Costura tehoriga e practica	Educação Social
Cultura Physica	Francez ou Inglez (facultativo)
Francez ou Inglez	Musica
Medicina practica	Desenho
Musica	Medicina practica
Desenho	Psycologia
Lavagem e engomado	Pedagogia
Portuguez	Portuguez

Fonte: O documento faz parte do acervo do Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro⁴⁵ (LUTZ, 1923, p. 4-5).

* No arquivo há duas vezes 3º ano, o que acreditamos ser um equívoco do documento.

⁴⁵ Este quadro está inserido no relatório organizado por Bertha Lutz (LUTZ, 1923, p. 5).

Eram ofertados cursos mais diretamente ligados à economia doméstica e suas aplicações rurais, divididos em:

Agricultura com atividades de Horticultura, floricultura e criação; Cozinha com atividades Theorias e practicas; Quimica em suas aplicações domésticas e o preparo de conservas; Costura; Medicina practica com temas na Anatomia, Hygiene, puericultura e obstetrica; Direitos usual e Educação Cívica (LUTZ, 1923, p. 5).

As atividades complementares eram ligadas ao meio rural, com a finalidade de se saber proceder, por meio do conhecimento científico, ao trabalho externo na terra, técnicas do cuidado com os jardins e hortas, bem como o cuidado com a manutenção de flores e a criação de animais. Havia a utilização da química para a aplicação dos cuidados com o trabalho no lar como a preparação de conservas. O cuidado com a puericultura era tema de ensinamentos para a mulher na escola como, por exemplo, o cuidado com o recém-nascido, como podemos observar na ilustração a seguir:



Ilustração 10 — Aula de puericultura na Escola Doméstica de Natal. Verso da foto em anexo (07)
Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

A ilustração mostra uma aula de puericultura na Escola Doméstica do Rio Grande do Norte, nessa aula aprendia-se o cuidado com a criança, aula dada

com apresentação prática do conteúdo, seguindo, assim, o currículo escolar da instituição:

[...] o laboratório de puericultura também funcionou como um campo de estágio para as alunas, pois era nele que as alunas, durante o período de estágio [...], cuidavam de crianças internadas: dando banho, preparando diariamente as refeições, organizando os dormitórios, passeando ao ar livre enfim, assumindo o papel de mãe de família. Era esse espaço o lugar escolhido para aperfeiçoar os conhecimentos de Puericultura e aflorar a descoberta do mundo materno, conhecimentos moldados nos preceitos de um mundo mais moderno (RODRIGUES, 2007, p. 170).

Acreditamos que, ao se mostrar o ambiente dessas instituições, o foco era criar um programa que pudesse abarcar o público feminino, com o intuito de dar acesso tanto ao conhecimento prático quanto ao científico, que, ao sair do curso, estivesse apta a desenvolver o trabalho no lar.

5.3 Escola de Economia Doméstica aplicada à agricultura

Bertha Lutz projetou um protótipo de ensino voltado ao trabalho feminino no meio rural. Essa organização teria a finalidade de proporcionar às mulheres, no meio rural, conhecimentos específicos para desenvolverem um trabalho. Bertha Lutz explanou que, a partir das viagens que fizera para a América do Norte e Europa, em especial, suas investigações se basearam no Canadá, pois especificou que “[...] escolhi de preferência aos congêneres europeus, os institutos da Mulher no Canadá [...] por achar mais próximas das nossas as condições de um paiz do Novo Mundo, de regime federativo, território imenso e população escassa [...]” (LUTZ, 1922, p. 129).

Em um relatório feito pela intelectual, com o título “A mulher como fator no desenvolvimento da Agricultura e aperfeiçoamento das condições da vida rural” (LUTZ, 1922, p. 135), foi mostrado com detalhes sua perspectiva da trajetória do homem e mulher no meio rural, dando ênfase ao trabalho na agricultura.

A intelectual, ao explanar sobre a importância desse ensino, partiu de uma perspectiva histórica, enfatizando a importância do elemento feminino no meio

rural: “Embora desempenhando um papel apagado e todo elle composto de funções subalternas, muitas vezes pouco apropriadas a seu sexo, a mulher sempre foi através da História um fator ponderável no desenvolvimento da vida rural [...]” (LUTZ, 1922, p. 135). Observamos, diante dessa perspectiva, que a autora constatou que:

Enquanto acompanhava o homem em suas peregrinações inquietas, trazia a mulher, envolvidas em sua própria pessoa, todas as possibilidades do lar. Lar era apenas o ponto de descanso nocturno, o acampamento temporário, o esconderijo onde se abrigava com seus bens e sua prole, enquanto o homem enfrentava a lucta contra os inimigos comuns. Com a fixação do homem no solo surge uma orientação nova e gradualmente se constitue, se acumula, o patrimônio material da especie humana. A agricultura vem a ser uma das mais importantes fontes de renda e um dos mais valiosos esteios da civilização. O estabelecimento de um lar permanente oferece também à mulher novo campo de acção (LUTZ, 1922, p. 135).

Bertha Lutz enfatizou que o trabalho desempenhado pela mulher no meio rural, em via de regra, seguia três caminhos diferentes: no primeiro a mulher era sobrecarregada com trabalhos pesados na agricultura no mesmo momento em que o homem se dedicava à caça e à guerra; ou era feita uma divisão de trabalho que distribuía à mulher funções mais suaves, permitindo-lhe aperfeiçoar a organização do lar e a especializar-se nos afazeres domésticos e nas atividades complementares ao trabalho agrícola, desempenhado pelo sexo masculino, e em um terceiro grupo que tinha condições de fartura e abundância de mão de obra a mulher deixava de colaborar eficazmente e se mantinha alheia e indiferente à evolução rural (LUTZ, 1922, p. 135).

No que tange à análise que Bertha Lutz fez sobre a sociedade, constatamos que ela buscava, nos princípios de uma sociedade democrática organizada com bases em leis e resoluções, uma sociedade mais igualitária, como podemos observar no excerto a seguir:

A princípio o homem é colocado em situação de lucta contra os elementos hostis da natureza e contra a rivalidade e cobiça dos seus semelhantes, sendo obrigado a defender o terreno por ele desbravado ou curvar-se perante o mais forte como se deu por exemplo durante a idade média em que o trabalho agrícola dos servos era explorado pelos grande senhores. Mais tarde,

triumphando o regime democrático pode o homem cultivar pacificamente o canto de terra que lhe pertence. Aparecem, então, por vezes, principalmente nos países novos, dificuldades que tendem a isolá-lo de seus semelhantes; mais tarde tendem a desaparecer. Os progressos de natureza ferroviária diminuem o grau de isolamento e aproximam sensivelmente a população rural da urbana, permitindo-lhe compartilhar dos seus materiais e conforto (LUTZ, 1922, p. 136).

A autora evidencia que a ciência se voltou para o domínio prático de suas aplicações e, por sua vez, apareceram modificações que revolucionaram a agricultura. Bertha Lutz faz alusão à mulher que era mantida alheia a essas transformações, a qual, segundo ela, “[...] vegeta no lar rural, quando dele não consegue escapar para procurar vida urbana, muito mais penosa porém, aparentemente mais variada, um campo de acção mais propício [...]” (LUTZ, 1936, p. 136). A intelectual via a falta de conhecimento da sociedade pela mulher como princípio da estagnação da sua vida e ela indicava que a mulher permanecia:

[...] como permaneceu durante séculos quando as condições agitadas da vida faziam do lar para a mulher um abrigo imprescindível onde a mulher vivia isolada e indiferente a progressos que podiam revolucionar a agricultura mas que não atingiam o seu lar (LUTZ, 1922, p. 22).

Foi sob esse ângulo de transformações na agricultura, as quais facilitariam o desenvolvimento das atividades da mulher no meio rural, que Bertha Lutz impôs a importância de a mulher encontrar meios para desenvolver o trabalho rural e encontrar perspectivas para permanecer neste, pois a autora acreditava que, dessa forma, diminuiria o êxodo rural. Essas transformações sociais estariam vinculadas à administração social, governadores, autoridades competentes e à própria população.

Ao analisar a história econômica do Brasil, acreditamos que as viagens feitas por Bertha Lutz tiveram caráter de pesquisa, porém a organização econômica interna brasileira, em nosso parecer, teve interferências, nas considerações dela, para o caráter de formação do trabalho no meio rural para o público feminino.

Consideramos dois fatores no setor econômico para a preocupação da autora com uma formação do trabalho para o público feminino. Um dos fatores que destacamos foi o impulso ocorrido à grande indústria após a Primeira Guerra (1914-1918), em consequência, houve fluxo elevado de pessoas do meio rural para o meio urbano.

Sobre o tema, Carneiro Leão⁴⁶, em uma conferência proferida no dia 22 de julho de 1918, em Curitiba, intitulada “Pela Educação Rural”, chamou a atenção dos governantes sobre os problemas que incidiam no meio rural. Explanou a importância da população da zona rural para o país que, no entanto, estava: “[...] escalavrado, esquecido, quase aviltado, numa ignorância e num abandono absoluto [...]” (LEÃO, 1918, p. 3).

Podemos detectar essa situação com a explanação da autora, que relatou que “[...] as autoridades competentes e as associações agrícolas deveriam fornecer à mulher todos os elementos que possam tornar atrahente e proveitosa a sua permanência no campo e diminuir o êxodo para centros urbanos [...]” (LUTZ, 1936, p. 136).

Outro fator que destacamos, conforme Caio Prado Junior (2004), foi a “[...] produção de gênero para o abastecimento (verduras, frutas, flores, aves e ovos) não era compatível com os padrões clássicos de grande propriedade extensiva e

⁴⁶ Antônio de Arruda Carneiro Leão, filho de Antônio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão, nasceu em 02 de julho de 1887, na cidade de Recife, capital de Pernambuco. Neste Estado, realizou seus estudos primário e secundário e tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 15 de dezembro de 1911 (NISKIER, 2001). Dedicou-se ao magistério universitário, ministrando a disciplina de filosofia na Faculdade do Recife. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1914 e continuou trabalhando na área educacional, tendo sido nomeado Diretor Geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro, em 1922. Nessa oportunidade, Leão fundou dezenas de escolas no referido Estado e deixou o cargo no ano de 1926. De volta a Recife, empreendeu a Reforma Educacional de Pernambuco em 1928, na qual inovou os métodos pedagógicos, colocando a educação de Pernambuco entre as mais modernas do país. Foi Secretário de Estado do Interior, Justiça e Educação daquele Estado no período que compreendeu de 1929 a 1930. Ao ser nomeado diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais em 1934, criou e dirigiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas da Universidade do Brasil. Leão esteve extremamente engajado nas questões educacionais. Foi professor universitário em várias instituições nacionais. Visitou e realizou conferências em universidades de países como Estados Unidos, França, Uruguai e Argentina. Além do magistério, dedicou-se, ainda, ao jornalismo, colaborando com jornais do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, e fundou e dirigiu *O Economista* (1920-1927). O educador, advogado e jornalista, entre outras atividades que exerceu, nutriu grande afeto por Madeleine Sathie Augustine Manuelle, professora catedrática de língua e literatura francesa da Faculdade Nacional de Filosofia, com a qual se casou. No período entre 1945 e 1957, Leão foi diretor (decano) da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, tendo pertencido a diversas instituições. Destacamos aqui sua estadia como membro do Instituto de França, onde substituiu o célebre educador John Dewey (LIMA; MACHADO, 2015).

monocultural [...]” (PRADO JR, 2004, p. 251), e, dessa forma, estimularam a pequena propriedade, pois, com a formação de grandes aglomerações urbanas e industriais, essa demanda cresceu, dando oportunidades para o estabelecimento das pequenas propriedades.

A agricultura especializada trabalhava com margem de lucros pequenos, e desenvolvia produções de hortaliças, verduras e frutas, dessa forma, “[...] não era possível em larga escala, nem atraente para o grande proprietário brasileiro. Favorece assim o estabelecimento e progresso de lavradores mais modestos [...]” (PRADO, 2004, p. 251).

Ao chegar ao Brasil, Bertha Lutz proferiu palestras, participou de congressos e apresentou um plano para a implantação de um ensino voltado ao trabalho interligado à agricultura com o objetivo da permanência da população feminina no meio rural.

No ano de 1922, no Congresso de Agricultura, dedicado à vida rural, Bertha Lutz elaborou e apresentou um trabalho em que reivindicava a necessidade de uma formação para o trabalho feminino no espaço rural. Ao iniciar sua apresentação, fez considerações sobre a singularidade dessa formação.

Considerando a importância material e moral para o progresso da agricultura das condições de vida da população rural;
Considerando ser o lar um dos mais poderosos factores na formação dessas condições;
Considerando depender o nível de bem estar e conforto verificados no lar do grau de cultura e do preparo da população feminina;
Considerando, além disto, pertencer a agricultura precisamente aquela ordem de atividade que dependem da divisão do trabalho entre os sexos;
Considerando poder o aproveitamento conveniente do esforço feminino nas industrias agrícolas apropriadas a serem desempenhadas pela mulher, servir de nova fonte de renda (LUTZ, 1922, p. 144).

A autora partiu dessas considerações para apresentar a sistematização do ensino aplicado à agricultura, pedindo às autoridades competentes a criação de um sistema de alcance nacional, visando articular, em todas as modalidades, o ensino de “Economia Doméstica aplicada à Agricultura” para a população rural feminina do país.

A autora apresentou algumas propostas para a organização desse sistema, como primeira etapa, “[...] o ensino de rudimentos de Economia Doméstica nas escolas primárias, como especial insistência nas suas aplicações às escolas rurais (jardinagem, criação de galinhas, etc.)” (LUTZ, 1922, p. 144).

Como segunda etapa, deveria ser um ensino mais profundo e desenvolvido nas escolas secundárias, ginásios, escolas normais e outros estabelecimentos frequentados por moças. Bertha Lutz enfatizou que a economia doméstica não deveria significar, “[...] como o faz na maioria dos casos, apenas aos trabalhos manuais [...]”, mas trabalhos como preferência para a “[...] cozinha, costura, puericultura o aperfeiçoamento do lar e principalmente o aproveitamento de todos os recursos de pequena agricultura, pomicultura, horticultura, avicultura, venda de ovos, preparo de conservas, laticínios, etc [...]” (LUTZ, 1922, p. 144).

Dever-se-iam organizar estabelecimentos como clubes de moças e meninas, com o intuito de interessar a mocidade rural feminina no estudo de diferentes ramos da economia doméstica aplicada à agricultura.

Como quarta etapa, dever-se-ia organizar o estabelecimento de um Serviço de Informação e Consultas Regionais, semelhante aos Serviços de Profilaxia Rural do Departamento Nacional da Saúde Pública⁴⁷, porém destinado à difusão entre a nossa população feminina, segunda a autora, “[...] uma grande parte da qual vive, infelizmente em condições de ignorância quase completa dos recursos ao seu alcance e do conveniente aproveitamento dos mesmos [...]” (LUTZ, 1922, p. 144). Nesses estabelecimentos as informações deveriam ser dadas por meio de aulas e demonstrações práticas de noções de economia doméstica e sua aplicação à agricultura.

Como quinta etapa se previa o estabelecimento de Escolas Normais de Economias Domésticas e suas aplicações à agricultura, no Distrito Federal e nos Estados, para o preparo de professoras de especialistas para as diferentes matérias e de consultoras técnicas regionais.

⁴⁷ “Em 1919 houve a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e do Serviço de Profilaxia Rural. Ao ministério da Justiça e Negócios Interiores, competiam os assuntos da instrução, para tanto era auxiliado pelo Conselho Superior de Ensino, em 1911 e posteriormente pelo Departamento Nacional de Ensino, em 1925” (MONARCHA, 2016, p. 178).

No término do relatório a autora explicitava que, atendendo aos fatores econômicos, dever-se-ia iniciar o preparo das futuras instrutoras, e, dessa forma, que fosse organizada de forma gradual:

1 - Uma Escola Normal Nacional de Economia Doméstica e suas aplicações à Agricultura, que seria o prototipo das futuras Escolas Estaduaes, destinadas ao preparo de especialistas, em um prazo de tempo relativamente curto, e das primeiras professoras de Economia Domestica aplicada a Agricultura, para as Escolas de Economia Domestica Agricola nos Estados e para o ensino dessa disciplina nos estabelecimentos de ensino primário, profissional e secundários destinadas ao sexo feminino.

2 – Um serviço, que poderia ser anexo ao Serviço de Fomento Agrícola, para estudar as condições nos diferentes estados, estabelecendo as bases para a organização das consultas e informações [...] (LUTZ, 1922, p. 145).

Em suma, abordamos, no cenário de 1922, um projeto de ensino vinculado ao trabalho para a população feminina do ensino rural. Outros educadores como Carneiro Leão destacaram a importância de uma educação rural para a população em geral. Este apontou que cerca de 90% da população rural era analfabeta e expressou que “[...] é irrecusavelmente o problema educativo o maior problema do Brasil [...]” (LEÃO, 1918, p. 15). Carneiro Leão indicou que, para se solucionar esse problema, era “[...] preciso trabalhar, sem lazeres, para a sua imediata solução. Mas é indispensável uma educação prática, uma educação profissional, uma educação que corresponda às aspirações a aos destinos da nacionalidade brasileira [...]” (LEÃO, 1918, p. 15).

Portanto, observamos que a questão da educação rural esteve no centro de debates e discussões e que os autores em questão assemelhavam-se no quesito de uma escola rural, que o interesse mediador do conhecimento era uma educação baseada na prática rural.

5.3.1 Um projeto para a inserção da mulher no mundo do trabalho - “Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social”

Em nossa análise podemos estabelecer uma ligação íntima entre os estudos e investigações sobre a formação para o trabalho da mulher, adquiridos

nas viagens que Bertha Lutz fez para a América do Norte e Europa, e as informações sobre a Escola Doméstica de Natal no Rio Grande do Norte, para a elaboração do projeto da “Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social” no Brasil. Ao verificarmos o programa, observamos que a primazia era a inserção das mulheres no mundo do trabalho, com esse objetivo colocava-se em prática a constituição de uma escola para formar as mulheres que atuariam na sociedade brasileira. Assim,

A fundação desta Escola corresponde à primeira efectivação em terreno pratico de uma grande aspiração em prol do progresso Feminino. Resultou dos estudos sobre economia domestica, industrias regionaes femininas e actuação social da mulher feitos em missão do Governo pela Presidente da Federação **[Bertha Lutz]**, nos Estados Unidos e na Europa e do desejo de instituir adaptando-as ao nosso meio as medidas nesses terrenos que parecem aptas a florescer entre nos e a contribuir para o desenvolvimento do Brasil (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 2, grifo nosso).

Em nosso entendimento, acreditamos que a autora buscava autonomia para a mulher brasileira por diferentes caminhos, um deles seria a condição de autonomia pela inserção da legalidade de direitos políticos nas constituições em ações voltadas à busca de voto como o papel singular da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que exemplificamos na seção 3.

Outro caminho que, a nosso ver, foi trilhado corresponde à educação, a qual se desenvolveria pelo museu; Bertha Lutz mencionava que esse seria um caminho de que a população em geral poderia partilhar por meio das galerias, apresentado na seção 4.

E, por fim, a inserção no trabalho se consolidaria em um terceiro eixo para possibilitar a condição de autonomia para a mulher. Mas como inserir a mulher na dimensão do trabalho? Como resultado dessa questão, supomos que o acesso à Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social foi um caminho idealizado e esta seria um ambiente em que as mulheres teriam acesso a elementos que as preparassem para o trabalho tanto no lar como fora, em ambientes diversificados da sociedade.

Podemos perceber uma diferenciação de objetivos em relação às escolas destinadas ao público feminino existente no Brasil naquele período, e, para

traçarmos um paralelo, elegemos a Escola Doméstica do Rio Grande do Norte, analisada no item anterior. No programa, na parte em que são elencados os objetivos, conforme relatório apresentado por Bertha Lutz, a escola do Rio Grande do Norte objetivava como atributo principal proporcionar o preparo eficiente às futuras donas de casa, e o programa delineado por Bertha Lutz destinava-se a

- Proporcionar ensino doméstico e disseminar conhecimentos de ordem prática referentes à boa organização e funcionamento do lar, principalmente do lar rural;
- Estimular o desenvolvimento das pequenas indústrias femininas, agrícolas e regionais;
- Realizar pesquisas sobre questões de ordem sociológicas;
- Preparar a mulher para colaborar eficazmente nas numerosas iniciativas de assistência social (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 1).

Nesse sentido, podemos perceber que as finalidades do curso visaram dar oportunidade de conhecimentos para além de elementos do lar. Em nossas análises evidenciamos diferentes momentos em que pudemos verificar o caráter pedagógico do curso pelo viés do trabalho. Como observamos nos pressupostos do programa,

[...] utilizar o esforço feminino no desenvolvimento rural do País, imprescindível ao seu progresso; Fortalecer à mulher novos meios de empregar seus esforços em atividades remuneradas e de utilidade pública e estimulá-la a desenvolver a sua atuação nos aspectos práticos da sociologia [...] (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 2).

Evidenciamos o trabalho como caráter singular nessa proposta, bem como a preocupação com as mulheres residentes em espaços urbanos como nos espaços rurais. Podemos mencionar que, entre as disposições propostas no programa, havia apoio ao lar rural em diferentes aspectos:

[...] sejam [nos]os processos eficientes na administração econômica e funcionamento do lar, os dispositivos que facilitam o trabalho, os conhecimentos de Economia Doméstica e Higiene Infantil e outras que introduzem na organização do lar os métodos eficientes e modernos [...] (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 3).

A preocupação com a população rural foi recorrente das visitas e estudos em outros países, que mostraram que algumas medidas eram praticadas. Bertha Lutz apresentou como prática eficiente a constituição de círculos de estudos para a população rural feminina, em que se organizavam clubes juvenis, destinados à instrução de técnicas rurais, cursos conferências, centros de divulgação de conhecimentos de utilidade prática. Tais iniciativas visavam ao desenvolvimento de pequenas indústrias agrícolas, aptas a serem desempenhadas pela população rural feminina, como apicultura, avicultura e horticultura, e as indústrias regionais, como rendas extras que constituíam importante produção nacional, que eram desenvolvidas na Bélgica e poderiam ser constituídas no Brasil (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 3). Essas ações visavam aumentar a prosperidade rural e assegurar uma pequena fonte de renda à população feminina, sem implicar no abandono do lar.

Esse curso idealizado e planejado para o público feminino, por Bertha Lutz, além de fornecer conhecimento científico que desse base para o desenvolvimento da prática tanto no trabalho no ambiente rural como nas indústrias, tinha outra finalidade no mesmo grau de importância:

[...] prestar assistência social, decorrentes da moderna noção de responsabilidade pública, como sejam as instituições oficiais de assistência à infância, da Saúde Pública e a legislação referente ao trabalho e o grande papel que em continuação directa as suas actividades doméstica está cabendo à mulher na organização e funcionamento dessas instituições, quer como voluntárias quer como funcionárias técnicas remuneradas, e considerando a necessidade de preparo adequado para o bem preenchimento dessas importantes funções (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 4).

Conforme o plano do programa do curso apresentado, um dos pressupostos que embasariam as finalidades do curso era o acesso ao conhecimento dos problemas sociais existentes no período. Acreditava-se que essa formação daria suporte de pessoal técnico para as instituições que já existiam e a FBPF julgavam a necessidade de criação de outras instituições. No planejamento da escola estavam previstas consultas e pesquisas sobre questões sociológicas, relacionadas ao tema a se estudar (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 5).

Conforme apresentado no programa, a escola era destinada a

[...] todas as senhoras desejosas de aperfeiçoarem os seus conhecimentos nas matérias do programa e principalmente aquelas que procuram preparar-se eficazmente para colaborar gratuitamente ou mediante remuneração na disseminação dos conhecimentos domésticos, do desenvolvimento rural e das instituições oficiais e particulares de assistência social (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 6).

O programa previa que as alunas que fossem gratuitas, deveriam ter compromisso de auxiliar, durante os seus estudos, nos serviços referentes às seções de sua especialização, no entanto todas as alunas deveriam fazer exercícios nas respectivas seções.

Na parte organizacional do curso, a constituição se daria da seguinte forma: o programa incluiria uma parte geral comum a todas as alunas e outra técnica, dividida em seções correspondentes às diferentes especializações.

O ensino técnico compreendia um trabalho individual de ordem prática que poderia ser constituído por um estágio ou uma pesquisa com apresentação e relatório.

Podemos observar que Bertha Lutz fez questão de apresentar todas as disciplinas, de forma igual, e acreditamos que esse elemento tinha como objetivo a formação integral da mulher e procurava demonstrar que não era um curso para a mulher dona de casa, mas focava em um curso que apresentasse conhecimento para a mulher pessoal e profissional.

A concepção do curso seguiu um horizonte diferente dos cursos existentes, enquanto os cursos ofereciam, no currículo escolar, um rol de conteúdos didáticos pré-determinados e disciplinas práticas, a escola pensada por Bertha Lutz trazia um conjunto de conteúdos que englobavam conhecimentos políticos e sociais para a formação social do público feminino.

Proposta Curricular da Escola Economia Doméstica e de Assistência Social

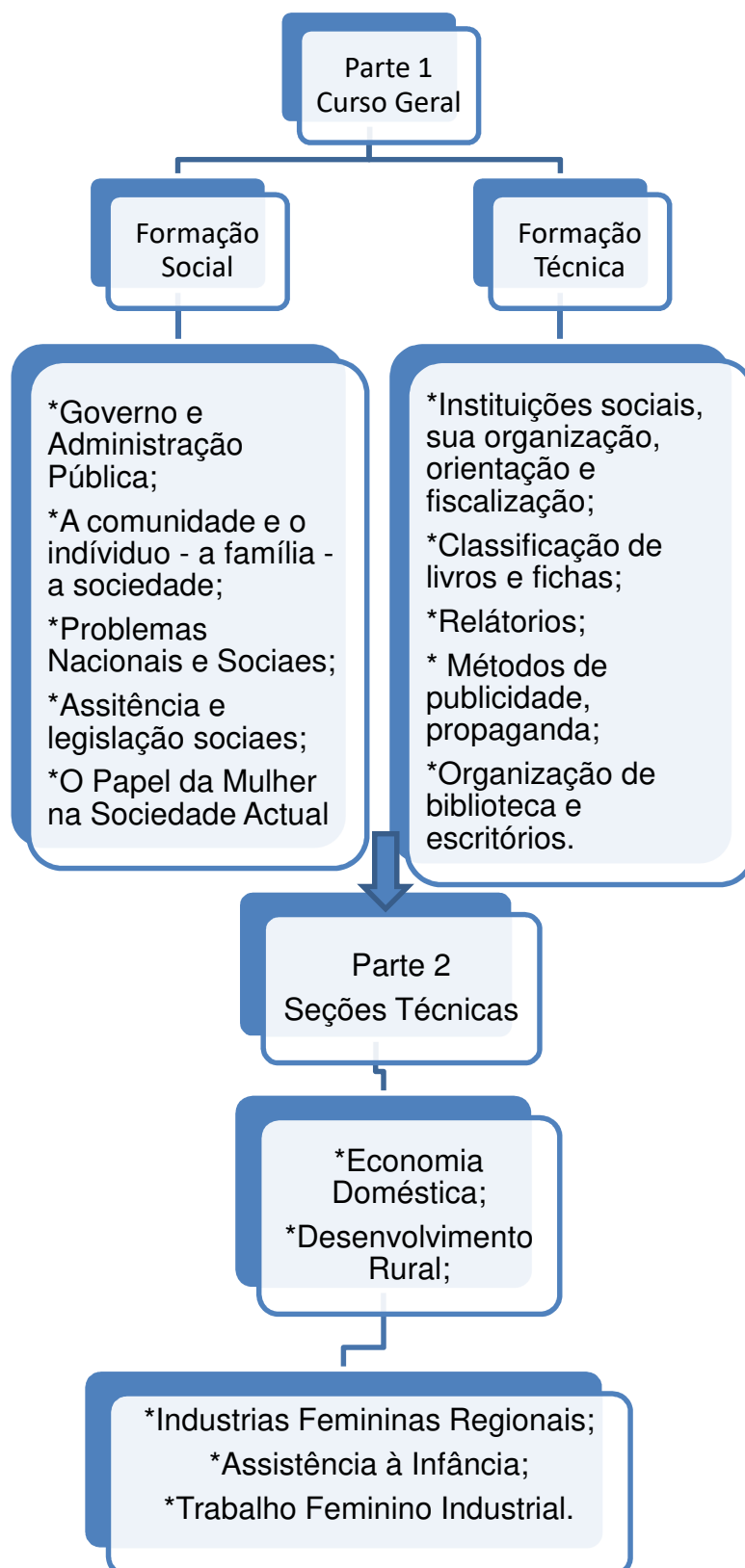


Ilustração 11: Organograma da Proposta Curricular da Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social.

Fonte: Elaborado pela autora com dados retirados do projeto da Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social.

A proposta pedagógica para a Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social foi dividida em duas partes, uma denominada de Curso Geral e outra, de Seções Técnicas. O Curso Geral se organizou em duas unidades: a primeira de Formação Social e a segunda de Formação Técnica. A proposta da Formação Social se deu em cinco desdobramentos no seguinte formato:

I – O Governo e a administração pública.

Formas de Governo, normas administrativas, a Federação, o Estado o Município.

Elementos de direito constitucional e administrativo.

Serviços públicos e repartições.

II – A comunidade e o indivíduo – a família – a sociedade.

Elementos de direito civil, com especial referência à mulher perante o Código civil. Noções de Direito usual.

III – Problemas nacionais e sociais.

Imigração, transporte, desenvolvimento rural, instrução, saúde pública.

Solução dos problemas sociais.

IV – Assistência e legislação sociais.

Cooperação.

Educação Popular.

Elevação dos Standards.

V – O Papel da Mulher na Sociedade Actual.

A mulher na História – Ampliação do seu campo de atividade na sociedade actual – sua colaboração na solução dos problemas sociais; papel no lar, na indústria, no commercio. Educação cívica feminina – A mulher na vida política das Nações; sua influência benéfica nas relações internacionais (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 9).

No Curso Geral, na segunda parte, a Formação Técnica se referiu aos métodos e instrumentos de trabalho que se organizaram na seguinte forma: a) classificação, fichas, livros etc. expediente, arquivo; b) documentação: apontamentos, inquéritos, relatórios, monografias, estudos de bibliografia; c) Organização da Biblioteca e do escriptorio; d) Methodos de publicidades, propaganda, prelecções, demonstrações; e) Instituições sociais, sua organização, orientação e fiscalização (FEDERAÇÃO..., 1923).

Conforme mencionado no plano, o curso Formação Social fornecia os conhecimentos do meio ambiente, das instituições públicas das leis que regiam as relações individuais e públicas, indispensáveis a todo cidadão adulto com o desejo de colaborar para o progresso do país. Quanto à formação técnica, visava

guiar no manejo dos instrumentos práticos de trabalho, empregados no labor intelectual e social metodizado (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 11).

Essas etapas eram obrigatórias para todo o corpo discente e para todas aquelas que desejassem dedicar-se a trabalhos técnicos nas diferentes seções (FBPF, 1923, p. 11).

Na segunda parte do curso eram disponibilizadas as Seções Técnicas, que se delineavam em estudos voltados para aplicações práticas, visando à atuação da mulher em diferentes campos. Conforme a organização do projeto, esses cursos eram

[...] a) destinados a fornecer conhecimentos básicos e oportunidades de aplicar os mesmos na prática e na organização dos serviços de divulgação e de assistência social; b) serviços de consultas, informações e divulgações dos conhecimentos; c) pesquisas e investigações de sociologia prática (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 12).

Como a Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social estava em fase de organização, foi mencionado no projeto que “Por ora compreenderá as seguintes seções” (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 13). Observamos que, no decorrer do projeto, em alguns momentos foi feita menção a que, dependendo da oportunidade ou da procura, as seções poderiam se modificar. Podemos observar a preocupação de se mediar o conhecimento da organização do trabalho no curso com a organização social, posta naquele período histórico.

Dessa forma, as cinco seções estavam organizadas na seguinte versão:

1. Economia Doméstica;
2. Desenvolvimento Rural;
3. Indústrias Femininas Regionais;
4. Assistência à Infância;
5. Trabalho Feminino Industrial.

Na seção de Economia Doméstica, as disciplinas seriam compostas por conhecimentos do lar; o vestuário, a higiene e a alimentação. Na unidade lar se desenvolveriam conhecimentos sobre arquitetura, engenharia, mobiliário, decoração, aparelhamento, limpeza e conservação, funcionamento e

administração econômica. A título de informação, o item que se referia à engenharia desenvolveria as seguintes temáticas:

I – Encanamentos

Água; Detritos; Aparelhos, torneiras, filtros, pias, encanamentos, etc;

II – Iluminação

Kerosene, gasolina, acetileno, velas, gaz e eletricidade;

III – Calor

Serragem, Madeira, Carvão Vegetal e de pedra, Kerosene, álcool, gaz, eletricidade – diferentes tipos de fogões – conservação e aproveitamento do calor (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 14)

Na unidade do vestuário seria mediado o conhecimento que envolvia os produtos têxteis ou os estudos dos tecidos bem como seu emprego, peças, ornamentos e aparelhos. Acreditamos que o enquadramento dessa unidade no programa estava interligado ao fator industrial vigente naquele período, pois, após a Primeira Guerra, houve grande impulso às indústrias brasileiras. Segundo Caio Prado Junior, “[...] não somente a importação dos países [...] que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira [...]” (PRADO JR, 2004, p. 261).

Como consequência, muitas mulheres ocupariam lugares nesses ambientes, entendemos que a preocupação de Bertha Lutz, em dar acesso à mulher para que esta, além de executar o trabalho, conhecesse a organização da indústria e a legislação vigente, e foi o que destacamos como proposta singular no período analisado.

No item seguinte a questão tratada foi a Higiene, na qual seriam proferidos os temas de, “[...] higiene individual, infantil, domiciliar e coletiva e escola de mães e nessa seção seriam abordados conhecimentos sobre a alimentação” (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 14). Indicamos que essa perspectiva higienista teria uma estreita ligação à educação da mulher. Fez parte de uma perspectiva baseada no: “[...] ideal positivista do período, influenciando a formação feminina e veiculando uma ideologia sobre as melhores formas de comportamentos e

costumes a serem seguidos [...]” (RODRIGUES, 2007, p. 221). A escola foi *locus* de construções de modelos educacionais em que se buscava a formação de novos e higienizados cidadãos.

Observamos que a Escola, em alguns quesitos, como a questão da higiene, seguiu um padrão difundido no período, no entanto, apresentamos outra seção, que explanava sobre a econômica, a qual indicamos como diferencial nessa proposta de educação. Podemos observar que essa seção de Economia Doméstica teria caráter voltado à organização econômica tanto do ambiente privado como em outros espaços sociais. No item que aborda sobre a gerência das finanças que teriam os estudos voltados a:

[...] Fontes de renda e despesa – Equilíbrio de ambas – Fonte de perda e de economia – estudo dos mercados e preços – a contribuição econômica da mulher – Transações de dinheiro – Emprego de capitais. Contabilidade doméstica – diferentes métodos e processos (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 14).

Essa seção, segundo o programa, seria uma propagação dos conhecimentos domésticos, um curso para especialistas em Economia Doméstica, poderia ser de utilidade para as donas de casa. Dessa forma, teriam ensino teórico e prático, completado pela aplicação dos conhecimentos em trabalho de ordem prática e individual.

A seção 2, que foi titulada Desenvolvimento Rural, tinha duas finalidades: aperfeiçoamento do lar rural e ensino e desenvolvimento das pequenas indústrias rurais que se davam nas seguintes produções: horticultura, apicultura, avicultura, laticínios e sericultura. Nessa unidade seriam ensinadas a organização da venda e dos mercados, a organização dos clubes e cooperativas, de centros de informação e de demonstrações, permanentes e ambulantes, a colaboração feminina no saneamento rural e na comunidade rural.

O conhecimento seria ampliado pelas visitas ao Departamento de Saúde Pública, exposições, estabelecimentos de venda e mercado, com exercícios práticos de demonstração. Essa unidade tinha por objetivo promover conhecimento aos habitantes de zonas rurais e se “[...] destina a elevar o nível de vida da população rural [...]” (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 17).

Na unidade de Indústrias Femininas Regionais o programa se organizou nos seguintes temas: a) principais indústrias regionais femininas, sua localização e como se deu o seu desenvolvimento; b) matérias-primas, o custo, a origem e aperfeiçoamento, a organização do mercado; c) conhecimentos de métodos de compra e venda e aplicação da arte nas indústrias regionais femininas brasileiras; d) standardização ou uniformização da produção (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 18).

Essa unidade tinha o intuito de conhecer as indústrias regionais femininas existentes no Brasil, em seus múltiplos aspectos, fosse na organização, na produção e seu funcionamento. Conforme o projeto, como principal objetivo “[...] organizará um mercado das mesmas em proveito das próprias trabalhadoras a fim de aperfeiçoar os produtos fornecendo padrões e modelos de motivos brasileiros e estabelecendo typos standards para a produção” (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 19).

Na unidade Organização Industrial a Mulher como Fator Industrial houve alguns temas em evidência como conhecer a superintendência de estabelecimentos industriais, a inspeção do trabalho e noções de tecnologias. Estavam estabelecidos, no programa, o acesso aos planos de estabelecimentos industriais e dependências sanitárias, o conhecimento dos aparelhos de segurança e a prevenção de acidentes. As alunas nessa unidade deveriam aprender sobre os registros, fichas e cadernetas, planos de inquéritos, redação de relatórios e monografias relacionadas às indústrias.

Destacamos no programa os temas como a legislação trabalhista, a condição de trabalho das mulheres e menores englobando os salários, os horários, as medidas de previdência, a higiene do trabalho e saneamento industrial, bem como as creches e as organizações sindicais.

Nessa unidade haveria um estágio por tempo determinado em estabelecimentos industriais, seria requisito visitar determinado número de estabelecimentos industriais, obras de previdência, conselho de sindicatos (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 20).

Segundo o projeto, as seções teriam por base estudos, observações e experiência, ou seja, estudariam o tema, como exemplo, as indústrias regionais femininas, logo após observariam o local e, por fim, teriam a oportunidade da experiência, dessa forma, conforme o projeto, “[...] visarão o perfeito conhecimento das condições vigentes e dos métodos adequados de as melhorar

[...]” (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 20), e, dessa maneira, com a aplicação na prática, destinada a auxiliar a população feminina ou a colaborar com as instituições que visavam a esses fins.

Seria trabalho da escola organizar um arquivo, uma biblioteca, exposições regionais e publicações sobre o ensino doméstico e assistência social.

Nesse sentido, a escola, diante de seu programa, teria por objetivo preparar as alunas para que pudessem exercer as funções referidas a cada seção que cursaram, dessa forma, poderiam ser: “[...] 1 – Professoras, e especialistas de Economia Doméstica; 2 – Secretárias, bibliotecárias e administradoras; 3 – Auxiliares de Assistência a infância e 4 – Inspetoras industriais e especialistas” (FEDERAÇÃO..., 1923, p. 22).

Constatamos que a concepção sobre trabalho nessa escola, projetada por Bertha Lutz, foi instrumentalizar a população feminina para exercer uma profissão, adquirindo conhecimento prático, contudo, por outro lado, houve a busca constante em reconhecer a organização social do Brasil sob o aspecto da macroestrutura da sociedade e suas articulações em diferentes espaços na microestrutura social.

5.4 O trabalho feminino: a mulher na ordem econômica e social

A Constituição de 1934, direito constitucional vigente do país naquele período, garantia: “[...] à mulher plenitude de direitos, em condições de igualdade como o homem. Equivale a um uma moldura ampla, dentro da qual podem e devem ser reivindicadas as suas aspirações de ordem legislativa, administrativa e pratica [...]” (LUTZ, 1937, p. 11). Bertha Lutz, como deputada, propôs a criação de uma comissão para um Estatuto da Mulher; esse documento teria como objetivos centrais adequar e organizar projetos de lei, destinados a harmonizarem a legislação ordinária com o novo direito constitucional brasileiro, que concedeu a plenitude dos direitos da mulher, e outros a regulamentarem, administrativamente, os dispositivos constitucionais que lhe asseguravam garantias como mãe e como fator econômico e social. Para tanto, organizou-se um documento reunindo uma bibliografia destinada a esse projeto de adequação à nova constituição, os quais

foram reunidos em um só trabalho intitulado “O trabalho feminino: a mulher na ordem econômica e social” (LUTZ, 1937).

Nossa intenção é analisar o documento elaborado por Bertha Lutz, um texto em formato de livreto, intitulado “O Trabalho Feminino: a mulher na ordem econômica e social”, que abarcava informações sobre questões do trabalho no Brasil e outros países. Essa análise vem completar a perspectiva de Bertha Lutz sobre a importância do trabalho feminino no Brasil, concepção que percorreu o programa da Escola Doméstica e de Assistência Social.

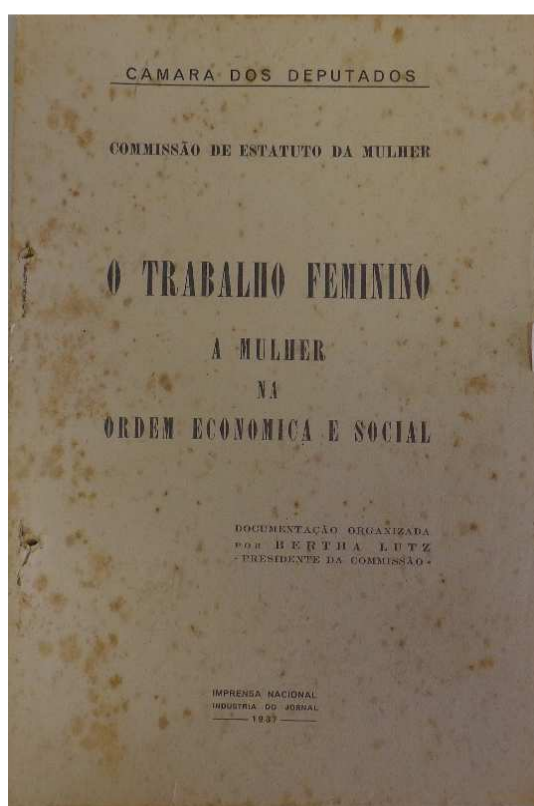


Ilustração 12: Documento sobre trabalho feminino.
Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

O documento foi organizado em 11 capítulos, com subdivisões. Entre eles, O trabalho feminino; O trabalho feminino na ordem internacional; O trabalho feminino na ordem internacional; O trabalho feminino na ordem continental; O *Bureau* da mulher nos Estados Unidos; Iniciativas femininas junto ao poder público; A mulher na ordem social; Enfermagem, previdência e vigilância social; Padrão de vida e amparo do lar; Ante-projeto do Departamento da Mulher e bibliografia consultada. Esse documento foi construído por iniciativa de Bertha

Lutz, no período em que estava exercendo o cargo de deputada, e contou com a colaboração de mais de um terço de deputados. Salientamos que: “[...] a questão do trabalho da mulher seria uma das mais constantes e vigorosas preocupações do movimento feminista brasileiro [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 360).

A fim de investigar as ações desenvolvidas por Berta Lutz na questão do trabalho feminino, elegemos alguns textos do livreto “O Trabalho Feminino: a mulher na ordem econômica e social” para colocar em evidência as discussões do período. Em um dos textos elaborados por Bertha Lutz, com o título “Princípios básicos, sugestões ao ante-projecto da constituição”, no item que aborda o tema “Dignificação do trabalho”, a autora iniciou o texto justificando que

[...] a lei do trabalho é a lei da conservação. Todo organismo, vivo é obrigado a desenvolver esforço para sobreviver. O parasitismo, quer biológico, quer social ou econômico, é o synonymo da degeneração. É titânica a epopéia do trabalho produzido por homens e mulheres, escravos, servos ou pensadores, através dos milênios [...] (LUTZ, 1937, p. 17).

Foi com base nesse princípio que Bertha Lutz escreveu sobre a questão do trabalho, observamos que a autora sinalizava que o trabalho deveria ser pressuposto básico para a população, no entanto existiam condições fundamentais para a inserção dos indivíduos. A intelectual fez uso da análise histórica para chegar às suas conclusões sobre o trabalho e sobre o trabalhador:

[...] nenhuma classe tem sido tão desprotegida como a do trabalhador. O operário produz pelo esforço continuado da sua vida inteira todas as comodidades de que gosam as classes privilegiadas; o camponez extenua as suas forças na labuta diária de sol a sol. A mulher proletária cumpre pena dobrada, acrescentando ao horário da fábrica, o trabalho sem medido, que desempenha no lar. O funcionário público e o empregado particular mal ganham o necessário para a subsistência dos seus filhos e a manutenção do seu lar; o proletário intelectual nem sequer o necessário usufrue para a aquisição dos livros e instrumentos indispensáveis ao seu aperfeiçoamento profissional [...] (LUTZ, 1937, p. 17).

Observamos que Bertha Lutz fez alusão a que o trabalho era o eixo norteador da vida dos indivíduos e, em consequência da precariedade do trabalho

existente, havia instabilidade de condições de vida social do sujeito, nas diversas dimensões da vida do trabalhador.

Como características do trabalho, para Bertha Lutz, em uma primeira circunstância, delimitamos a importância daquele para todo o ser humano e, como segunda característica, abordamos a qualidade do trabalho desempenhado na sociedade com vistas a uma qualidade de vida para se viver em uma sociedade.

Diante das condições dadas ao trabalho naquele período no Brasil, Bertha Lutz julgava a falta de uma instituição que julgasse como prioridade a ordenação de princípios básicos para a organização trabalhista, nesse sentido, mencionou que, até aquele presente momento,

[...] a lei nenhuma compensação adequada lhes proporcionou; nem a tranquilidade de uma relativa segurança econômica ou de um nível mínimo de bem estar material, nem o descanso necessário para os seus corpos fatigados, nem o lazer indispensável para a conservação da sua saúde, o desenvolvimento da sua inteligência e da sua personalidade (LUTZ, 1937, p. 17).

À vista desse contexto, analisamos que Bertha Lutz observou na Constituição de 1934 uma oportunidade da criação de bases sólidas, para garantir a dignidade dos sujeitos que trabalhavam, para tanto estabeleceu artigos que deveriam ser incorporados na Constituição, com esta finalidade. Entre os artigos, destacamos:

[...] Art. O trabalho é dever moral de todo cidadão. Quer moral, quer intelectual, gozará de proteção da lei.
Art. Compete à União estabelecer os princípios básicos da legislação do trabalho, que abrangerá todos os trabalhadores, rurais e urbanos, operários, colonos, empregados, funcionários e intelectuales, homens e mulheres [...] (LUTZ, 1937, p. 17)

Ao analisarmos os artigos que Bertha Lutz contemplou no documento no item referente ao trabalho, identificamos que buscou bases para a organização do trabalho como um todo, a proteção aos trabalhadores rurais, urbanos assim como a homens e mulheres, a concepção nesses artigos foi a igualdade de proteção. Acreditamos que almejou, diante desses artigos, leis que ordenassem a questão do trabalho para a nação.

No que se refere às garantias individuais do desempenho do trabalho, Bertha Lutz indicou algumas leis que deveriam proteger os trabalhadores, sem distinção de sexo ou nacionalidade, e que deveriam estar presentes como garantias constitucionais. Evidenciamos as seguintes:

- [...] a) a trabalho igual, salário igual;
- b) um mínimo de conforto e bem estar;
- c) a segurança econômica máxima compatível com as condições econômicas nacionais;
- d) o lazer necessário para o descanso, o estudo e o desempenho dos encargos cívicos;
- e) a liberdade de reunião e de associação;
- f) a participação no estabelecimento da legislação e condições de trabalho;
- g) a isenção de impostos ou gravames sobre os instrumentos de trabalho, a renda a propriedade doméstica mínimas necessárias à manutenção modesta do lar [...] (LUTZ, 1937, p. 18).

Foram essas perspectivas da luta por um trabalho digno e unitário, empreendida por Bertha Lutz, que nos fizeram considerar o eixo trabalho fator fundamental para a autonomia da mulher na sociedade brasileira. Consideramos que estes princípios apresentados englobariam o conjunto de mulheres que exerciam diferentes classes de trabalho e justificamos que, ao buscar princípios que nortearassem a inserção da mulher, fosse na fábrica ou em um concurso público ou cargos governamentais, foram lutas travadas em prol do conjunto de mulheres.

O primeiro item buscou a igualdade entre homens e mulheres relacionada à remuneração do trabalho desempenhado, “[...] a concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos” (SAFFIOTI, 2013, p. 345). Foi contra essa perspectiva que Bertha Lutz destacou que o sexo não deveria ser item balizador da remuneração do sujeito, mas, sim, a ação deste. Outro ponto apresentado como básico na questão do trabalho foi o mínimo de conforto e bem-estar no ambiente onde desempenharia o trabalho.

Para que se efetivasse esse ponto, levar-se-ia em conta a questão da segurança econômica máxima, compatível com as condições econômicas nacionais. Percebemos que Bertha Lutz (1937) apontava o problema instalado na

questão microssocial (local de trabalho) e indicava as questões macrossociais como relevantes para a sustentabilidade de uma organização social diferente da que estava organizada. Constatamos que esses pontos foram elencados no programa da escola estruturada por Bertha Lutz (1923) nos itens gerais: o governo e a administração pública, e nos subitens: as formas de governo, normas administrativas, a Federação, o Estado, o município; elementos de direito constitucional e administrativo e serviços públicos e repartições. Nesse processo entendemos a necessidade da escola projetada por Bertha Lutz com fins de inserir as mulheres no meio ambiente do trabalho, pois a intelectual buscou, para além de executar uma ação, pensar na ação exercida e nas condições materiais para exercê-las.

Nos princípios norteadores estabelecia como básico, além do acesso ao trabalho, à remuneração, um ambiente propício para executar a ação do trabalho e indicava a necessidade do lazer e do estudo como princípio para bom desempenho. Outro elemento relevante seria a garantia da isenção de impostos ou gravames sobre os instrumentos de trabalho.

Bertha Lutz (1923) considerava fatores fundamentais a liberdade de reunião e de associação e a participação no estabelecimento da legislação e condições de trabalho. Esses pontos fazem parte do programa da “Escola de Economia Doméstica e de Assistência Social”, apresentado na proposta da escola no programa, o qual constava no ponto assistência e legislação sociais. Nesse ponto, localizamos a importância da proposta da escola para Bertha Lutz como um instrumento de mediação entre o conhecimento e a execução do trabalho, como exemplo, pontuamos a necessidade da apreensão das questões como a legislação trabalhista, da organização administrativa de empresas privadas e públicas, da compreensão da sistematização social e governamental.

Como outro instrumento de discussão que englobou o tema trabalho, organizado por Bertha Lutz, foi um anteprojeto de um Departamento Nacional da Mulher, e, para análise desse documento, apresentaremos os artigos referentes ao trabalho a fim de justificar a importância da intelectual no cenário social e suas perspectivas sobre o trabalho.

Bertha Lutz apresentou como sugestão o projeto do Departamento Nacional da Mulher que teria como objetivo dar suporte legislativo e

organizacional aos serviços referentes ao Trabalho Feminino, ao Lar, à Assistência à mulher, à Infância e Maternidade e à Previdência Social em todo o território do Brasil. O departamento tinha como incumbências:

[...] estudar, formular, difundir, aplicar e sugerir ao Poder Público as normas, directrizes e medidas administrativas susceptíveis de promoverem o bem estar da família e do lar principalmente quanto á mulher que trabalha, à mocidade feminina e às mães [...] (LUTZ, 1937, p. 151).

Entendemos que esse setor teria a missão de dirigir políticas públicas, voltadas ao coletivo feminino. O departamento deveria ser dividido em Trabalho Feminino, Seguro Maternal, Formação Feminina e Previdência Social. As finalidades do Departamento do Trabalho Feminino eram:

- a) zelar pelo bem estar a mulher e da mocidade feminina que tralham, desenvolvimento da capacidade, aproveitamento e remuneração adequada das suas aptidões;
- b) fiscalizar, em cooperação com o Departamento Nacional do Trabalho, as condições de trabalho das mulheres e das menores nas fabricas, officinaas, escriptorios, usinas e outro locaes, na cidade e no campo, inclusive o trabalho domiciliar (LUTZ, 1937, p. 151).

Outra preocupação que a autora apresentou na questão do trabalho feminino foi assegurar uma divisão que, em especial, deveria atender às mulheres no período da maternidade, um seguro maternal, que deveria

- a) organizar dirigir e aplicar um systema de Seguros Maternal, destinada a toda mulher que trabalha e à população feminina de 18 a 45 annos, em geral;
- b) orientar e dirigir o amparo à maternidade, coordenando, fiscalizando e creando as instituições necessárias para esse fim (LUTZ, 1937, p. 151).

Podemos constatar que o objetivo da intelectual Bertha Lutz foi criar parâmetros organizacionais tanto para a mulher que trabalhava no lar como a mulher que trabalhava fora do lar, e as discussões giraram em torno de uma regulamentação da legislação sobre o tema trabalho.

Em suma, procuramos apresentar algumas intervenções que a intelectual Bertha Lutz promoveu na sociedade brasileira em se tratando do trabalho feminino. É necessário enfatizar que não colocamos a inserção no mercado de trabalho como fator determinante da autonomia da mulher, mas localizamos o direito sem restrições ao trabalho como vetor significativo.

É mister explicar que a sociedade estabelecida naquele período tinha resquícios ideológicos que estavam entrelaçados ao conservadorismo, à Igreja Católica e a princípios do positivismo, em que a mulher era subjugada. Indicamos que:

[...] o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvante, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos. (RAGO, 1997, p. 603).

Nesse ângulo, elencamos Bertha Lutz como intelectual social que direcionou perspectivas diversas sobre a mulher do que era pronunciado naquele período na sociedade brasileira.

Consideramos a Escola de Economia Doméstica e Assistência Social projeto singular no período estudado, pois, ao investigar o programa, observamos que o trabalho foi projetado sob perspectivas diferenciadas, ao vislumbrar o trabalho feminino não apenas como simplesmente o acesso a uma indústria; considerar fator determinante o meio ambiente do trabalho, bem como a legislação que rodeava a inserção do sujeito no trabalho; e colocar como fator significativo a organização política da sociedade.

Similarmente, pontuamos a importância da intelectual ao criar a Comissão de Estatuto da Mulher na Câmara dos Deputados no período em que foi deputada, a fim de apresentar a historicidade do trabalho da mulher no Brasil e expressar os pontos que necessitavam de discussão e mudanças como a importância de um departamento especial, que tencionava estudos acerca do trabalho feminino, seguro maternal, formação feminina e previdência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] o lar hoje “não cabe mais em quatro muros, mas abrange tanta a escola onde se educa os filhos o – mercado onde se abastece a casa – quanto ao Conselho Municipal e o Parlamento onde se elaboram as leis” (LUTZ, 1936, p. 2).

Trazemos esse excerto nas considerações finais do trabalho, pois sinaliza aspectos importantes sobre a investigação apresentada. Constatamos que a luta da intelectual por possibilidades da inserção da mulher como cidadã, como sujeito atuante em um universo predominante masculino, a luta pela garantia de escolhas do sujeito mulher no que se refere ao papel que seria desempenhado por ela são alguns elementos que perpassaram as ações da intelectual Bertha Lutz.

Ao chegar ao final do trabalho, observamos o que ligou ou esteve presente nas ações desenvolvidas por Bertha Lutz foi o caráter educacional. Acreditamos que a educação foi um elo norteador e indissociável nas proposições das ações da intelectual. Na política, além da busca por direitos ao voto, houve toda uma educação sobre a função do voto, sobre a trajetória dessa conquista em uma sociedade democrática. A proposta de uma educação por meio dos museus adquiriu possibilidades de instrução para a sociedade em geral. A proposição da Escola de Economia Doméstica e Educação Social, que tinha como caráter mediador o trabalho, preconizava conhecimento da sociedade como um todo, das estruturas das indústrias e/ou fábricas, das leis trabalhistas, da história das mulheres em outras sociedades.

Para tanto, diante das ações que Bertha Lutz desenvolveu, justificamos a organização interna do trabalho, a qual foi dividida e apresentada na seguinte ordem: Política; Educação e Trabalho. Levamos em consideração a primeira educação que recebemos, ou seja, realizada pelo meio social em que estamos inseridos. Nesse sentido, a organização familiar, os papéis que cada um ocupa dentro da família, a organização social e a definição dos papéis sociais, a nosso ver, são os princípios da nossa educação. Fizemos a relação da política e a

mudança da definição dos papéis aceitos socialmente, como, por exemplo, a busca do voto, igualaria o papel do homem e o da mulher nas relações sociais.

Em uma segunda etapa elencamos a educação científica que recebemos, na tese representada pela proposição da educação por meio dos museus, o conhecimento adquirido fora do ambiente da casa, em um ambiente com propósito educacional, o conhecimento científico como mediador da educação para com o aluno/sujeito.

No que tange a terceira etapa, indicamos a educação pelo trabalho como princípio de preservação da espécie em uma sociedade democrática, como principia Bertha Lutz. Fizemos a relação da importância do trabalho para os sujeitos que ocupam uma vida social e o seu desempenho nessa sociedade de posse de conhecimento para ocupar seu papel social.

Dessa organização resultou a análise da tese que abordou a condição de autonomia da mulher brasileira por meio de três vias/eixos: Política: que proporcionou direitos iguais na forma da lei; Educação: por meio da aquisição do conhecimento com bases científicas; Trabalho: que marcaria sua posição social. Ações imanentes que proporcionariam a autonomia social para as mulheres.

A proximidade com os documentos sobre Bertha Lutz e a análise da conjuntura instalada no Brasil no marco temporal determinado nos permitiram observar que o final do império e o início da república representaram um momento de muitos questionamentos, observamos que houve espaços de amplos debates e movimentos em torno de diferentes questões, como o analfabetismo, a inserção de crianças na escola, a organização política, no que se refere à organização estrutural, econômica e ao lugar da mulher na sociedade. A nós nos interessou a investigação em torno das mulheres que promoveram ações e possibilitaram debates, discussões, objetivando e apresentando diversos grupos que sinalizavam incômodo pelo lugar destinado à mulher.

Bertha Maria Julia Lutz marcou ações em inúmeros aspectos do panorama nacional e do internacional, preocupou-se com questões ligadas a direitos civis, a educação e ao trabalho feminino, estabeleceu como objetivo central inserir a mulher como elemento atuante no contexto histórico-social brasileiro.

Nesse sentido, com as intervenções trilhadas por Bertha Lutz sob o aspecto da cidadania ou sua concepção sobre a igualdade dos sujeitos sociais,

podemos concluir que essas ações foram revolucionárias no âmbito social. Diante da investigação julgamos que considerar o espaço doméstico, bem como, características de fragilidade e inferioridade como elementos inerente à mulher, e dessa forma, mantendo-as em posição desigual na sociedade, constituiu-se fator de violência.

Justificamos a pesquisa realizada sobre as ações da intelectual Bertha Lutz em diferentes aspectos, tomamos como ponto principal a importância que damos ao trabalho educativo, pois, como versou Saviani, “[...] O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens [...]” (SAVIANI, 1995, p. 17).

Consideramos fator elementar conhecer o que foi produzido histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens e nesse princípio estabelecemos a relevância das ações desempenhadas pela intelectual. Acreditamos na necessidade do estudo das ações dos sujeitos ou grupos em períodos passados, com a finalidade de serem analisadas no presente para que sirvam de base para ações concretas em futuro próximo de base de compreensão mais profunda da complexidade que envolve os nossos problemas de cunhos político, cultural, social e educacional.

Justificamos as ações como a luta por direitos igualitários a todos, a possibilidade de a mulher exercer papel social em diferentes lugares como no lar, em cargos políticos, em empresas públicas e privadas, pela conjuntura social e política do período. A intelectual concordava com a necessidade de adequação a uma nova estrutura social, adaptando-se a um novo panorama que se apresentava na Europa e América do Norte.

Constatamos e justificamos a importância do estudo sobre as ações da intelectual Bertha Lutz, não para estabelecermos parâmetros de certo ou errado, ou colocarmos a intelectual no papel de heroína, mas com o intuito de conhecermos a trajetória das lutas, dos embates, das discussões que foram travados, do posicionamento dos políticos em prol de ações que envolviam o bem comum. Destacamos a importância de conhecer a história dos direitos sociais, pois nada aconteceu naturalmente, mas foram “conquistados” por meio de ações sociais.

Este trabalho teve como foco as ações da intelectual Bertha Lutz, e, por meio de investigações detalhadas, do contado com as fontes, temos a clareza de que muitas mulheres e homens estavam inseridos nesses movimentos e que necessitam de estudos a fim de conhecermos a história não com intuito de copiar as ações já desenvolvidas, mas muitas vezes para não traçarmos a mesma história.

Neste trabalho tratamos Bertha Lutz como uma intelectual singular, que fez parte da história, sistematizando intervenções no contexto social do Brasil. Um pouco dessa perspectiva Cecília de Meireles trouxe na crônica “Precursoras Brasileiras”, em que narra sua estadia em Washington – em particular sobre uma entrevista feita por uma jovem jornalista, que era disciplinada nos questionamentos e muito interessada, sobretudo, em questionar uma representante do seu sexo –, um lugar em que as mulheres tinham mais prestígio e consideração.

[...] A jovem colega ia metodicamente atacando o seu questionário; e a certa altura se deteve, quando lhe falei numa biblioteca infantil que foi a primeira a existir, dentro dos seus moldes, no Brasil. (A história seria longa de contar embora servisse para ensinamentos de muitos, espanto de vários e divertimento de todos.) – “A primeira!” – exclamou a jovem jornalista. E logo me pediu mais uma coisa que fosse também “a primeira”, ou em que alguém fosse o primeiro momento. Não teria sido a primeira poetisa, ou a primeira jornalista, uma primeira qualquer, em qualquer coisa? Não tinha sido...E nunca mais me esqueci do interesse daquela jovem por essa condição de pioneira, que parecia significar tanto, aos seus olhos [...] (MEIRELES, 2003, p. 194).

Cecília Meireles analisou a jornalista, diante do seu interesse pelas pioneiras em fatos, e concluiu que devia ser pela juventude de 20 e poucos anos da jornalista: “Ser o primeiro em qualquer coisa nem sempre é uma grande virtude; pode ser simples casualidade” (MEIRELES, 2003, p. 195).

No entanto a autora se questionou sobre a importância de ser ou não um pioneiro e mencionou: “[...] o pioneiro não faz, obrigatoriamente, as melhores coisas; mas às vezes, o difícil é mesmo começar – e depois que alguém deu um passo, embora não muito seguro nem muito avançado, já o caminho pode ir ficando mais compreensível [...]” (MEIRELES, 2003, p. 196). Terminou mostrando

que, a partir do caminho trilhado, os fatos iam acontecendo de forma rápida e se transformando.

A autora lembrou-se da história da jornalista após conhecer um livro que Barros Vidal elaborou e publicou sobre as precursoras brasileiras; no livro em questão foram abordadas as pioneiras do Brasil em diferentes áreas como a primeira médica, a primeira maestrina, a primeira atriz, a primeira aviadora.

[...] E agora eu queria dar-lhe razão. Pois estas histórias não nos estão mostrando como é difícil começar, fazer pela primeira vez alguma coisa que não está prevista na rotina dos tempos, enfrentar os preconceitos, sobretudo quando se é pobre mulher – criatura a quem nem todos ainda conferem o masculino privilégio (ai, tão mal empregado!) de ter alma...?

Eu não proponho que as mulheres – nem mesmo as feministas – mandem erigir um busto a Barros Vidal, que é homem modesto, e ficaria aflito com semelhante lembrança. Mas, considerando bem, não se pode ficar insensível a esta prova de camaradagem, a esta demonstração de boa vontade para com as suas colegas humanas. [...] afastando, porém a ideia do busto, não afasto a da gratidão que o autor merece, da parte de toda mulher que se tenha esforçado em realizar obra de utilidade – quando neste mundo, segundo opiniões abalizadas, e seguidas, uma mulher já faz muito quando consegue ser bonita [...] (MEIRELES, 2003, p. 195-196).

Nessa crônica podemos perceber como a mulher era vista na sociedade por alguns grupos de homens: seres ou sem alma ou seres com status de ornamento. E Barros Vidal deu importância às pioneiras, apesar da dificuldade de fazer algo diferente do seu dia a dia e enfrentar os obstáculos por que as mulheres passavam.

Nesse sentido, ao privilegiar as intelectuais citadas nessa investigação, indicando-as como precursoras em suas ações e analisando-as historicamente, podemos perceber que o ambiente proporcionou o desenvolvimento de suas ações, no entanto essas ações só foram concebidas porque alguém efetivara algo. E, pela análise materializada no texto, podemos constatar que algumas ações puderam ser elaboradas porque anteriormente havia elementos para a continuidade de suas ações.

Bertha Lutz pôde participar de um concurso e ser a segunda mulher a obter aprovação, porque alguém já o havia feito anteriormente. Bertha Lutz explicou, em um texto escrito na “Revista Semana”: “D. Maria José, conquistando o

primeiro lugar em concurso, também contribuiu grandemente pelo êxito da nossa causa” (LUTZ, 1918, p. 3). Maria José de Castro Rebello Mendes foi a primeira mulher a ingressar no serviço público, no concurso para 3º oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

A intenção em apresentar diferentes intelectuais foi ilustrar que, na sociedade brasileira, um número considerável de mulheres se destacou em diferentes ambientes e funções como escritoras, atrizes, professoras, poetisas e políticas, buscando possibilidades para a condição de sua autonomia. Não era intenção classificá-las em erradas ou certas, melhores ou piores, mas mostrar que muitas realizaram o que não estava realizado. Como apresentou Cecília Meireles, “[...] vencendo com longa perseverança os abismos de silêncio e as florestas de enredos que se abrem e se fecham diante dos passos de todos que querem, na verdade, caminhar” (MEIRELES, 2003, p. 196).

Do mesmo modo as cozinheiras, doceiras, costureiras, operárias, mulheres pobres que eram arrimo de família merecem destaque nessa conjuntura, pois as mulheres: “[...] das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 61). No entanto foram eleitas como objeto de análises as mulheres que desenvolveram ações e que constituíram fontes para a pesquisa científica.

Portanto, ao elegermos as intelectuais, priorizamos suas ações, pois cada uma dispôs de um caminho para dar possibilidades de autonomia para a mulher brasileira. Dessa forma, é necessário explanar que as condições sociais, políticas e econômicas do momento proporcionaram elementos que cada intelectual utilizou de diferentes formas. Para este estudo, foi priorizada a intelectual Bertha Lutz, com o intuito de analisar e investigar os caminhos que a autora percorreu para dar possibilidade da condição de autonomia à mulher.

Outrossim, acreditamos que há vasto material e caminhos para serem trilhados na busca de conhecer Bertha Maria Julia Lutz, uma mulher que promoveu múltiplas ações na sociedade brasileira. Citamos como exemplo o “Boletim: Opinião Feminina Organizada” e a análise das viagens a passeios destinadas a conhecer instituições que as associadas da FBPF realizavam.

FONTES

ABE. **Atas da Associação Brasileira de Educação**. Disponível em: <<http://www.abe1924.org.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ATA. **Ata da liga para emancipação intellectual da mulher**. BR NA, RIO Q0.ADM.EOR.SEC.2.VOL 1. Arquivo nacional do Rio de Janeiro, 1922.

ATA. **Ata de reunião da federação brasileira pelo progresso feminino**. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 1925.

BRASIL. **LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827**. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 01 jan. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 19.850 de 11/04/1931. **Lei que cria o Conselho Nacional de Educação**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-193515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. **Decreta o Código Eleitoral**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BOLETIM. **Mulher opinião feminina organizada**. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934.

BOLETIM. **Mulher opinião feminina organizada**. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1936.

CORREIO DA MANHÃ. **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 29/06/1930.

DIÁRIO. **Jornal o Diário** (1932). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

ESTATUDO. **Estatudo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. BR AN, RIO Q0.ADM.EOR. SEC.3.VOL1. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1922a.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Documento Simões Lopes**. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1922b.

FEDERAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO. **Criação da União das Universitárias Femininas** BR AN, RIO Q0.ADMEFI.UFF.1. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1929.

FEDERAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO. **Organização do Estatuto.** Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1930.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Carta a Washington Pires.** BR AN, Rio Q0.ADM.CPA.TFE.TXT.3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1934.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Carta a Anísio Spinola Teixeira.** BR NA, RIO Q0.ADM,COR.1935.85. Arquivo Nacional Rio de Janeiro, 1935.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Carta a Getúlio Vargas.** Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1937.

FEDERAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO. **Carta para as filiais** - BR AN, RIO Q0. ADM. COR. 1938.24. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1938a.

FEDERAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO. **Carta da Associação Parahybana pelo Progresso Femino** - BR AN, RIO Q0. ADM. COR. 1938.5. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1938b.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Símbolos, Hinos e Credo.** Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1930.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Carta a Getúlio Vargas.** BR AN, RIO Q0.ADM.CPA.TFE.TXT.3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1942.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Carta a Gustavo Capanema,** BR AN, RIO Q0. ADM. COR. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1944.

LUTZ, BERTHA. **Revista da Semana**, seção Cartas da Mulher, 1918. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

_____. A Mulher como factor no desenvolvimento da agricultura e aperfeiçoamento das condições da vida rural 1922. In: Bertha Lutz **O Trabalho Feminino: a mulher**

na ordem economica e social. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1937. p. 135-147.

_____. Projeto: **Escola de Economia Doméstica e Assistência Social**. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1923.

_____. **Relatório da Escola Doméstica de Natal** - BR AN. RIO.QO.BLZ,COR.1923,txt.5. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 1923.

_____. **13 Princípios Básicos**: Sugestões ao Ante-projeto da Constituição. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1933.

_____. **DISCURSO**, BR AN, RIO Q0.ADM.CPA.COS.TXT.11.VOL.5. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1935a.

_____. **ENTREVISTA**, BR AN, RIO Q0.BLZ, DEU. CLE, TXT 5. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1935b.

_____. **QUESTÃO EDUCACIONAL**. BR AN, RIO Q0.ADM.CPA.EDU.TXT.11. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1936.

_____. **Discurso da Deputada Bertha Lutz**. BR AN, RIO BLZ, DEU,CLE,TXT.10. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1937.

_____. **Relatório do Ministério da Educação e saúde e outros membros da Comissão de Finanças e Orçamentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1937.

_____. **Currículo** – BR AN, RIO Q0. BLZ.PES.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1938.

_____. **A Função Educativa dos Museus**. Organizadores: Guilherme Gantois de Miranda, Maria José Veloso da Costa Santos, Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

PROGRAMA, Escola Política. **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Arquivo Rio de Janeiro, 1932.

O PAIZ. Notícias. **Jornal o Paiz**. Rio de Janeiro, p. 5, 26 ago. 1922.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Julia Lopes. **Livro das Noivas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves e CIA, 1914.

ALMEIDA, Julia Lopes. **Revista A Mensageira**, n. 1, 1987. Disponível em: <<http://biblioteca.versila.com/38212691/a-mensageira>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

AUAD, Daniela. **Feminismo que história é essa?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRAGA, João Pedro; NASCIMENTO, Cássius Klay. Aspectos históricos da visita de Marie Sklodowska Curie a Belo Horizonte. **Revista Química Nova**, São Paulo, v. 34, n. 10, p. 1, 2011.

CENSO. **População do Rio de Janeiro 1920**. Rio de Janeiro, 1920a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf> Acesso em: 02 jan. 2018.

_____. **População do Rio de Janeiro segundo a nacionalidade**. Rio de Janeiro 1920b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf> Acesso em: 02 jan. 2018.

_____. **Analfabetismo no Brasil 1920**. Rio de Janeiro, 1920c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

COELHO, Mariana. **O Paraná Mental**. Curitiba. Imprensa Oficial do Paraná, 2002a.

_____. **A evolução do Feminismo**: Subsídios para a sua história. 2ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002b.

COELHO, Marcos Pereira. **Imprensa, sociabilidade e educação**: as ações de Fernando de Azevedo em defesa da hegemonia do escolanovismo (1917-1961). 2016. 165f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

COSTA, Dayana Firmiano Barradas. **Nem dama, nem freira, enfermeira ou do ideário pedagógico da profissionalização de enfermagem no Brasil (1931 a 1961)**. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

CPDOC/FGV. **Anos de Incerteza** (1930 - 1937). Revolução Constitucionalista de 1932. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RevConstitucionalista32>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CUNHA, Luis Antônio; XAVIER, Libânea. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE), Verbetes**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-educacao-abe>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DUARTE, Lima Constância. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (Orgs.). **Vozes Femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008. p. 105-144.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 16ª ed., São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**: 3 Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **História do Brasil**. 12ª ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História Inacabada do Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, mar. 2003.

GRAMSCI, ANTONIO. Caderno 12 (1932). In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Volume II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 11-53.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino**: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940; trad. de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios** (1815-1914). 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 173-193.

IBGE. **Memória** IBGE - 1936. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

INSTITUTO ADOLPHO LUTZ. Disponível em: <http://www.ial.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=63> Acesso em: 16 fev. 2016.

LACERDA, Lilian de. **Álbum de Leitura**: Memórias de vida, histórias de leitoras. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LEÃO, Antonio Carneiro. Pela Educação Rural. Rio de Janeiro: Typ. **Revista dos Tribunaes**, 1918. (Conferencia proferida, no dia 22 de Julho de 1918, em Curitiba, sob a presidência do Dr. Affonso Camargo, illustre Presidente do Estado do Paraná).

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Outra face do Feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Editora Ática, 1984.

LIMA, Dirceli Adornes Palma. Seria nora uma feminista? Um olhar sobre a personagem da Obra Casa de bonecas, de Ibsen e a condição feminina no século XIX. **Revista Versalete**. Curitiba, v. 3, n. 4, p. 353-366, 2015.

LIMA, Rosilene de. MACHADO, Maria Cristina Gomes. Carneiro Leão: considerações acerca da sociologia educacional. **Revista de Educação**, Santa Maria. v. 40, n. 01, p. 143-154, 2015.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. A educação da mulher: a feminização do magistério. **Revista Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica Editora LTDA, v. 4, p. 22-40, 1991.

_____. **As Origens da Educação Pública: A Instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

LOBATO, Monteiro. **Mr. Lang e o Brasil e Problema Vital.** São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1946.

_____. **Prefácios e Entrevistas.** São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1946.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Masssangana, 2010.

LOMBARDI, José C.; NASCIMENTO, Maria I. M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados: HISTEDBER; Curitiba: PUC-PR; Palmas: UNICS; Ponta Grossa: UEPG, 2004.

LUCA, Tania Regina. **A Grande Imprensa no Brasil da Primeira Metade do Século XX, 2008.** Disponível em: <http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução.** São Paulo: Editora Expressão Popular LTDA, 2003

KARAWEJCZK, Mônica. **Filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão À conquista do sufrágio feminino no Brasil (c 1859 -1932).** 2013. 395f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda; LOPES, Margareth Maria; PEREIRA, Marcelle. **A construção da relação Museu-Escola no Rio de Janeiro entre 1832 e o final dos anos de 1927.** Análise das formas de colaboração entre o Museu Nacional e as instituições da educação formal. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/site/anaiscomplementares>> Acesso em: 20 de out. 2017.

KOSSOY. **Fotografia & História.** 5ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento e ação.** Campinas: Autores Associadas; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002

_____. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e a construção do sistema nacional de ensino no Brasil. In. ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES,

Elaine; NEVES, Fátima Maria. **Fundamentos históricos da Educação no Brasil**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2009. p.103-118.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; LOMBARDI, José Claudinei; SCHELBAUER, Anaete Regina. **Educação em Debate: Perspectivas, Abordagens e Historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MÉLLO, Cristine da Silva. As contribuições de Cecília Meireles para a leitura e literatura infantil. **Anuário de Literatura**. v. 13, n. 2, 2008. p.1-21.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; DORIGÃO, Antônio Marcos; COELHO, Gizeli Fermino. As Pesquisas com Intelectuais em História da Educação: um campo profícuo. **Revista HISTEDBR On-line**. v.16, n. 67, p. 175-188, 2016.

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – séculos XIX e XX)**. Uberlândia: EDUFU, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã (Feuerbach)**. 5ª ed. Trad.: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986. p.15-77.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 11ª ed. Trad.: Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Editora Bertrand Brasil – DIFEL, 1987. p. 423-576.

MEIRELES, Cecília. **Trabalho Feminino no Brasil**. Jornal O Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro, p. 93, jul. 1939.

_____. **Coleção Melhores Crônicas**. São Paulo: Global, 2003.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **PARTIDO REPUBLICANO FEMININO: VERBETE,CPDOC/FGV**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2016.

MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 16, p.199-234, 2001.

MOTA, Danyllo Di Giorgio Martins da. Mr. Slang e o Brasil: a escrita de Monteiro Lobato como possibilidade de interpretação da história republicana. **MONÇÕES Revista de História da UFMS**, Santa Maria, v. 1, n. 1, set., 2014.

MUSEU, Nacional. O Museu. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>> Acesso em: 10 fev. 2018.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Revista Teoria & Educação**. Porto Alegre, RS: Pannonica Editora LTDA, n. 4, p. 22-40, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** São Paulo: Cortez, 1997.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 1ª. ed. 46 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROEDES – **Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade** Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <IP://www.fe.ufrj.br/proedes/arquivo/carneiro.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

QUADROS, Raquel. **Gustavo Capanema (1934-1945)**. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. Trabalho Feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997. p. 578-606.

RELATÓRIO das atividades do Ministério da Educação e Saúde no período de 1930 a 1945, elaborado por Gustavo Capanema. **Arquivo Gustavo Capanema**. GVC nº 1946.00.00/27, (40 fls). Geral. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1946.

REZENDE, Joffre Marcondes de. **À sombra do plátano**: crônicas de história da medicina [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. Adolpho Lutz, uma vida dedicada à ciência. p. 349-353.

RODRIGUES, Andréa Gabriel F. **Educar par ao lar, educar para a vida**: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945). 2007. 306f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

ROQUETTE - PINTO. **Discurso do Centenário do Museu Nacional (1919)**. Disponível em:

<[http://flanelografo.com.br/impermanencia/pdf/Discurso%20no%20Centenario%20do%20MN%20\(Arquivos%20do%20MN,%20v22,%201919\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/pdf/Discurso%20no%20Centenario%20do%20MN%20(Arquivos%20do%20MN,%20v22,%201919).pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na sociedade de classes**: Mito ou realidade. Editora: Expressão Popular, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações, 5ª ed. São Paulo, Autores Associados, 1995.

_____. Depoimento do professor Dermeval Saviani sobre Educação Popular. In: VALE, José Misael Ferreira [et al] (Orgs). **Escola Pública e Sociedade**. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002. p. 315-323.

_____. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José C.; NASCIMENTO, Maria I. M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBER; Curitiba – PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. p. 3-12.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

_____. **Aberturas para a história da educação**: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHELBAUER, Anaete. **Método Intuitivo e Lições de Coisas**: Saberes em curso nas Conferências Pedagógicas do Século XIX. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial.html> Acesso em: 15 ago. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciências, casa de educação**: Ações educativas do Museu Nacional (1818-1935). 399f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA FILHO, Wanderley Vitorino. **Costa Ribeiro**: ensino, pesquisa e desenvolvimento da física no Brasil [online]. Campina Grande: EDUEPB; São Paulo: Livraria da Física, 2013, 288 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. 1ª reimp. –Belo Horizonte: Autentica, 2010.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v.15, p., 2000.

_____. Mulheres e Biografias. Significados para a História. **Locus**, Revista de História. v. 9, n.1. p. 33-48, 2004.

_____. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. RS: Editora Mulheres e EDUNISC, 2006.

_____. Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia (orgs). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. Olhares Feministas.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. **Traços da Participação Feminina na Institucionalização de Práticas Científicas no Brasil**: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951. 2007. 192f. Dissertação (Mestrado Instituto de Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. **Educação e Profissionalização de Mulheres**. Trajetória Científica e Feminista de Bertha Lutz No Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937). 2009. 174f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ. 1997. (Original publicado em 1936).

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino**: a escola nova e seu modos de uso. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

VERBETE. **Dicionário Político**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/w/webb_beatrice.htm>. Acesso em: 05 jan. 2018.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc-Minas, 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. As viagens, os viajantes – tantas espécies deles! Os desafios da pesquisa em história comparada da educação. In: FLORES, Cláudia; ARRUDA, Joseane Pinto. (Org.). **A Matemática Moderna nas Escolas do Brasil e Portugal**: contribuição para a história da educação matemática. São Paulo: Annablume, 2010, p. 9-24.

_____. Escola nova e o processo educativo (1920-1930). In: Eliane Teixeira Lopes; Luciano M. Faria Filho; Cynthia G. Veiga (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 497-517.

ANEXOS

Anexo 01 - Foto da Intelectual Bertha Maria Júlia Lutz



Foto retirada do Museu de Bertha Lutz, organizado pela Universidade de Brasília.

Anexo 02 – Currículo

1 Nome verdadeiro
1. Bertha Maria Julia Lutz

Nome usado
2. Bertha Lutz

2 Nascimento
2 - São Paulo, Capital do Estado de S. Paulo - 2. VIII. 1891.

3 Filiação
3. Professor Adolpho Lutz iniciador da Medicina Tropical e Zoologia Medica no Brasil e D. Amy Fowler Lutz, que em solteira foi enfermeira voluntaria da colonia de Leprosos de Molukai nas ilhas de Hawaii; e mais tarde fundadora de diversas obras sociais, inclusive as primeiras escolas nocturnas para trabalhadores, aprendizes e escola diurna para pequenos vendedores de jornaes.

4 Estudos secundarios
4. Iniciados em S. Paulo, terminados em Paris com o baccalauréat (sciences, langues vivantes).

5 Estudos Superiores
5. Formada em 1918 como Licenciée ès Sciences, pela Faculdade de Sciencias da Universidade de Paris (Sorbonne): Botanica; Zoologia; Embryologia; Chimica biologica.

6 Cargo de representação
Em 1919 em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.
6. Membro da Comissão Elaboradora do Ante-projecto da Constituição de 1934^{um} (1932).
Deputada Federal pelo Districto Federal de Julho de 1936 até fechamento da Camara em 10 de Novembro de 1938 - entrando com suplente do Deputados Candido Pessoa - candidata da Liga Eleitoral Independente pertencente ao movimento feminino e do Partido Autonomista.
Membro da Delegação do Brasil á 7a. Conferencia Panamericana (Montevideo) de 1933.
Representante do Brasil no Congresso Scientifico Commemorativo do Bicentenario da American Philosophical Societe a decana das associações scientificas do continente - Philadelphia 1928. Delegada official do Brasil aos Congressos Panamericanos Femininos em Baltimore (1922) e em Washington (1925) e Internacionais em Roma (1923) e Berlim (1929).
Funcões Publicas (administrativas e técnicas)
Traductora, encarregada da Secção Zoologica do Museu do Instituto Oswaldo Cruz - contractada em Julho de 1918; Secretaria do Museu Nacional por concurso - sendo a 2a. mulher nomeada para cargo publico federal - em 3 de Setembro de 1919.- Naturalista da Secção

Currículo organizado por Bertha Lutz. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

de Botanica do Museu Nacional. Chefe da Secção-interina designada em 8 de Dezembro de 1937. Promovida a Chefe de Secção efectiva - Estatualista L em 1 de Fevereiro de 1938.

Iniciativas

7. Fundadora em (1922) da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (composta das associações nacionais e estaduais femininas confederadas) que é a orientadora do movimento feminino nacional organizado e defensora dos direitos da mulher desde 1922 - Presidente desde aquella época.

Fundadora, antes disso, da organização preliminar "Liga pela Emancipação Intellectual da Mulher", substituída em 1922 pela Federação.

Fundadora da União Universitária Feminina em 1929; da União Profissional Feminina, União de Funcionárias Publicas, da Liga Eleitoral Independente em 1932.

Membro da Sociedade Internacional de Mulheres Geographas com sede em Washington.

Da Directoria da Alliança Internacional pelo Suffragio Feminino e Igualdade Politica dos Sexos, com sede em Londres.

Da Comissão Feminina Consultiva do Trabalho da Mulher do Bureau Internacional do Trabalho da S. D. N. com sede em (Genebra) do Bureau Internacional de Protecção á Natureza com sede em Bruxellas e do Museu Americano de Historia Natural, de Nova York.

8. Foi agraciada pelo Governo da Belgica (1923) com a Ordem Real por serviços prestados á Agricultura, na occasião do estudo que realizou em Comissão do Ministerio da Agricultura sobre a disseminação de conhecimentos domesticos e agricolas á população rural - Pelo Governo Alemão, na presidencia Hindenburg, com a ordem da Cruz Vermelha. Em 1931 foi laureada da Carnegie Corporation dos Estados Unidos, com o premio de viagem (Sciencias) afim de realisar estudos sobre os Methodos Educativos e Organização dos Museus modernos, estudo este que a levou a estudar perto de cem museus, percorrendo grande numero dos Estados Norte-Americanos. (1932.)

9. Resultados de sua actividade.

Ingressando no funcionalismo de carreira pelo concurso para o Museu Nacional abriu esse ramo de actividade economica á mulher. (1919).

Fundando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e associações confederadas, congregou a opinião feminina em corrente nacional.

Fleiteando, victoriosamente, com as suas collaboradoras e collaboradores a egualdade politica dos sexos, contribuiu para a concessão de justiça á metade da população e para o aproveitamento feminino em cargos electivos e no Jury.

Pela participação com grande exito em certamens internacionaes abriu o precedente da partipação feminina na representação official do Brasil no Exterior.

Sendo a primeira examinadora de cursos secundarios, nomeada em 1920 pelo Barão Ramiz Galvão para examinar no Gymnasio masculino de Lorena, abriu essa actividade, de inspecção de ensino á mulher.

Como membro da Comissão Elaboradora do Ante-projecto da Constituição garantiu á mulher direitos identicos ao homem quanto á nacionalidade, cidadania, representação, exercicio de cargos publicos, ^{em} distincção de estado civil e sexo, licença de 3 mezes á funcionaria gestãnte sem prejuizo de vencimentos, protecção á mãe operaria, egualdade de salario á empregada ^{particular} e isenção feminina do serviço militar ao qual queriam obrigar a mulher.

Como legisladora patrocinou a reforma total da legislação brasileira que collocaria a mulher em condições de Senhora de si mesma, apresentando um projecto de Estatuto da Mulher e a criação de um Departamento do Trabalho Feminino, Maternidade, Infancia e Lar e um outro assistencia efficiente á mãe á criança e ao Trabalho da Mulher, ^{de} tambem ^{de} eliminando victoriosamente, a Lei de Reforma do Ministerio de Educação, criou a Divisão de Ensino Domestico e o Internato feminino padrão do Collegio Pedro II.

Antes de ser legisladora (em 1922) tinha conseguido a entrada de meninas no Externato do Collegio Pedro II, como delegada do Museu ao Congresso de Educação e collaborado com a União de Empregados no Comercio para a redução ^{do horario no commercio que era de 13 horas diarias.}

Publicações

10.

Carta á Revista da Semana em 1919, contestando que a mulher brasileira fosse incapaz de alcançar direitos, dando assim o primeiro impulso ao movimento feminino associativo.

Entrevistas discursos e artigos dispersos sobre o movimento feminino e sua significação, publicados na imprensa periodica diaria etc. Artigos no Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino "Mulher".

Vide tambem nº 12.

11. Não usa pseudonymo, assumindo a responsabilidade do que faz e diz.

I. Trabalhos scientificos:

12. 1923. "Estudos sobre a Biologia Floral da Mangifera indica". Trabalho de pesquisa e these de Concurso pelo qual obteve a classificação em 1º lugar pela mesa examinadora do Concurso para preenchimento da cadeira de Botanica da Escola Superior de Agricultura.

1926. "The Flora of the Serra da Bocaina" 43 pag. - publicado em "Proceedings of the American Philosophical Society vol. LXVII, 5, Supplement 1926 Ed. da American Philosophical Society - trabalho apresentado no Congresso acima referido - dá indicações sobre a flora desse ramo pouco conhecido da Serra do Mar e uma lista de perto de 200 especies.

1932. "Wild Life in Brasil" publicada por "Natural History vol. XXXII n.6 1932 (pag. 539-556)" illustrado com photographias e reproduzido em

separata. Ed. do Museu Americano de Historia Natural de Nova York.
1933 "O Papel Educativo ~~do~~ do Museu Moderno e sua Organização"

II. Direito: (medico)

13 Principios basicos: Sugestões ao Ante-projecto da Constituição
Ed. do Departamento de Estudos Juridicos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (pgs) Estas sugestões foram em grande parte aceitas pela Constituinte, sendo incorporadas, ás vezes sem alteração sequer da redação, nos arts. 103, 115, 117, 121 e § principalmente § 3º 168, 170 n. 10 183 da Constituição de 1934 - Sobre a Nacionalidade da Mulher Casada Edição da Secção de Estudos Juridicos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - Doutrina adoptada pela 7ª. Conferencia Internacional Americana de Montevideo, em relação á Nacionalidade da mulher - em tratado já ratificado pelo Brasil e numerosas republicas do continente. (108 pgs) 108

III. Legislação: (Principaes trabalhos 1937-1938).

Projectos e trabalhos apresentados na Camara dos Deputados:

a) ^{Plenarias} Serie de discursos sobre a transmissão da Lepra pelo mosquito e

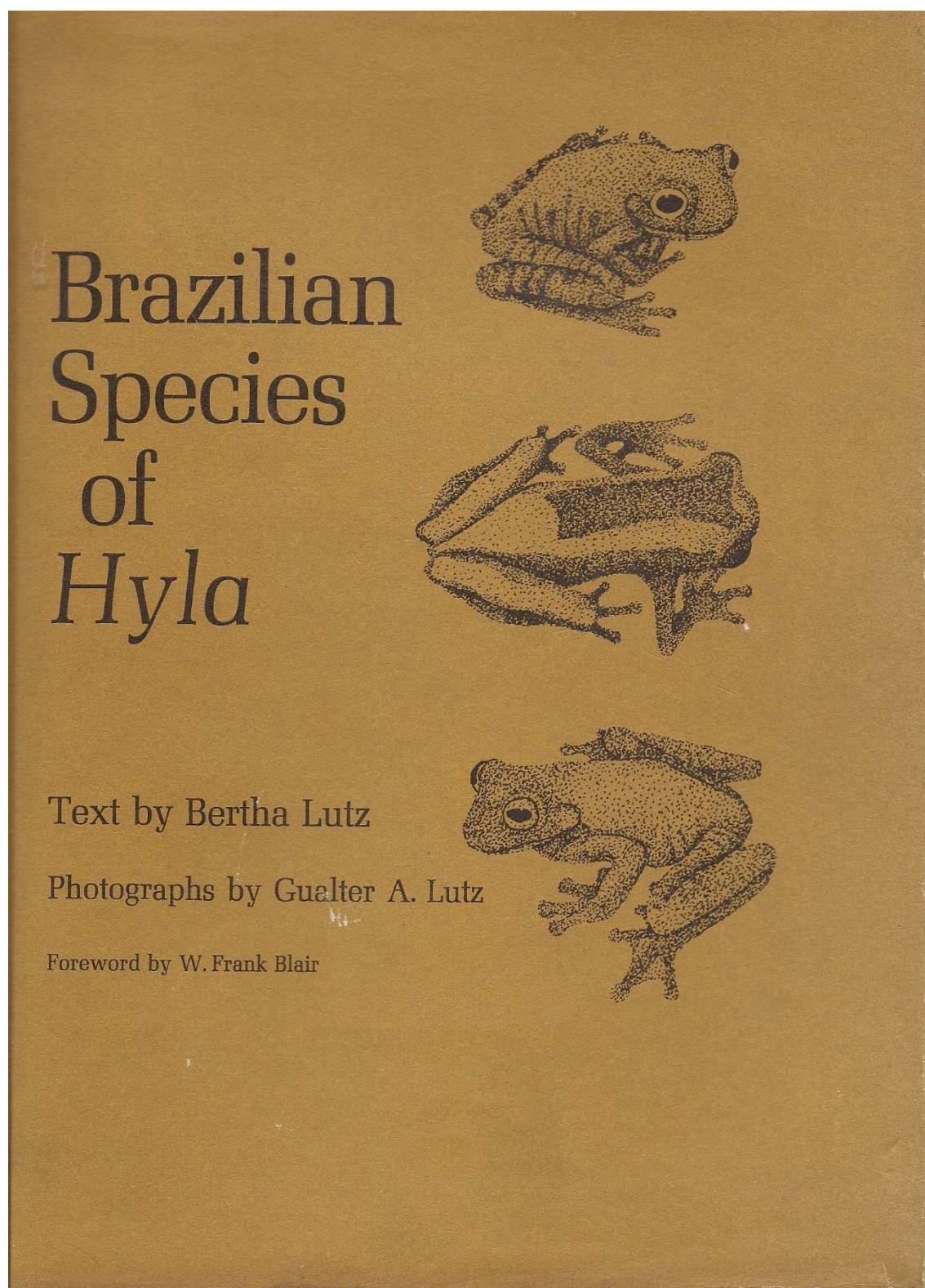
sobre o Combate á Malaria no Districto Federal.

b) Trabalhos da Commissão de Estatuto da Mulher creada por iniciativa sua:

- 1) O Trabalho Feminino - A Mulher na Ordem Economica e Social - Projecto de Departamento da Mulher acompanhado de Documentação, 220 paginas, constituido das seguintes materias:

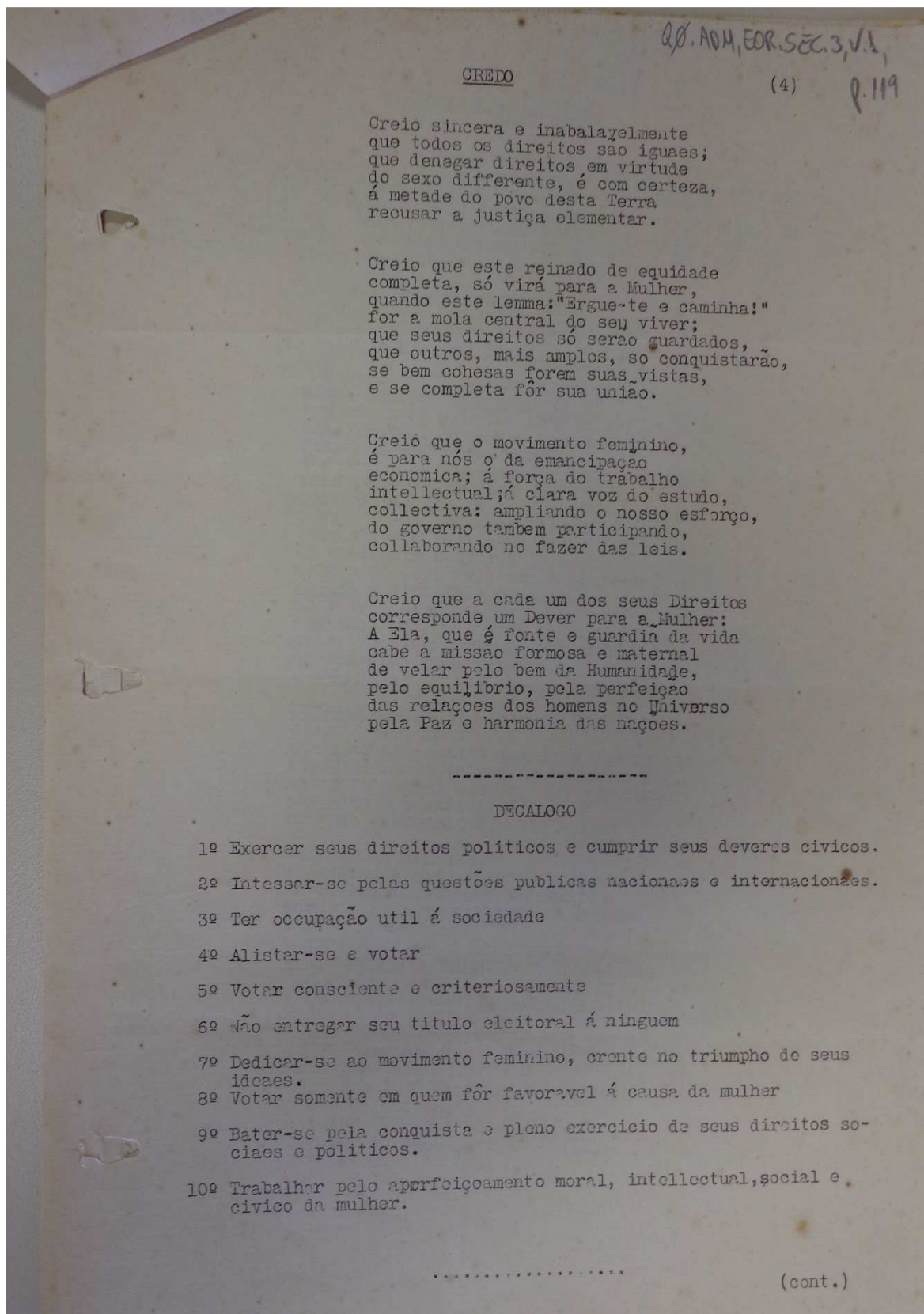
(Indices)

Anexo 03



Livro: Disponível no Museu Bertha Lutz. Organizado pelo Universidade de Brasília (UnB).

Anexo 04



R.D. ADM, EOR. SEC. 3, N. 3,

p. 68

COMPROMISSO DE ACÇÃO

Eu, ----- prometto aceitar o Decalogo do movimento feminino; tomar como directriz a emancipação intellectual, pelo estudo; economica, pelo trabalho; juridica, pela participação da mulher no governo, na legislação e na justiça, baseada no principio de valer igual entre os sexos; contribuir para o seu exito cumprindo os deveres livremente assumidas como ----- da Federação Brasileira pelo Progreso Feminino.

PROFISSÃO DE FÉ

E dentro deste Crede, eu aqui faço,
minha sincera PROFISSÃO DE FÉ
tomando este solemne compromisso:
EMANCIPAR-ME eu mesma e procurar
cooperar nesta emancipação
das irmãs de meu sexo feminino
pelo trabalho que nos dignifica,
pelo estudo que rasga ao nesse espirito
perspectivas immensas, luminesas,
pela directa participação
do movimento feminino de hoje
dentro da esphera a mim delimitada.
MANTER a dignidade feminina
no padrão elevado que puder
sem esquecer que todos os meus actos
irão, de certo, todos reflectir-se
na conceito geral em que se tenha
A MULHER.

(Continua)

(Continuação)

QD. ADM, FOR, SEC 3, V. 1,

P. 169

USUFRUIR dignamente os meus Direitos
e bem desempenhar
qualquer dos postes publicos que um dia
circunstancias talvez me venham a dar,
não para o gozo meu egoista e exclusivo
mas para o benefício
de toda a Humanidade e da Mulher.

CULTUAR em mim mesma
no ambiente que me cerca projectar
as qualidades de que necessita ~~para a vida~~
para as humanas relações no mundo
poder aperfeiçoar,
a coragem unida á tolerancia
a prudencia, a cultura, a disciplina,
a energia, a exemplar serenidade
a firme e singular perseverança
na busca de IDEAL para a Mulher.

MANTER eternamente a chamma viva
deste puro ideal
cuje symbolo é a synthese sincera
da eterna aspiração
as luzes claras da Sabedoria
ao culto da Belleza e da Justiça
e ao triumpho da Paz.

Escrever em
letra manuscrita

-Fim-

Boletim DA Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

ORGÃO OFFICIAL DA OPINIÃO FEMININA ORGANIZADA

PUBLICAÇÃO MENSAL

Anno I — N. 1

Rio de Janeiro

Outubro de 1934



A 2ª Convenção Nacional Feminista em trabalho. Lançamento das candidaturas femininas.

ÀS URNAS CIDADÃS

Manifesto ao Eleitorado Carioca, às Personalidades e Partidos políticos do Districto Federal, à Imprensa e particularmente ao Eleitorado Feminino.

A Constituição Brasileira, consagrando definitivamente os direitos políticos da mulher, impoz-lhe ao mesmo tempo a irrefragável obrigação de justificar perante a nação e perante o continente sul-americano, — onde o Brasil foi o primeiro a outorgar ás mulheres esses direitos, — a equidade das medidas que tão alto falaram do espirito de justiça e de progresso de nossos legisladores. A aproximação do pleito de Outubro que vem de novo congregar em torno das urnas todas as forças politicas da nação, torna absolutamente necessaria uma concentração de esforços em torno daquelles que lhe deverão representar, nas Assembléas Nacionaes, a defesa dos mais altos interesses. A mulher representa metade da população, tanto quanto o homem faz jús á representação de que a Constituição lhe assegurou o exercicio, para que não seja burlado na essencia o principio de sufrágio universal, com a exclusão systematica de representantes femininas entre as candidaturas á deputação federal e á intendencia municipal.

E, portanto, chegado o momento de, congregadas em torno de uma unica bandeira e tendo em mente que a causa feminista para acima de todos os partidos, que as Associações Femininas Confederadas apresentam ao eleitorado carioca e principalmente ao eleitorado feminino, — força nova e efficiente que não pode ser empregada em detrimento das proprias mulheres — dois nomes de mulher, dos que melhor consubstanciam os ideaes feministas, no que elles têm de mais expressivo e de mais justo: **BERTHA LUTZ** e **STELLA GUERRA DURVAL**.

Candidata á deputação federal, "leader" incontestada da campanha feminista de que, ha quinze annos, é a orientadora e a cujos meritos, actividade e perseverança deve o feminismo nacional a sua victoria, a Dra. Bertha Lutz, representará de facto a mulher brasileira, intellectualmente emancipada e sagaz discriminadora do que ainda lhe resta a pleitear, dentro da moldura das garantias constitucionaes.

Stella Guerra Duval, candidata á Intendente Municipal, fundadora e directora da Pró Matre, mãe espirtual por conseguinte de toda a maternidade indigente da cidade, incentivadora e colloboradora de multiplas iniciativas, philanthropicas, será a candidata feminina do Districto Federal de que é uma das grandes benemeritas.

Depositarias ambas, da confiança e do apreço do eleitorado feminino carioca é a ellas que deve ir o voto consciente de todos aquelles, homens e mulheres, aos quaes a eleição das representantes da soberania nacional seja verdadeiramente uma segurança de merecimento, de trabalho e de patriotismo.

Em 14 de Outubro, vote, portanto, todos, para **DEPUTADA FEDERAL** em

BERTHA LUTZ

Maria Sabina de Albuquerque — Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Maria Eugenia Celso — União Profissional Feminina. Elza Pinho — União Universitaria Feminina. Mara Esther Ramalho — União de Funcionarias Publicas. Isaura Barbosa Lima — Associação de Enfermeiras Diplomadas. Anna Amela Carneiro de Mendonça — Pró Matre. Jeronyma Mesquita — União Brasileira Pró Temperança. Georgina Barbosa Vianna — Liga Eleitoral Independente.

Mães de Família e Donas de Casa: — Olivia Chaves Moura, Palmyra Fragoso, Eugenia Hamann.

Educadoras: — Maria dos Reis Campos, Maria do Carmo Vidigal Pereira das Neves, Tracy Doyle Ferreira.

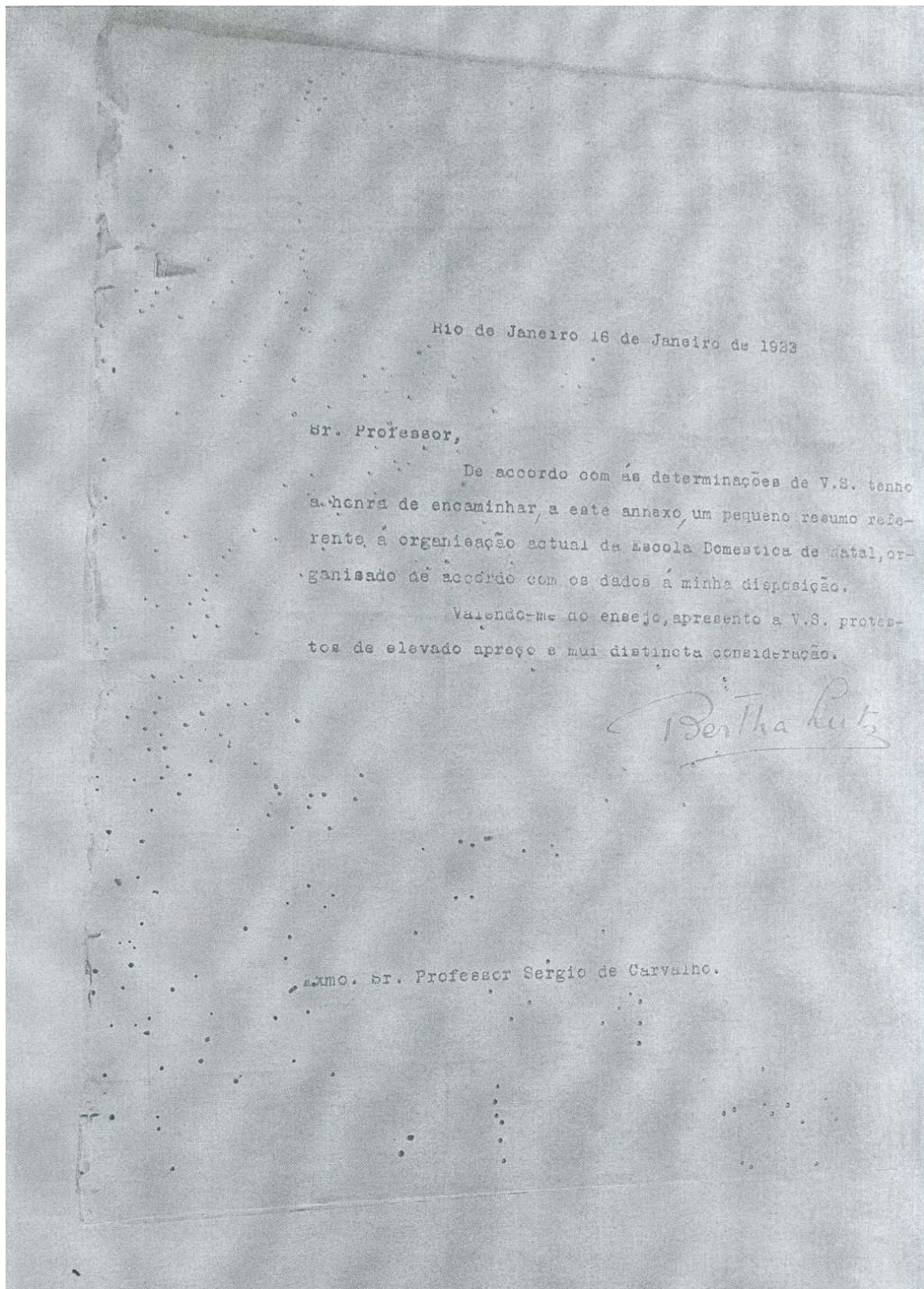
Profissões Liberaes: — Amelia Sapienza (Engenharia). Joanidia Sodré (Maestrina). Branca Fialho (Fisiologista).

Maria de Lourdes Pinto Ribeiro (Advogada). Luiza Sapienza (Medica). Rachel Crotman (Jornalista).

Commercio: — Lina Allerota, Lucélia Lopes.

Ala Moça Universitaria: — Alice Vera Gallotti, Carmen Chaves Moura, Norma Moniz, Meta Haase Huebel.

Anexo 06



Anexo 07

Francisco Dauter y de S...
 Subido de San Pedro de ...
 ...
 Camara

...
 ...
 ...
 ...
 ...
 ...

...
 ...
 Camara de Dep...
 Pese de Camara 1536
 Bella, Cuba

...
 ...

QP, BLZ, DEV, CLE, FOT. 1

ANEXO 08

Federaciã Br. julo P. Femin
 Aula de Puericultura na
 Esc. Domestica de Natal

Class in Infant-Care at
 Domestic School of Natal
 Rio grande do Norte
 Brazil

QD. ADM, CPA. AIN, FOT. 4

APÊNDICE

Apêndice 01– Levantamento Bibliográfico

Documento	Título	Autor	Fonte e ano publicação
Artigo	Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura - uma Parceria Inusitada	Mônica Karawejczyk	Gênero Niterói V.14 N.2 P. 105-124 1.Sem.2014
Artigo	“Honrosas Comissões” e o Papel Educativo do Museu Moderno: Divulgação Científica, Proteção à Natureza e a Luta Pelo Progresso Feminino na Atuação de Bertha Lutz (Décadas de 1920 e 1930)	Lia Gomes Pinto de Sousa	Revista Feminismos Vol.2, N.1 Jan. - Abr. 2014.
Artigo	Entre O Igualitarismo e a Reforma dos Direitos das Mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana em Montevideú	Teresa Novaes Marques	Revista: Estudos Feministas/Florianópolis Set./Dez. 2013
Artigo	A Função Educativa dos Museus de Bertha Lutz Uma Peça (Quase) Esquecida do Quebra-Cabeça da Museologia No Brasil	Cícero Antônio Fonseca De Almeida	Acervo, Rio De Janeiro, V. 26, Nº 2, P. 123-132, Jul./Dez. 2013
Artigo	Práticas e Disputas em Torno do Patrimônio Científico-Cultural Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil	Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, Maria Margaret Lopes e Léa Maria Strini Velho	Varia Historia, Belo Horizonte, Vol. 24, Nº 39: P.311-327, Jan/Jun 2008
Artigo	Abordagens Políticas na Correspondência de Bertha Lutz: Segunda Guerra	João Gabriel da Silva Ascenso Vitor Manoel Marques da Fonseca	Caderno Espaço Feminino, v. 20, n.02, Ago./Dez. 2008

	Mundial e Feminismo		
Artigo	O Fundo Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino Uma Fonte Múltipla para a História da Educação das Mulheres	Nailda Marinho da Costa Bonato	Acervo, Rio De Janeiro, V. 18, No 1-2, P. 131-146, Jan/Dez 2005 - Pág. 131
Artigo	A Construção da Invisibilidade das Mulheres nas Ciências: a Exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976)	Maria Margaret Lopes Lia Gomes Pinto de Sousa Mariana Moraes de Oliveira Sombrio	Genero_Niterói, V.5, N.1, P. 97-109, 2. Sem. 2004
Artigo	Bertha Lutz e a Construção da Memória de Adolpho Lutz	Benchimol, J. L.; Sá, M. R.; Andrade, M. M. De E Gomes, V. L. C	História, Ciências, Saúde . Manguinhos. Casa de Oswaldo Cruz. Vol. 10(1):203-50, Jan-Abr. 2003
Artigo	A Pedagogia da Conquista do Espaço Público Pelas Mulheres e a Militância Feminista de Bertha Lutz	Rachel Soihet	Revista Brasileira de Educação Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15
Documento	Pala Ler Bertha Lutz	Lia Gomes Pinto de Sousa Mariana Moraes de Oliveira Sombrio Maria Margaret Lopes	Cadernos Pagu (24), Janeiro-Junho de 2005, pp.315-325. Janeiro-Junho de 2005
Resenha	Um Estimulante Encontro com Michel De Certeau: O Feminismo Tático de Bertha Lutz	Suely Gomes Costa	Cadernos Pagu (27), Julho-Dezembro de 2006: pp.449-454.
Dissertação	Educação e Profissionalização de Mulheres. Trajetória Científica e Feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de	Lia Gomes Pinto de Sousa	Dissertação de Mestrado Apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da

	Janeiro (1919-1937)		Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz Área de Concentração: História das Ciências. Rio de Janeiro 2009
Dissertação	Traços da Participação Feminina na Institucionalização De Práticas Científicas No Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas Do Brasil, 1939-1951	Mariana Moraes de Oliveira Sombrio	Dissertação Apresentada Ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp 2007
Dissertação	Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher, 1919-1937	Soihet, Raquel	Dissertação de Mestrado. Niterói: Ichn-Uff 1974
Tese	Filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1859-1932).	Mônica Karawejczyk	Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2013.
Tese	Casa de ciência, casa de educação: Ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)	Paulo Rogério Marques Sily	Centro de Educação e Humanidades - Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2012.
Livro	Bertha Lutz	LÔBO, Yolanda	Recife: Editora Massangana, 2010.
Livro	O Feminismo tático de Bertha Lutz	Rachel Soihet	Editora Mulheres: EDUNISC, 2006. UNISC, 2006.